



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO - FAU
PROGRAMA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM
ARQUITETURA E URBANISMO

**A CARÊNCIA DO HABITAR/MORAR NO PROGRAMA MINHA CASA,
MINHA VIDA**

KENIA DE AMORIM MADOZ

Orientador: Prof. Dr. Flávio R. Kothe

Eixo temático: Estética, hermenêutica e semiótica

Brasília, DF

2022



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO - FAU
PROGRAMA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM
ARQUITETURA E URBANISMO

**A CARÊNCIA DO HABITAR/MORAR NO PROGRAMA MINHA CASA,
MINHA VIDA**

KENIA DE AMORIM MADDOZ

Tese de doutoramento apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Doutora pelo Programa de pós-graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de Brasília

Orientador: Prof. Dr. Flávio R. Kothe

Brasília, DF

2022

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UnB
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO - FAU
PROGRAMA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM
ARQUITETURA E URBANISMO

**A CARÊNCIA DO HABITAR/MORAR NO PROGRAMA MINHA CASA,
MINHA VIDA**

KENIA DE AMORIM MADOZ

BRASÍLIA, 2022

Banca examinadora

Prof. Dr. Flávio R. Kothe (Orientador)

Universidade de Brasília/ de Arquitetura e Urbanismo PPG – FAU - UnB

Prof.^a Dr.^a Marília Luísa Peluso

Universidade de Brasília/Geografia PPG - GEA - UnB

Prof. Dr. Fernando Freitas Fuão

Universidade Federal do Rio Grande do Sul/Arquitetura e Urbanismo PPG

Prof.^a Dr.^a Aline Stefânia Zim

Universidade Católica de Brasília/Arquitetura e Urbanismo PPG

FICHA CATALOGRÁFICA

Ficha catalográfica elaborada automaticamente, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

ML732c

Madoz, Kenia

A CARÊNCIA DO HABITAR/MORAR NO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA / Kenia Madoz; orientador Flávio Kothe. -- Brasília, 2022.

267 p.

Tese (Doutorado - Doutorado em Arquitetura e Urbanismo)
- Universidade de Brasília, 2022.

1. Geografia Humana. 2. Geografia Urbana. 3. Filosofia
. 4. Estética e Semiótica. 5. Planejamento Urbano. I.
Kothe, Flávio, orient. II. Título.

DEDICATÓRIA

Aos meus pais

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço ao professor Luíz Alberto Gouvêa, o Jacaré, por todo o seu estímulo, desde o início dos estudos na disciplina Habitação da PPG -FAU. Também sou grata aos professores Jacaré e Benny por terem acreditado em mim na prova de seleção do doutorado.

Agradeço imensamente ao professor Dr. Flávio Kothe por ter me aceito como orientanda. Pelo incentivo, disposição e brilhantes ensinamentos nas disciplinas teóricas que foram fundamentais para a conclusão dessa tese, fico eternamente grata.

Agradeço aos professores da banca, particularmente à professora Dr.^a Marília Peluso (Departamento de Geografia da UnB), pelas críticas que foram imprescindíveis para o meu trabalho, além de toda a sua elegância e inteligência: um modelo inquestionável de professora e pesquisadora. Te admiro demais, prof. Marília.

Ao Professor Dr. Fernando Fuão da UFRG, pelo carinho e por todos seus aportes que foram muito necessários a esse trabalho. Agradeço também pelos seus artigos, especialmente o da releitura do texto de Heidegger, *Construir, habitar e pensar*, o qual me permitiu outras interpretações que foram de grande valor para essa tese.

À professora Dr.^a Aline Zim por todas as contribuições e aportes, que sem dúvida me fizeram refletir sobre várias questões importantes, além das correções necessárias para o texto final.

Aos meus queridos amigos Bailon e Bento pela amizade e apoio em muitos momentos importantes da minha vida.

À minha família, especialmente às minhas irmãs Carmem, Cláudia e Walquiria e queridos sobrinhos Andréia, Rafael e Bia pelo apoio em todo o percurso do doutorado. Incluo também os meus tios, Martina, Maritxu e Benito pelo incentivo e carinho de sempre.

Agradeço à Universidade de Brasília, à BCE, aos funcionários da PPG-FAU e também aos meus estimados professores do Departamento de Geografia, principalmente,

professora Wilma Moraes, Mário Diniz (*in memoriam*), Marília Peluso e Aldo Paviani, por todos seus ensinamentos.

Aos meus professores da PPG-FAU UnB, por todos os aprendizados e, particularmente àqueles que me apoiaram ao longo do doutorado e, ainda, ao meu querido orientador do mestrado, prof. Carpintero: muito obrigada, estimados mestres!

Ao Núcleo de Estética, Hermenêutica e Semiótica - NES, pela disposição dos artigos, trabalhos apresentados e simpósio mais recente. Agradeço por fazer parte desse núcleo de excelência dedicado aos estudos, pesquisas e conhecimentos.

E, ainda, não poderia deixar de agradecer aos moradores do Paranoá Parque que aceitaram participar da entrevista e compartilhar comigo suas experiências de vida e cotidiano, bem como suas expectativas. Como parte essencial desse trabalho, do mundo vivido, sou grata a cada um deles.

RESUMO

A CARÊNCIA DO HABITAR/MORAR NO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA

Essa tese apresentou reflexões e discussões da implantação do Programa Habitacional Minha Casa, Minha Vida - PMCMV, com a participação de diferentes agentes e suas relações, ressaltando, porém, o mundo vivido (BUTTIMER) por poder revelar substanciais especificidades dos moradores em suas espacialidades. Nesse sentido, as subjetividades foram valorizadas como forma de apreender os sentidos das experiências de vida e do cotidiano, e possibilitar desvelar das carências do habitar/morar as perspectivas da formação de lugares com lugaridade (RELPH). O histórico dos programas habitacionais no país mostrou que têm sido implantados para promover especialmente o circuito superior (SANTOS, 1999), o que vai de encontro aos princípios e objetivos da atual política nacional de habitação em particular, de interesse social. Isso induziu à apresentação, nessa tese, da seguinte hipótese: *o programa Minha Casa, Minha Vida, por não ter considerado as individualidades dos moradores, produziu lugares sem lugaridades*. Então, para responder ao principal questionamento, baseou-se no estudo de caso no Residencial Paranoá Parque, resultado do único contrato urbano em Brasília no período de 2009 a 2015. Para isso, o trabalho se aportou às relações dos estudos, particularmente do espaço representacional, consistindo em pesquisas e dados institucionais e da atividade da paisagem, compreendendo o seu conceito integrador (TROLL) como forma de revelar aspectos pouco visíveis do espaço-moradia. Ademais, contou com a valorização do mundo vivido, por meio da fenomenologia de base transcendental (HUSSERL), de forma que o reducionismo pudesse ressaltar as suas essências. Dessa maneira, a participação dos moradores do Residencial, por meio dos seus relatos das vivências, carências e expectativas do espaço-moradia, foi imprescindível. Um dos principais resultados do estudo de caso mostrou a procedência como significativa para a conformação do apego ao lugar. Entretanto, também apresentou a necessidade de associação a outros aspectos de base qualitativa para a sua concordância. Nesse sentido, a tese consistiu em apontar possíveis vínculos entre a origem das pessoas em relação às áreas urbanas consolidadas e ao apego ao lugar, principalmente pelas individualidades associadas às relações sociais essenciais à formação de lugaridade. Entretanto, a pesquisa também apontou que outros elementos devem ser considerados em conjunto, para propiciar melhor compreensão de cada caso. Desse modo, os estudos representacional e de base qualitativa demonstraram-se necessários para propiciar o entendimento da formação de diversas espacialidades e essenciais para a implantação dos programas habitacionais. Assim, as reflexões acerca do método revelaram-se promissoras aos estudos acadêmicos de base fenomenológica transcendental do mundo vivido, tendo em questão o conhecimento e a implantação dos programas habitacionais de interesse social.

Palavras-chave: Habitar/Morar. Fenomenologia. Lugaridade. Programa Minha Casa, Minha vida. Residencial Paranoá Parque.

ABSTRACT

THE LACK OF INHABITING/LIVING IN THE PROGRAM MY HOUSE, MY LIFE

This thesis presented reflections and discussions on the implementation of the My Home, My Life, Housing Program - PMCMV, through the participation of different agents and their relationships, but emphasizing the Lebenswelt (BUTTIMER) for being able to reveal substantial specificities of the residents in their spatiality's. In this sense, subjectivities were valued as a way of apprehending the meanings of life and everyday experiences, and making it possible to reveal the needs of inhabiting/living, the perspectives of the formation of places with placelessness (RELPH). The history of housing programs in the country has shown that they have been implemented to especially promote the upper circuit (SANTOS, 1999), which is in line with the principles and objectives of the current national housing policy, in particular, of social interest. And this led to the presentation, in this thesis, of the question: the program Minha Casa, Minha Vida, for not having considered the individualities of the residents, produced places without placelessness. And to answer the main question, it was based on the case study at Residential Paranoá Parque because of the only urban contract in Brasília, from 2009 to 2015. For this, the work contributed to the relations of the studies, particularly the representational space consisting of research and institutional data and the landscape activity, understanding its integrative concept (TROLL) as a way of revealing barely visible aspects of the dwelling space. In addition, it counted on the appreciation of the lived world, through transcendental-based phenomenology (HUSSERL), so that reductionism could highlight its essences. In this way, the participation of Residential residents was relevant, through their reports of experiences, current needs and expectations of the housing space. One of the main results of the case study showed provenance as significant for the conformation of attachment to the place. However, it also presented the need for association with other aspects of qualitative research for its agreement. In this sense, the thesis consisted of pointing out possible relationships between people's origins in relation to consolidated urban areas and attachment to place, mainly due to the individualities associated with social relations essential to the formation of place. However, the research also pointed out that other elements must be considered together, to provide a better understanding of each case. In this way, the representational and qualitative study proved to be necessary to provide an understanding of the formation of different spatiality's and essential for the implementation of housing programs. Thus, the reflections on the method proved to be promising for academic studies of transcendental phenomenological basis of the lived world, considering the knowledge and implementation of housing programs of social interest.

Keywords: Inhabiting/Living. Phenomenology. Placelessness. Minha Casa, Minha Vida Program. Paranoá Parque Residential.

RESUMO

LA CARENCIA DEL HABITAR/VIVIR EN PROGRAMA MI CASA, MI VIDA

Esta tesis presentó reflexiones y discusiones sobre la implementación del Programa de Vivienda Minha Casa, Minha Vida - PMCMV, a través de la participación de diferentes agentes y sus relaciones, pero con énfasis en el mundo vivido (BUTTIMER) para poder revelar especificidades sustanciales de los residentes en sus espacialidades. En ese sentido, las subjetividades fueron valoradas como una forma de aprehender los sentidos de la vida y de las experiencias cotidianas, y posibilitando develar las necesidades del habitar/vivir, las perspectivas de la formación de lugares con lugar (RELPH). La historia de los programas de vivienda en el país ha demostrado que han sido implementados para promover especialmente el circuito superior (SANTOS, 1999), lo cual está en línea con los principios y objetivos de la actual política nacional de vivienda, en particular, de interés social. Y eso llevó a la presentación, en esta tesis, de la pregunta: el programa Minha Casa, Minha Vida, por no haber considerado las individualidades de los residentes, produjo lugares sin lugares. Y para responder a la pregunta principal, se basó en el estudio de caso del Residencial Paranoá Parque como resultado del único contrato urbanístico en Brasilia, de 2009 a 2015. Para ello, el trabajo contribuyó a las relaciones de los estudios, particularmente el espacio de representación constituido por datos de investigación e institucionales y la actividad del paisaje, entendiendo su concepto integrador (TROLL) como una forma de develar aspectos apenas visibles del espacio habitacional. Además, contó con la apreciación del mundo vivido, a través de la fenomenología de base trascendental (HUSSERL), para que el reduccionismo resaltara sus esencias. De esta forma, fue imprescindible la participación de los residentes del Residencial, a través de sus relatos de experiencias, necesidades actuales y expectativas del espacio habitacional. Uno de los principales resultados del estudio de caso mostró la procedencia como significativa para la conformación del apego al lugar. Sin embargo, también presentó la necesidad de asociación con otros aspectos de la investigación cualitativa para su acuerdo. En este sentido, la tesis consistió en señalar posibles vínculos entre el origen de las personas en relación con las áreas urbanas consolidadas y el apego al lugar, principalmente debido a las individualidades asociadas a las relaciones sociales esenciales para la formación del lugar. Sin embargo, la investigación también señaló que otros elementos deben ser considerados en conjunto, para brindar una mejor comprensión de cada caso. De esta forma, el estudio representacional y cualitativo se mostró necesario para proporcionar una comprensión de la formación de diferentes espacialidades y esencial para la implementación de programas de vivienda. Así, las reflexiones sobre el método resultaron promisorias para estudios académicos de base fenomenológica trascendental del mundo vivido, considerando el conocimiento y la implementación de programas habitacionales de interés social.

Palabras-clave: Habitar/Vivir. Fenomenología. Lugaridad. Programa Minha Casa, Minha Vida. Residencial Paranoá Parque.

LISTA DE SIGLAS

AMB: Área Metropolitana de Brasília

BNDES: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BNH: Banco Nacional de Habitação

BID: Banco Interamericano de Desenvolvimento

CEF: Caixa Econômica Federal

CAGED: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CODHAB: Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal

CODEPLAN: Companhia de Planejamento do Distrito Federal

EC: Estatuto das Cidades

FGTS: Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

FUNDHIS: Fundo de Desenvolvimento de habitação de Interesse Social

FJP: Fundação João Pinheiro

FNHIS: Fundo Nacional de Interesse Social

GDF: Governo do Distrito Federal

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

MCIDADES: Ministério das Cidades

MDR: Ministério do Desenvolvimento Regional

PAC: Programa de Aceleração do Crescimento

PAR: Programa de Arrendamento Residencial

PLANHAP: Plano Nacional de Habitação Popular

PNH: Plano Nacional de Habitação

PDAD: Pesquisa Distrital de Amostras de Domicílios

PEA: População Economicamente Ativa

PEC: Proposta de Emenda à Constituição

PIB: Produto Interno Bruto

PLANDHIS: Plano Distrital de Habitação de Interesse Social

PLHIS: Plano Local de Habitação de Interesse Social

PMAD: Pesquisa Metropolitana por Amostra de Domicílio

PMCMV: Programa Minha Casa Minha Vida

PNAD: Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios

PND: Plano Nacional de Desenvolvimento

PNDU: Política Nacional de Desenvolvimento Urbano

PNH: Política Nacional de Habitação

PROMORAR: Programa de Erradicação da Sub-habitação

PSH: Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social

RA: Região Administrativa

RAIS: Relação Anual de Informações Sociais

RIDE DF: Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno

RM: Região Metropolitana

SFH: Sistema Financeiro de Habitação

SFI: Sistema Financeiro Imobiliário

SBPE: Sistema Brasileiro de Poupança e Crédito

SEDHAB: Secretaria de Estado de Habitação, Regularização e Desenvolvimento Urbano

SFH: Sistema Financeiro de Habitação

TCU: Tribunal de Contas da União

TERRACAP: Companhia Imobiliária de Brasília

TLC: Teoria dos Lugares Centrais

UH: Unidade Habitacional

ZEIS: Zonas Especiais de Interesse Social

ZEU: Zonas de Expansão Urbana

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Distrito Federal/ núcleos urbanos	183
Figura 2: Imagem do Paranoá Parque	193
Figura 3: Croqui do Paranoá Parque	195
Figura 4: Perfil das famílias do Paranoá Parque	198
Figura 5: Procedência dos moradores	201
Figura 6: DF e Entorno	220

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: PMCMV/quantidade de UH por localidade (2009-2015)	192
Gráfico 2: Escolaridade Residencial Paranoá Parque	199
Gráfico 3: Situação do mercado de trabalho	199
Gráfico 4: Equipamentos no Residencial Paranoá Parque	200
Gráfico 5: Situação da infraestrutura no Residencial Paranoá Parque	200
Gráfico 6: Relação com os vizinho	202
Gráfico 7: Relação de confiança	202
Gráfico 8: Atividades com os vizinhos	202
Gráfico 9: Motivo da mudança do trabalho	203
Gráfico 10: Satisfação dos moradores	204
Gráfico 11: Procedência dos moradores	218

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Contratos do PMCMV/ CEF 2009-2015	259
Tabela 2: Contratos do PMCMV/ Codhab 2009-2015	260
Tabela 3: População urbana e renda per capita das UPTs	189
Tabela 4: Programa Minha Casa, Minha Vida no DF.....	191
Tabela 5: Perguntas-base/entrevista	217
Tabela 6: Procedência dos moradores	218
Tabela 7: Entrevistas no Paranoá Parque	227-29

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1: Quadra interna do Paranoá Parque	78
Fotografia 2: Quadra interna/escala	78
Fotografia 3: Piso cimentado	79
Fotografia 4: Solo exposto	79
Fotografia 5: Acessos estruturados	80
Fotografia 6: Acessos improvisados	80
Fotografia 7: Acessos reais	81
Fotografia 8: Acesso ao Paranoá	81
Fotografia 9: Muro entre o Residencial e o Paranoá	83
Fotografia 10: Distância desde o Paranoá	82
Fotografia 11: Resolução para o solo exposto	83
Fotografia 12: Vista com vegetação ao fundo	84
Fotografia 13: Localização do bosque de eucaliptos	84
Fotografia 14: As primeiras quadras	206
Fotografia 15: Primeiras quadras	207
Fotografia 16: Entrada do Paranoáá Parque.....	207
Fotografia 17: Falta de sombreamento.....	208
Fotografia 18: Distâncias entre os prédios	208
Fotografia 19: Desníveis	209
Fotografia 20: Falta de vegetação	210
Fotografia 21: Ausência de comércio e serviços	211
Fotografia 22: Falta de equipamentos de lazer	211
Fotografia 23: Quiosques	212
Fotografia 24: Processos erosivos	213
Fotografia 25: Construção de muro	214
Fotografia 26: Falta de comércio e serviços	214

SUMÁRIO

RESUMO	7
ABSTRACT.....	8
RESUMO	10
LISTA DE SIGLAS	11
LISTA DE FIGURAS	12
LISTA DE GRÁFICOS	13
LISTA DE TABELAS	14
LISTA DE FOTOGRAFIAS	15
APRESENTAÇÃO	18
INTRODUÇÃO	26
1. CAPÍTULO 1: BASE CONCEITUAL: O HABITAR	38
1.1 Habitar: Do Existencialismo ao espaço lugar	38
1.1.1 Habitar (e) o espaço: aproximações nas áreas de conhecimento	53
1.2 O habitar e o lugar	68
2. CAPÍTULO 2: ESPACIALIDADES	72
2.1 Paisagem	73
2.2 Território	90
2.3 Região	100
2.4 Lugar	109
3. CAPÍTULO 3: METODOLOGIA	128
3.1 A fenomenologia	128
3.2 A fenomenologia do espaço e do mundo vivido	133
3.3 Método de pesquisa	146
4. CAPÍTULO 4: PROGRAMAS HABITACIONAIS NO BRASIL	154
4.1 Uma divisão histórica das políticas habitacionais	157
4.2 O Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV)	169

4.3 O espaço urbano em Brasília	174
4.3.1 O PMCMV em Brasília	184
4.3.2 O Residencial Paranoá Parque	193
4.3.2.1 O espaço moradia representacional	197
4.3.2.2 Espaço moradia: o mundo vivido	216
RESULTADOS	231
CONSIDERAÇÕES FINAIS	236
REFERÊNCIA	239
ANEXOS	259-60
APÊNDICES	261

APRESENTAÇÃO

O processo que me trouxe até a conclusão dessa tese não é recente. Iniciou-se desde a graduação no curso de Geografia da UnB e, tanto no bacharelado quanto na licenciatura, as disciplinas teóricas e práticas da geografia humana, urbana e de meio ambiente despertaram em mim o interesse em prosseguir os estudos nessas áreas em específico.

Por meio dos trabalhos como professora e das pesquisas sobre o Distrito Federal, deparei-me com a grave problemática da formação dos espaços urbanos com poucas perspectivas de desenvolvimento e dependentes dos centros urbanos mais consolidados, especificamente o Plano Piloto, e isso com facilidade permitia concluir que não era o melhor, nem para os moradores e nem para o meio natural, pois resultava em baixas expectativas de desenvolvimento humano, social e ambiental.

As intensas desigualdades econômicas e sociais de evidente visualização me instigavam a saber o que estava por trás da contínua formação de áreas urbanas segregadas e, por isso, ao retornar à UnB para o mestrado, a minha intenção era desenvolver uma pesquisa sobre a urbanização, me identificando, assim, na linha de Teoria e História para abordar a urbanização brasileira e, em específico, o espaço urbano de Brasília.

A minha dissertação tratou da urbanização e do espaço natural da bacia hidrográfica do Paranoá, e apresentou as contradições e diferenças associadas ao modo de conduzir o desenvolvimento no território do DF, que consistia em formar núcleos urbanos espalhados e segregados. Como resultado, o trabalho evidenciou a sustentabilidade precária da bacia hidrográfica mais centralizada, a do Paranoá, a qual está inserida o Plano Piloto e que, mesmo recebendo o maior investimento e com menor população, produzia insustentabilidades consideráveis – especialmente a hídrica em maior proporção – e também desigualdades internas por focos intensos de favelização, as quais os governos locais tratavam da mesma forma desde a sua construção, particularmente com a retirada dos moradores para localidades periféricas desestruturadas e carentes de necessidades como equipamentos urbanos, sociais e trabalho.

A partir desse estudo, verificamos a preservação da bacia do Paranoá em termos socioeconômicos, seguindo o plano de segregação socioespacial, por não permitirem residências de baixa renda próximas às áreas centralizadas e em melhores condições de vida. Nesse sentido, comprovamos que os núcleos urbanos de baixa renda, mesmo localizados nas imediações do Plano Piloto, não recebiam investimentos, sendo “ignorados” na maioria das vezes. A ideia desse tipo de atitude dos governos era considerar que, com o tempo, as pessoas de baixa renda se mudariam para outras favelas ou periferias longínquas, favorecendo a valorização fundiária.

Após o término do mestrado, passei a me dedicar integralmente ao trabalho, ao ensino, mas senti a necessidade de aprimorar a pesquisa que muito me atraía e, por isso, resolvi retornar ao doutorado para seguir com o mesmo assunto, mas de forma a aprofundar, especificamente, o estudo das condições que não permitem o desenvolvimento de lugares. Particularmente pensei em estudar as carências dos núcleos urbanos de baixa renda que, por falta de estrutura, apresentam obstáculos em se desenvolver. As dificuldades são muitas e diferenciadas na condução das identidades, pertencimento e participação, as quais permitem transformações na qualidade de vida dos seus moradores, e, por isso, o objetivo era perseguir esse conteúdo que instiga a compreender as problemáticas nos novos núcleos urbanos destinados às pessoas de baixa renda.

Dessa maneira, o assunto foi direcionado por discussões na disciplina de Política Habitacional do professor Jacaré sobre a formação do espaço urbano de Brasília. Com isso, me direcionei ao tema das políticas habitacionais recentes, recaindo no Programa Minha Casa, Minha Vida, destinado à população mais carente. Dessa maneira, a estrutura do trabalho foi sendo moldada com a especificação do Programa de interesse social, o qual recaiu na Faixa 1, isto é para pessoas/famílias com renda até R\$ 1.600,00 mensais (2015).

Nesse sentido, com o tema já decidido, qual seja: o Programa habitacional de interesse social recente e a produção de carências, busquei me dedicar às especificidades que o PMCMV poderia estar produzindo nos novos espaços-moradias. Assim, o objetivo foi apreender as possíveis relações dos seus agentes, particularmente, o governo federal e local, empresários e moradores, generalidades e particularidades, os processos e escalas.

Contudo, a tese enfatiza a apreensão do mundo vivido (BUTTIMER) dos moradores em seu cotidiano, no intuito de desvelar, a partir das suas experiências, do seu dia a dia, as carências e as perspectivas quanto ao espaço-moradia. Dessa maneira, ressaltamos o estudo conceitual do habitar/morar e as suas espacialidades, além das contextualizações necessárias sobre as atitudes governamentais frente à urbanização acelerada do país e pelas políticas e programas habitacionais; ademais, houve enfoque na expansão urbana em Brasília e o Residencial Paranoá Parque como estudo de caso para verificação, análise e reflexão da hipótese. Essa contextualização está desenvolvida na Introdução deste trabalho.

Acrescento que as disciplinas de teoria – especialmente da linha de Estética, Hermenêutica e Semiótica – ministradas pelo Professor Flávio Kothe foram imprescindíveis para a estrutura da tese, pelo aporte à discussão sobre o habitar/morar na Filosofia, com autores importantes que desenvolveram seus pensamentos sobre o tema. Assim, necessário foi estabelecer as ligações teóricas na Filosofia com o tema da habitação, e isso se mostrou um pouco árduo tendo em vista que as conexões deveriam fazer sentido com o que estava sendo desenvolvido. A coerência foi alcançada pelo extenso estudo em diferentes áreas de conhecimento, particularmente, direcionado para a corrente da geografia humana e algumas das principais obras dentro dessa temática.

Assim, tendo em vista todo o trajeto desde o assunto, o tema, a problemática e a teoria, chegamos à construção da estrutura da tese, que foi desenvolvida conforme a divisão em quatro capítulos descritos a seguir:

No primeiro capítulo desenvolvemos as acepções do habitar/morar desde o existencialismo ao espaço-lugar, o habitar (e) o espaço com as aproximações nas áreas de conhecimento e ainda o habitar e o lugar. Primeiramente buscamos nos filósofos, especialmente, o pensamento de Martin Heidegger a partir da ontologia em algumas de suas obras e, por meio das aulas do professor Kothe, de Teoria do Conhecimento, Estética e Filosofia da Arte, as discussões e críticas necessárias como contraponto ao pensamento do autor.

Dessa maneira, diversos aspectos das ideias de Heidegger foram discutidos, especialmente a sua ontologia e a importância do ser na formação dos lugares. No entanto, o estudo filosófico não se baseou somente em Heidegger, pois diversos

pontos de vista mostrados pelo autor – em obras tratadas nesse trabalho – precisaram ser confrontados por outros filósofos, tais como Kant, Hegel e Nietzsche, o que ofereceu aporte substancial ao entendimento da teoria. Ademais, Kothe contribuiu com suas críticas importantes – dentre elas a dialética do real e da relação do homem com os outros e com o mundo – sobre o que poderia ser aproveitado do pensamento de Heidegger e também o que faltou.

As aproximações do habitar (e) o espaço, em distintas áreas de conhecimento, consistiram em reflexões filosóficas de alguns autores, de modo a contribuírem com o tema por meio da compreensão da concepção do habitar/morar.

Ainda, como parte final desse capítulo, tratamos da relevância em associar o habitar ao lugar como forma de apreender a sua totalidade. E tal esforço compreendeu a aproximação dos estudos ontológicos com os aportes da corrente humanista da Geografia, além de outras áreas de conhecimento. Assim, chegamos ao entendimento de que o habitar é intrínseco ao lugar, aos lugares, importando a significância para o sujeito tanto nos sentidos objetivos e subjetivos.

No segundo capítulo, procedemos com o estudo das espacialidades, especificamente a paisagem, o território, a região e o lugar, ressaltando a relação inerente do homem com o seu espaço.

Nesse sentido, foram apresentadas as controvérsias e atualizações das espacialidades, além de buscar a compreensão necessária a uma totalização das relações sociais no contexto dos programas habitacionais de interesse social. Um dos principais conceitos para essa tese consistiu no da paisagem em seu aspecto integrador, o qual inclui o sentido de *Landschaft*, isto é, contempla além da faixa do visível do espaço (TROLL).

Ademais, procuramos ressaltar o conceito de lugar pela importância central das individualidades, considerando o propósito da necessidade de análise e reflexão no âmbito da implantação de programas habitacionais de interesse social.

No terceiro capítulo, apresentamos, primeiramente, a fenomenologia como uma promissora abordagem de conhecimento pela descrição dos fenômenos das realidades, sejam materiais, naturais, ideais e culturais.

Na segunda parte, explicamos a relação da fenomenologia do mundo e dos espaços vividos, pela distinção e identificação dos componentes, tais como o mundo que vemos e sentimos e o mundo social e/ou cultural como contraponto do mundo natural pré-determinado. Nesse sentido, pelo mundo vivido (BUTTIMER), buscamos a sua consideração sob a perspectiva do “lar” e do “horizonte” de alcance, orientado para fora daquele lar. Assim, mostramos que a essência do habitar está na lugaridade, no sentido de viver harmoniosamente no lugar, sentir-se em casa tanto social, ecológica e espiritualmente. E ainda explicamos a importância do mundo vivido para os estudos do lugar na formação da lugaridade.

Na terceira parte do capítulo, apresentamos o método da pesquisa, iniciando pelo entendimento conceitual do habitar/morar e da valorização do mundo vivido pela fenomenologia como forma de reconhecer as experiências e os modos de vida individuais, as subjetividades e, assim, podermos conhecer os valores dados pelos moradores no espaço-moradia. A fenomenologia nos convidou a explorar algumas das condições e forças unificadoras na experiência humana do mundo, a partir do espaço representacional – aquele em que se pode descrever e analisar a prática do espaço através de categorias científicas, lógicas etc. – e o espaço vivido, compreendido pelo ponto de vista fenomenológico em que o espaço é dinâmico. Trata-se do lugar no qual o experimentador vive, desloca-se e busca significado.

Os passos seguidos para a compreensão do objeto de pesquisa – qual seja, a realidade dos programas recentes atualmente em funcionamento – foram apresentados pelo estudo das políticas habitacionais brasileiras, com seus desenhos e consequências para a sociedade e, principalmente para seus moradores.

A parte seguinte do trabalho, seguindo a metodologia de base fenomenológica do mundo vivido, envolveu estudos da fenomenologia e da corrente humanística da geografia, discorrendo, para isso, o estudo da paisagem para conhecermos a realidade do Residencial implantado nos parâmetros do PMCMV.

Ademais abordamos as relações atuais dos indivíduos na sociedade e, para isso, procuramos estabelecer fundamentação entre as partes e poder apresentar significativamente o objeto de pesquisa. Assim desenvolvemos uma análise empirista ao considerar o estudo do lugar na perspectiva da lugaridade (RELPH), pelas relações dos objetos sobre as quais se dão as ações humanas, ou seja, a implantação do

programa habitacional no residencial Paranoá Parque como bairro ou área anexa da Região Administrativa do Paranoá.

A questão da totalização foi buscada como forma de apreensão da realidade dos programas habitacionais de interesse social, e assim, primeiramente, consistiu na identificação das partes atuantes do PMCMV: particularmente, do Estado em formular a política e financiar os programas, das construtoras como agentes da execução e implementação das unidades habitacionais e dos moradores como principal razão da existência do programa.

A segunda etapa constituiu no estudo dos processos de conhecimento e reconhecimento das relações entre as partes, que, apesar de serem de natureza distintas, estabelecem entre si relações de dependência entre as mesmas. Já a terceira compreendeu a dinâmica específica de cada uma delas, bem como, à luz da teoria e dos conceitos desenvolvidos nos dois primeiros capítulos dessa tese, realizar análise da apreensão do conhecimento.

Quanto à verificação da hipótese, contamos com três pontos de investigação. O primeiro em conhecer a realidade do residencial Paranoá Parque, destinado a moradia de interesse social, a partir dos dados institucionais, ou seja, seu espaço representacional, o segundo pela atividade da paisagem no sentido de desvelar aspectos pouco visíveis do espaço-moradia, e o terceiro, a partir da percepção dos seus moradores – os primeiros desde 2016. Dessa maneira, a tese consistiu na valorização das individualidades – base qualitativa, sem descartar o conhecimento dos dados objetivos e dos estudos realizados por instituições públicas e de pesquisa.

As visitas tiveram como objetivo envolver a realidade do espaço-moradia na busca pela compreensão dos sentidos que poderiam fluir daquele cotidiano e, também, como forma de constatar as carências e necessidades para a melhoria da qualidade de vida dos moradores no Residencial. Ademais, a relação das pessoas com o meio natural também foi ressaltada, mostrando que essa associação pode significar um apego importante no contexto da formação dos lugares.

Para as entrevistas com os moradores, contamos com um questionário-base como partida, e elas se estenderam conforme a vontade das pessoas em discorrer sobre as perguntas para, assim, acrescentarem suas experiências de vida, sentimentos e expectativas quanto ao espaço-moradia.

Os resultados desse estudo foram discutidos e analisados à guisa das conceituações e reflexões da carência do habitar/morar do PMCMV, decorrentes do modelo único, especificamente da construção de unidades residenciais em novos conjuntos habitacionais sem considerar as subjetividades dos moradores, e ainda em áreas sem estrutura para a formação de lugares e relativamente distanciadas das áreas urbanas consolidadas.

No quarto capítulo, estudamos o objeto dessa tese partindo, primeiramente, das políticas habitacionais como forma de compreender o seu sentido e suas articulações, produto de uma combinação de fatores, ordens, condicionantes e pressões. Em seguida, contamos com a análise e reflexão críticas do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) e do espaço urbano em Brasília, levando em consideração a realidade urbana da delimitação da pesquisa e das peculiaridades da Capital. Para tanto entendemos necessárias leituras multiescalares das ações envolvendo o contexto local e nacional, situando as estruturas e o papel dos seus agentes.

Na outra parte da pesquisa, tratamos do Residencial Paranoá Parque como estudo de caso e fruto do único contrato urbano no DF, no período de 2009 a 2015 para baixa renda. Dessa forma, para os resultados do trabalho, incluímos as análises das pesquisas de base representacional e do mundo vivido (BUTTIMER) como forma de apreensão do espaço-moradia.

A seguir, apresentamos as considerações da tese acerca das potencialidades nos estudos acadêmicos e a importância para a implantação de programas habitacionais de interesse social em específico. Por fim, incluímos as referências que utilizamos nessa tese como aporte necessário ao conhecimento, além dos anexos e apêndices com os dados dos contratos do programa PMCMV no DF, fornecidos pelas instituições federais e locais.

INTRODUÇÃO

O projeto para essa tese propunha-se a investigar o recente programa habitacional de interesse social no país, avaliando o papel dos agentes e a sua conformação em relação à política nacional de habitação. Buscávamos identificar as carências do Programa baseadas nas lógicas de atuação dos seus representantes, cujos impactos têm sido a recorrente formação de novos núcleos urbanos que nascem sem perspectivas de desenvolvimento econômico e social, impactando grandemente a vida das pessoas e, de forma geral, a economia e a sociedade. Nesse viés, o nosso interesse ressaltava o papel dos moradores, pós-ocupação, a fim verificar carências e perspectivas de formação de lugares com lugaridade, pela valorização das subjetividades do mundo vivido (BUTTIMER).

Ao longo da história dos programas habitacionais, destacam-se sua pouca efetividade em promover o desenvolvimento dos núcleos urbanos. Em seu âmago, eles têm servido para atender os jogos de interesses dos empresários pelas ações do Estado, e isso tem sido relevante para a formação da questão urbana que se intensifica por contínuas ações dos governos deflagradas pela falta de investimentos em áreas urbanas com populações de baixa renda, as quais, geralmente, são as mais populosas. Dessa maneira já deduzimos no projeto de pesquisa que, pelo fato de as políticas e programas habitacionais no país terem apresentado modelos únicos de implantação, quais sejam, construções de unidades habitacionais em novos residenciais sem estruturas de desenvolvimento, e de faltar consideração das subjetividades dos moradores quando da sua implantação, estes programas têm produzido lugares sem lugaridade.

Dessa maneira, isso marca a pouca consideração em atender às necessidades da população em habitar a cidade, dado que os programas são negócios pelo usufruto da valorização da terra urbana deflagrando os processos de segregação socioespacial.

Para buscar responder à principal questão dessa tese, a fenomenologia transcendental (HUSSERL) mostrou-se fundamental, tendo em vista a valorização das subjetividades como forma de apreender as essências do mundo vivido. Assim a

originalidade do método compreendeu a consideração da combinação das espacialidades e a cotidianidade como fundamentais, e ainda as objetividades fornecidas pelo espaço representacional.

A estrutura dessa tese foi construída inicialmente pelo estudo do conceito do habitar, notabilizando que o seu entendimento está em várias acepções e em diferentes áreas de conhecimento, além de apresentar potencial em revelar aspectos importantes para o estudo dos programas habitacionais, especialmente os de interesse social. A sua concepção vai além do “lar”. Envolve a rua, a quadra, o setor e o bairro, e apresenta papel transformador das pessoas nos seus espaços-moradias, principalmente considerando a inexistência de oportunidades reais para o desenvolvimento em uma economia e sociedade globalizadas.

A pesquisa sobre o habitar revelou que importantes autores humanistas, principalmente da corrente da Geografia humana, fundamentaram seus pensamentos a partir da ontologia de Martin Heidegger (1968; 1990; 1999; 2014) em diferentes obras, e que diversos elementos explicativos partem do sentido existencial do habitar, estar-no-mundo e pensar o espaço pela topologia heideggeriana.

Dessa maneira, geógrafos da corrente humanista, particularmente Dardel (2015); Tuan (1983); Buttimer (1982); Relph (2000); Entrikin (1991); Silva (1978), além de outros, desenvolveram estudos a partir da concepção ontológica associada ao espaço-lugar. Erick Dardel (2015), por exemplo, destaca a relação concreta e essencial que liga o homem à natureza, o que denominou “geograficidade”. Para esse autor, os estudos geográficos devem partir do envolvimento do homem no mundo circundante, ou seja, o homem e sua paisagem.

Yu-FuTuan (1983), por sua vez, enfatiza o espaço construído a partir da experiência e dos sentidos, envolvendo sentimentos num processo geográfico com a cultura, a história, as relações sociais e a paisagem. Para Anne Buttimer (1982), a apreensão dos lugares ocorre pelo diálogo estabelecido entre o homem e o meio, através da percepção do pensamento, dos símbolos e da ação.

Edward Relph (2000) apresenta a localização, a paisagem e o envolvimento pessoal como centrais para a concepção do lugar. Dessa maneira, ao incorporar em seus estudos o conceito de habitar para a construção de lugar e lar associado a ele, o autor acrescenta a necessidade da base de cuidado e proteção, que para Relph

(*idem*) são formadores de identidade e autenticidade-inautenticidade existencial, seguindo assim o pensamento de Heidegger do estar-no-mundo.

Nicholas Entrikin (1991) desenvolve a conceituação do lugar partindo da circunstância existencial, afetiva e simbólica para explicar a forma como o homem se coloca no mundo. Já para Armando Correia da Silva (1978) a atenção deve estar na busca por novas linhas de interpretação da realidade e alcançar o movimento real da sociedade e do espaço. Para isso, o autor (*idem*) entende a necessidade de que, a partir do método empírico, haja uma reflexão filosófica, ontológica, além da integração de saberes para se chegar ao espaço como totalidade. Ressalta assim Silva (*idem*) o potencial do lugar para os esclarecimentos ontológicos, o qual permite a compreensão das relações entre lugares e das pessoas com os lugares.

Ademais diversos autores em suas disciplinas se aportaram na consideração do que Heidegger quis dizer sobre o sentido de estar-no-mundo como fonte do habitar, e, por outro lado, nessa tese incluímos a discussão acerca dos erros constantes que surgem nas traduções de suas obras, conforme atesta Kothe (2020;2021), e que podem comprometer o conhecimento gerado a partir dele.

O estar-no-mundo apresenta um sentido espacial, e isso, embora pareça trivial, é base da "geograficidade", que consiste no apego ao lugar, e, por sua vez, é a essência para a formação da lugaridade (RELPH). Uma das principais ideias ressaltadas por Heidegger para o entendimento do habitar está em sua obra *Ser e Tempo* (2014), a qual critica o método racionalista das ciências naturais modernas, particularmente o racionalismo, que, segundo o autor, tem destituído os fenômenos humanos de seus estudos.

Ressalta Heidegger (2014) que o estar-no-mundo deve ser lido como a preocupação intensa do homem no sentido existencial e que por aí estaria toda a sua significação. Entretanto, esse pensamento é contestado também por autores que afirmam que o ser humano é compreendido pela sua participação em convivência com outros, em comunidade e no seu meio. Retirar esse sentido então não permitiria o entendimento de sua totalidade.

Nos trabalhos mais recentes da corrente humanista da Geografia, destacam-se os trabalhos de Livia de Oliveira e Eduardo Marandola (2012) enaltecendo suas pesquisas do habitar/morar no sentido de que a existência é fundada no habitar e, por

ele, marca, demarca e transforma o espaço. Outrossim, o autor assinala que muitas formas de habitar só se desenvolvem em condições próprias de vivência e envolvimento com a comunidade com certa duração, implicando o conhecimento cultural local e o estabelecimento de territorialidade.

Além disso, para Milton Santos (1999), o habitar a cidade representa ação que possibilita a apropriação das potencialidades dos territórios, os quais seriam um produto coletivo em permanente construção, onde se desenrolam as relações afetivas e os encontros, proporcionando ainda a emersão de um material fértil para a produção de subjetividades.

Esse trabalho valoriza o mundo vivido (BUTTIMER), ressaltando a importância dos estudos qualitativos em diversas áreas de conhecimento. Na História e na Literatura, por exemplo, por oferecerem riqueza de materiais sobre o cotidiano das pessoas. Dessa maneira, especificamente para o Planalto Central, a obra de Paulo Bertran (2000) apresentou aspectos históricos dos viajantes estrangeiros em terras centrais do Brasil, sendo que os relatos evidenciaram a vida, a cotidianidade, os relacionamentos e o seu meio natural. Neles estão descritas diversidades captadas naquele meio há mais de dois séculos.

Assim, tais relatos permitem estudos enriquecedores acerca dos aspectos étnicos e culturais, além das relações econômicas e sociais das pessoas que viviam nessas áreas do interior do Brasil, que ainda são poucos valorizados, mas, por outro lado, não são conhecidas em profundidade, o que pode estar resultando em atrasos no conhecimento.

Da mesma forma ocorre na Literatura e muito provavelmente em outras áreas. Como exemplo, citamos Bernardo Elis (1996), o qual descreve a vida cotidiana no interior de Goiás, especificamente em Corumbá e suas vilas. Em suas obras estão especialidades dos lugares e dos aspectos da formação de localidades. As instituições e relações de poder, a religiosidade, a cotidianidade são facilmente percebidas e agregam traços próprios da sua população.

A partir do estudo conceitual do habitar/morar, constatamos a relevância em associar habitar ao lugar como forma de apreender a totalidade entendida como partes essenciais de um todo. E isso envolve admitir que os paradoxos das realidades

espaciais, territorialidades e desarrumação ambiental precisam ser desvendados para a compreensão das questões socioespaciais ainda difíceis de serem superadas.

A questão então se mostrou mais ampla e, por outro lado, pode ser desvelada e compreendida pela integração entre forças da percepção e de atitude. Buscamos assim pelo olhar da realidade, linguagens que poderiam ser conceituadas no campo do discurso têmporo-espacial da sociedade. Nessa questão, o habitar vincula-se à escala mais particular, a do lugar, e este tanto pode ser retratado pela singularidade quanto pode ser entendido como resultado das forças globais. Além disso, apresenta uma potência ontológica que permite a compreensão das relações entre lugares e pessoas.

Da conceituação teórica do habitar, veio a necessidade de estudar as espacialidades pertinentes e, primeiramente a sua relação intrínseca com a "geograficidade" (DARDEL), isto é, no que se refere aos seres humanos produzindo e experienciando o espaço. Ademais, essas relações somente são possíveis com a materialidade, a qual envolve laços com o passado, de diferentes formas como sujeitos ou por intermédio dos objetos (SANTOS).

O primeiro conceito concernente é o de paisagem que subjetiva e culturalmente é sempre construída, e assim ressaltamos a nossa percepção como papel diferenciador entre a matéria-prima e a paisagem. Dito isso, a questão a ser considerada é: estaríamos somente contemplando a paisagem ou estaríamos dentro dela? (SCHAMA). Uma das maneiras de dirimirmos é considerar o que vem a ser *Landschaft*, a qual contempla o que vai além da faixa do visível, ou seja, uma abordagem holística e verdadeiramente integrada à natureza (TROLL). Essa potencialidade foi realizada nessa tese pelo exercício de apresentar as relações integradas entre a natureza e a sociedade, pela dialética da oposição e união, refletindo sobre as apresentações dadas pelas imagens (DUNCAN) do Residencial Paranoá Parque como estudo de caso, em específico.

Para o conceito de território, compreendemos a partir da reflexão sobre os limites e fronteiras que se manifestam em nossas relações com o outro, no cotidiano e nas diversas escalas. A sua definição coloca a noção de limite em relação à noção de interação espacial, e, assim, a interação nula ou quase nula é aquela resultante da ausência ou inexpressividade de interações espaciais (SERPA). Já as fronteiras

indicariam uma dicotomia entre as identidades territoriais, conforme se pertence ou não a um território, podendo ainda os embates de fronteira aflorarem de formas conflituosas ou mesmo consensuais (LÉVY & LUSSAUT). Assim, podem ocorrer tanto quando nos voltamos intencionalmente para dentro e nos colocamos entre iguais, ou ainda quando estamos voltados para fora e entre diferentes.

Por conseguinte, nos referimos à “dialética do esquartejamento” constituída pelo exterior e interior e através de cujos limites podem se formar barreiras. Entretanto nem sempre essa oposição é muito clara, considerando a diversificação de matizes e nuances e inversões que sempre podem acontecer. (BACHELARD).

O território passa a receber na atualidade novas qualidades como compartimento do espaço definido pelo domínio Estatal; espaço de circulação de fluxos materiais e imateriais; dimensão historicamente constituída; campo de forças e arena de oposição entre o Estado e o mercado e unidade de análise geográfica; fatos, estrutura e instância social; formação socioespacial; fonte de identidade e condição para a reprodução da vida social; recurso e abrigo para diferentes lógicas de uso e apropriação de espaços de todos os agentes sociais (SANTOS).

Nessa tese, a “região” é apresentada como sendo construções mentais/intelectuais, justificadas para nossas necessidades em analisar a realidade (HARTSHORNE). Desse modo, consideramos os três tipos: a “região homogênea, uma área com características que a diferem das áreas circunvizinhas ou circulantes; a "região funcional", significando principalmente uma área polarizada por um determinado centro nos marcos de uma rede urbana, e a "região-programa" como área de aplicação de um plano de desenvolvimento regional (PERROUX).

Entretanto nessa tese entendemos ainda a "região" relacionada com os sentimentos topofílicos, isto é, na qualidade de espaço vivido, a qual se associa a uma “regionafilia” (FRÉMONT), considerando ainda a questão da escala ao se referir a espaços local e global. Contudo, o mais relevante é levarmos em conta que, em um certo bairro, as características vão da paisagem à identidade. Isto é, a ideia de bairro sugere analogamente à região a conveniência de uma integração de diferentes aspectos (SOUZA). Nesse sentido, para sua abordagem os critérios se apresentam como "composicional", "interacional" e "simbólico", servindo tanto para identificar as características objetivas quanto subjetivas.

Dessa maneira, o critério "composicional" se refere às características objetivas de acordo com a composição de classe. O "interacional" com as relações estipuladas entre os indivíduos e os grupos, e que podem ajudar, por exemplo, se há algum tipo de "centralidade" e de força agindo e concorrendo em um determinado espaço, durante um período maior ou menor de tempo. E o "simbólico" que diz respeito à imagem de um dado subespaço interurbano como um espaço percebido e vivido. (SOUZA).

E ainda se somam a esse entendimento os processos paralelos que ocorrem há muitas décadas nas cidades contemporâneas, particularmente a "atomização" e a "massificação", modificando o mosaico de bairros em que cada um é polarizado por sua centralidade para se tornar uma estrutura mais complexa.

Temos por fim o conceito do lugar como principal espacialidade para essa tese, tratando-se como aquele que tem potencial criador, emancipador e autêntico da sociabilidade orgânica (LUKÁCS), pela necessidade da pluralidade de matrizes e interdisciplinaridade exigentes do período atual. Ressaltamos que compreendemos o conceito de lugar pelo pensamento dos autores, especialmente Tuan (1983); Santos (2014; 2012; 2002); Entrikin (1991); Bachelard (1989); Geertz (1989); Relph (1979); Buttimer (1976).

Para Yu-Fu Tuan, um espaço transforma-se em lugar quando dotamos de valor, mas não poderia ser definido sem a ideia de espaço, pois é a partir da segurança, da estabilidade do lugar que temos a ciência da amplidão, liberdade e ameaça do espaço. O autor destaca que aquilo que não conseguimos expressar não pode ser descartado, e que devemos buscá-lo por outras formas de entendimento.

Já Milton Santos explica que se percebe empiricamente os lugares pela funcionalização do mundo, e cada um deles se define por sua existência, tanto corpórea quanto existencial e relacional. Para Nicholas Entrikin, de forma significativa para o contexto dessa tese, acrescenta que o lugar apresenta a ideia tributária de uma mediação entre as perspectivas dos geógrafos críticos, atentos às relações entre circulação do capital, influência das técnicas e estruturas socioespaciais da perspectiva humanista, com seus significados e valores atribuídos ao espaço. Um caminho a se considerar, que pode identificar o sentido de lugar, deve ser produto da

tensão entre uma dimensão abstrata, afetiva e uma dimensão material e objetiva (ENTRIKIN).

Ainda, ressaltamos que o conceito de lugar não deve estar preso ao de uma escala menor, pois não permitiria o pleno desenvolvimento de reflexões que considerem múltiplas escalas. Nesse sentido, a subjetividade e a capacidade de desenvolvimento do indivíduo com determinada porção do espaço possuem variação mínima em termos de amplitude, como se todos aprendessem e conhecessem seu "espaço vivido" da mesma maneira e como se a identidade e o sentido de lugar não fizessem parte de uma relação mutável e estabelecida, especialmente, pela intencionalidade do indivíduo.

Entendemos "lugar" como aquele produzido por afetividade, do pertencimento, da adaptação e apropriação das realidades globais que introduzem no local, e que dão sentido à própria distribuição objetiva das coisas e das pessoas numa porção do espaço geográfico. Nessa perspectiva são denominadas "topofilias", que visam a determinar o valor humano dos espaços de posse, dos espaços defendidos contra forças adversas, dos espaços amados.

O conceito de lugar deve ser valorizado por meio da importância do que está sendo transmitido pelo comportamento humano, sem a pretensão de julgar o que é genuíno, o que é autêntico, o que serve ou que não serve, pois estes não existem de fato (GEERTZ). Nesse sentido, a ideia de cultura parte da premissa de que não é possível existir somente um único conceito que imponha limites definitivos às possibilidades de atribuição de significados pelos indivíduos. Assim, por exemplo, não podemos entender o "lugar sem lugaridade" somente pela falta de uma experiência que se tem como seu produto final.

Compreendemos que há uma grande dificuldade em definir lugar sem lugaridade por diversos aspectos subjetivos, e que este não pode ser estabelecido através de uma rigidez pela "autenticidade" e "inautenticidade", pois com facilidade incorreria em graves erros, por não considerar as realidades mutáveis do cotidiano por meio de pressupostos estabelecidos.

A despeito do lugar em si, há um sentido global do lugar, e por isso não se pode aprisionar este conceito em uma escala local, considerando muitas vezes a pretensa singularidade provincial e sentimental para sua conformação (DOREEN MASSEY). E

acrescentamos a necessidade de incremento da estrutura de circulação, representado pela globalização, de poder conduzir a repensar o lugar, observando, conforme Santos (2002), que a maior globalidade corresponde uma maior individualidade.

Nesse sentido, as considerações apresentadas acerca do “lugar” compreenderam a relatividade implícita, isto é, a que ocorre em termos de existência e experiência. Por isso, frente a tantas outras significações que comumente são utilizadas em seu conceito, necessária foi esta distinção.

Dessa maneira, em toda sua complexidade, o conceito de lugar mereceu envolver os sentidos e sentimentos naquilo que os humanistas apresentam como perspectivas e, por isso, acreditamos que não levar isso em consideração não retrataria seu sentido mais substancial. Algumas indagações são próprias do lugar e nem sempre são discutidas: particularmente, o que o lugar representa ou representou? Quais sentidos que o lugar representa na sua individualidade? Essas foram questões que consideramos nas análises dos relatos dos moradores da pesquisa de campo ao Residencial como estudo de caso.

Ademais, é importante assinalar que o seu conceito está relacionado à construção social associada ao ser-e-estar-no-mundo que compõe a essência dos espaços. Assim, acreditamos necessária à sua distinção frente a tantas ocultações que o lugar sugere e assim, de uma certa maneira, se mostra mais, mesmo que o que fica marcado nitidamente vai além da simples localização, que é mais comumente apresentada.

A sua diferenciação partindo do antitético “lugar sem lugaridade” como forma de melhor abstrair o seu entendimento, em sua essência, é na verdade a própria “lugaridade” (RELPH). Dessa maneira, compreendemos que essa distinção entre “lugar” e “lugaridade” se torna inexorável e, por isso, poderíamos passar a utilizar o termo “lugaridade” ao nos referirmos às espacialidades, principalmente para as modernidades às quais estamos sujeitos. Isso pode ser o melhor caminho que livraria das ocultações e pretensões pouco producentes que tiram o sentido e a dinamicidade própria do seu conteúdo.

Ressaltamos a “lugaridade” como referente a espaços distintos das espacialidades, repletos de sentido e experenciação, e que sua distinção conceitual

de “lugar”, termo ora já consagrado, passa a contribuir para a elevação no nível das discussões e desenvolvimento nas pesquisas.

Dito isso, nossa reflexão recaiu sobre a articulação entre o tratamento conceitual, o espaço representacional e a pesquisa empírica em campo, sendo que sua importância está em considerar as três partes, embora o que sobressaiu na análise da hipótese foi o do mundo vivido (BUTTIMER), e assim os relatos dos moradores de suas experiências de vida, carências e expectativas tiveram maior relevância. O PMCMV, ao contrário, havia se baseado em dados objetivos – particularmente no déficit habitacional – já que, mesmo citando que houve dado qualitativo, este estava revestido de numérico.

Então, nessa pesquisa a consideração é feita sobre a falta das individualidades dos moradores no PMCMV, embora, para aporte das análises e reflexões, consideramos os dados de pesquisas institucionais sobre os programas habitacionais no país, as políticas e análises de pesquisas acadêmicas. Ademais, contamos com a atividade empírica não somente a partir das entrevistas com moradores, mas também da atividade da paisagem, em que nos colocamos como partícipes no espaço-moradia, o Residencial Paranoá Parque, para assim poder conseguir o equilíbrio necessário.

Dessa forma, a síntese dos procedimentos metodológicos consistiu nos seguintes “passos”:

1º. Partimos de um objetivo inicial, que era o de apreender o conceito de habitar/morar considerando o objeto de estudo, o Programa Minha Casa, Minha Vida, pelas razões que já expusemos, e assim, poder avaliar e discutir as carências que têm produzido lugares sem expectativas de desenvolvimento econômico, social e cultural etc.

2º. Dessa maneira, desenvolvemos o estudo conceitual partindo das obras de filósofos, principalmente de Martin Heidegger, que desenvolve e discute suas acepções a partir da ontologia. Nesse sentido, nos baseamos em algumas delas, particularmente *Ser e tempo* (2014); *A origem da obra de arte* (1996); *Da experiência do pensar* (1969); *Construir, habitar e morar* (1999); *Conferencias y artículos* (1994), dentre outras.

3º. A partir dos estudos conceituais da filosofia, procuramos novas acepções em distintas áreas de conhecimento, por meio de importantes autores, a fim de abarcar a sua compreensão. Nessa parte, sobressaíram principalmente estudos da corrente humanística da geografia, nos quais houve uma conformação entre o habitar/morar e o espaço-moradia no que concerne ao lugar como essência do habitar/morar. Ressaltamos os trabalhos de E. Relph; Y. Tuan; A. Buttimer; N. Entrikin; C. Geertz; D. Massey e E. Marandola como recortes de pensamento sobre o sentido do habitar relacionado ao lugar. Acrescentamos a fenomenologia como parte importante dessa tese, no universo da qual a de base transcendental (HUSSERL) se mostrou a mais promissora para análise, reflexão e discussão da pesquisa.

4º. Em seguida, estudamos as espacialidades tais como a paisagem, o território, a região e o lugar como forma de melhor compreender as formações espaciais, a partir dos programas habitacionais de interesse social. Nesse sentido, foram apresentadas discussões e atualizações em cada conceituação.

5º. O outro passo foi apreender o objeto de estudo dessa pesquisa, o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV. Para isso iniciamos o estudo pelos programas habitacionais no país ao longo do tempo, em seus diferentes formatos e consequências para a realidade atual das áreas urbanas. Após esse estudo, realizamos a análise do PMCMV confrontando com a atual Política Nacional de Habitação, com dados objetivos do Programa e seus resultados, bem como a apresentação de avaliações de diferentes autores.

6º. Atentando para a hipótese dessa pesquisa: *O programa Minha Casa, Minha Vida, por não ter considerado as individualidades dos moradores, produziu lugares sem lugaridades*, o recorte espaço-temporal recaiu em Brasília e no período de 2009 a 2015. Para sua avaliação, contamos com um estudo do espaço urbano de Brasília, ressaltando os programas habitacionais anteriores, seus processos e consequências socioespaciais.

7º. Chegamos então ao estudo do Programa MCMV para o DF e para isso contamos com análise dos dados dos contratos fornecidos pela CEF e Codhab para o período. Em seguida, analisando os dados, identificamos somente três contratos para a baixa renda do período assinalado, e, destes, somente um foi

em área urbana: o Residencial Paranoá Parque. Ademais, recorremos ao estudo de base representacional da CODEPLAN, sobre o planejamento do território do DF, PDOT/DF, bem como uma pesquisa de opinião com os moradores que receberam suas moradias no Residencial.

8º. Para avaliação da hipótese, realizamos o estudo de caso no Residencial, considerando o mundo vivido (BUTTNER), e para isso efetivamos atividades de campo, particularmente sobre a paisagem e sobre o lugar. Decorrem daí procedimentos e técnicas de análise para as vistorias e também para as entrevistas com os moradores sobre o espaço-moradia. Objetivamos, assim, a partir das experiências de vida, dia a dia e expectativas quanto ao espaço-moradia, poder avaliar as perspectivas quanto à formação da lugaridade (RELPH).

9º. Realizados tais exercícios, procuramos identificar, nos estudos de campo, aspectos apresentados das espacialidades, discutidos no segundo capítulo, que poderiam contribuir com as reflexões e influências captadas pelos relatos dos moradores para a formação da lugaridade.

10º. Observamos necessidade de considerar para as análises não somente o estudo do lugar, mas também da paisagem, da região e do território, assim como em outras escalas do espaço urbano de Brasília especialmente a realidade do país, e sem deixar de se ater ao processo de globalização que cria os espaços atomizados e estandardizados na atualidade.

11º. Procurou-se, por fim, corresponder com a reflexão sobre o tema dos programas habitacionais de interesse social, pela valorização de estudos de base subjetiva, do mundo vivido, como forma de efetivamente contribuir com desenhos dos programas, e, pelo conjunto das reflexões exploradas, reforçamos a importância dos estudos das novas e velhas questões acerca dos programas habitacionais, considerando tratar de processos em movimento, de transformação; entendemos, assim, a necessidade da primazia de pesquisas das espacialidades em diferentes realidades do país.

1. CAPÍTULO 1: BASE CONCEITUAL: HABITAR/MORAR

1.1 Habitar: do existencialismo ao espaço-lugar

O conceito de habitar aparece em várias acepções e em diferentes áreas de conhecimento, e por isso o estudo busca compreender, a partir delas, elementos essenciais que devem ser valorizados e, especificamente, levados em conta em programas habitacionais de interesse social no país.

Ressalta-se, inicialmente, que esse estudo não teve a finalidade de apresentar uma proposição acabada do habitar, nem única, que inclua todas as suas nuances, mas captar sentidos poucos visíveis que sejam de importância para compor o sentido do habitar/morar e que devam ser enaltecidos como forma de valorizar o espaço-lugar.

O espaço-lugar é compreendido, conforme Tuan (1983), como aquele construído a partir da experiência e dos sentidos, envolvendo sentimentos num processo de comprometimento geográfico com a cultura, a história, as relações sociais e a paisagem.

A abrangência do lugar recai nas diversas contribuições que transcendem em muito a geografia, constituindo, naquilo que Marandola (2020) diz integrar a ponte como importante para abordagens que buscam uma aproximação com as humanidades, a arte e o sentido fenomenológico e existencial do estar-no-mundo.

O lugar torna-se assim o microcosmo que dá sentido à existência. Trata-se de um lugar ao mesmo tempo antropológico e o *habitus* social ou casulo protetor psicológico, constituindo significado geograficamente na relação corpórea e simbólica do sujeito.

O ponto de partida, nesse sentido, recai pelo estudo do habitar da corrente humanista, em que Eric Dardel se destaca por meio de sua obra *O homem e a terra* (2015), na qual desenvolve a relação concreta e essencial que liga o homem à natureza, isto é, uma "geograficidade" que destaca o modo significativo da existência humana com o seu destino.

Para Dardel, é por meio dessa reflexão geográfica que se distingue uma nova "descoberta", a qual deve centrar os estudos que envolvem o homem interessado no

mundo circundante. Ele acrescenta ainda que, para a compreensão fenomenológica da experiência humana, a sua essência deve estar associada entre a “geograficidade”, o lugar e a paisagem.

A obra de Dardel de 1952 foi deixada de lado por muito tempo, mesmo na França, onde foi escrita, e aqui no Brasil somente depois de 60 anos da sua publicação tem despertado interesse, sobretudo para uma geografia fenomenológica voltada para os problemas da existência. E isso tem a ver com a proposta do livro que foi pensada para compor a *Nouvelle Encyclopédie Philosophique*, o que resulta em uma obra com finalidade interdisciplinar. Destina-se esse livro àqueles que se interessam pela dimensão espacial da existência. Além disso, por meio da relação homem-terra, retrata a preocupação contemporânea com o meio ambiente.

Para Eric Dardel (2015), a valorização da terra na qual vive o homem se abre à sua liberdade de espírito, sendo essa a forma original de fazermos parte de uma espacialidade e mobilidade profunda no mundo. Ele enfatiza que a visão do homem em relação ao mundo deve ser captada em seu movimento, na sua dinâmica produzida. Para o autor, espaço é onde o homem desenvolve a sua existência, constituindo-se em essência as existências que dela se aproximam, tendo em vista que a vida lhe oferece percursos a seguir, sejam eles fáceis ou acidentais, seguros ou incertos.

O que Dardel propõe, em sua obra, é a renaturalização do homem começando pela geografia e seu modo de refletir os espaços em movimento. Isso envolve a noção de situação que extravasa para outros domínios da experiência do mundo. Assim, “a situação” de um homem supõe um ‘espaço’ onde ele ‘se move’; um conjunto de relações e de trocas; direções e distâncias que fixam de algum modo o lugar de sua existência” (DARDEL, 2015, p.14).

Na Geografia, contribuições importantes, ainda que em número pequeno, têm sido tecidas na busca por uma ontologia geográfica. Assim, Dardel (2015); Relph (2015), Buttimer (1982); Tuan (1983); Silva (1978); Santos (1986; 1994; 2004); Marandola (2015) e outros de diferentes correntes, não somente a humanista, expressam a importância da ontologia, evidenciando o espaço sociedade em seu conhecimento.

Ressalta-se, conforme esta tese mostra, que a maioria desses autores humanistas fundamentam seu pensamento a partir da ontologia de Martin Heidegger. Mas não somente essa corrente, dentre as várias áreas pesquisadas: o pensamento de Heidegger é ainda referendado, com seus diversos elementos explicativos sobre o 'habitar'. Por outro lado, apresentam-se as necessárias críticas a respeito de seu pensamento, considerando seu posicionamento ou falta de posicionamento, em diversas questões relevantes para a compreensão da vida.

O pensamento de Martin Heidegger (1889/1976), em textos pesquisados, específicos, sobre a sua ontologia estão destacados sobretudo em seu artigo, "Construir, Habitar, Pensar" -*Bauen, Wohnen, Denken*- (1999), em suas obras "Ser e Tempo" -*Sein und Zeit*- (1927/2014) e "Da experiência do pensar" (1968), além de outras que enfatizam o sentido ontológico e suas potencialidades em estar-no-mundo.

A esse respeito, importantes e necessárias críticas são apresentadas e discutidas por Flávio R. Kothe (2011; 2013; 2020 e 2021), sobre as obras e determinados posicionamentos de Heidegger, bem como sua falta. Dentre eles, logo de início, aponta a tradução equivocada do *Sein* em Ser. Enfatiza Kothe (*idem*) que o próprio título dessa obra, já consagrada, apresenta esse erro. Ademais, a palavra *Dasein*, bastante usada nas suas explicações, tem sido traduzida como 'ser-aí', uma forma equivocada, diz o autor – considerando que, nas "línguas ibéricas, especificamente, temos o significado espacial de estar, que é o correto", e enfatiza: "não posso ser sem estar" (KOTHE, 2020/2021).

Segundo Kothe (2020), o estar deve ser entendido como "estar no sentido de um estar sendo e ser estando e, não o ser antes do estar". Segue sua explicação ao exemplificar: "o sujeito pode morrer, mas sua obra ainda poderá ser estudada: ele existe no texto" (KOTHE, 2013). É daí que também surge o erro do *Dasein* como "ser-aí". O correto, então, é "estar-aí". Nesse sentido, o pensamento ontológico de Heidegger nesta pesquisa utiliza a tradução correta de estar-no-mundo, na intenção de captar os elementos que podem ser mais importantes para a compreensão que envolve o habitar.

Dessa passagem, Kothe segue sua explicação de que "o que se tem nas traduções da editora Vozes é recristianização e reidealização do Heidegger". E, ainda, o filósofo impõe ao homem o retrato de um ente "despido de sentimentos, despido de

um fazer organizado, despido de política e de Estado”. Dessa maneira, acrescenta, criticando Heidegger, “a sua obra carece de dialética e não capta as contradições sociais” (KOTHE, 2013; 2020).

É relevante acentuar que algumas ideias principais de Heidegger para o entendimento do conceito de habitar estão presentes na sua obra *Ser e Tempo* (2014), e uma de suas críticas, e pertinentes a esta pesquisa, é quanto ao método das ciências naturais modernas, o racionalismo, que tem destituído os fenômenos humanos de seus estudos. Nesse sentido, para a sua evolução, deveria envolver a renaturalização do homem com o espaço, conforme preconiza a corrente humanista, com vistas a uma totalização.

A totalidade do ser para Heidegger é evidenciada no § 39 dessa obra (2014), com o “estar-no-mundo” em uma preocupação intensa com o estar-aí existencial. Para o autor, a multiplicidade dos fenômenos da constituição do todo estrutural e do seu cotidiano modo-de-estar pode facilmente desencaminhar o olhar unitário em busca do todo como tal. Por esse caminho, a originalidade perseguida é quase impossível de se conseguir, considerando que sempre há a influência da convivência que pode resultar no crescimento do ser. Assim, entende-se que não é porque estou com outros que me tornarei igual. A individualidade pode também ser assegurada com relacionamentos em coletividade.

Outro ponto abordado por Heidegger como base do entendimento do ser está na “angústia”. No entanto, segundo Kothe (2020), esse termo foi mal traduzido, pois seria originalmente “Angst”, que é medo. Já angústia vem de “angoise”, que foi a tradução francesa e seria como “Bedrängnis”. E com tudo isso, reflete Kothe, “tem-se aí uma redução enorme dos sentimentos básicos a um só. Ainda, reflete F. Kothe (2021) que o “Angst” consiste em uma predileção por retratar o período vivido pelo autor, qual seja, os anos de 1920, o pós Primeira Guerra.

Retornando ao ponto central da obra, estar-no-mundo: este é fundamentalmente um sentimento de constituição individual. Para Heidegger, somente a angústia/medo é capaz de determinar o estar-no-mundo existencial, o estar-em-si-mesmo. Contudo, essa preferência pela angústia/medo não é bem explicada, mas dá para presumir que novamente seu pensamento está sob influência de sua vida religiosa, como fonte de explicação do fenômeno humano, enquanto se

busca continuamente um sentido para o próprio estar nesse mundo, isto é, conforme Kothe, (*idem*) um “sentimento de abandono de quem acreditava em Deus”.

A base desse entendimento heideggeriano está naquilo que Santo Agostinho reflete sobre o ser, mas de modo específico sobre o problema do tempo, encontrado principalmente no *XI Livro* da obra *Confissões* do bispo de Hipona. Heidegger faz uma leitura dessa obra ao propor uma “tradução” em chave fenomenológica das reflexões sobre o tempo. Tal tradução pode ser estendida a toda obra de Agostinho, a qual é uma tentativa de explicar a própria vida humana a partir de um fenômeno em particular: a vivência e a experiência da consciência de uma pessoa preocupada em explicar a si própria, o sentido da existência humana nesse mundo.

Heidegger, ao analisar as reflexões agostinianas a partir dessa questão, confirma a sua tese de que o tempo deve ser lido pela fundamentação fenomenológica como uma experiência da consciência. Para o autor, o tempo não existe enquanto um ente em si mesmo, como havia proposto Aristóteles, mas enquanto experiência interna do *Dasein* (HEIDEGGER). E ainda, para o autor, a memória não é um passado existente em si, mas uma capacidade humana de trazer, para o presente, experiências vividas e gravadas no interior do próprio ser.

Do mesmo modo, o futuro não existe, mas pode ser vivido antecipadamente através de projeções que o próprio ser estende em direção ao porvir com boas probabilidades de realização, auxiliado pelas suas capacidades mnemônicas de experiências já vividas pela consciência.

No interior de Heidegger, a reflexão de Agostinho do ser humano em relação ao tempo é uma visão fenomenológica, pois o tempo é visto a partir de uma vivência interna, a partir da consciência. A experiência “espiritual” do tempo vivido pelo homem agostiniano, cheio de angústias e dúvidas em relação à vida, é vista por Heidegger como a solução do problema do tempo. E não se trata de tempo cronológico, mas psicológico, isto é, uma interpretação única na filosofia antiga e medieval, pois se tem pela primeira vez em Agostinho o conceito do tempo não como ente em si, mas como um componente radicado no próprio ser humano, ou *Dasein* como diria Heidegger alguns séculos mais tarde.

A crítica a esse posicionamento de Heidegger consiste em saber por que considerar somente a angústia como principal sentido para o homem chegar a sua

existência? E, conforme indaga Kothe (2020), por que não outros sentimentos como a alegria, a coragem? O mesmo autor apresenta a resposta: novamente, o que se pode constatar nessa escolha pela angústia significa o forte sentido religioso arraigado em Heidegger e, por isso, a predileção pelo sofrimento como forma de se chegar ao "divino".

Por outro lado, Lygia Saramago (2011) entende que a "angústia" para Heidegger representa o não se sentir em casa, isto é, não se encaixar em um lugar, o que, segundo a autora, seria o fenômeno mais originário para a compreensão do ser existencial.

A mesma autora também afirma que pensar o problema do espaço em Heidegger fora da perspectiva da linguagem seria passar longe da gênese de certas elaborações fundamentais realizadas pelo filósofo, a partir da década de 1930. Por outro lado, é certo que em *Ser e Tempo*, não há nenhuma ligação entre espacialidade e linguagem.

Ainda de forma mais significativa, Saramago, em *a Topologia do ser* (2008), aponta que, desde o início de sua reflexão, Heidegger pensou o espaço em sua vinculação ontológica com a noção de lugar, sendo este, no sentido mais tangível, de lugar no mundo. Entretanto, conforme a mesma autora pesquisou, é partir de 1947 que a sua obra toma outra dimensão e apresenta a expressão "topologia do ser".

A topologia do ser "traduziu uma tendência que já se insinuava em seus inscritos: a pedra angular do seu pensamento, a questão do ser – cujo sentido e verdade haviam se constituído como momentos temáticos fundamentais até então - começava a ser pensada em termos de lugar" (SARAMAGO, 2008, p. 20).

Contudo, para explicar seu pensamento, Heidegger (1990; 2014) apresenta os significados de várias palavras. E, ao explicá-las, não apresenta as discussões sobre elas, tampouco mostra seu próprio posicionamento. Nesse sentido, é possível fazer uma leitura de sua predileção pelos significados gregos dos vocábulos, o que dá a entender a sua ligação marcada pela fé católica.

O primeiro vocábulo apresentado é "Alétheia", que significa verdade em grego. No seu texto, *A origem da obra de arte* (1990), "Alétheia", apresenta o sentido de desvelamento do ser (dos homens e das coisas), um descobrimento daquilo que estava encoberto. Por outro lado, conforme explica Kothe (2020), Heidegger, ao se

apoiar no vocábulo grego para firmar o entendimento da verdade, já começa valorizando a teologia sem tratar daquilo que realmente interessa, que são as questões sociais.

Diferentemente de Heidegger, outros filósofos apresentam diversos conceitos para a “verdade”. Assim, Hegel explica “verdade” como uma “ideia”. Para este filósofo, “Alétheia”, é considerado verdadeiro quando aquilo que está na sua consciência é o que se vive. Já para Kant, o verdadeiro é considerado pela minha vontade, ou seja, parte do juízo individual, impedindo, assim, de olhar para outras direções e deixar de mostrar o que realmente interessa.

Por outro lado, Tomás de Aquino diz que há uma verdade anterior a qualquer coisa; no entanto, para ele é aquela que está de acordo com a fé cristã. Já para Nietzsche, a conceituação de verdade mesma é falsa, uma falsidade, um engodo, um fingimento da identidade, e não haveria verdade, considerando que há sempre mudanças e modificações. E mudanças têm a ver com algo que permanece, que sempre fica algo, ou seja, pode ficar sempre algo do que era, do que já se passou, como, por exemplo: o rio, que pode mudar, mas por outro lado, uma ponte sobre o rio permanece. Ademais, para Nietzsche, as coisas serão como vontade e estão conforme a nossa vontade, isto é, não é vontade, é vontade de poder. Entretanto, sem dúvida nenhuma cabe a Heidegger a mais notória expressão da verdade, em que a sua essência é a liberdade.

Contudo Kothe (2013) se atenta no que diz Heidegger sobre *Alétheia*: “não há progresso no conhecimento, pois no máximo o que se poderia fazer seria retomar conhecimentos pretéritos olvidados para armazená-los do melhor modo”. E segue ao afirmar que a verdade é uma conquista que precisa ser feita com liberdade ameaçada: “Ninguém tem liberdade: ela sempre precisa ser conquistada, ela sempre está em perigo” (KOTHE, 2013).

Flávio Kothe em seu ensaio *Verdade, mentira e liberdade* (2022), ressalta que com a verdade permite distinguir o que é justo e correto, o que vale e o que não tem valor, além de ser central para a vida das pessoas, para as grandes decisões que precisam tomar e para a estruturação do seu dia a dia. E que apesar disso, existem dificuldades em buscá-la, principalmente, porque a verdade não é simplesmente uma adequação formal da mente, além de que, pelas interferências das instituições em

nossa sociedade, que insistem em apresentá-la, por meio de seus representantes, de forma autoritária e solene, tem servido, conforme a conveniência, de manipulação.

Dessa maneira, conclui o mesmo autor (*idem*), "o que vem de cima pode estar errado e ser falso o que é decidido por maioria. Um sozinho e marginalizado pode estar mais perto da verdade que os empoderados" (KOTHE, 2022). Ademais atesta ainda que nem sempre aquilo que está na mente pode ser como as coisas são. E explica que o modelo $X = Y$ que permeia o pensamento ocidental, faz igualar o desigual e buscar reduzir o real ao quantitativo, igualando somente o que é parecido, deixando de lado a diferença. Ou seja, a opção entre o idealismo e materialismo, está sob o mesmo esquema: $X = Y$, e que, no entanto, há uma estrutura profunda que precisa ser desvelada e desvendada (KOTHE, 2022).

Essa explicação segundo o mesmo autor (*idem*) pode ser vista pelos escritores que entendem que não há sinônimos, que a mesma palavra em posições diferentes do texto não é idêntica. Na ironia, exemplifica Kothe, o que se diz não é idêntico ao sentido do que se diz. E ressalta que a verdade no que propôs Hegel, seria a captação do objeto em suas múltiplas determinações e, portanto, cambiante, considerando as mudanças dos vetores captados e da sua interpretação. Ademais, verdade é revelação, em seu duplo sentido de desvelar e novamente velar, sem, contudo, estar relacionado a uma revelação feita por divindade para o crente, como os gregos antigos pretendiam com a "Alétheia", pois isso seria antes a projeção de uma fantasia. E arremata dizendo que vivemos imersos na mentira, as "fakes news", sejam em histórias sagradas, oficiais, literárias etc.

No mesmo texto F. Kothe (*idem*) evidencia a liberdade como essência da verdade, tanto no sentido de o sujeito estar aberto às múltiplas determinações do objeto quanto no sentido de o objeto poder mostrar a sua multiplicidade, mesmo aquelas que o sujeito gostaria de não ter de ver. O mesmo autor esclarece que a liberdade "é a luta contra as coações, a busca de ampliação de horizontes, a vitória contra a tirania", e que por sua vez, "a razão é uma fábrica de racionalizações, mas também é a instância em que se pode decifrar a razão de ser delas" (KOTHE, 2022). E conclui F. Kothe que é preciso coragem para pensar, repensar fundamentos, pois a maioria só repete a lavagem cerebral que sofreu na escola, na família, na mídia.

Ainda para Heidegger, a verdade estaria posta por meio da poesia. O autor cita sua predileção por um poeta em específico: Friedrich Hölderlin, o que demonstra falta de coerência em sua reflexão do mundo, pois, novamente, aponta somente para uma mesma direção. Ao considerar como “verdade” o que vem do sentido poético, mas sem apresentar nenhuma discussão acerca dessa proposição, resulta em um entendimento do ser no mundo, mascarando as questões terrenas, as relações de poder da classe que comanda. Por essa contemplação poética, Heidegger deduz a uma aceitação no período em que a situação da Alemanha era dramática, período pós guerra, inclusive pela falta de moradia e problemas sociais de sua população.

Ademais, no que diz respeito à nossa realidade de países periféricos, não somente pela poesia estaria a verdade, mas, sim, poderia contribuir, por exemplo, em determinadas obras literárias, mais precisamente falando, as artes em geral, as quais oferecem potencial de análise da vida, apontando pelo movimento e descrição uma reflexão da sociedade. Por meio das obras de arte, possibilitam o entendimento com mais clareza do “espaço-tempo como modo de ser e estar do homem no mundo. Portanto a geograficidade” (MOREIRA, 2019, p.143).

Outrossim, Adorno (2009) considera a poesia de Hölderlin indevidamente apropriada pela “lírica neo-romântica”. Ademais, conforme salienta Kothe (2020), “a sua preocupação com as habitações populares está no perfil cristão do *Sermão da Montanha*, exatamente o que foi problematizado por Nietzsche como avesso da ética patricial” (KOTHE, 2013 e 2020).

Sobre as explicações dadas por Heidegger em *Ser e tempo*, severas críticas partem de Adorno (2009), ao dizer que o pensador apresenta um jargão da autenticidade, consistindo em uma “ambiciosa transcendência da linguagem para além do sentido”, que acaba, por sua vez, “desembocando em um vazio de sentido” (ADORNO, 2009). Segue Adorno (*idem, ibidem*) em sua posição contrária à ontologia heideggeriana, ao dizer que ele ontologizou o ente, tornando o ser uma repetição do ente e que o ente está reduzido apenas ao habitar o ser.

E ainda, relacionado à “verdade”, está a “liberdade” para Heidegger. No entanto, ao partir sua explicação pela palavra grega “Alépis”, centrada no modo de viver autêntico, o autor novamente ficou devendo uma discussão sobre a liberdade de crença, de se acreditar ou não em Deus.

Acrescenta-se que, para Kant, a “liberdade” é o que caracteriza o ser humano. E sua essência e qualquer forma de governo deve definir a arte, como exemplo de liberdade humana, sendo que isso está relacionado a qualidade e não a quantidade.

Ao falar sobre “liberdade”, Kothe (2020) contextualiza a questão da Democracia, que deveria ser para a pessoa escolher por si, mas é preciso ter condições. E ainda, existe um risco de perder a “liberdade”, sendo necessário, então, ter “autonomia”; contudo é preciso lutar. Além disso, rejeita a “liberdade” como conceito restritamente analítico. Para o autor, trata-se de uma ideia, e como tal, não pode ser pelo analítico, e exemplifica: “Para Cristo, a compaixão significava o amor ao próximo. E por isso, a luta é para que as ideias possam se tornar reais” (KOTHE, 2020).

Outro vocábulo em alemão que Heidegger utiliza para constituir seu pensamento é “Sorge”, significando preocupar-se com. Dessa forma o “Sorge” para o autor refere-se a uma característica humana com suas carências e necessidades dos seres humanos.

Nesse sentido a crítica para explicação de “Sorge” vem de Kothe (2011), ao dizer que faltou o agir do homem, a organização do trabalho e a participação como ser político. Ao analisar a obra de Heidegger, especialmente em *Ser e tempo* e nas reflexões sobre lógica e linguagem, o que se sobressaem são marcas da sua teologia católica. Isso é revelado, conforme Kothe (*idem*) nos conceitos dados pelo autor, tais como *Sorge* e *Sein-zum-tode*, em que reduz o homem ao conceito de *Sorge*, numa estrutura central católica.

Ainda nesse sentido, a preocupação não é um sentimento somente humano; os animais também se preocupam, o preocupar-se ocorre para não ter que se preocupar depois. Resumindo, conforme Kothe, “ao evitar o termo homem para usar *Dasein*, faz um deslocamento: em alemão, o que “está aí” (*da ist*) pode ser qualquer coisa, porém quando se faz do homem o *Dasein*, ele acaba sendo o único que realmente importa. Ele é o “rei da criação”. Além disso, para Kothe (2013), *Dasein* não poderia significar somente o homem com sua angústia, pois existem outros sentimentos dados ao homem, especialmente a coragem, e não um medo concreto de sua finitude de um ser mortal.

Nesse sentido o *Dasein* heideggeriano não configura avanço. O estar-no-espaco significa uma relação com os outros, o que não quer dizer que, por eu estar com os outros, eu me tornaria igual aos outros. Dessa maneira, do entendimento de que antes do “ser” precisa “estar” no mundo ocorre a distinção significativa que resulta na liberdade necessária ao homem para escolha e, ainda, por estar com os outros, ele se desenvolve.

A esse respeito, o que importa, na verdade é, conforme Kothe (2013), não é o “Dasein” está-aí, porque tudo está aí, mas sim como uma ideia que se transforma numa essência que independe da existência no espaço e no tempo” (KOTHE, 2013). Ainda, na obra *Ser e Tempo*, o autor desenvolve uma ontologia baseada numa descrição das “existenciais”, que são estruturas interpretativas, em que o homem, como “Dasein”, tem estar-no-mundo na forma temporal e histórica. Assim, do ponto de vista de Heidegger, a explicitação ontológica desvela uma estrutura de realização, isto é, aquilo que possibilita as várias maneiras de algo tornar-se manifesto, enquanto a dimensão ôntica (ente), mostra tudo o que é percebido, entendido ou conhecido de imediato pelo homem.

Nessa explicação, parece óbvio que, enquanto ser, o homem já está na relação estar-no-mundo, e por isso, não acrescenta muito as “existenciais”, a não ser pelas escolhas individualizadas, que na verdade, estão cheias de referenciais e de influências sociais.

Além disso, faltou no *Ser e tempo*, conforme Kothe, a “compreensão da dialética do real e da relação do homem com outros e com o mundo” (KOTHE, 2013). Dessa maneira, a ligação necessária de convivência refere-se ao homem “estar-aí” e “estar-com-os outros” para se tornar um estar-no-mundo, isto é, alguém que veja sentido para ser e estar atuando em seu tempo e lugar.

Nessa obra, o filósofo ressalta, veementemente, o ocorrido pela perda do sentido da palavra habitar, em um processo pelo qual o conhecimento e a linguagem no ocidente passou, isto é, houve o abandono do Ser. No entanto, conforme Kothe (2020), o filósofo tem essa posição do abandono do ser “por causa do seu catolicismo, ele não vê que isso ocorreu sobretudo pela ontificação do ser em Deus” (KOTHE, 2013; 2020).

Outra crítica que parece essencial à obra *Ser e tempo* está na falta de perspectiva histórica, e isso pode ser considerado conforme Kohte (2021) como um escrito banal sobre a existência. E acrescenta que apresentar o ser como finito não é uma revolução. Faltou, em contrapartida, explicar e discutir sobre isso. Kohte o compara a Karl Marx e diz que, para este, a preocupação estava na situação de vida da classe operária, e não no existencialismo, percebendo o ineditismo da "mais-valia" como motor de todo o capitalismo.

Por outro lado, dispensar o sentido ontológico continuaria em um oblívio, o que representaria também no distanciamento do habitar de sua própria fundamentação, a qual envolve a valorização do Ser individualizado e que, segundo Amaral (2009), como consequência, o sentido do "habitar" estaria sufocado pela crise habitacional, repercutindo em outros fatores característicos da sociedade atual, como a procura por vantagens e sucesso.

Por isso, o desafio apresentado por Martin Heidegger que nos impulsiona a essa busca é aquele apontado por Amaral (2009), ao se referir ao livro *Cem Anos de Solidão*, de Gabriel Garcia Marques, sobre Macondo: "estamos dispostos a lutar contra o esquecimento?"

Ainda nessa linha, Saramago (2008) entende a compreensão do que vem a ser "topo-lógica". Assim, "se evitarmos atribuir um sentido por demais alegórico à afirmação de Heidegger de que a '*linguagem é a casa do ser*', não restará dúvida de que lugar, espaço e linguagem configuram, para ele, uma única e mesma questão (SARAMAGO, 2008, p. 20). Assim, tomar isoladamente o sentido dos vocábulos se mostra insuficiente e mesmo inviável por perder sua própria substância.

A autora enfatiza que, na ontologia, pela noção de espacialidade fática (*faktischen Räumlichkeit*), aparecem as questões relativas ao espaço e ao lugar. Heidegger apresenta com nitidez quando se propõe investigar de que maneira, em diversas situações do cotidiano mais próximo, o mundo se apresenta. Explica ainda Saramago (2008) que essa espacialidade ocorre a partir do entendimento do conceito de mundo que é indissolúvel ao de *Dasein* – representa tanto o 'ser' no mundo quanto a vida humana – e vem a ser precisamente a forma de se compreender e interpretar o seu entorno nas referências do ocupar-se, mover-se e habitar do estar-no-mundo.

Partindo do seu texto magistral, *Construir, Habitar, Pensar*, Heidegger apresenta inicialmente que o habitar e o construir estão correlacionados, o que permite dizer que o construir é tudo que se mostra e que é pelo habitar que permite o construir. O filósofo apresenta, para melhor explicar essa relação, duas perguntas: O que consiste o habitar? e Em que medida o construir pertence ao habitar? Ao respondê-las, o autor afirma que somente por meio do construir que chegamos ao habitar como meta.

No entanto, apesar de que todo construir tem por objetivo o habitar, nem todas as construções servem para o habitar, isso porque, às vezes, somente albergam o homem. Entretanto, conforme Heidegger (1999), é certo que, pela falta atual de moradias, ter onde alojar-se é certamente algo tranquilizador e reconfortante. Mas hoje em dia, mesmo se a moradia tiver uma boa distribuição, facilitar a vida prática, apresentar preços acessíveis, boa ventilação e iluminação, na verdade, isso somente não garante que aconteça o habitar. De fato, são muitas inconsistências no pensamento de Heidegger, e, conforme critica Kothe (2020): “não está sequer de acordo com o sentido essencial que alberga o habitar” (KOTHE, 2020).

Da experiência do pensar, obra da década de 1940, Heidegger investe em poemas e, por meio da interpretação, realiza exercício do pensar, considerado por ele como original. Nesse processo, envolve o que o filósofo compreende como “habitar”. Identifica que são o “construir” e o “cultivar” que implicam o habitar mais original. Para o autor, significa “deixar-ser, o fazer surgir, o fundamentar e o proteger o que é fundamento” (HEIDEGGER, 1968, p. 11).

Nesse mesmo texto, afigura-se que Heidegger entende o habitar pelo pensar meditando, com forte presença da religiosidade para se alcançar o pensamento dito como original. Da mesma forma que aparece em outros textos, a mensagem é a de que o homem deve se ligar de forma mais profunda com a natureza, isto é, o *physis* no cotidiano da vida. Contudo, o filósofo deixa de lado a importante relação necessária da convivência intrínseca à vida humana.

De uma outra maneira, Heidegger procura explicar como forma totalizante do habitar por aquilo que ele denominou “quadratura”. Nela estão, segundo o pensador, os elementos necessários para o habitar existencial, quais sejam: a terra, o céu, o divino e os mortais. Nesse caso, o envolvimento desses elementos pode ser entendido

como a contínua demonstração de forte ligação do autor com a religião. Isso talvez tenha sido percebido por ele ao não questionar nem criticar a influência do cristianismo católico no habitar existencial.

Para Heidegger (1968), "pelo pensar e dizer é que o homem habita sobre a terra e sob o céu, diante dos divinos, os mensageiros da "divindade", potência sagrada, e na comunidade dos homens, isto é, os mortais" (HEIDEGGER, 1968, p. 11).

A questão em Heidegger do estar no espaço como característica do ser humano não está bem caracterizada. Ele faz analítica e não dialética (KOTHE) e, assim, ao não pensar as coisas em suas contradições, não seria possível compreendê-las. O autor, ao tomar as expressões e categorias gregas, não desenvolve um questionamento do mundo, e isso ficou muito a dever do seu pensamento.

O estar-no-mundo é também explicado nos §§14 a 17 em relação à "mundidade". Neles, Heidegger (2014) separa o ôntico (ente) do ontológico (ser) e, com isso, apresenta diversos sentidos de mundo: mundo da totalidade dos entes, mundo do ser dos entes, mundo no contexto da presença do ser e o mundo existencial-ontológico, que é a própria mundidade.

A mundidade pode, então, modificar-se e transformar-se cada vez mais no conjunto de estruturas de "mundos" particulares, embora inclua a mundidade geral. Para Heidegger, a forma de compreender a mundidade é pela analítica do estar-no-mundo que abrange a sua cotidianidade. Entretanto, o autor diz que não se trata de um caráter primordial "espacial", mas sim ao contrário: é a espacialidade da presença do ser estando no mundo que é principal.

Nesse ponto, apesar de enfatizar a impessoalidade e o modo de ser e estar do homem como primordial e original, faltou ainda a primordialidade das relações humanas com os outros, e isso está perdido em Heidegger. Além do mais, a ausência da dialética é constante em seu pensamento. O autor deixa de fora os questionamentos necessários da espacialidade do ser, a sua preocupação com as coisas terrenas, com o meio ambiente, por exemplo. As coisas no mundo são significativas para a vida do homem, e é ele quem dá essa significância.

O espaço físico, o lugar da morada, não é relevante para Heidegger, e isso está demonstrado pela falta de relacionamento entre o estar-aí e o espaço material, o físico. Assim, evidencia somente o sentido existencial do habitar, e nesse caso o habitar não ocorre de fato por não abordar a sua totalidade na forma espacial e, mesmo na relacional, o habitar heideggeriano é individual e relativo somente ao ser, ao pensamento.

Evidentemente, ao analisar-se somente a explicação do filósofo, pela via existencialista e valorização ontológica, o habitar resultaria, a bem da verdade, em algo desconexo com a realidade social. Contudo, não deixar de trabalhar esse sentido continuaria a ocultar a relação de poder, o conflito e a significação política que estão implicados no processo do habitar e do apego ao lugar, tendo em vista que o estar-no-mundo é espacial. Consiste no modo de ser-e-estar-no-mundo (MARANDOLA).

Entretanto, não se poderia deixar de citar a importante contribuição dos estudos de Jean-Paul Sartre (2007), em sua obra *O ser e o nada*, acerca da compreensão do ser. O autor ressalta o concreto, o real, como ponto de partida para considerar a totalidade sintética, da qual tanto a consciência como o fenômeno são apenas momentos, isto é, o mesmo que Heidegger considera como estar-no-mundo.

Sartre admite o "nada" como sendo do processo de fundamentação do ser que leva à percepção da espacialidade. O "nada" para ele se conforma na relação entre o ser e a exterioridade imediata, sendo que a formação da consciência ocorre quando há a negação do que é o exterior do ser.

Nesse sentido, o exterior, por sua vez, pode ser percebido como fundo e forma, que, como consequência, estão presentes na consciência do espaço sempre em constituição. Por outro lado, deve ser acrescentado o sentimento de apego ao lugar, entendido como um elemento fundamental para a participação em comunidade, que pode resultar em mudanças significativas para a vida pessoal e comunitária. Outrossim, pode significar melhorias para o bairro, a rua, o espaço do cotidiano, e, ao mesmo tempo, revelar a necessidade de se trabalhar o "apego", desde uma perspectiva crítica, situada e problematizada, tal como em situações do direito à moradia.

Assim, não há sentido em falar em atender a moradia como necessidade primordial sem considerar o espaço em que se vive. E isso não pode ser deixado de

lado, pois conjugados à moradia estão outros sentidos pessoais tão necessários à vida, o que necessariamente é o que Heidegger deveria dizer ao se referir à existência e espacialidades.

1.1.1 Habitar (e) o espaço: aproximações nas áreas de conhecimento

O conceito de habitar transcende em muito a Filosofia. No entanto, nos filósofos fenomenologistas é que se baseiam diretamente as reflexões ontológicas do ser e do espaço em diversas áreas de conhecimento. Eles, ainda, têm sido responsáveis pelos estudos mais aprofundados da experiência humana no espaço.

Nesse sentido, Martin Heidegger deixou uma senda aberta para a filosofia espacial na relação estar-no-mundo que tem provocado, ainda que mais recentemente, interesse no conhecimento essencial dessa relação humana com o seu meio mais próximo, isto é, a ideia de lugar que está de alguma maneira ligado à paisagem e ao território.

Outros filósofos, tais como Gaston Bachelard (1986) e Otto Bollnow (2008), se destacam ao contribuírem com diversos aspectos à compreensão do habitar, sendo que esses mesmos autores se apresentam por uma visão subjetiva, da mesma maneira dos humanistas.

Otto Bollnow (2008) explica o entendimento do habitar pela relação do indivíduo com o espaço, a partir do espaço vivenciado, que é caracterizado pela experiência do indivíduo e permite a interferência na própria subjetividade. Nesse caso, trata-se do espaço referência do homem, e é aí que a casa, a moradia se torna o primeiro vínculo como lugar de pertencimento do ser. E, para Gaston Bachelard, a linguagem poética pode explicar a forma como nos enraizamos no mundo, e significativamente, revela o sentido do nosso primeiro cosmo, dotado de lembranças afetivas e representações.

Na Geografia, o lugar tem posição especial, particularmente na Geografia Humana e na Geografia Crítica. Apesar de que essas tais correntes se apresentam em diferentes aspectos, podem ser vistas de certo modo como complementares. Em ambas, por exemplo, o habitar é desenvolvido por sua relevância, por centralizar em atividade necessária ao homem-meio e espaço-sociedade.

A esse respeito, Armando Correia da Silva (1978), em seu livro *O espaço fora do lugar*, chama a atenção em buscar novas linhas de interpretação da realidade e alcançar o movimento real da sociedade e do espaço. Para isso, entende a necessidade de que a partir do método empírico haja uma reflexão filosófica, ontológica, além da integração de saberes para se chegar ao espaço como totalidade. Na obra de Corrêa da Silva (1978), é ressaltado o potencial do lugar para os esclarecimentos ontológicos, o qual permite a compreensão das relações entre lugares e das pessoas com os lugares.

Na abordagem humanista da Geografia, o lugar é utilizado como principal conceito, cuja base associa-se à fenomenologia e ao existencialismo e, conforme A. Buttimer (1982), essa relação ocorre pelo diálogo estabelecido entre o homem e o meio, através da percepção do pensamento, dos símbolos e da ação. Ademais, acrescenta Relph (2000), a localização, a paisagem e o envolvimento pessoal são pontos centrais da concepção do lugar, que, para Tuan (1983), é marcado pela percepção, experiência e valores e, ainda, é produzido pelo habitante consumidor e criador do espaço.

Na expressão da corrente humanista, apesar de construir um sentido pela valorização existencial com o lugar, com o meio físico, ainda assim faltou a conexão que explica a forma e as condições para essa relação primordial lugar e meio, correspondendo às relações da sociedade nas diversas escalas e graus, além da sua estruturação no espaço sociedade.

Da mesma maneira, Edward Relph (2000), ao incorporar em seus estudos o conceito de habitar para a construção da noção de lugar e lar associado a ele, acrescenta a necessidade da base de cuidado e proteção, o que, para o autor, são formadores de identidade e autenticidade-inautenticidade existencial, seguindo, assim, o pensamento de Heidegger do “estar-no-mundo”.

Nessa mesma linha está Nicholas Entrikin (1991), que desenvolve a conceituação do lugar partindo da circunstância existencial, afetiva e simbólica para explicar a forma como o homem se coloca no mundo.

Os dois autores, assim como Heidegger, não apresentam discussão crítica sobre a sociedade em que se vive e como essas relações são construídas. Baseiam-se como fundamental a circunstância existencial; no entanto, não fazem as referências

das relações entre os grupos sociais em que estão inseridos e a sociedade como um todo.

O mesmo posicionamento em relação aos autores da corrente humanista da Geografia vale para os dois filósofos, especificamente o negligenciamento da estruturação social do espaço vivido, resultando daí uma espécie de naturalização do espaço, mas que fica devendo na questão da territorialidade necessária para a vida em sociedade.

Das décadas mais recentes, temos particularmente os trabalhos de Eduardo Marandola (2012) e Martins (2007) na Geografia, que enaltecem o habitar enquanto experiência do estar-no-mundo. No entanto, enquanto o primeiro segue Heidegger ao afirmar que o habitar “implica num conjunto fenomênico de elementos que são mediados pelas ações intencionais e do querer do homem” (MARANDOLA, 2012, p. 86), o segundo autor critica o filósofo na questão autenticidade ou inautenticidade da existência. Dessa forma, para Martins (2007), o mais importante ocorre em função dos projetos existenciais os quais o homem se coloca. O sentido do ser, ou então a sua essencialidade, apresenta a problemática atual em que o homem “vê-se obliterado no seu conteúdo por meio de outro processo a saber, a alienação e as situações daí decorrentes, a coisificação, o processo de fetichização e, finalmente, o estranhamento” (MARTINS, 2007, p. 44).

Na explicação de Marandola (2012), a existência é fundada no habitar e, por ele, marca, demarca e transforma o espaço. Outrossim, assinala que muitas formas de habitar só se desenvolvem em condições próprias de vivência e envolvimento com a comunidade e com certa duração, implicando conhecimento da cultural local e o estabelecimento de territorialidade.

Entretanto, uma crítica que cabe novamente aos autores da corrente humanista da Geografia que seguem o fundamento da ontologia de Heidegger está em considerá-lo somente do *Dasein* ou estar-aí para o ser humano. Assim, conforme Kothe (2020):

A rigor essa terminologia é problemática, pois tudo está aí, não apenas o ser humano estava ou estará. Trata-se de um erro de Heidegger ao reduzir o *Dasein* somente ao ser humano, isto é, isso é fazer do homem uma criatura exemplar, divina, como se somente ele tivesse alma, importância (KOTHE, 2020).

Para Martins (2007), o que singulariza o homem diante da sobrevivência e existência é o cotidiano em uma geografia específica, estabelecida em um habitat determinado. Ademais, para o autor, o fundamento geográfico do ser já está demarcado pelo lugar como totalidade, reunindo o particular e o universal. O habitar nesse sentido é o espaço da vida, o espaço vivido pelo indivíduo, a realização imediata da existência, isto é, a relação imediata do homem com o meio; o estar-aí em sua mais imediata geografia é a sua localização: o lugar do ente em seu estar-aí.

Seguindo o que diz Martins (2007), chega-se ao ponto mais importante que é a localização, a qual se apresenta diante de duas situações: a primeira ao mostrar o sentido de localização para o homem, isto é, por ela possibilita verificar o fundamento geográfico da essência do ser como categoria da existência; a segunda compreende a explicação posterior à primeira, ou seja, exige verificar o conteúdo dos seus significados.

A Geografia nesse caso é qualitativa, remete à posição do homem dentro de uma estrutura relacional, de co-habitações, na qual a distância não é tomada em termos métricos, mas sim em intensidade qualitativa da relação. Assim, o sentido de “localização” representa para o ente sua porta de entrada para a geografia à qual pertence. Trata-se da "geograficidade", configurando aquela que lhe é fundante como essência do seu ser, seu fundamento existencial.

Assim, é por esse meio que o homem encontra o seu sentido de localização. Dessa forma, as questões ‘onde estou’ e ‘onde estão as outras coisas que compõem minha 'alteridade', a sua distribuição, a distância relativa que estão em relação a mim, marcam a geograficidade e representam ao indivíduo o sentido de localização, ou a sua consciência geográfica.

Milton Santos, em sua vasta obra sobre o espaço, com textos tais como *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção* (1999), *Metamorfoses do espaço habitado* (2014) e *Pensando o espaço do homem* (2012), contribui com o tema do habitar aportando os lugares como espaços dinâmicos em constante modificação, que podem também ser compreendidos por suas contradições.

Santos (1999) explica que o habitar a cidade representa ação que possibilita a apropriação das potencialidades dos territórios e que seria um produto coletivo em

permanente construção, onde se desenrolam as relações afetivas e os encontros. Com isso, continua o autor, possibilita-se a emersão de um material fértil para a produção de subjetividades, e este sintetiza: “o mundo oferece as possibilidades e o lugar, as ocasiões. O lugar não é passivo, mas global e ativo” (SANTOS, 2005, p. 163).

Para Santos (1979), a organização do espaço é uma forma, um resultado objetivo de uma multiplicidade de variáveis atuando através da história. Ele explica que, quando ocorre a inércia, essa passa a ser tanto resultado quanto condição do processo. Assim, as formas espaciais são estruturas ativas que, mesmo sem autonomia em relação às outras, ainda podem se modificar e, sempre que não conseguem criar novas formas, procuram por adaptação.

Para Santos, o habitar do ser acontece pelas relações que oscilam entre o espaço físico e o social, sendo que o espaço físico é objetivo e mensurável, enquanto o espaço social relaciona-se ao espaço da subjetividade fundamentado nas interações sociais.

Santos (1999) esclarece que o fundamento geográfico da realidade está na geograficidade (DARDEL), e que para sua realização ela tem que ter o sentido da coabitação e do copertencimento, considerando a localização e a distribuição. Além disso, afirma que o nosso existir enquanto homens ocorre à medida que designamos, conceitualmente, a realidade que nos cerca, ou seja, nossa alteridade, o nosso meio.

Esse autor, após apresentar a Geografia como categoria da existência, mostra que é a partir desse entendimento que está o seu fundamento ontológico, uma vez que a existência tem relação com a definição do ser. Assim, existir é colocar-se em uma estrutura de relações com outros entes, e estas estão em uma contínua metamorfose. Ele sintetiza o homem como “complexo bio-ontológico” e aponta a escolha como singularidade a qual o remete para a vida, para a superação das necessidades, chegando assim ao significado da existência humana.

Da mesma maneira, Henry Lefebvre (2001) discute o conceito proposto do habitar ao conceber a habitação como obra humana por excelência e o habitar como um atributo da participação de uma vida social, ou seja, pertencer a uma comunidade, representando assim, a qualidade de viver na cidade.

Lefebvre (*idem*) acrescenta, nesse contexto, as relações entre “sujeito diferenciado” e “sujeito sujeitado”. O primeiro apresenta qualidade em relação ao sujeito que é o sujeito consumidor, pois o sujeito diferenciado é aquele que ocupará a cidade em liberdade, atravessando seu espaço, percebendo-o e construindo ali o seu lugar de habitação.

Para o mesmo autor (2001), surgem as modalidades de representações simbólicas que interferem na construção do espaço habitação. Trata-se das práticas espaciais, representadas pelo produto da apropriação, do uso e da forma física do espaço; representações do espaço pelo administrador da cidade e planejadores do território para os habitantes; e o espaço de representação dos habitantes, que seria o espaço vivido pelo cidadão, o qual se opõe ao espaço das representações, pois intenta modificar e apropriar-se dele.

De forma particular, a Arquitetura apresenta diferentes formas de pensar sobre o sentido de habitar (RASMUSSEN, 1984; DOBERTI Y GIORDANO, 2000; LIMA, 2007; CERESO, 2016; PALLASMA, 2017 e VIGLECCA, 2017). No entanto, tais autores demonstram uma dissociação significativa entre o homem e o meio e remetem ao ser humano como central e imponente no espaço construído. Demonstram ainda uma visão básica sobre os processos do habitar socialmente e, portanto, pouco acrescentam ao seu entendimento.

Para Eiler Rasmussen, por exemplo, o habitar está ligado à Arquitetura viva, orgânica do “lugar”, às suas raízes históricas e temas conjugados das novas e velhas cidades, além da sua vitalidade e diversificação. Sobre a matéria, escreve:

Só o homem constrói habitações que variam de acordo com requisitos, clima e padrão cultural, etc. Ele também avança no jogo da caverna, para métodos cada vez mais refinados de espaços fechados. Pouco a pouco ele empenha-se em dar forma a tudo que o cerca” (RASMUSSEN, 1984).

Da mesma maneira compreendem Roberto Doberti e Giordano (2000). Para eles, o habitar não se insere prioritariamente no campo da natureza e, sim, da cultura e da sociedade. Explicam que somente os seres humanos habitamos, porque somos a única espécie que, mesmo carecendo da natureza e renunciando a um habitat natural, dita as novas condições de um habitar cultural.

Ademais, Adson Bozzi Lima (2007) compreende o papel da Arquitetura em determinar formas de preenchimento do interior das construções, considerando a maneira de habitar de cada pessoa. Assim, “o habitar nos remete, inexoravelmente, ao momento presente em que se vive” (LIMA, 2017).

O habitar na Arquitetura, segundo Bozzi, apresenta uma outra dimensão que é a coletividade, tendo em vista que o habitar é de todos e que todos devemos habitar em comunidade. Ainda, Álvaro Galmés Cerezo (2016), além de considerar o espaço habitar como coletivo, diz que consiste pela funcionalidade da obra, assim:

La obra que se quiere producir, y que es él para-qué del martillo, cepillo y aguja, tiene, por su parte, el modo de ser del útil. El zapato es para llevarlo (útil zapato), el reloj, para ver la hora. La obra que comparece con prioridad en el trato de la ocupación — la que se elabora — hace comparecer conjuntamente, en el uso al que por esencia está destinada, él para-qué de su empleabilidad (CEREZO, Álvaro Galmés, El tiempo en la arquitectura (2016).

De outra maneira, Héctor Vigliecca enfatiza a diferença entre ocupar e habitar, e acredita que os projetos para habitação social, em geral, servem para ocupação e resultam decepcionantes, mais por uma questão filosófica do que política. E explica: “como princípio piramidal: o espaço, quando é matematicamente considerado, não tem sítios nem lugares” (VIGLIECCA, 2017). Com isso, o autor quer dizer que, quando o objetivo é construir para atender numericamente a falta de moradias, não contempla a qualidade de vida e não cria condições de habitabilidade.

Sobre a qualidade de vida na habitação social, o autor reafirma que essa não é determinada por questões construtivas nem de quantidade, mas sim pela própria qualidade do espaço urbano, isto é, a questão está na presença de infraestrutura como essência entre o pacto social do cidadão e o setor público.

Vigliecca (2017) acrescenta ainda, citando uma passagem do livro de Miguel Cereceda, *El corazón de la periferia*, que deveríamos “não fazer arquitetura”, mas, sim, paisagens que possam inspirar em nós uma promessa de enraizamento. E segue citando o escritor Simon May em *Amor: uma história*, na qual o escritor diz “nós as amaremos sejam quais forem suas qualidades, independente do quanto sejam belas ou boas, pois o empenho predominante do amor é encontrar um lar para nossa vida” (VIGLIECCA, 2017).

Nessa mesma linha está o arquiteto finlandês Juhani U. Pallasma (2017), que, em seu livro *Os olhos da pele: a Arquitetura e os sentidos*, explica como o nosso corpo habita os lugares e como o lugar afeta nossas percepções. Para o autor “a casa é um

cenário concreto, íntimo e único da vida de cada um, enquanto uma noção mais ampla de Arquitetura implica necessariamente generalização, distanciamento e abstração” (PALLASMA, 2017).

Por esse caminho, entende Pallasma que o ato de habitar revela as origens ontológicas da Arquitetura, relacionadas às dimensões primordiais de habitar o espaço e o tempo. Ainda, ao mesmo tempo em que transforma um espaço sem significado em especial, isto é, "um lugar", eventualmente transforma o espaço singular individual em uma relação com o mundo. Ademais, acrescenta que é um intercâmbio e uma extensão, ou seja, em contrapartida, o habitante se acomoda no espaço e o espaço se acomoda na consciência do habitante e, por outro lado, esse lugar se converte em uma exteriorização e uma extensão do seu ser, tanto do ponto de vista físico quanto mental.

Pallasma compreende o habitar como um evento e uma qualidade mental e experimental e ainda como um cenário funcional, material e técnico. A noção de lar, para o mesmo autor, se estende muito além de sua essência e de seus limites físicos, ou seja, vai além dos aspectos práticos de residir, pois o ato de habitar é também um ato simbólico que, imperceptivelmente, organiza o mundo dos habitantes. Assim, não apenas nossos corpos e necessidades físicas inserem na forma de habitar, mas também nossas mentes, memórias, sonhos e desejos devem ser acomodados e habitados. O Habitar, dessa maneira, é parte de nosso próprio ser, de nossa identidade.

Por fim, acrescenta Pallasma (2017) que a Arquitetura apresenta atos inerentes do habitar com o de celebrar. Explica que o habitar constitui um modo de definir o domicílio de alguém no mundo e o celebrar refere-se à reverência e à elevação de atividades sociais, ideias e crenças distintas. Ainda, para o autor, no mundo obscenamente materializado de hoje, a essência poética da Arquitetura está ameaçada simultaneamente por dois processos: a funcionalização e a estetização.

Dos estudos apresentados por autores da Arquitetura, o habitar situa em formas de ocupação, percepção e cultura. Nesse sentido, sintetizam a valorização do espaço construído, mas faltou levar em conta importantes relações da sociedade e suas diferenciações produzidas pelo uso de poder, em diferentes níveis econômicos e sociais. Pela falta de discussão dos aspectos essenciais de formação societária, pouco acrescenta à valorização dos espaços comprometidos por ações políticas que

promovem a carência do habitar na atualidade, ademais, desprezar a natureza resulta inconcebível, considerando que se trata do sentido primordial da vida.

Na antropologia, os estudos de Tim Ingold (2012) sobre o habitar se sobressaem, particularmente por desenvolverem os conceitos de antropologia ecológica em que se criticam as noções de objeto e de coisa. Para o autor, o objeto se diferencia da noção estabelecida de “coisa”. Ingold (2012) propõe a retomada da noção de “coisa” que vai além do sentido de objeto. Introduce a compreensão de que as coisas apresentam os fluxos vitais, isto é, as "coisas" integram os ciclos e dinâmicas da vida e do meio ambiente.

T. Ingold critica ainda a teoria do ator-rede, de Latour, Law e Callon, por manter e reproduzir uma divisão metafísica entre sujeitos e objetos (atribuindo a estes um valor fetichizado) e ignorar a distribuição desigual de fluxos e sentidos ao longo da rede. Para isso, o autor busca, numa discussão inspirada em Heidegger e Deleuze, propor a ideia alternativa de “malha” (*meshwork*) para pensar a cultura material e as relações de comunicação, integradas em fluxos entre as coisas.

Desse entendimento, Ingold (2012) quer dizer que se trata de um modo como materiais de todos os tipos, com propriedades variadas e variáveis, são avivados pelas forças do cosmo, misturados e fundidos umas aos outros na geração de coisas. O objetivo de Ingold é substituir tais conceituações por uma ontologia em que enfatiza a “primazia aos processos de formação ao invés do produto final, e aos fluxos e transformações da matéria ao invés dos estados da matéria” (INGOLD, 2012).

Nesse sentido, Ingold (2012) argumenta que, no mundo, habitamos por meio de coisas, numa mistura em uma circulação de materiais. A vida para o autor é fundamentalmente uma vida no “Ambiente Sem Objeto” - ASO. Consiste na imersão nessas circulações das coisas que são trazidas à vida. Como exemplo está na atividade própria de cada um, como a da pipa, pipa-no-ar, o pássaro, no seu voar, o peixe no seu nadar, a pedra que rola na água, etc.

Apesar da valorização das “coisas” em relação aos “objetos”, Tim Ingold fica devendo ao debate sobre a apropriação das "coisas" pelos seres humanos e as consequências dessa apropriação. Faltou ainda o debate estrutural em que se desenvolvem as distribuições, desigualdades de acesso às “coisas”, de grande importância principalmente para as classes de pessoas que mais necessitam dos “objetos” e assim, que comprometem sobremaneira as formas de habitar na sociedade.

Na Sociologia, Richard Sennet (2018), em seu livro *Construir e habitar*, reduz os problemas mais graves de segregação socioespacial urbana, na sua visão da diferença entre fazer e viver a cidade. Nesse ponto, o autor considera que o construir é distinto do habitar. O construir consistiria na atividade dos “fazedores profissionais” – os profissionais e seus planos, planejadores de cidades, tais como engenheiros, arquitetos, planejadores urbanos, etc. – que atuam como juízo tecnocrático. Já o habitar remete aos modos diversos de viver em uma cidade.

Apesar dessa sua crítica, o mesmo autor afirma que ainda há esperança em contribuir para uma cidade, entendida como sistema aberto (*open city*), em que valores diversos de sociedade, como cultura, religião, etnia e ambiente coabitem em mútuo respeito. Para isso, R. Sennet acredita que o problema esteja em não considerar os modos informais de habitar e viver na cidade e o juízo tecnocrático de seus “fazedores profissionais”.

Essa visão de Sennet se mostra muito simplista diante dos complexos problemas das cidades, as quais sofrem influências tanto de muitas formas (externas e internas, globais e locais) como de escalas. Pensar que existe respeito mútuo é utópico ou ingenuidade. Os problemas difusos da sociedade não se resolvem simplesmente com a organização morfológica da cidade. Destacam-se necessidades de senso coletivo, comunitário, além das constantes reivindicações e pactos para a construção de uma sociedade mais justa.

De forma conceitual, Pierre Bourdieu (1992) apresenta o *habitus* como um instrumento auxiliar para se pensar nos condicionamentos sociais exteriores e na subjetividade dos sujeitos. Para o autor, o *habitus* consiste em sistema que “(...) integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações, e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas” (BOURDIEU, *apud*, SETTON, 2012, p. 65).

Segundo Sennet, a noção do *habitus* auxilia a pensar as características de uma “identidade social, de uma experiência biológica, sistema de orientação ora consciente, ora inconsciente” (SETTON, 2012, p. 63). É necessário ainda postular que o *habitus* apresenta uma base cultural que predispõe que os indivíduos ao fazerem suas escolhas, auxiliam a pensar na formação de identidades sociais do período contemporâneo.

Para Bourdieu (1992), “o *habitus* é uma subjetividade socializada” e, por isso, deve ser visto como um conjunto de esquemas de percepção, apropriação e ação que é experimentado e posto em prática, tendo em vista as conjunturas de um campo¹. E a “forma de interpretar o conceito de *habitus* remete a uma análise relacional que enfatiza o caráter de interdependência entre indivíduo e a sociedade” (*idem, ibidem*).

Por outro lado, Bourdieu introduz o conceito de *habitus* apresentando as instituições capazes de estimular a formação das subjetividades dos indivíduos, mas também a ele faltou mostrar o papel das ideologias nas instituições e suas interferências na formação das subjetividades.

A apresentação do habitar na Sociologia feita por Sennet e Bourdieu encontra-se desfalcada da realidade em que se dão as desigualdades sociais. Assim, para Sennet, ao apontar as diferenças entre quem faz e quem mora na cidade, não atinge a relevância do habitar, a qual sofre em decorrência de forças políticas da sociedade desigual, as quais produzem cidades sem levar em conta as verdadeiras necessidades das pessoas que nela irão morar, e ainda favorecem diferentes espaços elitizados, sem contudo fornecer os equipamentos básicos aos espaços das moradas dos mais carentes.

O poético para o filósofo é a forma de construir o pensamento por ele mesmo. E ensina: primeiramente se dá pela compreensão do sentido e do valor das palavras, e, no segundo momento, busca-se a essência. Segundo esclarece Amaral (2009), Heidegger sugere que precisamos realizar a interpretação da obra literária, sem que se saiba a intencionalidade autoral, mas sim a do leitor. Isso é demonstrado, segundo o mesmo autor, pela reinterpretação que ocorre na abertura da consciência do ser.

Essa é a forma de habitar, considerando a poesia. Nela, segundo o mesmo autor (*idem*), o habitar precisa ser poeticamente construído, por meio da linguagem com a devida atenção à sua essência e renunciando aos pré-conceitos, pré-noções e

¹- Campo para Bourdieu: como concepção social, seria um espaço de relações entre grupos com distintos posicionamentos: sociais, espaço de disputa e jogo de poder. Nesse caso, aponta o autor: “a sociedade é composta por vários campos, vários espaços de relativa autonomia, mas regidos por regras próprias.” (Bourdieu, 1993, *apud*, SETTON, 2012, p. 64). Ademais, para Setton (2012), o conceito de *habitus* revela o indivíduo da atualidade formulado e construído a partir de distintas referências, como produto de uma pluralidade de estímulos em uma matriz baseada em instâncias tradicionais, tais como na educação a família, escola e mídia, pela cultura de massa. (SETTON, 2012, p. 63).

pré-julgamentos presentes em nossa forma de pensar. Ainda, a escolha da obra é de grande importância, sendo que deve refletir justamente “a capacidade de perdurar enquanto obra aberta a interpretações *ad infinitum*”. (PENEDO, 2009).

Heidegger aponta somente um caminho ao afirmar que é pela poesia que se pode construir o pensamento e levar à essência dessa que é a verdade. Para o autor é pelo pensar e dizer que o homem habita e, especificamente, o dizer é a tradução das coisas que permite ao homem o seu realizar-se como ser poético, que é a própria habitação. (HEIDEGGER, 1968).

No entanto, o filósofo (idem), ao reduzir o pensar/habitar somente à poesia, esquece que as artes em geral são formas que podem levar à compreensão do ser e estar no mundo. Nas artes, espaço e temporalidade são bem marcados e podem ser contextualizados, como, por exemplo, na literatura do romance, nas obras de arte, na música, na escultura, no cinema. Ademais, segundo Hegel (*apud* Kothe, 2020), a arte tem por finalidade transmitir uma ideia.

Ainda, em *A origem da obra de arte* (1990), Heidegger afirma que a obra de arte propicia a relação originária entre o mundo e a terra, e por ela se pode ascender à noção de verdade a partir da autocompreensão do estar-no-mundo. A obra, segundo Heidegger, aflora desde a atividade do artista, ou seja, o artista é a origem da obra de arte.

De forma específica, os romances falam da problemática humana na sua contextualidade espaço-temporal. A Geografia, especificamente, pode dar vida à literatura do romance, por entender que nessa intersecção se evidencia com mais clareza o espaço-tempo como modo de ser e estar do homem no mundo, isto é, a "geograficidade".

Na literatura brasileira, como, por exemplo, em autores consagrados tais como: Machado de Assis, Lima Barreto, Érico Veríssimo, Graciliano Ramos, Jorge Amado e Guimarães Rosa, etc., podem ser analisadas em seus escritos a originalidade da relação espaço-tempo. Assim, na obra *O Tempo e o Vento*, de Veríssimo, espaço e tempo se confundem e estão fortemente marcados nas tramas da vida humana, muitas vezes indissociáveis ao peso da existência dos personagens. E, conforme Moreira (2015), “pudera, o homem é homem no mundo”. Uma passagem que ilustra essa relação está assim retratada:

Em 1850 Santa Fé já possui sessenta e oito casas e trinta ranchos. Chama atenção o magnífico sobrado construído por um nortista de origem misteriosas, Aguinaldo Silva. Dele também é a melhor fazenda da região de Angico. Porém a sua principal atividade econômica é a agiotagem e muitas terras, inclusive a pequena propriedade de Pedro Terra tinham passado para suas mãos. (Veríssimo, Érico. *O Tempo e o Vento*, 1995).

Além disso, é possível contextualizar a estrutura da sociedade na literatura e, especificamente, no romance, por meio da linguagem do espaço simbólico pela leitura do mundo. Assim, “a literatura existente, normalmente se funde e se separa da ciência existente, conjuga-se com ela a intencionalidade da compreensão do mundo, mas rejeita a tendência desta ao discurso árido”. (MOREIRA, 2015).

Bernardo Élis, escritor goiano, nos deixou farta produção que enriquece as terras do Planalto Central com sua gente, sua fisionomia e modo de vida próprios dessas terras interioranas.

Na sua obra de contos *Veranico de janeiro* (1966), por exemplo, retrata a paisagem dos cerrados centrais e a cultura dos seus moradores, como nessa passagem no conto homônimo:

A filha amigada chorava porque o amigo estava querendo deixá-la; a mulher-da-via falava em atirar-se no rio por causa que precisava de mandar fazer um vestido novo para a festa do Divino Espírito Santo e os homens não a procuravam. Bem que ela atribuía essa fuga dos homens a respeito pelo “defunto”, mas também podia ser porque a Miguelina, uma baiana nova chegada outro dia, estivesse com mais prestígio. Gente nova de fora era sempre motivo de curiosidade. E as festas, os pousos de folia, a fazeção de doce em casa do Imperador Divino — Tudo isso a mulher estava perdendo. (ÉLIS, Bernardo. *Veranico de janeiro*, 1966, p.35).

E no conto *Rosa*, Élis descreve assim o ecossistema do cerrado:

Eram as chuvas. As águas que se aproximavam.

Daí uns dias os cerrados calcinados deliravam amarelo das Caraíbas e o roxo das sucupiras. No mar de frondes das matas alvorecia a lua dos ipês. Rosa então não tinha parada. Só, canta num tom gutural canções de uma simpleza desconcertante, com longas vogais se repetindo nessa monotonia de resmungo, de gungunado de prece, solução de negro remando em rio, gemido de gente cavando fundo.

Oiê tire las-ca
Coquê-ro
de cinco fruquia
é de ma-mauê
Cocu-ê

Fora, agosto rolava seus dias fumarentos. Nos horizontes erguiam-se rolos de fumo das roças queimando. No bochorno mais quente o pio dos bichos no cio. (ELIS, Bernardo, Veranico de janeiro, 1966, p.89).

E como essa passagem do conto *O padre e um sujeitinho metido a rabequista*:

Eis a vereda. Muito verde, pantanosa, com os buritis amontoados em fila. Um bando de guerreiros tapuios que viessem correndo pela encosta abaixo. Para lá eram as furnas, com o mataréu crescendo lá no fundo, sobre o qual as nuvens pesadas punham manchas negras e móveis. Monsenhor voltara à leitura, mas nesse dia estava cheio de pensamentos. (ELIS, B. Veranico de janeiro, 1966, p.130).

Na História, as informações documentais, sem dúvida, representam a principal fonte de estudos espaciais ao longo do tempo. Ao tratar da historiografia brasileira, esta corrente tem sido também estudada sob ponto de vista do homem e seu lugar, embora ofereça uma riqueza nas descrições da realidade do país; ainda são raros os estudos que aproveitam essa base de pesquisa.

No entanto, existem dificuldades em conseguir materiais de pesquisa dessa natureza, que podem estar associadas ainda pela desvalorização do estudo que despreza o rico conhecimento do homem com o seu meio pelos relatos das pessoas em seu cotidiano.

Para Paulo Bertran (2000), considerado como especialista na eco-história do Planalto de Altitude, das terras do Planalto Central brasileiro, afirma:

Talvez seja da humana natureza construir-se de mitos e de mistificações. Essa parte ilusionária responda talvez pelo melhor e pelo pior que a diversificada natureza do homem e de sua civilização realizaram na história.

A disciplina da história deveria unificar tudo isso, ao real e ao imaginário, mas não pode fazê-lo porquanto as auto-imagens ou os auto-estereótipos são indissociáveis da natureza humana e o homem é incapaz de ver-se sem isso. Às vezes cogitamos se a lembrança da história não é insuportável ao homem. (BERTRAN, 2000, p. 245-6).

Bertran (*idem*) adverte que as crônicas de nossas vidas e do nosso tempo acaba sendo uma imagem fragmentada, uma espécie de síntese tosca do indivíduo, e ao contrário disso, a coletividade e as histórias das pessoas se interpenetram.

A esse respeito, Paulo Bertran, na sua obra: *História da terra e do homem no planalto central* (2000), afirma que:

Temos muito a aprender sobre o metabolismo das ideias, das ilusões, da confusa natureza humana. Despoluir-se para enxergar o que existe. Despoluir-se para a

experiência imediata. Para ver o neto ou bisneto migrando para as estrelas. Ou para não ver bisneto nenhum. (BERTRAN, 2000, p. 248).

Assim, conforme atesta o mesmo autor (*idem*), nós letrados podemos ter maior carga de informações históricas do que os moradores de um certo lugar, mas estes, incomparavelmente, podem conhecer de forma insuperável os ecossistemas, a fitoterapia, a zoologia, a botânica e a agronomia.

Por outro lado, acerca da história do Planalto Central, os viajantes estrangeiros que vieram nessas terras tiveram suas obras reconhecidas e editadas em dezenas de edições e traduções mundo afora, diferentemente do pouco reconhecimento dos cronistas brasileiros. Necessário também se ter em conta que os famosos “viajantes cientistas” da primeira metade do século XIX demonstram muitas vezes juízo de valor, negativos ou positivos, ao percorrerem o Brasil.

Destarte, Johann Emanuel Pohl, o primeiro viajante estrangeiro a entrar no Planalto Central, legou-nos o livro *Viagem ao Interior do Brasil* de 1832 ao chegar em Goiás, e apresenta o seguinte relato de Luziânia (Santa Luzia):

A cidadezinha está situada pitorescamente na encosta de uma colina e tem suas ruas razoavelmente retilíneas, mas mal e só parcialmente calçadas. As casas de madeira e de barro, alinhadas lado a lado, são térreas. Só a casa do vigário tem mais um pavimento e possui janelas de mica. Ficam numa praça grande, mas desigual, cujo centro é tomado pela Igreja Paroquial de Santa Luzia, que é espaçosa, com duas torres baixas, e construída com o mesmo material das outras casas. Tem seis alturas, mas todas as tábuas pintado com cal. Uma segunda igreja no alto, a de Nossa Senhora do Rosário, foi danificada por um rio e ameaça desabar. Fora da aldeia fica a insignificante capela de Nossa Senhora da Abadia. Pouco antes de minha chegada tinham começado um edifício maior, que também foi atingido por um raio, ficando em ruínas. A jurisdição do lugar e de todo o distrito é exercido por um comandante e um juiz ordinário. Segundo um recenseamento feito em 1812, a população desta localidade e suas cercanias somava 3.886 almas. Desta época até hoje esses números antes diminuíram que aumentar, dada a constante falta de negros. Os mulatos ou pardos são a maioria. Os brancos distinguem-se pela conduta modesta e cortês. Ambas as raças, porém, desde que quase não possuem escravos para trabalhar nas lavras de ouro, estão mais ou menos empobrecidas. Ademais, são todos muito preguiçosos e consideram ser vergonha ou desonra um branco ou livre trabalhar, ainda que pouco. Essa preguiça transmite-se aos porreiros portugueses, que, às vezes chegam da Europa com a intenção de fazer fortuna trabalhando tão pouco quanto os nativos. Então se não podem tomar-se ociosos enriquecidos pelo casamento com alguma rica mulata, escolhem viver precária e miseravelmente para gozarem o bem-aventurado far-niente. Preferem passar todas as privações a compartilhar do trabalho negro, nem sempre robusto, para quem ele, orgulhoso de seu sangue europeu, olha de cima para baixo. Os moradores de Santa Luzia vivem em parte de suas plantações, um pouco da criação do gado e do comércio, e principalmente de uma famosa marmelada que vai até à cidade do Rio de Janeiro. Produzem anualmente 500 arrobas, que são vendidas a um preço unitário que varia entre 2\$800 e 4\$00. Também tem reputação nacional uma espécie de queijo seco de fabricação local...” (POHL, J.E. *op cit*, pág. 112-14, *apud*, BERTRAN, P., 2000, p. 206).

Da mesma forma, em outras artes também se pode contextualizar espaço-tempo e o ser existencial. No cinema, por exemplo, “os sentidos, ou mesmo sem-sentido que nos chegam de uma narrativa é que irão das existências às personagens e cenários” (OLIVEIRA JR., 2019, p. 16).

Dessa maneira, as artes se apresentam nas imagens, nas narrativas, nas paisagens, nas “coisas”, nas diferentes linguagens e, ainda naquilo que não foi mostrado, falado, dito ou escrito. Trata-se de expressões culturais e subjetivas a serem desveladas do estar-no-mundo. Sobre o assunto conforme Kothe:

Prédios, esculturas, quadros e cidades também são textos a serem lidos. A exegese corrente não se apresenta, porém, como hermenêutica: ela se postula como especialização, propõe sua leitura como única, tende a dogmatizar-se. Isso se mostra em púlpitos de templos e em púlpitos eletrônicos, em salas de aula e comitês assessores, em livros didáticos e revistas especializadas. De tanto esmiuçar miudezas não se pensam mais os fundamentos (KOTHE, Flávio. 2014, p. 15).

1.2 O habitar e o lugar

Essa parte do capítulo ressalta a relevância em associar habitar ao lugar, como forma de apreender a totalização da dimensão do saber. O esforço para isso se dá pelos estudos ontológicos da Filosofia, aportes da corrente humanista e aproximações em diferentes áreas de conhecimento.

A importância da compreensão da totalização consiste, primeiramente em admitir na sociedade os paradoxos das realidades espaciais, das territorialidades e, ainda, da desarrumação socioambiental. Ademais, as questões socioespaciais são ainda difíceis de serem superadas e, diante disso, falta o entendimento dos problemas da nossa sociedade, em sua totalidade, os quais envolvem a natureza do espaço atual e das forças dominantes, ou seja, dos grupos que buscam por mais poder.

A questão é de ampla magnitude e, por outro lado, pode ser desvelada e compreendida pela integração entre formas de percepção e de atitude. Dessa maneira, busca-se, por meio de um olhar da realidade, linguagens que podem ser conceituadas no campo de um discurso têmporo-espacial da sociedade.

Nessa questão o habitar vincula-se à escala mais particular, isto é, ao lugar, e este pode ser retratado tanto pela singularidade, quanto ser entendido como resultado

das forças globais. Ademais apresenta uma potência ontológica que permite a compreensão das relações entre lugares e as pessoas.

O habitar se torna relacional a partir do lugar, e aí incide a sua importância. O sentido do habitar transcende apoiado nos lugares, permitindo diálogos em diferentes áreas de conhecimento e, a sua totalidade, necessariamente, ocorre por considerar formas de enraizamento, identidade, sentido do lugar, casa, experiência e percepção, isto é, o sentido de ser-e-estar.

Nessa perspectiva os estudos a partir do habitar os lugares fornece a perspectiva da apreensão dos espaços em sua totalidade e, para isso, o sentido ontológico, o existencial do homem, associa-se ao modo de estar no lugar. Trata-se das relações entre os lugares e as pessoas e das pessoas com e nos lugares, sempre de forma relacional.

A importância do lugar relaciona-se ao próprio sentido da vida e, por sua vez, ao sentido do tempo. Nessa compreensão o habitar acompanha o lugar de significância, tanto nos sentidos objetivos e subjetivos, e essa diferenciação ocorre pela relação entre realidade subjetiva à qual pertence o sujeito, de forma particular, única, aqui e agora; e a realidade objetiva, compreendendo os elementos de experiência que persistem, mediante todas as mudanças.

Dessa maneira, o lugar é a primeira qualidade existencial pela qual todo estudo deveria começar e terminar (Bachelard, 2008), e, dado que é pela experiência, em uma porção específica do espaço, que o homem se reconhece como ser (Tuan, 1983), o lugar apresenta familiaridade necessária de um cotidiano, conformando-se como lar das experiências do dia a dia. Dessa forma revela sentido significativo de aproximação ou afastamento (HEIDEGGER), em que nos reconhecemos como nosso lugar (pertencimento), considerando a necessidade de um próprio referencial. Ademais, o lugar representa a segurança e o espaço à liberdade, necessárias para a pausa e o movimento, e por isso, compreende-se o espaço como o mais abstrato, e o lugar é o mais concreto (MOREIRA).

Assim, a valorização do lugar provém de sua concretude e, embora seja passível de ser engendrado ou conduzido de um lado para outro, é um objeto no qual se pode habitar e desenvolver sentimentos e emoções. Tal realidade concreta é atingida por meio de todos os nossos sentidos, com todas as nossas experiências, e

assim, conforme Oliveira (2019), conhecer o lugar é desenvolver um sentimento topofílico ou topofóbico. É o lugar que proporciona o habitar, e isso pode ser um local natural ou construído.

Os lugares, segundo Tuan (1983), podem se fazer visíveis por meio de inúmeros meios, como pela rivalidade ou conflito entre lugares, além das manifestações de arte e arquitetura. Em relação à identidade do lugar, ocorre mediante as diversas dimensões espaciais, tais como localização, direção, orientação, relação e território. Ademais, o lugar relaciona-se com o tempo em pelo menos três momentos: tempo como movimento, sendo lugar como pausa; afeição ao lugar em função do tempo; e lugar como tempo tornado visível, como lembrança. Dessa forma, o lugar é um mundo de significados organizados a um tempo estático e a um outro dinâmico e, por essas diferenças que ambos se tornam significativos.

Assim, o significado para os indivíduos de tempo/lugar está em seus lares, suas residências, seus lugares de trabalho, de lazer, em suma, em todas as suas ações, pois o mundo pulsa ao nosso redor em ciclos grandes e pequenos.

Os lugares apresentam características com graus de importância variados. Assim, para E. Relph (2019), a localização não é essencial ao lugar, e a experiência do lugar precisa ser avaliada com cautela, pois podem aparecer simultaneamente em todo lugar e também em nenhum lugar, alterando assim alguns dos seus princípios básicos.

O sentido do lugar está na capacidade de apreciação e apreensão de suas qualidades. Envolve o forte senso de sua história, isto é, as “raízes e enraizamento” relativos à perspectiva da experiência cotidiana. Dessa maneira o lugar é muitas vezes entendido pela sua origem, pela associação de pertencimento, mas também pela imobilidade. Além disso, conforme a proposta por Deleuze e Guattari (1983;1979, *apud*, MOREIRA, 2019), existe a noção de que as raízes precisam ser reconsideradas, pois lugares oferecem outras possibilidades, particularmente a compreensão da transitoriedade e do transnacionalismo.

O aspecto da “interioridade” ligado ao lugar refere-se à familiaridade, à capacidade de conhecer-se de dentro para fora. Dessa forma, o “lar” representa as raízes mais profundas e mais fortes e que promovem o reconhecido pelos outros, o que significa, em síntese, a “onde” cada um pertence.

Ademais o sentido dos lugares é apreendido também por seu valor antitético. Nessa condição compreende o lugar sem lugaridade, o “placelessness” (RELPH, 2000), isto é, a inexistência da capacidade de promover encontros e reuniões, ou mesmo a ocorrência fraca dessa condição. Pode ainda se referir às configurações diferenciadas do seu entorno, como focos que reúnem coisas, atividades e significados. Nesse sentido, a exclusão/inclusão podem representar uma forma de exclusividade, como dizer que “este é meu lugar, e você que é diferente, não deve ficar aqui”, ou seja, manifestações preconceituosas de diversas naturezas.

A questão da “construção do lugar” na atualidade vai além do conhecimento técnico específico dos equipamentos e serviços públicos. Envolve considerar valores e sentidos que estes representam aos seus moradores. Trata-se de uma construção a qual muitas vezes não deve ter tanta interferência de “fora”.

Assim, o homem habita determinados lugares que representam a sua essência como forma de ser-e-estar nos lugares. Tal sentido além da relação da existência, representa experiências individuais e em grupo com o lugar, isto é, o sentido da geograficidade. O lugar refere-se às particularidades e à conectividade com a qual sempre experienciamos o mundo, podendo se dar sob diversas intensidades, mas é uma inescapável parte do ser.

Um lugar se torna especial quando ocorre a reunião e, em sentido geográfico, reúne a fisionomia de aliar atividades econômicas e sociais, história local e seus significados. Em sentido mais psicológico, pode-se afirmar que ele integra nosso corpo, o estado do nosso bem-estar, a imaginação, o envolvimento com os outros e nossos experiências ambientais e, ainda, é a existência de todas as coisas, por isso, a proximidade do ser significa a consciência da aventura, totalidade e conectividade do mundo.

Dessa maneira o que fica evidenciado no estudo do habitar é a relação inexorável com o lugar, como confluência da experiência cotidiana e com a possibilidade de abertura para o mundo. E é nessa extensão que pode ocorrer a compreensão do que significa existir no mundo. Assim habitar e lugar estão concatenados, representando o espaço vivencial que tem o potencial de transformação.

2. CAPÍTULO 2: ESPACIALIDADES

Neste capítulo são discutidos alguns conceitos ligados às espacialidades pertinentes a essa tese. Primeiramente, ressalta-se a sua relação intrínseca no que se entende por “geograficidade”, termo criado por Eric Dardel (1953), que se refere ao princípio-base de que os seres humanos como seres espaciais vivemos produzindo e experienciando o espaço.

Milton Santos (2014) salienta a geograficidade como sinônimo de vida, possível somente com a materialidade, na qual envolve as relações sociais contendo laços com o passado, podendo ocorrer por diferentes formas como sujeitos ou por intermédio dos objetos.

Nesse sentido, embora possa fazer parte de uma mesma realidade, ocorre a separação em diversas categorias de espacialidades que se explicam como esforço analítico necessário por representar o todo espacial em seu movimento. Assim, para Santos (*idem*), o espaço é considerado o mais interdisciplinar dos objetos concretos, que aparece como centro de preocupação em várias áreas de conhecimento, ou então como simples meio de trabalho, podendo ser visto ainda como um produto ou um processo.

Por sua vez, o movimento da produção da sociedade e suas relações é concretizado no conjunto dos objetos espaciais, os quais determinam as espacialidades que integram seu tradicional conceito de espaço, entendido como físico, sinônimo de processos e feições naturais, e o produzido pela sociedade ou espaço social.

Além disso, conforme Santos (*idem*), o espaço "não é nem uma coisa, nem um sistema de coisas, senão uma realidade relacional: coisas e relações juntas" (SANTOS, 2014, p. 30). Nesse caso, Santos se refere ao espaço geográfico que corresponde ao campo em que ocorrem as relações ou posições relativas em uma estrutura social de base concreta.

O espaço apresenta interfaces que emergem diferentes dimensões das relações sociais configuradas em espacialidades. E, dessas, se buscam, para essa tese, as mais representativas para o estudo dos programas habitacionais de interesse social e a relação habitar/morar dos seus moradores.

A importância em considerar as diversas espacialidades está, essencialmente, em reconhecer o fio condutor dessa pesquisa, assentada nos estudos do habitar/morar, apresentados no primeiro capítulo. Seguem-se, assim, os conceitos de lugar, paisagem, território e região, apreendidos por considerações e problematização que merecem ser ressaltadas e esclarecidas.

Tais conceitos tratados nesse capítulo receberam a devida atenção e discussão e foram além das trivialidades que poderiam sugerir como primeira impressão. Assim, as controvérsias e atualizações se mostraram necessárias para o entendimento na busca por totalidade das relações sociais das pessoas no contexto dos programas habitacionais de interesse social.

2.1 Paisagem

A princípio o conceito de paisagem poderia parecer elementar por conter a tradicional compreensão de que nela abarca a visão de um observador. O fato é que há muitas discórdias sobre essa colocação bem como sobre aquela em que se entende a paisagem como sinônimo de área e que, em certo sentido, abrangeria genericamente o "espaço geográfico".

Para essas questões, uma apresentação dos questionamentos merece ser aclarada na tentativa de melhor compreensão do conceito de paisagem. A começar pelo que foi amplamente apresentado em obras a partir da década de 1980, com o conceito dispensado pelos "geógrafos físicos" e biólogos no campo da denominada "ecologia da paisagem" (*landscape ecology*).

Essa definição se mostrava tão ampla que, nesse caso, praticamente a paisagem (*landscape*) era definida como sinônimo de "espaço geográfico", que, pela visão de cientistas naturais e engenheiros, nada mais era que "área". No entanto, a questão que envolve esse significado é mais que sua abrangência. Liga-se ao fato de que, na pesquisa socioespacial, o conceito de paisagem tem tradicionalmente o sentido da visão de um observador, e, nesse caso, também as artes plásticas se dedicam à representação visual a partir de um ângulo determinado pelo artista.

Destarte, verifica-se que o sentido da pesquisa socioespacial para as humanidades, conforme Schama (1996), de um certo modo, subjetiva e culturalmente,

a paisagem é sempre construída. Assim, “[B]efore it can ever be a repose for the senses, landscape is the work of the mind. Its scenery is built up as much from strata of memory as from layers of rock” (SCHAMA, 1996, p.10).

Ademais, Schama (*idem*), ressalta a nossa percepção como papel diferenciador entre a matéria-prima e a paisagem. E disso surge para o autor (*idem*), a questão: "estaríamos somente contemplando a paisagem ou estaríamos dentro dela?"

Um esclarecimento sobre a “ecologia da paisagem” é necessário para dirimir esse questionamento, considerando que devido a um problema de mal-entendido ou de tradução, resultou em um equívoco de compreensão, conforme apurou Souza (2020).

O mesmo autor (*idem*) mostra que o modo como os *landscape ecologists* anglo-saxônicos empregaram o termo *landscape* originou-se daquela reflexão em que o geógrafo alemão, Carl Troll, em 1930, introduziu a expressão *Landschaftsökologie* (= Ecologia da paisagem). E isso para a época, no ambiente linguístico alemão, se entendia com o sentido de *Landschaft*, a qual contemplaria além da faixa do visível do espaço. Contudo, diferentemente da sua tradução para o inglês e, mesmo para o seu sentido equivalente, a *paisaje*, *paysage*, etc., em termos latinos, o seu significado ficou somente para o sentido do totalmente visual.

Acerca do conceito de “Landschaft”, conforme explica Souza (2020), se entendia na língua alemã:

(...) ao designar uma porção da superfície da Terra sem estar excessivamente amarrada ao aspecto visual, acabou, de maneira não muito frutífera (como foi avaliado após a Segunda Guerra, já nos estertores da Geografia tradicional), servindo quase que como um conceito-chave para a Geografia alemã, conceito esse integrador e onívoro (SOUZA, 2020, p. 45).

Nesse sentido é que a teoria que correspondia às intenções de Troll (*idem*) para “Landschaftsökologie”, como um conceito integrador, consistia em fundar uma abordagem holística e verdadeiramente integrada da natureza, sem o risco da fragmentação que, a exemplo da *géographie physique* de Martonne, já vinha apresentando.

Contudo, foi Richard Hartshorne, em 1939, que advertira que o termo inglês *landscape* não correspondia ao alemão *Landschaft*, embora o que se seguiu, sobretudo após a década de 1980, foi a tradução literal da *Landschaftsökologie*. Ou seja, as advertências de Hartshorne nem sequer foram levadas em conta e, por conta disso, advieram a confusão e os desencontros terminológicos.

Para além dessa questão da terminologia, surge o debate em torno da pesquisa socioespacial, em geral dialogando com as “teorias” das artes plásticas. E o fundamental nesse momento é a constatação de que existe um denominador comum entre elas que é o componente visual, como ponto de partida e representação da paisagem.

E é justamente aí que a ideia de paisagem está vinculada às artes plásticas, à pintura. Sendo aquela especificamente da Renascença na Itália e em Flandres, e afastada, categoricamente, do sentido relacionado à ciência, o que, sem esse vínculo com outros saberes, afastaria dos especialistas a sua compreensão e a atrelaria ao “saber local” (*local knowledge*) – nesse caso, às artes e à filosofia.

Nesse sentido, entende-se a paisagem como uma forma, uma aparência. Por outro lado, o seu conteúdo não revelado pode estar em consonância ou em contradição com essa forma e com o que ela, por hábito ou ideologia, nos sugere. Por exemplo, conforme ilustra Souza (2020), uma certa paisagem dominada pelo verde das matas residuais ou mesmo de pastos e com algumas cabeças de gado, em uma franja-urbana (espaço periurbano), pode parecer indicar que estamos em presença de um espaço rural. No entanto, esse olhar pode não revelar aquilo que uma pesquisa, em documentos diversos, poderia de fato evidenciar. Ou seja, as aparências podem ocultar outros sentidos e justificativas.

Importante citar que pesquisadores da linha marxista, a partir das décadas de 1970 e 1980, têm ressaltado o problema ou descompasso entre aparência e essência. E isso tem sido feito por diversos estudiosos, a exemplo daqueles da vertente cultural, que apresentam uma síntese de suas contribuições da "Nova Geografia Cultural". Os pesquisadores concluem, assim, que a paisagem, como tipo de representação visual, “mistifica, torna opaca, distorce, oculta, oblitera a realidade” (WYLIE, *apud*, SOUZA, 2020, p. 47).

Sugere o mesmo autor (*idem*) que, às vezes, a paisagem parece ser menos um cenário para a vida de seus habitantes que uma cortina atrás da qual ocorrem suas lutas e realizações e, ainda, onde os acidentes têm lugar. A paisagem atua no sentido de naturalizar, estabilizar e tornar universais, aparentemente, relações sociais e econômicas que são contingentes.

Contudo, Richard Hartshorne, no final da década de 1930, ao dialogar com outros autores alemães e estadunidenses apresentou as limitações da paisagem como uma abertura de acesso ao conhecimento geográfico. E ponderou, assim, que, ao restringirmos as características diretamente observáveis, estaríamos desprezando fatos relevantes, tais como a necessidade de uma área produtiva precisar ir além daquilo que contempla as nossas vistas e não mostrar, por exemplo, como se dão as relações de trabalho de uma certa atividade econômica.

Essa questão, de um ponto de vista socialmente crítico, foi levantada por James e Nancy Duncan, ao complementar a argumentação de que: "os custos humanos profundamente embebidos na paisagem [que] são invisíveis aos olhos" (DUNCAN & DUNCAN, 2003, p. 89).

Ao examinar o assunto, fica claro, conforme Souza (2020), que, com o fato de ser uma forma, uma aparência, é considerado, de certa maneira, saudável, "desconfiar" da paisagem. Para o autor é conveniente sempre buscar interpretá-la ou questioná-la à luz das relações entre forma e conteúdo, aparência e essência.

Ademais é pela interpretação e crítica, nas últimas décadas, que geógrafos tais como: Denis Cosgrove, Stephen Daniels, James Duncan e Don Mitchell, têm mostrado as diferentes exposições da paisagem, feitas por meio da pintura, da fotografia, etc. Esses pesquisadores de língua inglesa investem, significativamente, na discussão do conceito de paisagem e dos usos sociais, além de mostrarem, sob condições determinadas, os interesses ideológicos que expressam por meio de suas representações.

Uma dessas possibilidades da ideia de paisagem é mostrar o problema das relações e da integração entre natureza e sociedade (e cultura) e entre o "natural" e o "social" (e cultural) no espaço. Acerca disso, John Willie apresenta que:

pensar na natureza e na cultura — em processos naturais e práticas e valores culturais humanos — como sendo domínios distintos e independentes é (...) extremamente problemático, tanto na teoria como na prática. A questão de onde trocar a linha divisória entre os dois se torna carregada de dilemas políticos, morais e éticos. Os humanos já foram parte da natureza? Em tendo sido, como e quando eles se separaram dela? E, nesse caso, isso significa que algumas culturas humanas são mais naturais que outras? É a natureza algo ficado e dão, ao passo que a cultura seria dinâmica e plástica? Ou seriam as práticas culturais, simplesmente, respostas às condições do ambiente natural? (WYLIE, 2007, *apud*, SOUZA, p. 51).

Ademais, conforme afirma Souza (2020), é pela dialética da oposição e da união entre a natureza e a sociedade, e de tantas outras, que podem ser pensadas, com o com auxílio da reflexão, as representações da paisagem, em cada momento histórico, em cada contexto geográfico e nos marcos de cada imaginário específico.

Por outro lado, não há porque desconsiderar ou desprezar o conceito de paisagem somente porque a ele está associada a aparência. Não há nada de ruim nisso: ao contrário, muito pode ser realizado por exercício mental com intuito de revelar o que está encoberto. Em outras palavras: a paisagem é uma forma, uma aparência que deve ser revelada em exercícios mentais ilimitados.

Além disso, é necessária também uma valorização do conceito da paisagem por parte da pesquisa socioespacial crítica, pois somente alguns poucos autores influenciados pela *radical geography* e afiliados da "nova Geografia cultural" têm, de certa forma, compreendido, adequadamente, a sua potencialidade (DUNCAN). Ademais, pode ser entendida como uma produção cultural e integrar tanto a reprodução quanto a contestação do poder político (DUNCAN, 1990).

Para James Duncan, em *The city as text* (1990), a paisagem admite ser compreendida como um “sistema de significado”, e para isso o tema da “invisibilização” de agentes e práticas é um dos componentes para se pesquisar. Assim, as estratégias de “invisibilização” podem ser:

1 - Invisibilização por meio de representação seletiva ou “retocada” da paisagem (mediante pintura, fotografia, pintura, filme etc.);

2 - Invisibilização por meio de intervenções no próprio substrato espacial material — ou seja, mediante uma reformatação da paisagem própria da realidade.

Assim, as diversas formas de ocultação e revelação são facilmente utilizadas em imagens para determinados fins e propósitos.

Levando em consideração a compreensão de Duncan (*idem*) acerca da paisagem e suas significações, são apresentadas, por meio de fotografias, imagens do residencial Paranoá Parque - DF com as formas de sua representação, conforme a seguir:



Fotografia 1: Uma quadra interna do Paranoá Parque e a visão da proximidade. K.M.(2021)



Fotografia 2: As grandes distâncias difíceis de serem percorridas no dia a dia. K.M.(2021)

Na **Fotografia 1** a imagem é de um ambiente com certa "organização" e proximidade entre os blocos residenciais. Já a **Fotografia 2** revela que a escala das quadras e o espaço entre elas é bem diferente, apresentando grandes espaçamentos, que podem prejudicar os encontros e o convívio entre os moradores.



Fotografia 3: Aparente estruturação com piso cimentado no Residencial. K.M. (2020)



Fotografia 4: Os grandes desníveis faz com que dificulte ainda mais o caminhar, chegar e sair de casa. K.M. (2021)

Outro exemplo aparece na **Fotografia 3**. A imagem exhibe uma quadra cimentada entre os blocos e a pista, porém oculta, ao se aproximar da mesma, a situação atual de solo exposto e erosões profundas, as quais dificultam e colocam em risco o caminhar diário e necessário dos seus moradores entre suas moradias e o ponto de ônibus, por exemplo. **Fotografia 4**.



Fotografia 5: Aparência de acessos estruturados no Residencial Paranoá Parque. K.M. (2020)



Fotografia 6: Os acessos improvisados do dia a dia. K.M. (2020)

A **Fotografia 5** mostra um dos principais acessos ao residencial Paranoá Parque. A imagem remete a um bairro bem estruturado, limpo e com pistas e passeios para pedestres em boas condições. Entretanto, diferente disso, a sua área perimetral apresenta, em quase sua totalidade, solos desnudos em avançados processos erosivos. Nessa área específica, os moradores têm improvisado um campo de futebol, além disso, o Residencial não apresenta nem faixas para pedestres nem ciclovia que pudesse servir para que os moradores se deslocassem com mais frequência ao centro urbano do Paranoá. É o que revela a **Fotografia 6**.



Fotografia 7: Os acessos reais demonstram as dificuldades das grandes distâncias. K.M. (2021)



Fotografia 8: As dificuldades de acesso entre o Residencial e o Paranoá. K.M. (2021)

Na **Fotografia 7**, a imagem é de proximidade entre o residencial P. Parque e o Paranoá. Porém as outras fotografias indicam distância considerável para se chegar ao Paranoá, conforme **Fotografia 8**.



Fotografia 9: A construção de muros para conter a insegurança no Residencial. K.M. (2021)



Fotografia 10: As distâncias reais entre o Paranoá e o Residencial são significativas. K.M. (2021)



Fotografia 11: O solo exposto em acelerado processo erosivo. K.M. (2021)

Pela imagem da **Fotografia 9**, a visão do Residencial desde o Paranoá evidencia distância considerável entre as duas localidades. A **Fotografia 10** mostra a construção de um muro que irá isolar definitivamente o residencial. E a **Fotografia 11** demonstra, pela obra do muro, que nada tem sido feito para conter a erosão, nem há evidência da intenção de revegetação das suas áreas lindeiras.



Fotografia 12: A primeira impressão é de que há arborização nas proximidades do Residencial. K.M. (2021)



Fotografia 13. A localização do bosque de eucaliptos está muito distante do Residencial. K.M. (2021)

Na **Fotografia 12**, a imagem mostra que, no final da quadra, há arborização, possivelmente em sua área limdeira, em uma certa proximidade ao Paranoá Parque. Entretanto, essa mata está a uma distância considerável do residencial, bem depois da rodovia, de acordo com o que exhibe a **Fotografia 13**.

Uma outra potencialidade do conceito de paisagem para a pesquisa socioespacial, segundo Souza (2020), consiste em analisar que somente considerar a visão condiciona a nossa (in)sensibilidade e o modo como somos socializados.

Nesse sentido e especificamente para esse trabalho, a questão reside em revelar de que forma, nos novos empreendimentos para moradia de baixa renda, podemos estar condicionados por determinados signos inscritos na paisagem, ou pela homogeneidade da paisagem mais imediata do próprio espaço residencial segregado ou autosegregado, a aceitar tais realidades como “naturais”?

A hipótese é de que a paisagem poderia exercer uma espécie de persuasão, análoga àquela que é exercida pela chamada mensagem subliminar, ou seja imperceptível aos sentidos. Conjugado a isso estariam, especificamente, a ideologia da casa própria, o *status* em “morar no que é seu”, em Brasília, bem como os ganhos patrimoniais e o desejo “em deixar herança” aos descendentes, além do peso da “massificação” das formas mais “modernas” das construções desses empreendimentos, os quais contribuem para considerar a moradia como objeto de consumo, favorecendo assim a aceitação de um ambiente segregado socialmente.

Ademais, conforme Souza (2020), conscientemente uma paisagem, ao impregnar de forma contínua os nossos sentidos, “sugeriria” conteúdos diversos com relação ao que representa o ambiente familiar, tais como: belo, seguro; e ao que não o é, ou seja, anormal, feio, inseguro, etc.

Na atualidade, ainda subsistem interpretações díspares acerca da ideia de paisagem. Entretanto, o que parece unânime é que ela tem a ver com a “visualidade” e, conforme Duncan & Duncan (2004), “a paisagem é a superfície visível, material dos lugares”. Contudo, muito além desse ponto, outros de maior envergadura têm sido objeto do seu aprofundamento conceitual.

Já para Richard Hartshorne (*idem*), a paisagem apresenta proposições que convidam à reflexão que necessariamente inclui os seres humanos e, assim, são

perceptíveis. Dessa maneira, seria difícil aceitar um porto ou navio ou avenidas importantes no mundo sem as pessoas, conforme argumenta o mesmo autor.

Nesse sentido, o conceito de paisagem merece melhor consideração, e para isso, pode necessitar da sua integração com outras espacialidades, tais como de território e de lugar. Sintetizando, sem tirar a limitação da sua essência, evidentes são as potencialidades do seu uso que se apresentam maiores que as suas controvérsias.

A esse respeito, encontramos em Fernando Pessoa (1998) fragmentos que enaltecem a capacidade de dar vazão à imaginação. Assim, a paisagem pode ser compreendida:

1- Em todo o momento de atividade mental acontece em nós um duplo fenômeno de percepção: ao mesmo tempo que temos consciência dum estado de alma, temos diante de nós, impressionando-nos, os sentidos que estão virados para o exterior, uma paisagem qualquer, entendendo por paisagem, para conveniência de frases, tudo o que forma o mundo exterior nem determinado momento da nossa percepção.

(...)

2- Todo estado de alma é uma paisagem. Isto é, todo o estado é não só representável por uma paisagem, mas verdadeiramente, uma paisagem. Há em nós um espaço interior onde a matéria da nossa vida física se agita. Assim uma tristeza é um lago morto dentro de nós, uma alegria, um dia de sol no sosso espírito. E — mesmo que não se queira admitir que todo estado da alma é uma paisagem — pode ao menos admitir-se que todo estado de alma se pode representar por uma paisagem. Se eu disser “há sol nos meus pensamentos”, ninguém compreenderá que os meus pensamentos estão tristes.

(...)

3- Assim, tendo nós, ao mesmo tempo, consciência do exterior e do nosso espírito, e sendo o nosso espírito uma paisagem, temos ao mesmo tempo consciência de duas paisagens. Ora, essas paisagens fundem-se, interpenetram-se, de modo que o nosso estado de alma, seja ele qual for, sofre um pouco da paisagem que estamos vendo — num dia de chuva — uma alma triste não pode estar tão triste quanto num dia de chuva — e, também, a paisagem exterior sofre do nosso estado de alma — é de todos os tempos dizer-se, sobretudo em verso, coisas como “na ausência da amada o sol não brilha”, e outras coisas assim. De maneira que a arte que queira representar bem a realidade terá de dar através duma representação simultânea da paisagem exterior. Resulta que terá de tentar dar uma interseção de duas paisagens. Tem de ser duas paisagens, mas pode ser — não se querendo admitir que um estado de alma é uma paisagem — que se queira simplesmente interseccionar um estado de alma (puro e simples sentimento) com a paisagem exterior (..) (PESSOA, F., *apud*, SOUZA, 1998, p. 61- 2).

De outra maneira, Milton Santos (2014) constatou que geógrafos europeus davam como sinônimos paisagem e região e que, em termos bastante remotos, a Geografia correspondente a cada grupo seria explicada pela ação do próprio grupo, paisagem e região a que estavam diretamente associadas.

Nesse sentido, a confusão partiu da Europa ao se apresentar por um longo período as mesmas atividades, o que dava a impressão de imobilidade. Daí a ideia de que a paisagem era criada em função de um modo produtivo duradouro e, por isso, resultou no equívoco com a região, isto é, a área de ação do grupo personalizado. Contudo, com as grandes transformações, começando pela modernização da agricultura, a dispersão industrial introduziu novas formas de organização espacial e, portanto, já não se admite mais fazer tal associação entre os dois termos.

O certo é que, por trás dessa visão ou impressão, podem estar escondidos outros significados pouco visíveis e, desse modo, não se captar a essência do espaço. Assim, pela problematização entre aparência e essência é que se deve incluir também os traços menos visíveis da representação visual para a concepção de paisagem, como, por exemplo, o cenário da vida de seus habitantes, suas lutas, realizações etc.

Carl Sauer, considerado o pai da geografia cultural, por sua vez, ressalta a marca do homem sobre a natureza, ou seja, a cultura, que foi chamada por K. Marx de "socialização" – próxima à antropogeografia de Ratzel e à geografia humana de La Blache, que propôs os dois tipos de paisagens: a natural e a artificial.

Nesse sentido, o resultado da ação dos homens no espaço é a produção própria do espaço, e ocorre por meio dos objetos, naturais e artificiais, sendo quase inexistente a modalidade natural. Compreendemos assim que a vida em sociedade supõe uma multiplicidade de funções e, quanto maior o seu número, maior a diversidade de formas e de atores. Da mesma forma, quanto mais complexa a vida social, tanto mais nos distanciamos de um modo natural e nos endereçamos a um mundo artificial.

Além disso, Corrêa (1997) sintetiza o conceito de paisagem pela construção de uma matriz cultural constituída por muitos dos seus elementos, que servem ainda como mediação na transmissão de conhecimentos, valores, símbolos, além de poderem contribuir à transferência de uma geração a outra, do saber, das crenças, dos sonhos e das atitudes sociais.

Milton Santos, em duas de suas obras, *A natureza do espaço* (1999) e *Metamorfoses do espaço habitável* (2014), apresenta concepções da paisagem. Na primeira, Santos diferenciou o conceito de paisagem e espaço geográfico. Assim, o espaço geográfico é movimento porque é totalização, e a paisagem, totalidade, porque é um momento do movimento (SANTOS, 2002). Para o autor (*idem*), a totalidade consiste em:

[...] uma das mais fecundas que a filosofia clássica nos legou, constituindo em elemento fundamental para o conhecimento da análise da realidade. Segundo essa ideia, todas as coisas presentes no Universo formam uma unidade. Cada coisa nada mais é que parte da unidade, do todo, mas totalidade não é uma simples soma das partes. As partes que formam a totalidade não bastam para explicá-la. Ao contrário, é a totalidade que explica as partes (SANTOS, 1999, p. 92).

Nessa mesma obra (*idem, ibidem*) a paisagem já consistiria no espaço humano em perspectiva, isto é, a história congelada, porém com a participação da história viva. Em sua explicação, o Milton Santos diz que são as formas que realizam as funções sociais no espaço. Assim, pode-se falar com toda legitimidade de um funcionamento da paisagem.

Do mesmo modo que Sauer, Milton Santos (1999) afirma que a paisagem é representada por um conjunto de elementos naturais e artificiais os quais fisicamente caracterizam uma área; e são as ações sociais que atribuem movimento à paisagem, sendo tal conjunto, um dos princípios para se conceber o espaço geográfico.

Percebemos que, na sua segunda obra, *Metamorfose do espaço habitável*, a paisagem é conceituada de forma a abranger tudo aquilo que vemos e ainda o que a nossa visão alcança e, conforme Milton Santos (2014), "não apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons etc.". O autor apresenta a dimensão da percepção, isto é, o que chega aos nossos sentidos como forma de apreensão da paisagem. Assim, para sua apreensão, o aparelho cognitivo tem importância crucial, pois toda a nossa educação formal e informal é feita de forma seletiva conforme as distinções entre as pessoas (SANTOS, 2014).

Podemos acrescentar que a relação entre paisagem e a produção ocorre pela organização dos níveis destes na medida em que as exigências de espaço variam em função dos processos próprios a cada produção e, além disso, em nível de capital, tecnologia e organização correspondentes.

Por essa razão, a paisagem urbana é heterogênea, já que a cidade abrange diversos tipos e níveis de produção. Significa dizer que cada instrumento de trabalho tem uma localização específica, obedecendo à lógica da produção dos momentos que resultam em diferentes desorganizações.

Por outro lado, Cosgrove (1989) admite que a paisagem contém um significado simbólico porque é produto da apropriação e transformação da natureza na qual foi impressa, além da linguagem dos símbolos e dos traços culturais de cada grupo, cabendo ao geógrafo, em especial, decodificá-la, isto é, aprender a ler seus significados.

Em seus estudos, Cosgrove (*idem*) identifica dois tipos de paisagens, particularmente a "paisagem da cultura dominante", aquela que, por meios próprios desse grupo, exerce o seu poder, e as "paisagens alternativas", constituídas e criadas por grupos não-dominantes, que por isso mesmo são menos visíveis e consideradas.

Assim, Cosgrove retrata a paisagem da cultura dominante:

Sustentado e reproduzido, em grande medida, pela sua capacidade de projetar e comunicar (...) para todos os outros grupos, uma imagem de seu mundo, consoante com sua própria experiência, e ter aquela imagem aceita como reflexo verdadeiro da realidade de todos (COSGROVE, 1989, *apud*, CORRÊA, 1989, p. 291).

Desses aportes e discussões, sobressaiu a percepção como elemento intrínseco da paisagem. Explica Milton Santos (2014) que ela depende de cada um, e que, ao utilizar-se da visão, por sua vez, dependerá da localização em que se está, além das diferentes escalas as quais podem ampliar ou reduzir, dependendo dos obstáculos e altura em relação ao horizonte vislumbrado.

Acerca da dimensão da paisagem, entende-se que é aquela que nos chega aos sentidos. E por isso a grande importância do aparelho cognitivo e a nossa educação, formal e informal que, por isso mesmo, se mostra seletiva e dependente de profissionais nas suas distintas áreas e também para o homem comum.

Acrescentamos que a percepção é sempre um processo seletivo da apreensão, e nesse sentido, se a realidade é apenas uma e se cada pessoa a vê de forma diferenciada das coisas materiais, a visão é sempre deformada. E, por isso, segundo Serpa (2019), a nossa tarefa é a de ultrapassar a paisagem como aspecto, para se

chegar ao seu significado, pois a percepção é ainda conhecimento que depende de sua interpretação, e esta será tanto mais válida quanto mais limitarmos o risco de tomar por verdadeiro o que é só aparência.

Além disso, a natureza e o espaço são socialmente produzidos, e o ser humano é integrante e constituinte do ambiente geográfico. Este, contudo, não é vivenciado nem percebido do mesmo modo pelos diversos grupos sociais diferenciados entre si, mas sim, segundo um amplo leque de atributos que se combinam de modo complexo, tais como renda, sexo, idade, crenças, mitos, valores e utopias. Ou seja, a percepção do ambiente tem uma base eminentemente cultural.

E a paisagem é resultante de rugosidades, cristalizações do passado e do presente, que se misturam às formas contemporâneas no presente (SANTOS, 2014). Ademais, trata-se de um fato que é a um só tempo histórico e geográfico, pois se relaciona a uma produção humana, como um conjunto de elementos/objetos interligados, sempre exprimindo e condicionando crenças e ideias e cristalizando períodos históricos em seus processos.

Dessa forma, compreendemos que a percepção do ambiente tem fortes raízes culturais, porém a relação entre ambas parece ser muito mais complexa. Buscamos assim, para a pesquisa, reflexionar sobre as diferenças de percepção do espaço-moradia pelos moradores provenientes de diferentes realidades, especificamente das diferentes regiões administrativas do DF, do entorno de Brasília e de outros estados do país.

2.2 Território

Da mesma maneira que os conceitos de lugar e de paisagem, o de território tem sido motivo de novos estudos e discussões. Para o seu entendimento, igualmente se utiliza o conceito de "geograficidade", de Erick Dardel (2015).

A explicação para essa escolha se dá pelas relações concretas entre o homem e a Terra como forma de existência. Dessa maneira, conforme Relph (1979), elas permitem embasar descrições compreensivas da experiência geográfica, por tornar-se possível examinar os caminhos pelos quais se constituem, onde elas se originam, como elas se desenvolvem e se transformam.

Tanto o lugar quanto o território se assemelham e se distinguem pelas experiências geográficas, marcadas pelo espaço vivido, revelando, como diz Marandola (2012), os "modos geográficos de experiência", que se realizam nas situações cotidianas, posteriormente abstraídas em representações do espaço.

Além disso, o que distingue ser território de ser lugar está longe da diferenciação simplista e pouco clara de que o lugar seria o espaço vivido e o território o espaço de poder. Na verdade, tem sido por esse caminho que se tem gerado inúmeros mal-entendidos, já que dificilmente poderia se viver sem o exercício de poder ou sobre a possibilidade da existência de poder, sem a experiência do poder. Ademais o território também é vivido, assim como o lugar está subordinado ao exercício do poder.

Para o desenvolvimento dessa reflexão, um ponto de partida fundamental está na questão dos limites e das fronteiras, e de como limites e fronteiras se manifestam em nossas relações com o outro, no cotidiano e nas mais diversas escalas. Ângelo Serpa (2019), em *Por uma geografia dos espaços vividos*, ao buscar esse entendimento, mostra que a noção de limites na Geografia tem indicado uma conformação de espaços que, no contato de dois espaços justapostos, permite o surgimento de uma interface. Assim, "essa definição coloca a noção de limite em relação à noção de interação espacial, a interação nula (ou quase nula, resultante da ausência ou da inexpressividade de interações espaciais) representando um caso particular de relação" (SERPA, 2019, p. 62).

Nesse sentido, autores como Lévy e Lussaut (SERPA, 2019) ressaltam que os limites se constituem como objetos geográficos plenos, que se apresentam no espaço com diferentes conteúdos e estilos. Ademais, os limites colocam em evidência continuidades e descontinuidades manifestas nos processos de produção e reprodução do/no espaço. Contudo, fronteira é ela mesma um espaço (uma faixa) e tende a provocar uma dicotomia entre as identidades territoriais, conforme se pertence ou não a um território, podendo, ainda, os embates de fronteira aflorarem de formas conflituosas ou mesmo consensuais.

Portanto, os conceitos de lugar e de território não estão ligados a qualidades específicas, pois o certo é que as relações que se estabelecem entre os agentes/sujeitos/grupos/indivíduos/classes são "marcadas pelo predomínio (instável)

da igualdade e da diferença e que a dialética entre diferença e igualdade é o que vai estabelecer lugar e território como modos geográficos de existência” (SERPA, 2019, p. 63).

Ademais, tais relações, ao tratar-se de intersubjetividade e modos de existência, podem tanto ocorrer de dentro para fora (centrífuga) ou de fora para dentro (centrípeto). Isto é, a forma como agentes/sujeitos/grupos/indivíduos/classes vão reagir ao outro que irá representar o “ser o lugar” ou “ser o território”, nas mais diversas escalas espaço-temporais. Dessa forma, quando nos voltamos intencionalmente para dentro e nos colocamos entre iguais, ou quando estamos voltados para fora e entre diferentes, é possível perceber a constituição de momentos e princípios existenciais dialeticamente relacionados, mas distintos enquanto manifestações do estar-no-mundo.

Isso pode ser percebido a partir da análise das estratégias e táticas de apropriação dos espaços públicos urbanos, relacionando os conceitos de lugar e território às diferentes maneiras como os agentes/sujeitos/grupos/indivíduos/classes vão se apropriar de ruas, parques e praias no cotidiano da cidade contemporânea. Isto é uma dialética entre interior e exterior que consideramos fundamental para a compreensão das ideias aqui expostas (BACHELARD).

Bachelard conceitua como "dialética do esquartejamento" aquela constituída pelo exterior e interior, cuja geometria aparente nos cega logo que a introduzimos em âmbitos metafóricos, surgindo daí, uma dialética do ser e do não ser. Para o filósofo, a metafísica mais profunda se enraíza em uma “geometria implícita” que espacializa o pensamento" (BACHELARD, 1998, p. 215-16).

O autor leva aos limites da imaginação as consequências da dialética entre o interior e o exterior ao afirmar que “por vezes, é estando fora de si” que o ser pode de fato experimentar “consistências”; e por vezes também poder-se-ia afirmar que o ser está “encerrado no exterior” (BACHELARD, 1998, p. 218).

Nesse sentido, a dialética do interior e a do exterior apoia-se em um “geometrismo reforçado”, através de cujos limites podem se constituir barreiras. Contudo, entre o concreto (o próximo) e o vasto (o distante), nem sempre a oposição é muito clara, porque "a relação dialética entre interior e exterior se diversifica e

multiplica em inúmeras nuances e matizes. Ambos, interior e exterior, são “íntimos” e estão sempre prontos a “inverter-se” (BACHELARD, 1998, p. 221).

Ao se referir a essas geometrias, Bachelard subverte com sua fenomenologia da imaginação e abre caminho, também, para pensar o lugar e o território, não mais associados a ordens de grandezas ou escalas específicas, mas com a liberdade para pensá-los, ambos, como vastos e íntimos; e para estabelecer uma dialética existencialista possível entre 'ser lugar' e 'ser território' como modos de manifestação do estar-no-mundo.

Nesse sentido, explica Serpa (2019), o estar-no-mundo remete à possibilidade de uma ontologia espacial que relaciona experiência a processos espaciais específicos, ou seja, aos agentes/sujeitos/grupos/indivíduos/classes implicados nesses processos; e afirma que o fundamental para o desenvolvimento de uma reflexão geográfica consiste em relacionar experiências cotidianas de apropriação/criação/produção de espaço com a elaboração conceitual do lugar e do território.

Assim, uma abordagem existencialista de lugar e território deve radicalizar, segundo Serpa (*idem*), a dialética das contradições que se colocam para o exercício proposto, buscando contrapor pares de categorias visando à sua superação. Dessa maneira, por exemplo, poderíamos afirmar que território tem a ver com a posse e o domínio, lugar tem a ver com amor, compromissos e senso de responsabilidade.

Assinala o mesmo autor (*idem*), como exemplo, que temos ciúmes do lugar e defendemos através de limites e fronteiras o território. Além disso, defendemos o território contra outros territórios; já o lugar não se defende, ele sobrevive pela abertura, pela interconexão em rede, tecendo uma intersubjetividade que, dialeticamente, supra a posse e a autodefesa pelo abrir-se para o mundo em diferentes escalas espaço-temporais.

Contudo, na atual fase da globalização informacional, a interconecção por uma rede mundial de computadores nos leva a pensar que a internet e o território têm algo em comum: ambos sugerem um contexto estratégico-militar. Entretanto, somente a internet pode ser apropriada de modo tático/prático por grupos alternativos e contra-hegemônicos.

Dessa maneira, podemos confirmar o que diz Serpa (*idem*) sobre o território apresentar-se pela diferença fragmentada, “estilhaçada”; já o lugar, pela diferença que “negocia” escalas com os meios de que dispõe (para no caminho juntar os estilhaços). Se o lugar tende à universalidade, aponta o autor, o território tende à particularidade. Assim, transitar entre lugar e território significa finalmente negociar o singular e o universal, buscar superar o particular em direção ao universal, dialeticamente.

Surgem, assim, as questões: o lugar poderia se tornar território? O território poderia se tornar um lugar? Como lugar e território poderiam ser superados? As respostas vêm através das experiências geográficas do estar-no-mundo, ou seja, do próprio mundo. Essas experiências geográficas do estar-no-mundo – presença, como diria Heidegger (ou mesmo Lefebvre), revelam-se através da ocupação, do habitar o mundo, em suma, do apropriar-se do espaço, produzindo espaço. Para Heidegger, é enquanto ocupação que o estar-no-mundo pode ser tomado pelo mundo do qual se ocupa.

Nesse caso, conforme Serpa (2019), ao se dirigir “para” em sua busca de “apreender”, a presença não sai de uma esfera interna em que antes estava encapsulada. Em seu modo de ser originário, a presença já está sempre “fora”, junto a um ente que lhe vem ao encontro no mundo já descoberto. E o deter-se determinante junto ao ente a ser conhecido não é uma espécie de abandono da esfera interna”. (HEIDEGGER, 2012, p. 108-9). E é assim, “estando fora, junto aos objetos, que a presença está dentro também, “num sentido que deve ser entendido corretamente, ou seja, é ela mesma que como estar-no-mundo conhece [...] Quando, em sua atividade de conhecer, a presença percebe, conserva e mantém, ela como presença, permanece fora” (HEIDEGGER, 2012, p. 108-9).

Recaímos novamente aqui em uma dialética entre interior e exterior, entre dentro e fora pensando em uma perspectiva existencialista. Contudo, conforme Serpa (2019):

é necessário reconhecer que essa ocupação, esse habitar o mundo, se complexificou em termos existencialistas articulando lugares e territórios "em rede", através da apropriação da técnica e da tecnologia; que as experiências geográficas na contemporaneidade são permeadas por múltiplas territorialidades/lugaridades; que em uma escala pode-se habitar o mundo enquanto território e, em outra escala, enquanto lugar; que a presença articula multiterritorialidades e multilugaridades (SERPA, 2019, p. 67).

Retomamos o que afirma Relph (2012) sobre a lugaridade ser uma qualidade “própria de lugar” e estar fundada na autenticidade e no encontro, no sentido e no espírito do lugar etc. A lugaridade para o autor (*idem*) se exprime através da gradação, sendo mais forte ou mais fraca a depender dos diferentes contextos e situações espaço-temporais. Com territorialidades, no plural, assume-se aqui a definição de Souza (1995), aquelas que apresentam qualidades específicas dos territórios (territórios contínuos exprimem, sobretudo, uma continuidade, uma extensão contínua).

Assim, mais do que pensar *a priori* o território, como no que expressa Haesbaert (2014) em “extenso”, área, zona ou território-rede, em contraponto a lugar como “ponto no extenso”, deve-se estar atento às suas manifestações (as qualidades), nos modos como ocupamos e nos apropriamos do espaço, nas diferentes escalas e situações espaço-temporais; devemos estar atentos, sobretudo, às diferentes maneiras como se articulam lugaridades e territorialidades nos processos contemporâneos de produção/criação do espaço.

Dessa maneira, lugar e território se exprimem no mundo contemporâneo, sendo que os processos de apropriação do espaço público na cidade contemporânea são condicionados por representantes segregacionistas, e, conforme Bourdieu (2007), é o que vai mediar processos de territorialização de grupos sociais (classe e frações de classe), a partir de uma dialética entre capital cultural e capital econômico.

O que ocorre nos “novos” e “renovados” espaços públicos urbanos ao redor do mundo é que as práticas espaciais se inscrevem em um processo de “territorialização do espaço”, ou seja, os usuários se apropriam do espaço público através da marcação de limites e/ou barreiras de cunho simbólico, por vezes invisíveis. Desse modo o espaço público se transforma em uma justaposição de espaços territorializados; ele não é compartilhado, mas, sobretudo, dividido entre os diferentes grupos e agentes. Como resultado, a acessibilidade não é mais generalizada, mas limitada e controlada simbolicamente, sendo que o que existe é a falta de interação entre esses territórios percebidos (e utilizados) como forma de neutralizar o outro, em um espaço que deveria ser acessível a todos.

Assim, as diferenças se traduzem em táticas “exclusivistas” de territorialização, abrindo caminho para o estabelecimento de novas nuances de segregação como atos

de vontade que impossibilitam o convívio entre diferentes e "negam o outro", através da indiferença e do autoisolamento (em geral voluntário) de grupos e indivíduos no espaço público. A necessidade de anonimato se traduz, portanto, em diferença "frente ao outro", que não compartilha dos lados de intimidade/identidade dos indivíduos e grupos territorializados.

Se o espaço público é o espaço de encontro de diferentes e os territórios são, muitas vezes, espaços de iguais, juntos, mas separados por limites e barreiras simbólicas, então, um parque público ou uma praia, por exemplo, são só aparentemente acessíveis a todos.

A rua pode tanto ser favorável como desfavorável na relação do lugar com o espaço público. Favorável à rua está aquele que a define como lugar de encontro, do movimento, da mistura. A rua contém aquelas funções negligenciadas pelo modernismo de Le Corbusier: informativa, simbólica e lúdica; lugar da "desordem" ou da possibilidade de uma "nova ordem, do acontecimento revolucionário e da troca de palavras e signos" (LEFEBVRE, 2004).

Contra a rua, poder-se-ia dizer que se tornou o lugar privilegiado da repressão possibilitada pelo caráter "real" das relações que aí se estabelecem. O passar pela rua é ao mesmo tempo obrigatório e reprimido. Se a rua já foi o lugar de encontro por excelência, hoje se converte em rede organizada pelo/para o consumo, em passagem de pedestres encurralados e de automóveis privilegiados, em transição obrigatória entre o trabalho, os lazeres programados e a habitação. Embora palco para os grandes eventos permitidos e estimulados pelo poder público (Carnaval, show, espetáculos), é também objeto das forças repressivas que impõem o silêncio e o esquecimento à verdadeira apropriação: a da "manifestação" efetiva.

No sentido mais tradicional do conceito de território, em que conjugam os conceitos de espaço e de poder, Souza (2020) apresenta o entendimento de poder conforme Arendt (1983), como habilidade humana de não apenas agir, mas ter ainda um acordo entre as pessoas, um povo ou um grupo. Assim explica a autora:

O "poder" corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas agir em uníssono, em comum acordo. O poder jamais é propriedade de um indivíduo; pertence ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido. Quando dizemos que alguém está no poder, estamos na realidade nos referindo ao fato de encontrar-se essa pessoa investida de poder, por um certo número de pessoas, para atuar em seu nome. No momento em que o grupo, de onde originara-se o poder (*protestas im poupo*, sem um povo ou um grupo não há poder), desaparece, "o seu poder" também

desaparece (...) designa inequivocamente alguma coisa no singular, uma entidade individual; trata-se de uma qualidade inerente a um objeto ou pessoa e que pertence ao seu caráter (...) (ARENDR, 1983, *apud*, SOUZA, 2020, p. 80).

Entretanto, o território foi estudado por teóricos do espaço geográfico como Milton Santos, que apresentou importância singular na depuração da sua conceituação. Nos seus estudos da década de 1960, por exemplo, o "território" tinha pouca relevância, justamente por conta de sua metodologia estar aliada aos postulados clássicos da geografia francesa.

Contudo, foi a partir da década de 1970 com as novas dinâmicas do espaço, a escala nacional e o papel central do Estado-nação que ficaram explícitos, nos trabalhos de Santos, os esquemas interpretativos dos processos de urbanização pelo debate político e a atenção em relação à dimensão territorial, à medida que avançam seus estudos sobre urbanização e a dinâmica de conformação de redes urbanas.

Nesses novos temas, os estudos de Santos revelam a integração do território no processo de organização dos espaços para o "Terceiro Mundo", acompanhados com as discussões sobre o processo de modernização, subdesenvolvimento e as práticas de planejamento territorial.

Definitivamente, conforme aponta Antônio C. Robert de Moraes (2013), é a partir de 1980 e durante os anos de 1990 que o conceito de território, para Santos, vai ganhando a dimensão central como unidade básica de análise geográfica. Este conceito passa a ser entendido como base para a construção de um modelo cívico, quadro geral e referência fundamental para a compreensão, por exemplo, do fenômeno da urbanização e conformação da rede urbana brasileira.

Contudo, já com o início do período mais recente da globalização, intitulada por Santos de "meio técnico-científico-informacional", o autor propõe uma revisão do conceito de território e atribui a ele papel fundamental para a compreensão do mundo contemporâneo.

Milton Santos, com muita propriedade, afirma que, para esse novo período da nova internacionalização do capitalismo, as variáveis-chaves, tais como a técnica, a ciência, a informação, as finanças e o consumo, destacam-se como os responsáveis

por atribuir uma nova complexidade e novos conteúdos aos territórios nacionais, e ainda, que o território e o Estado-Nação são quem assumem o papel fundamental.

Nesse sentido, a expressão da globalização ocorreria por meio da difusão do meio técnico-científico-informacional. Assim, a chamada globalização total do espaço na verdade seria uma grande ilusão, uma falácia, já que estes se diferenciariam por sua qualidade e funcionalidade, determinando-se, assim, os espaços “luminosos”, ao passo que as demais frações espaciais não incorporadas aos fluxos dominantes constituiriam espaços “opacos”.

Por outro lado, na visão de Santos, não ocorreriam as abordagens que pregavam a construção de um mundo crescentemente “sem fronteiras”, o fim dos “Estados” e a preponderância de “desterritorialização”, como marcas principais do atual período histórico.

Dessa maneira, o autor (*idem*) ressaltou o atual fenômeno das redes como elemento que aprofundaria a dialética do território, na medida em que intensificaria a articulação em escala planetária dos lugares distantes, exigindo uma redefinição do papel regulador do Estado e, conseqüentemente, promoveria uma crescente fragmentação dos territórios nacionais.

Milton Santos (2014) acrescentou para o território o uso de duas categorias como fundamentais para compreensão das dinâmicas territoriais: as ‘verticalidades’, que seriam os domínios das redes, espaço de pontos articulados por fluxos; e as ‘horizontalidades’, como domínio das contiguidades espaciais, das relações fundadas na proximidade, na vizinhança e na interdependência mútua entre lugares e pessoas.

Entretanto, o autor considerou necessário atribuir como objeto de análise social o ‘território usado’ pela sociedade, e não simplesmente o território, considerando as diferenças lógicas da dinâmica de uso e apropriação dos lugares, além do fato de que nem todos os agentes detêm a mesma escala.

Dessa maneira, conforme Moraes (2013), ao atribuir relevância e densidade ao conceito de território, além daquela prevista pelas designações político-administrativas já anteriormente aceitas, este assume o papel central devido, enquanto os conceitos de região e lugar assumem a posição de dimensões subordinadas à escala nacional.

O conceito de território para Milton Santos (*idem*) passa a receber novas qualidades, tais como: compartimento do espaço definido pelo domínio Estatal; espaço de circulação de fluxos materiais e imateriais; dimensão historicamente constituída; campo de forças e arena de oposição entre o Estado e o mercado e unidade de análise geográfica; fatos, estrutura e instância social; formação socioespacial; fonte de identidade e condição para a reprodução da vida social; recurso e abrigo para diferentes lógicas de uso e apropriação de espaços de todos os agentes sociais.

Outro autor referência na conceituação de território é Antonio C. Robert de Moraes, que, além de pesquisar as abordagens escritas por Santos, se propôs a discutir o conceito, a partir do processo de ocupação e uso marcado por diferenças regionais significativas e construídas diretamente pela colonização brasileira. A questão que o autor acrescentou a sua análise foi a problemática em definir os lugares ocupados e construídos diretamente pelo colonizador, e como refletir sobre as áreas cuja presença colonial era dispersa ou efêmera.

O resultado dessas indagações mostra que Moraes (2013) diferencia os conceitos de "território" e de "território usado". Dessa maneira, para o autor, enquanto o território teria um caráter "essencialmente político", referindo-se ao exercício da soberania sobre o âmbito espacial, ou seja, de domínio geopolítico, o conceito de "território usado" referir-se-ia ao habitat criado pelo colonizador, abrangendo as instalações construídas pelo avanço nas novas terras.

O autor (*idem*) afirma que o "território usado" seria uma alusão à porção do território diretamente ocupado e transferido pelo processo de colonização, ou seja, especialmente às manchas descontínuas incorporadas à economia colonial.

Ainda, aquelas porções do território não utilizadas se constituiriam, conforme Moraes (*idem*), nos chamados "fundos territoriais", isto é, em áreas de pretensão de soberania, guardadas para uma pretensão de domínio futura, ou mesmo, "espaços de incorporação e conhecimento tênues ou inexistentes (...), concebidos como patrimônio básico do país, sendo sua ocupação (...) objeto central que animava a atuação do projeto do Estado Novo" (MORAES, 2013, p.124).

Assim, a proposta de Robert de Moraes articula os conceitos de território com "território usado" e "fundos territoriais" como forma de pesquisa e investigação do processo de formação territorial brasileiro e sua aplicação mais apropriada.

2.3 Região

A "região" sempre teve papel relevante, especificamente, para um grande número de geógrafos que a têm considerado como um dos conceitos mais tradicionais na disciplina. Entretanto, a exemplo das categorias espaciais, ela submete-se a diversas críticas e indagações sobre sua relevância, como a que fez Yves Lacoste em 1976, sobre o "conceito-obstáculo".

A crítica levantada por Lacoste (1976) diz respeito a uma interpretação de região por Paul Vidal de La Blache. Nela, a região corresponderia a harmoniosas relações do homem com o seu meio natural. Na concepção lablacheana a região seria uma entidade espacial concreta e existente independentemente da nossa consciência.

La Blache (1982) reconhece a região como aquela base das divisões "naturais" – os intitulados "pays" – as quais seriam dotadas de densidade histórica e cultural, além de ter a sua unidade enraizada na própria percepção popular. Tal como exemplifica o autor, seria dizer que qualquer camponês reconheceria uma região, e para isso, por exemplo, empregaria nomes do seu cotidiano.

Entretanto isso foi rebatido por geógrafos de "peso", como Richard Hartshorne (1978), em debates teóricos-conceituais que se basearam em diversas fontes, como Alfred Hettner e Carl Sauer. Para Hartshorne, por exemplo, apesar de apresentar similaridades com La Blache, principalmente em relação à ideia de "ciência dos lugares", ressaltou a diferenciação entre área e região, sendo que esta corresponderia a um conceito mais abstrato do que aquela. A "área" (*área*) e "região" (*pays*, ou mesmo região), formariam as unidades espaciais maiores.

Nesse sentido, Hartshorne (*idem*) apresenta a região como sendo construções mentais justificadas para nossas necessidades analíticas em face da realidade. Outros autores como François Perroux também propuseram, na década de 1950, um tratamento parcial e bastante abstrato do espaço social, sob forma do espaço

econômico. Nesse período de forte influência causada pela Segunda Guerra Mundial na Europa, o seu contexto levou para a verificação os conceitos de “fronteiras naturais” e “espaço vital”, com o viés econômico para o entendimento das relações espaciais.

Para Perroux (1950), o espaço econômico não conheceria fronteiras, levando essa nova interpretação a uma outra ideologia pelo capitalismo nas décadas seguintes, em que afirmaram que o mundo preconizava uma Europa “sem fronteiras”, mas com a intenção clara de atender aos mercados, pela circulação livre dos fluxos econômicos.

O mesmo autor (*idem*) explica que o espaço econômico poderia ser tratado sob três pontos de vista complementares: o do espaço como área relativa à execução de um plano; o do espaço como campo de força (força de atração ou repulsão dos fluxos de bens, informação etc.) e o espaço como uma estrutura com características próprias, como a subunidade em meio a outras estruturas espaciais (PERROUX, 1950, p. 93).

Por meio de seus estudos, Perroux influenciou diversos autores de distintas áreas de conhecimento, principalmente com a complementação de sua teoria sobre os “polos de crescimento e desenvolvimento”. Em decorrência dessas reflexões é que derivaram as ideias referentes a “região” em três tipos: a “região homogênea”, como uma área com características que a diferenciariam das áreas circunvizinhas ou circulantes; a “região funcional”, significando principalmente uma área polarizada por um determinado centro nos marcos de uma rede urbana; e a “região-programa”, isto é, a área de aplicação de um determinado plano de “desenvolvimento regional”.

A partir dos resultados das influências dos estudos de Perroux – em diversas áreas e sob o contexto da década de 1960 e 1970, a qual priorizava as estatais, o planejamento e a intervenção – o conceito de “região” se distanciou muito do proposto por La Blache, pois, para este, a “região” não tem personalidade, nem preocupações com a história ou com “regiões homogêneas”, ou ainda com o quadro da “primeira natureza”.

Ainda para La Blache, a “região” não era uma pretendida realidade em si mesma, uma realidade objetiva de tipo “totalizante” e dotada de uma identidade própria que caberia ao analista reconhecer” (SOUZA, 2020, p.139).

O conceito de “região” se confundia com a ideia de “tipo espacial”. Assim, um mapa poderia ser definido segundo um critério ou um conjunto deles, estabelecido pelo analista para compor regiões homogêneas em áreas distintas. Por esse entendimento, a “região” tratada tipicamente segundo os cânones da Geografia neopositivista passou por uma diluição ou desconstrução.

Ademais, considerando vários aspectos e abordagens, independentemente dos pressupostos neopositivistas, estes podem ainda hoje ser (parcialmente) aproveitados em diferentes circunstâncias, a exemplo do estabelecimento de tipologias espaciais com a finalidade de representar os fenômenos específicos até a determinação das áreas de influência de centros urbanos.

Entretanto, essas modificações e adaptações ainda não pareceram suficientes para designar o conceito de “região”. A esse respeito, Yves Lacoste (2010) repudia, na concepção lablacheana, categoricamente a ideia de homogeneização forçada de uma suposta harmonia a compor uma unidade decifrável.

De fato, para Lacoste (*idem*), havia um projeto ideológico que se construía atrás dessa concepção. Além disso, o autor argumentou contra o artificialismo que resistiria em pressupor algo como harmonias e perfeitas convergências entre os diversos fatores, do sítio à história da ocupação e às peculiaridades dos “gêneros de vida”.²

Ainda, Lacoste em seus escritos já afirmava que as localizações e as distribuições espaciais dos diferentes fenômenos seriam divergentes, ao contrário do que apregoa a conceituação lablacheana.

². O conceito de "gênero de vida" (*genre de vie*), tal como empregado por Paul Vidal de La Blache e seus discípulos, faria uma espécie de mediação entre as “possibilidades oferecidas pelo “meio” e a modelagem do indivíduo e dos grupos sociais (ou a reprodução do indivíduo social no interior de um dado grupo). O “gênero de vida” era uma ideia que se ajustava perfeitamente a uma visão de mundo conforme a qual sempre existiria, apesar de certos condicionamentos exercidos pelo meio, uma margem de manobra para escolhas, no âmbito da própria sociedade, por parte dos indivíduos e grupos. Ao mesmo tempo, essa concepção passava ao largo de uma tematização das contradições sociais, das fraturas e dos conflitos (exploração de classe, opressão de gênero e demais expressões de resistência contra a heteronomia instituída) existentes por áreas de hábitos, tradições e pretensas “harmonias” entre os homens (e mulheres) e seu “meio”. Da mesma maneira como as técnicas e o nível técnico seriam ajustamentos criativos ao “meio”, a própria divisão técnica (e social) do trabalho e a distribuição de atividades seria, entre os geógrafos lablacheanos, uma questão de talento, vocação e empenho, e não de restrições histórico-estruturais (SOUZA, 2020, p.140).

Para este autor (*idem*), a representação mais operacional e científica do espaço não é a de uma divisão simples em “regiões”, em compartimentos justapostos uns aos outros, “mas a de uma superposição de vários quebra-cabeças bem diferencialmente recortados” (LACOSTE, 2010, p. 68).

Outro ponto que Lacoste traz para discussão, por discordar de La Blache, diz respeito à pura descrição das regiões. O autor afirma que tal estudo, embora possa parecer verdadeiro, apresenta, na verdade, diversos descompassos e articulações entre os diferentes “conjuntos espaciais”. Para o geógrafo, existe uma falácia que consiste em agir como se o conteúdo de região se explicasse em si mesmo.

Ao contrário disso, Lacoste (2010) ressalta que os processos atinentes a diferentes escalas contribuem para definir estruturas e dinâmicas na escala regional. Assim, nenhuma região poderia ser explicada isoladamente e, por isso, para ele, o conceito de região seria um “conceito-obstáculo”.

Por outro lado, Armand Fremont, em seu livro, *La région espace vécu* (1980) se aproxima dos humanistas, dentre eles: Yu-FuTuan, Anne Buttimer, Nicholas Entrikin e Eduardo Relph, na concepção do conceito de “região do espaço vivido”, e, por isso, não caberia ao retorno lablacheano, sendo que a identidade regional é concebida como algo a ser considerado como derivada de uma vivência.

A “região” se relaciona com sentimentos topofílicos, ou seja, na qualidade de espaço vivido, a qual se associaria a uma “regionafilia”. Assim, pode-se dizer que, enquanto Lacoste promoveu uma desconstrução da região, Fremont buscou reconstruir ou pelo menos renovar essa ideia.

Contudo, na década de 1980, os geógrafos de diferentes países influenciados pela Geografia Crítica prosseguiram submetendo o conceito e o significado de região a um escrutínio crítico, mesmo que, diferentemente de Lacoste, não necessariamente para descartar esse conceito. O que ficou evidenciado foi que os geógrafos e os sociólogos focalizaram tais vínculos com o regionalismo, ora expressando simpatia com as demandas culturais, políticas e econômicas das populações de determinadas regiões perante o Estado central, ora ainda apresentando o problema do regionalismo como construção ideológica, manipulada por uma elite regional interessada em utilizar o conjunto da população como massa de manobra.

Por outro lado, ainda, podiam se identificar umas poucas correntes e interpretações que se opunham e concorriam entre si, cada uma delas sugerindo um caminho claramente delineado. À medida que as críticas e as interpretações se tornavam mais sofisticadas, um certo simplismo e mesmo um dogmatismo, paralelamente, iam enfraquecendo.

Enquanto alguns continuaram apostando em aproximações, experimentações e sínteses cada vez mais complexas (HAESBAERT), outros preferiram recolocar estas questões básicas, com o objetivo de incentivar a reflexão sobre o conceito e suas transformações, sem, contudo, propor uma nova significação. Por sua vez, atualmente, o que se tem constatado é que a sua definição não é mais central, apesar da sua importância na academia e em debates políticos. Por outro lado, determinados questionamentos não podem ser deixados de lado quando se considera a concepção de “região”.

Dentre eles, o primeiro está relacionado a sua escala. O conceito mais comumente utilizado é a “região” em diversos tamanhos e em âmbito comum, tais como a região oceânica, regiões administrativas, região do Distrito Federal etc. Trata-se do termo popular e mesmo oficial, referindo-se desde um espaço intermediário entre o local e o global; e, portanto, a questão atinente é se haveria uma região independente de escala (SOUZA).

Para essa pergunta ainda de difícil resposta, podemos dizer que há uma tradição dos acadêmicos em identificar a região a um nível ou uma escala geográfica específica, ou seja, aquela entre a intermediária e a local. Como exemplo serviriam as “regiões metropolitanas”, que podem ainda serem subdivididas em unidades menores.

O segundo é que a região ainda está relacionada a ideias caras à pesquisa socioespacial, isto é, a uma variabilidade histórico-geográfico-cultural. Assim, por exemplo, comparar regiões brasileiras com as de Portugal pela afinidade em diversos campos e pela mesma língua não ofereceria proximidade devido às diferenças de dimensão.

Contudo, conforme assinala Souza (*idem*), encontramos regiões situadas em um nível intermediário entre o local e o nacional, e assim percebidas pela população de cada área ou mesmo no país inteiro. Como exemplo estariam as cinco regiões do

país e, dentro delas, subdivisões que identificam outras regiões, tais como: a Zona dos Babaçuais, a Zona Cacaueira, a Campanha Gaúcha, etc.

Assim, depreendemos nesses espaços a possível identificação das “identidades” regionais com todas as paixões e sentimentos de orgulho e, especificamente, “unicidade” que isso costuma vincular.

Citamos nesse sentido, a definição apresentada por Gilberto Freyre (2011) e sua explicação acerca do conceito de região:

Uma região pode ser politicamente menos do que uma nação. Mas vital e culturalmente é quase sempre mais do que uma nação; é menos fundamental que a nação como condição de vida e como meio de expressão ou criação humana (FREYRE, 2011, *apud*, SOUZA, 2020, p. 148).

O conceito a que claramente Freyre se refere é "Estado-nação" como forma da ligação tradicional como sinônimo de país ao termo território, sobre o qual um dado Estado, ao exercer sua soberania, corresponderia, portanto, a uma nação. A questão, então, é que o próprio adjetivo “nacional” já é carregado de ideologias, fazendo implicitamente alusão ao Estado-nação e a uma pretensa homogeneidade ou coesão.

Seguindo esse raciocínio e na concepção de La Blache, outras subdivisões dentro do mesmo território fariam parte de um mosaico harmonioso. E isso pode ser facilmente refutado, como, por exemplo, no que ocorre na Espanha, que apresenta diferentes províncias autônomas, especialmente a Catalunha, a Galícia, a Andaluzia ou mesmo o “País Basco;” o conceito não se comprovaria, uma vez que sobressaem diferenciações e sentimentos nacionalistas pouco harmoniosos.

Contrariamente a essa ideia, constatam-se tensões antigas e atuais na Espanha. Verifica-se, por exemplo, que parte importante da população, em diversas províncias, não concorda e nem se associa a esse Estado-nação, por estas apresentarem diferentes culturas e línguas, ideais e sentimento de nação distintas, e ainda serem governadas por uma centralização que só ativa ainda mais as culturas regionais. Ademais, esse caso espanhol não é exceção: existe uma quantidade significativa de nações que convivem em Estados europeus que pouco consideram as suas diferenças.

Por sua vez, a América Latina é também caso para discussão, tendo em vista que tem sido referida por diplomatas, empresários e ativistas como sendo uma região.

A questão é que o requisito de uma identidade socioespacial determinada pode até ser razoavelmente satisfeito, mesmo que não devamos esquecer que a expressão América Latina foi cunhada na Europa e com o propósito de exploração imperialista. Entretanto, trata-se de um agregado de dezenas de países, e não uma subdivisão intermediária entre o local e o nacional.

O terceiro ponto refere-se à escala no que concerne à parte interna da cidade. Trata-se da escala dos bairros em um nível mais abrangente dos setores geográficos. Nesse caso, componentes nítidos ao longo de sua evolução evocam ideias como espaço vivido e identidade socioespacial, e, assim, a questão é: o bairro seria o equivalente intraurbano da região, isto é, uma região em miniatura?

Essa resposta, que aparentemente pareceria fácil, deve ser tomada com cautela e considerações. Sob o ponto de vista neopositivista, o assunto levaria a um resultado fácil de ser caracterizado, considerando que "regiões" e "bairros" seriam subespaços diferenciados segundo critérios convenientes. A região homogênea poderia corresponder a um bairro pelos fatores de relativa homogeneidade morfológico-paisagística, de renda e composição étnica, etc. Além disso, poderia corresponder a um bairro funcional, porém tais recortes não levariam ao propósito da "região".

Apesar disso, os bairros podem e devem ser conceituados pelas suas características, que vão da paisagem à identidade. A sua ideia sugere analogamente a de região, isto é, a conveniência de uma integração inteligente de diferentes aspectos – uma tarefa, portanto, segundo Marcelo L. Souza (2020), de análise e reconstrução –, mas difere-se da visão dos positivistas de "desmembramento" conceitual.

Acerca desse assunto, Souza (2020) apresenta três critérios ou conteúdos com os quais podemos abordar o tema dos bairros, quais sejam: "composicional", "interacional" e "simbólico", que servem como referência para a identificação das características distintivas entre a objetividade e a subjetividade.

O "composicional" se refere às características objetivas de acordo com a composição de classe (e também em matéria de atividades econômicas) e a morfologia espacial. Já o "interacional" tem a ver com as relações estipuladas entre os indivíduos e os grupos, as quais podem ajudar a definir, por exemplo, se há algum

tipo de “centralidade” e de força agindo e concorrendo para estabelecer um determinado espaço durante um período maior ou menor de tempo. Apresenta ainda uma certa “individualidade” (à medida que a “vida de bairro” é fortemente determinada pela existência de sub-centros, de comércio e serviços que sirvam de polos de atração, garantindo algum nível de introversão, por menor que seja) e o “simbólico”, que diz respeito à imagem de um dado subespaço interurbano como um espaço percebido e vivido, como um dado bairro e não somente como algum recorte ao qual se chega por base de dados objetivos.

Somam-se a essas particularidades os processos paralelos que ocorrem há muitas décadas nas cidades contemporâneas, especialmente a “atomização” e a “massificação”, e que, segundo Souza (2020), modificaram o mosaico de bairros, polarizando-os por sua centralidade para se tornar uma estrutura muito mais complexa e de difícil generalização.

Os pequenos bairros, por exemplo, têm perdido ou reduzidos seus modestos centros de comércio e serviços ao serem substituídos por *shopping centers* e grandes redes de comércio, além de que as centralidades intraurbanas têm se tornado cada vez mais múltiplas e relativas.

Com a massificação e atomização, verifica-se que as relações de vida também são modificadas. Por exemplo, as relações entre vizinhos que têm se mostrado cada vez mais distantes ao ponto de nem mesmo se conhecerem. Ademais, os espaços públicos e o comércio têm sofrido abalos significativos e, conseqüentemente, também são modificados os valores humanos, como os que Chombart de Lauwe na década de 1950, Bertran e Metton na década de 1970, pontuavam, isto é: o bairro seria uma unidade elementar da vida social ou espaço em que podíamos nos encontrar como fato urbano e valores humanos.

Dessa maneira, como explica Souza (2020), o próprio capital imobiliário pode ter interesse em “ampliar” os limites daqueles bairros mais valorizados, criando e recriando imagens e identidades, assim como os planos de um governo central (fortalecimento de regiões em um caso, enfraquecimento de regiões e fortalecimento do poder estatal central em outro).

No que concerne ao conteúdo “composicional”, Souza (2020) acrescenta que é possível falar em objetividade à medida que a percepção de classes e grupos em

geral passa ser objetiva, considerando que as classes e as formas espaciais existem fora da consciência individual.

Contudo, conforme o mesmo autor salienta (*idem*), o que seria uma mera “classe em si”, definida ela própria em função de critérios teóricos e políticos, sem o “fazer” – *make* – de E. Thompson, ao longo de um processo de construção de identidade e de luta? E o que seriam as formas espaciais se não fossem percebidas enquanto paisagens, o que nos remete ao papel da subjetividade?

Desses questionamentos, ressalta-se que os aspectos subjetivos também devem ser considerados, e não somente os subjetivos no plano estritamente individual, isto é, relativos à percepção e à consciência de um indivíduo, mas sim, em se tratando de bairros (regiões), intersubjetivos, ou seja, subjetividades compartilhadas que contemplam os conteúdos “simbólico” e “interacional”.

Nesse sentido, os bairros massificados de uma grande cidade contemporânea não são, na maior parte das vezes, referenciais básicos de grupos primários (isto é, grupos, geralmente muito pequenos, em que os membros estabelecem relações íntimas entre si, as famílias). Entretanto, é justamente a partir desse nível escalar que certos processos e fenômenos sociais, que dizem respeito a interações entre grupos secundários (e intermediários), e cujos conflitos são propriamente sociais – e não apenas entre indivíduos, ainda que estes estejam sempre contextualizados na sociedade total –, podem ser adequadamente captados, como, por exemplo, a segregação residencial.

Além do bairro, existe o setor geográfico, considerado como maior que este, e o menor da escala seria a vizinhança. Conforme apresenta Souza (2020), a vizinhança pode corresponder a um quarteirão ou a uma simples rua, mas também a um prédio ou a um “condomínio fechado”, podendo ser vista como uma escala de transição entre um nível diminuto e o bairro. O “nível diminuto” corresponde a “nanoterritórios” (SOUZA), que remetem, por excelência, à vida privada (residências unifamiliares), por exemplo. E ainda podem dizer respeito a algo mais complexo, como as ocupações de sem-teto ou acampamento de sem-terra. Esse nível corresponde às interações de grupos pequenos ou mesmo grandes (podendo chegar a milhares ou até mesmo a dezenas de milhares de pessoas, como em um estádio de futebol) em espaços de dimensões reduzidas.

Por fim, o "setor geográfico" é entendido conforme Souza (2020) como um conjunto de bairros com características próprias e "personalidade" definida. O tratamento clássico da ideia de "setor geográfico" (*secteur géographique*) se encontra em Chombart de Lauwe (1952), que o definiu com base na sua realidade, qual seja, das cidades europeias da década de 1950, em que a verticalização não era nem de longe tão significativa como a de hoje, e nem o bairro se achava tão massificado.

Para a atualidade e a realidade de uma grande cidade e metrópole, a diferença do bairro e do setor geográfico está na consideração de que o bairro é aquele que se percorre a pé, mesmo podendo apresentar centenas de milhares de habitantes; já o setor geográfico não permitiria tais deslocamentos, nem mesmo de bicicleta. Os setores geográficos podem conter vários outros bairros, reconhecidos, na maior parte das vezes, para aproveitamento de finalidades administrativas, exigindo ainda a referência espacial, às vezes menos ou mais relevantes para a população.

Assim, um setor geográfico pode, segundo Souza (2020), facilmente ser confundido com bairro ou tratado como sendo um "bairro grande", ao ser justamente diferenciado de outros bairros e setores por diferenciação de classe. Os setores geográficos apresentam conteúdos composicionais e interacionais próprios e um conteúdo simbólico expressivo, mas nem sempre reconhecido.

2.4 Lugar

O conceito de lugar é de central importância no contexto dessa tese por estar na essência da compreensão do habitar/morar dos moradores e no propósito da análise no âmbito da implantação de programas habitacionais de interesse social.

Dessa maneira, ressalta-se, inicialmente, que a sua apreensão permite reflexões e conexões necessárias à compreensão do processo totalizante, isto é, o espaço do lugar é o que podemos considerar como transcendência do seu conceito, principalmente no mundo contemporâneo.

Ademais, os valores humanistas advertem que o lugar se encontra subjugado pelo mundo, em decorrência da globalização e, que por isso, para sua compreensão, se faz necessário o estudo do mundo vivido como escala mais próxima.

Nesse sentido os valores do mundo vivido, tais como o enraizamento, a identidade, o sentido de lugar, a casa, a experiência e a percepção, se apresentam como resistência à fluidez, à soberania e à territorialidade da escala da atual mundialização.

A dimensão do lugar também pode ser entendida, em sua forma, como potencial criadora, emancipadora e autêntica da sociabilidade orgânica (G. LUKÁCS). Desse modo, o diálogo do lugar requer uma interdisciplinaridade e uma pluralidade de matrizes exigentes do período atual, desde a ciência geográfica, a epistemologia, a fenomenologia e diversos campos de conhecimento, assim como na dimensão ontológica.

O conceito de lugar continua a não refletir a atenção ou a importância merecida, e tem sido preterido por outros conceitos-chave como espaço, território, região e paisagem. Na verdade, continua mesmo é sendo usado de forma equivocada, o que resulta mais danoso. Por isso, frisa-se a reflexão de determinados pontos essenciais sobre o conceito de lugar que requerem ser apresentados e debatidos.

No contexto da atual fase da “globalização”, em que todos os lugares ficam à mercê da influência direta do mundo mais amplo, o conceito de lugar se apresenta como potencial para “aprender a lidar com um avassalador sentido de compressão dos nossos mundos espacial e temporal (HARVEY, 2003, p. 219). Ainda, “[...] é tanto mais interessante que poucos geógrafos se interessam pela noção de lugar num contexto de modernidade e de exercício da democracia” (BERDOULAY, 1999, p. 88).

Contudo, conforme Relph (1976), tem sido um fracasso na Geografia o uso do conceito de lugar, muito provavelmente porque os pesquisadores acreditam que ainda carecem de um histórico de discussões bem estabelecidos e elucidados. Assim, dentre os pontos que merecem tais considerações sobre o lugar, são elencados a seguir:

O primeiro é o seu frequente uso, sinônimo de local, relacionando-o à noção cartográfica, isto é, no sentido de apontar onde está alguém ou algo, o que tem ocorrido pela falta de rigor conceitual, tornando-se danoso no campo das ciências sociais.

Aristóteles, em seu livro *Física IV* (2010), desenvolve a relevante conceituação de espaço e, de forma significativa, o associa com a sua dimensionalidade. O filósofo percebe o papel fundamental da questão do espaço afirmando que é a experiência direta do mundo material que nos conduz ao conhecimento. Segue o seu raciocínio ao dizer que o mundo real é esse que percebemos em movimento, mutável e fugidio. E, para entender as origens, tanto dos corpos inanimados como dos animais, é essencial o conceito de dimensão.

O espaço para Aristóteles é concebido como a soma total de todos os lugares ocupados pelos corpos. Entretanto, na *Física IV*, desenvolve a teoria de “lugar” – do *topos*, isto é, uma teoria das posições do espaço. Ao tentar contemplar a possibilidade do movimento, admite o princípio da impenetrabilidade dos corpos. Para o filósofo, o espaço não existe independente da matéria, “uma vez que ele define como limite adjacente ao corpo contido” (ARISTÓTELES).

Martin Heidegger se dedicou em suas obras ao estudo do espaço. A questão da espacialidade se fez presente na abordagem da fenomenologia e da noção de lugar, mostrando inicialmente a situação altamente problemática do conceito de espaço, o que para o autor se tornou um desafio. Para Heidegger, espaço e lugar se mostram inseparáveis, embora explique que é a partir da abertura dos lugares que se originam os espaços.

Esse tema é retomado por Heidegger na conferência *A arte e o espaço* (1969), ao proferir crítica à redução do problema do espaço aos limites impostos, tanto pelas ciências quanto pelos que pensam e o concebem como atrelado à consciência subjetiva, opondo-se, assim, a interioridade do sujeito à exterioridade do mundo.

Nesse sentido, Heidegger (*idem*), procura explicar o espaço pela existência da obra de arte, compreendida também como lugar de acontecimento da verdade, conforme aborda em sua obra *A origem da obra de arte*, de 1936. Já nos seminários de *Zollikon* (1959-1969), o mesmo tema foi abordado sob diferentes enfoques, dentre eles o da corporalidade, ou estar-no-espaço de um corpo. Também foram discutidas as concepções topológicas de Aristóteles na temática da relação entre um corpo e seu lugar.

Assim, no pensamento heideggeriano, ocorre a equivalência ontológica entre espaço e lugar nos seguintes termos: “parece, pois, algo grandioso e difícil de

apreender, o ‘topos’ – isto é, o lugar-espaço” (HEIDEGGER, 1969). O autor pensou o espaço em sua vinculação ontológica com a noção de lugar, considerado este último em seu sentido mais tangível: os lugares do mundo, e essa distinção merece ser compreendida e estudada nas diversas áreas de conhecimento.

O lugar, apesar de possuir localização no espaço, isto é, conter local, apresenta outros significados importantes, como o de cultura, ressaltados na explicação de Yi-Fu Tuan:

Os lugares são centros aos quais atribuímos valor e onde são satisfeitas as necessidades biológicas de comida, água, descanso e procriação. [...] As pessoas também respondem ao espaço e ao lugar de maneiras complicadas que não se concebem no reino animal. [...] Considerando os dotes humanos, as pessoas atribuem significado e organizam o espaço e o lugar pela cultura. [...] A cultura é desenvolvida unicamente pelos seres humanos. Ela influencia intensamente o comportamento e os valores humanos. A sensação de espaço e lugar dos esquimós é bem diferente da dos americanos (TUAN, 1983, p. 12 -3).

Para Yi-Fu Tuan (1983), geógrafo sino-canadense, o que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor. Por outro lado, explica que as ideias de “espaço” e de “lugar” não podem ser definidas uma sem a outra, pois é a partir, especificamente, da segurança e da estabilidade do lugar que estamos cientes da amplitude, da liberdade e da ameaça do espaço, e vice-versa.

A questão envolve considerar, conforme Tuan (*idem*), a existência de uma amplitude da experiência ou do conhecimento, significando dizer que pode ser indireta e conceitual, medida por símbolos, etc. Assim, comparações podem ser aplicadas e avaliadas em diferentes níveis de conhecimento, como, por exemplo, as distintas possibilidades de se conhecer íntima e profundamente sua casa e/ou seu país, conferindo, assim, diversas experiências.

Destaca Tuan (1983) a tendência que as pessoas têm em desconsiderar aquilo que não podem expressar. Nesse caso, havendo resistência a uma comunicação rápida, a resposta comum entre os práticos é considerá-la sem importância e, assim, diversas sensações e maneiras de experienciar são deixadas de lado, tais como as sensório-motora, tátil, visual, conceitual, além de interpretar espaço e lugar como imagens de sentimentos complexos e muitas vezes ambivalentes.

Para esse autor humanista, a “experiência” apresenta diversidades pelas quais uma pessoa conhece e constrói a realidade, sendo que “essas maneiras variam desde os sentidos mais diretos e passivos, como o olfato, paladar e tato, até a percepção visual ativa e a maneira indireta de simbolização” (TUAN, 1983, p.17).

Dessa forma, reduzir o lugar como sinônimo de local marca um grave erro para o estudo aprofundado do seu conceito, e não somente para a corrente humanista. Além de autores humanistas tais como Yi-Fu Tuan, Edward Relph, Anne Buttmer, Fred Lukermann e Susane Langer, que conseguiram, por meio de aporte filosófico baseado no existencialismo e na fenomenologia husserliano, trazer o lugar para o centro da discussão; já teóricos da corrente crítica, como David Harvey, Robert Sack, Doreen Massey, Milton Santos e mais recentemente, Nicholas Entrikin, John Agnew, Tim Cresswell, Tim Oakes, dentre outros, exploraram profundamente suas acepções, a partir de diferentes perspectivas.

Ressalta-se que, para esse trabalho direcionado ao estudo do programa habitacional recente, houve um recorte da história do pensamento acerca do lugar pela corrente humanista da geografia, ainda que não tenhamos deixado de considerar a influência do papel da corrente crítica; reduzimos, assim, os trabalhos a essa linha, que apresenta atividade fundamental e que abre perspectivas diferentes para o avanço do seu estudo conceitual.

O mais importante, talvez, seja frisar que o lugar se destaca pelo papel importante ao se diferenciar dos demais pela singularidade, a partir de sua maior ou menor capacidade técnica e de comunicação. Ademais, à medida que o lugar apresenta uma estrutura funcional adequada, tem-se a impressão de que o mundo necessariamente passa pelo lugar, de que fluxos globais não só o atravessam como estabelecem com ele uma relação dialética.

É justamente nisso, isto é, na reação dos fluxos globais com as condições locais que se produz o lugar na geografia crítica. Assim, a especificidade do lugar mantém, então, uma ligação indissociável com o tempo histórico, na medida em que o significado do lugar se modifica à medida que o capitalismo se transforma. Conforme Santos (2014), o lugar define-se como funcionalização do mundo, ou seja, é por ele que o mundo é percebido empiricamente. Ademais, cada lugar, como ressalta o autor, se define por sua existência tanto corpórea quanto existencial e relacional.

Cumprindo ainda destacar que, mais recentemente, ocorre uma reflexão maior entre os geógrafos sobre o lugar como produto da complementação das dimensões propostas pela geografia humanista e crítica. É dessa “tensão” entre subjetividade e objetividade que nasce o lugar, composto pela dimensão material (localização e distribuição dos objetos e da relação do lugar com a totalidade) e pela dimensão abstrata (símbolos e seus significados atribuídos pelos indivíduos), sendo que privilegiar uma delas em relação a outra dimensão conduziria à perda ou diminuição de componentes fundamentais.

Nessa compreensão, defende Entrikin (1991) que o lugar apresenta a ideia tributária de uma mediação entre perspectivas dos geógrafos críticos atentos às relações envolvendo circulação do capital, influência das técnicas e estruturas sócio-espaciais da perspectiva humanista, com seus significados e valores atribuídos ao espaço.

O segundo a ser esclarecido trata do conceito-núcleo de lugar e suas interfaces e a(s) escala(s). Nesse ponto é comum e tentador relacionar o lugar a uma pequena porção do espaço, o que pode gerar entendimento errôneo. Ao iniciar a construção do conceito por suas dimensões, as complexidades que envolvem considerar as aproximações do real podem não ser apreciadas. Destaca-se que isso tem sido comum em tempos atuais, da “globalização”, em que são apresentadas tensões corriqueiras entre o “global” e o “local”, este sendo considerado sinônimo de lugar.

O que deve ser levado em consideração é que, ao aprisionar as reflexões em uma escala, condena-se o lugar a uma posição menor diante dos outros conceitos fundamentais, por não permitir o pleno desenvolvimento de reflexões que considerem múltiplas escalas. Ainda, nesse caso, ao considerar a subjetividade e a capacidade de envolvimento do indivíduo em uma determinada porção do espaço, em termos de amplitude, claramente percebe-se a impossibilidade de medir a intensidade escalar desses sentimentos, pois a apreensão e o conhecimento do seu “espaço vivido”, bem como a identidade e o sentido de lugar fazem parte de uma relação mutável, estabelecida, especialmente, pela intencionalidade do indivíduo.

Nesse contexto, conforme Massey (2004), lugar pode se referir à localidade, à região, ao Estado-nação, ou a qualquer entidade. E, dessa maneira, pode-se afirmar

que, quando se constrói conhecimento sobre grandes áreas, estas podem deixar de ser um espaço indiferenciado para ser um lugar, confirmando o que Tuan (2013) evidencia ao valorizar o experienciar o espaço (atuar e criar a partir dele). Nesse sentido é que se constroem referenciais que proporcionam a formação do lugar, e o que se deve ficar claro, no entanto, é que não se pode perder de vista o fato de que, ao mudar de escala, não se está simplesmente aumentando ou diminuindo o foco da observação, mas transformando qualitativamente a dimensão de análise do fenômeno.

Por outro lado, a sensação de pertencimento a uma porção do espaço pode estar relacionada à minha casa, à minha rua, ao meu bairro, ao meu estado, ao meu país; e, em cada uma dessas escalas geográficas, pode haver a “produção de um lugar”, qualitativa e geometricamente distinto dos demais, que promove implicações diferenciadas em cada escala, mas que conserva o “núcleo do conceito” em todas elas. Entretanto, conforme Tuan (*idem*), independentemente da amplitude da área, quando o espaço nos é familiar, torna-se lugar, mostrando que o “tamanho do lugar” é uma dimensão relativa, que depende da escala geográfica em que nos situamos em uma dada situação.

Quanto ao “núcleo do conceito”, refere-se ao fato de que existem superposições. Entretanto, é fundamental que não nos esqueçamos dos aspectos que em última instância o diferenciam e individualizam. Assim, o lugar é produzido a partir da afetividade, do pertencimento, da adaptação e apropriação das realidades globais que se introduzem no local, que dão sentido à própria distribuição objetiva das coisas e das pessoas em uma porção do espaço geográfico.

Nessa perspectiva, são denominadas “topofilias”, que visam, conforme Bachelard (1989), determinar o valor humano dos espaços de posse, dos espaços defendidos contra forças adversas e dos espaços amados. Dessa maneira, em um mesmo local, podem ser construídos diversos lugares, já que as dimensões da subjetividade e dos significados atribuídos vão prover uma lógica própria para a organização e vivência desse local, sendo ainda distintas entre os indivíduos.

Ademais, para Santos (2012), as interfaces entre os conceitos de lugar e região passam a ser menos relevantes do que antes, e, por isso, a região pode ser

considerada como um lugar, desde que a regra da unidade e da contiguidade do acontecer histórico se verifique.

Nesse caso é possível entender essa relação ao tratar da extrema mobilidade possibilitada pela técnica em tempos mais atuais, que ampliou a urgência em se observar a influência decisiva e cotidiana do global e do local e, por isso, o “núcleo do conceito” e a sua escala se tornam instrumentos fundamentais para a compreensão dessas novas realidades.

No entanto, o fato de estarmos referenciados em termos locacionais não nos permite dizer que construímos os caminhos que nos levam ao lugar. O espaço nos é familiar do modo mais distante possível, pois através da "máquina" procuramos evitar ao máximo a vivência do espaço, a qual constitui um elemento fundamental para a produção de referências simbólicas na construção do lugar.

Por outro lado, a partir do momento em que os instrumentos de localização passam a substituir, ou mesmo a acatar a importância e os significados construídos através da experiência pessoal, eles nos afastam do lugar à medida que nos aproximam do local. Por isso, seria precipitado afirmar que a ampliação da mobilidade esteja “eliminando” o lugar.

Nessa questão, a corrente humanista entende que a proliferação de espaços “pasteurizados”, assentados sobre “valores artificiais”, como consumo, e a própria rapidez com que as pessoas se deslocam promoveriam a drástica diminuição de uma relação com o lugar. Nesse sentido, a contemporaneidade tem apresentado um mundo no qual o enraizamento é cada vez menor e que, por conseguinte, ameaça a produção do lugar humanista.

Entretanto, ocorre também, por ironia, que esses espaços artificializados possam passar uma sensação de familiaridade, quando, por exemplo, encontramos os mesmos em outras localidades. No entanto, para os humanistas, essa familiaridade é considerada “inautêntica” e, por isso, não serve como base para a construção do lugar, pois foi estimulada por valores e identidades “superficiais”.

O terceiro a se considerar nas discussões sobre o lugar são as perspectivas para a análise do mundo contemporâneo e os entraves dos lugares sem lugaridade.

A ideia de lugares sem lugaridade, ainda que sejam poucos os autores que se detêm para uma análise mais particularizada, é de expressiva importância para essa tese, mas, primeiramente abre-se um parêntese para salientar que se optou considerar definitivamente o conceito de "lugar sem lugaridade" em vez de "não lugar" que aparece em algumas obras, como aquela de Marc Augé, *Não lugares; introdução a uma antropologia da supermodernidade* (1996).

O motivo para essa preferência simplesmente está na errônea ideia de que exista um "não lugar". Parece mais um absurdo ou equívoco na tradução. Em contrapartida, o conceito de "lugar sem lugaridade" se apresenta como o mais adequado, conforme os escritos de Edward Relph, com a obra *Place and placelessness* (1976). O entendimento de lugar sem lugaridade é desenvolvido por esse autor da linha humanista da Geografia.

Iniciando por Marc Augé, os locais que apresentam arquitetura estandardizada – nos quais o modismo, o consumismo e o pragmatismo, valores cada vez mais difundidos e aceitos na contemporaneidade, descaracterizam os valores genuínos como afetividade, memórias e vivências – seriam os lugares sem lugaridade.

Essa definição se assemelha também ao que Lefebvre denomina como "espaço abstrato", que é cada vez mais comum nos dias atuais. Ademais, pode ser considerado como um fenômeno em que ocorre a erradicação casual de lugares significativos e, por outro lado, a produção massificada das paisagens que ocasiona diferentes sensibilidades em relação à significância do lugar.

Esse pensamento da Augé, ressalta-se, é muito semelhante ao que Edward Relph (1976) já havia descrito, a partir de meados da década de 1970, e que nos alertava para a diminuição cada vez maior da "lugaridade". Os lugares, para o autor (1976), estavam se transformando, como resultado do enfraquecimento da identidade dos lugares, ao ponto de ficarem sensíveis no oferecimento do mesmo conjunto de possibilidades para a experiência.

De igual maneira, Anne Buttimer, da mesma linha de pesquisa de Relph, afirmava que "and today, as the uniqueness of places becomes more and more threatened by the homogenizing veneer of commercialism and standardized-component architecture" (BUTTIMER, 1980, p.166).

Da mesma forma, Tuan (2013) atribui adjetivos como os espaços mais “modernos” como crítica e desilusão, isso porque o lugar dotado de valor está aprisionado pelo passado, impossível de ser verificado e produzido no mundo atual, em meio às “perversidades” da tecnologia e da objetividade, que fazem cada vez mais dissipar os lugares.

Já para Marc Augé (1996), os lugares sem lugaridade são assim definidos e exemplificados:

Os não lugares são tanto as instalações necessárias à circulação acelerada de pessoas e bens (vias expressas, trevos rodoviários, aeroportos) quanto os próprios meios de transporte ou os grandes centros comerciais, ou ainda os campos de trânsito prolongados, onde são estacionados os refugiados do planeta (AUGÉ, 1996, p. 36).

A explicação de Relph (1976) está na produção do espaço sem que sejam considerados os valores históricos de determinada comunidade, os quais expressem suas raízes através da constituição do bairro, da cidade, ou mesmo do país. Este processo se torna cada vez mais claro na medida em que até a própria moradia passa pelo mecanismo da produção em série.

Contudo tais alterações são impostas pela necessidade de prover maior eficiência e funcionalidade a determinados espaços, que, por sua vez, se tornam atrativos a investimentos maiores e, por outro dado, promovem uma progressiva diminuição da identificação e do sentimento de pertencimento do indivíduo a um lugar que praticamente não mais existe.

Dessa maneira, quanto à disposição dos objetos no espaço, impera a lógica de satisfação de interesses econômicos de escalas cada vez maiores, em detrimento dos valores produzidos pela experiência humana no espaço, seja por meio de movimentos coletivos ou de práticas individuais, os quais têm uma representatividade cada vez menor na paisagem.

Já a reflexão de Marc Augé (1996) se baseia na contemporaneidade, ao afirmar que a “supermodernidade” resume processos de “aceleração” da dinâmica do planeta através dos meios de transporte e de comunicação de última geração.

O certo é que são muitas variáveis a serem consideradas e mudanças rápidas acontecendo, de tal modo que somos levados a repensar nossas referências de tempo e de espaço. Para o mesmo autor (*idem*), essa é uma imposição drástica da

“supermodernidade”, a qual nos estimula a revermos nossas bases mais primárias, pois ela mexe com o íntimo de nossa reflexão e com o modo como encaramos a individualidade e a vida em sociedade.

Ademais, Augè (*idem*) entende que a progressiva sensação de ausência de sentido para a vida, para a história e o mal-estar dos tempos atuais, nos trazem uma necessidade constante de reafirmação e/ou a buscar significados e valores que diminuam nosso incômodo. Tornam-se recorrentes, ainda, os momentos em que lançamos ideias e conceitos que nos ajudam nessa tarefa. Assim, comunidade, identidade, enraizamento, autenticidade são palavras, conceitos e ideias que podem confortar e nos dar a impressão de que procedemos a uma pausa em meio ao desconhecido que insiste em prevalecer.

No entanto, Augé explica que o espaço enraizado na memória, a “terra natal”, não é o espaço que prevalece na “supermodernidade”. No novo espaço, do qual fala o autor (*idem*), não há tempo para enraizamentos, memórias e construções que sejam a expressão de uma cultura ou de uma identidade “genuína”. Com isso, a homogeneização toma conta também da produção do espaço a partir do nascimento do lugar sem lugaridade.

Por outro lado, há que se levar em conta que essa busca por aquilo que nos é familiar pode também promover o desenvolvimento de um olhar fantasioso sobre a realidade. A ideia já sacramentada do conceito de lugar impossibilita a aplicação do conceito de lugar, pois essa não é a única forma de se conceber um lugar. Assim, as restrições inviabilizam a capacidade explicativa do conceito, pois a existência de sociedades e/ou o estabelecimento de relações intocadas e “genuínas” com o espaço são aspectos extremamente discutíveis e residuais.

Uma forma de definir o desafiante conceito de lugar pode vir da justificativa de Clifford Geertz, (1989), por meio da importância do que está sendo transmitido pelo comportamento humano, sem a pretensão de julgar o que é genuíno, o que é autêntico, o que serve ou que não serve, até porque “não existem de fato homens não modificados pelos costumes de lugares particulares, nunca existiram, nem o poderiam, pela própria natureza do seu ser” (GEERTZ, 1989, p. 26).

A ênfase da construção da ideia de cultura para Geertz (*idem*) parte da premissa de que não é possível existir um único conceito de cultura que amarre e

imponha limites definitivos às possibilidades de atribuição de significados pelos indivíduos.

Assim, ao entendermos o "lugar sem lugaridade" somente pela falta de uma experiência que tem como seu produto final, considerado como forma genuína em que se aceita o conceito de lugar, parece-nos que não podemos classificar como tal aqueles locais que estão distantes do nosso cotidiano, já que um bairro, um país, uma cidade ou uma localidade qualquer, muito distante de nós, podem ser apenas mais um ponto no mapa, uma informação abstrata com a qual não temos nenhum vínculo afetivo, psicológico ou físico.

Nesse caso, estamos diante do espaço indiferenciado, de cuja identidade podemos ter uma vaga ideia, já que não mantemos nenhum conhecimento sobre seu "espírito", seu sentido e sua personalidade. Portanto, este é um caso em que simplesmente não há qualquer tipo de experiência em relação àqueles locais que não fazem parte de nosso cotidiano e com os quais não mantemos envolvimento de qualquer espécie.

Desse modo, existe uma dificuldade em situar esta questão aos meandros da discussão lugar/ lugar sem lugaridade, já que não há uma relação, autêntica ou não, com uma determinada porção do espaço. Essa impossibilidade não está diretamente relacionada ao fato de que o local em questão não faz parte de nosso cotidiano, mas, como já foi dito, não se pode separar o fato de que se trata de uma porção do espaço com a qual não se tem nenhum tipo de vínculo.

Nesse caso, se não houver conexão, trata-se do espaço, e não do lugar ou mesmo do lugar sem lugaridade. A estes dois últimos são atribuídos valores, significados, sentidos diferenciados pela autenticidade e pela inautenticidade com que são produzidos.

Por outro lado, ao se guardar algum tipo de relação com um local muito distante de nós, com algum significado individual, mesmo que não faça parte do cotidiano, este pode ser considerado um lugar, pois há uma relação mediada por símbolos e pelo conhecimento da visão de mundo que o local projeta, bem como da experiência que proporciona. Desse modo, "uma pessoa pode conhecer um lugar tanto de modo íntimo como conceitual" (TUAN, 2013, p.7), já que locais distantes podem ser lugares pela aproximação e sentidos que são despendidos.

É fundamental observar a existência da possibilidade de produção do “lugar sem lugaridade” também como experiência, que não está relacionada ao fato de fazer ou não parte do cotidiano, mas ao tipo de relação por meio da qual haja envolvimento com o lugar.

A oposição entre os autores Relph e Augè sobre os lugares sem lugaridade não está na origem temporal. Para Relph, por exemplo, a aprovação de espaços estandardizados não é uma novidade do mundo contemporâneo. A produção em sua abrangência é que se distingue na atualidade. Há cada vez mais maior rapidez dos fluxos e planejamento dos espaços em prol dessa “eficiência”, o que tem sido o elemento fundamental para a homogeneização e, como fenômeno, resulta numa época de proliferação de “lugares sem lugaridade”.

No entanto, Milton Santos em *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal* (2001), aclara essa questão, inclusive ao desmitificar as ideias do global versus local, pela fábula da “globalização”, e isso proporciona o discordar de Marc Augè, ao repor a noção de tempo e espaço contraídos.

Fala-se, por exemplo, em aldeia global para fazer crer que a difusão instantânea de notícias informa pessoas. A partir desse mito e do encurtamento das distâncias – para aqueles que realmente podem viajar – também se difunde a noção de tempo e espaço contraídos. É como se o mundo se houvesse tornado, para todos, ao alcance da mão. Um mercado avassalador dito global é apresentado como capaz de homogeneizar o planeta, na verdade, as diferenças locais são aprofundadas [...] enquanto isso, o culto ao consumo é estimulado (SANTOS, 2001, p. 18 -9).

O que surge como mais promissor é que, em vez de se extinguirem, os lugares parecem ganhar grande importância no que diz respeito à compreensão do mundo atual. Nesse sentido, Agnew & Duncan (1989) acreditam que a emergência de uma comunicação de massa não leva necessariamente a uma cultura de massa.

Tal argumentação se baseia na questão da interpretação das mensagens recebidas. Assim a sua recepção é passível de entendimentos e, por sua vez, depende diretamente da natureza da situação sociológica na qual diferentes espaços de referência operam, o que pode levar a diferentes respostas. À medida que a sociedade parece anestesiada com as novidades, os novos aparelhos e os novos locais, criados e montados “com tudo aquilo que você precisa”, a mercantilização da cidade se torna expressão mais palpável da compra e venda da própria vida do indivíduo, através daquilo que os situacionistas chamaram de “sociedade espetáculo”.

Dessa forma, a repetição de fórmulas de produção de espaços funcionais, adequados às necessidades dos fluxos econômicos que circulam nas mais diversas escalas geográficas, são uma realidade. Há a “apologia das mercadorias sempre iguais sob etiquetas diferentes (...) a mesma coisa aparece em lugares inumeráveis” (ADORNO, 2007, p. 63-8).

Ainda, conforme Santos (2012), “devemos entender essa realidade como um convite a novas reflexões acerca do conceito de lugar” e proporcionar a ampliação da capacidade explicativa, nesse ambiente, em que há a “generalização do mundo da mercadoria, com as transformações que esta expansão implica” (DAMIANI, 2003, p. 367).

Desse modo, segundo Bartoly (2012), “a subjetividade e a capacidade de atuação do indivíduo não podem ser tão minimizados a ponto de concluirmos que não há quem consiga estabelecer uma relação afetiva com espaços “estandardizados”.

Ademais, ao estabelecer a subjetividade como um fator basilar para reflexões espaciais, há uma forte contradição em tentar, através do “lugar sem lugaridade”, estabelecer, *a priori* e de modo generalizado, uma definição da relação que era estabelecida por indivíduos e/ou grupos sociais com o determinado espaço.

A justificativa para esta definição de caráter geral, segundo Santos (*idem*) está no fato de que o espaço é “pasteurizado”, artificial, igual em toda parte, sendo impossível a sua diferenciação. E, nesse sentido, se nega também ao indivíduo e aos grupos sociais uma possível capacidade de subversão da lógica estabelecida nesses espaços “pasteurizados”.

Por sua vez, conforme Milton Santos (2001), a possibilidade de manipular a ordem espacial estabelecida sempre existiu e deve ser levada em consideração, especialmente, se concordamos que o indivíduo é também agente na produção do espaço. Santos (*idem*) apresenta os seguintes exemplos como possíveis para que isso ocorra: o caso em que os indivíduos possam controlar o tempo de sua própria vida e romper com a lógica da sociedade do espetáculo, e aquele em que o mesmo pode se dar pelos frequentadores de espaços “pasteurizados”: ainda que não cheguem a subverter completamente a ordem estabelecida, sempre existe a possibilidade de apropriação desses espaços pelos indivíduos. Ademais, a produção do lugar pode incluir uma forte conotação política.

As possibilidades devem ser vistas como perspectivas de realização no mundo da atual “globalização”. Por outro viés, conforme Santos (2001), existe ainda muito difundida a ideia de que o processo e a forma atuais da globalização seriam irreversíveis:

[...] para exorcizar esse risco, devemos considerar que o mundo é formado não apenas pelo que já existe (aqui, ali, em toda parte), mas pelo que pode efetivamente existir (aqui, ali, em toda parte). O mundo datado de hoje deve ser enxergado como o que na verdade ele nos traz, isto é, somente, o conjunto presente de possibilidades reais, concretas, todas factíveis sob determinadas condições (SANTOS, 2001, p.78).

Segue, na escrita de Santos (2001), que, além da perversidade produzida pela “globalização” atual, surgem, por outro lado, os relatos de otimismo em que há a força dos agentes não hegemônicos, isto é, das pessoas em seus cotidianos, agindo para criar uma outra globalização. É sob o ponto de vista de cá, ou seja, do lugar.

A força das pessoas, conforme Santos (*idem*) prevê, deve ser bem observada pelo grau de envolvimento que estabelece entre o ambiente e, fundamentalmente, a ampliação da discussão sobre o lugar, considerando que os indivíduos são dotados de intencionalidade, isto é, são agentes de percepção do espaço vivido.

Sobre a percepção do espaço vivido, “é um fundo sobre o qual todos os atos se destacam e ela é pressuposta por eles”. Afirma ainda o mesmo autor (*idem*), que “[...] o mundo não é um objeto do qual possuo comigo a lei de constituição; mas sim, o meio natural e o campo de todos os pensamentos e de todas as minhas percepções explícitas” (MERLEAU-PONTY, 2013, p. 6).

Para esse autor (*idem*), a percepção está relacionada ao corpo em movimento superando a causalidade positivista e a ideia de uma síntese conceitual dogmática. Ademais, não se trata de um processo simplesmente contemplativo, mas de interação entre o sujeito e o objeto percebido. No caso em que envolve o indivíduo e o espaço em que vive, impõe-se uma relação indissociável de influência recíproca, já que não pode haver uma consciência separada da realidade.

Por sua vez, ao falar em “lugar sem lugaridade”, este limita as possibilidades de um indivíduo ou grupo social manter relações de afetividade e criar uma história em uma espaço estandardizado, concebido a princípio para ser um local de passagem, que sirva à rapidez e à objetividade (econômica) de nosso tempo. No

entanto, tal conceituação, por sua vez, não dá conta das mais variadas relações que os indivíduos podem estabelecer, por exemplo, com um *shopping* ou um aeroporto.

Dessa maneira, a dimensão dos "lugares sem lugaridade" pode até existir na materialidade padronizada, montada da mesma forma, em vários locais e que pode limitar a possibilidade de diferentes experiências sociais. Pode ainda limitar, mas não impede, conforme Bartoly (2007), que haja, através do tempo, quem perceba diferenças entre o "seu" shopping e os outros.

Lugar sem lugaridade chama a atenção para o aspecto cada vez mais importante da crescente produção de espaços homogeneizados (RELPH, 1979). Apesar disso, o seu conceito aprisiona a reflexão ao estabelecer uma prévia impossibilidade de o indivíduo construir uma história de lembranças e de efetividade que, portanto, transforme este local em lugar.

Com isso somos levados a refletir sobre as inúmeras possibilidades de relações afetivas e históricas que mesmo os ambientes pasteurizados podem gerar. Afinal, dizer que funcionários, de longa data, não têm afetividade ou pertencimento em relação ao ambiente em que trabalham por serem considerados estandardizados é sem sentido.

O habitar para Heidegger (1994) apresenta uma essência que é o construir, e isso leva ao sentido de pertencimento: [...] "construímos porque buscamos habitar, y parece que para habitar solo podemos alegar si construímos algo." Entretanto, o autor adverte que existem construções como pontes, aeroporto, estádio, central hidrelétrica, fábricas, etc., que poderão ser considerados assim, porque o habitar está além das construções.

As classificações gerais acerca do lugar merecem atualizações. Não cabem mais aquelas conceituações que parecem estar cada vez mais distantes de sua validade, considerando as necessidades em acompanhar as mudanças da sociedade e a sua estruturação social.

A validade dessas classificações, *a priori*, merece reflexão e discussões que mostrem as realidades dos lugares, que são cada vez mais complexas, e nesse sentido estão os espaços que são considerados lugar e "lugar sem lugaridade".

As realidades dos lugares são percebidas e vividas de diferentes formas, por diferentes indivíduos, e assim é que ocorre a tendência à formação dos lugares. Existem ainda possibilidades de diferentes interpretações, das inúmeras novas situações do mundo globalizado, com diferentes formatos e intensidades nas diversas localidades.

Nesse sentido, existe a possibilidade de que, em vez de desaparecerem, os lugares estão mudando de sentido. Por isso, a classificação e a ideia do lugar sem lugaridade parecem estar muito distantes de conseguir traduzir de modo aceitável essas novas realidades.

As diferenças na construção conceitual do lugar somente considerando a dimensão subjetiva, e, para o "lugar sem lugaridade" o sentido de autenticidade e inautenticidade, não refletem as necessárias dimensões que devam ser consideradas, e isso pode estar refletindo em errôneas considerações dos estudos urbanos.

As semelhanças ocorrem na impossibilidade da atuação da possibilidade, um aspecto que se torna fundamental ao tratar do indivíduo como sujeito da ação. Essa negação da possibilidade de transformação dos sentidos do lugar humanista e do "lugar sem lugaridade" traz como consequência primordial uma enorme dificuldade em definir categoricamente o lugar e o "lugar sem lugaridade".

As implicações da construção social do espaço, ao estabelecer com rigidez o lugar e o "lugar sem lugaridade" pela "autenticidade" e "inautenticidade", com facilidade incorreriam em graves erros, por não considerar as realidades mutáveis do cotidiano pelos pressupostos estabelecidos.

A tarefa em re-imaginar e ampliar o entendimento e aplicabilidade do conceito de lugar e de "lugar sem lugaridade" torna-se de grande importância para os estudos do habitar a cidade, e isso pode representar avanços para a superação da situação paradoxal que envolve os conceitos-chave do lugar e "lugar sem lugaridade".

Um caminho efetivo, conforme Nicholas Entrikin, deve "tirar partido da ideia do sujeito, tal como ela pode se conceber em uma sociedade na qual os mecanismos de integração e o respeito pelos papéis não são mais determinantes na vida das pessoas" (ENTRIKIN, 1998/2019).

Ademais, Doreen Massey apresenta que, a despeito do lugar, há um sentido global do lugar, e por isso não se pode aprisionar o conceito em uma escala local, considerando muitas vezes a pretensa singularidade provincial e sentimental para a conformação dos lugares.

Desse modo, as perspectivas teóricas lançadas por autores como Nicholas Entrikin e Doreen Massey que apresentam potencial explicativo para a inserção do conceito de lugar servem de grande utilidade para ampliação ao debate e reflexão do conceito-chave de lugar. E ainda existe a necessidade de incremento da estrutura de circulação, representado pela globalização, que pode conduzir a repensar o lugar, considerando, conforme Santos (2002), que a maior globalidade corresponde uma maior individualidade.

Nesse sentido, o lugar apresenta considerações importantes e suficientes para que seja tratado conforme a sua relatividade implícita, isto é, em termos de existência e experiência. Por isso, necessária é a sua distinção frente a tantas outras significações que comumente são utilizadas em seu conceito.

O lugar, em toda sua complexidade, merece que sua reprodução envolva os sentidos e sentimentos, naquilo que os humanistas apresentam como perspectivas, e não levar isso em consideração ao se referir ao lugar não retrataria seu sentido mais substancial. Algumas indagações são próprias do lugar e nem sempre são retratadas, tais como: o que o lugar representa ou representou? Quais os sentidos que o lugar representa a sua individualidade? Essas são algumas questões relativas ao conceito de lugar que parecem confundir ao retratar um mero "lugar".

Além disso, importante assinalar que o seu conceito está relacionado à construção social associa ao ser-e-estar-no-mundo e que compõe a essência dos espaços. Assim, é necessária à sua distinção frente a tantas ocultações que o lugar sugere e, de uma certa maneira, se mostra mais, mesmo o que fica marcado e nitidamente vai além da simples localização que mais comumente é retratada.

Autores como Edward Relph, Yu-Fu Tuan, Anne Buttimer e Eduardo Marandola Jr. têm frisado em seus trabalhos, discussões e atualizações do conceito de "lugar" e, particularmente, Relph, em sua obra *Place and placelessness* (1976), aponta para uma diferenciação, partindo do antitético "lugar sem lugaridade" como forma de melhor abstrair o seu entendimento. Assim, ao considerar os "espaços sem

lugaridade", deixa uma constatação de que o "lugar" em sua essência é na verdade a própria "lugaridade".

Portanto, essa distinção, entre "lugar" e "lugaridade" se torna inexorável e, por isso, passar a utilizar o termo "lugaridade" ao se referir às espacialidades, principalmente para as modernidades às quais estamos sujeitos, parece ser o melhor caminho que livraria das ocultações e pretensões pouco produtivas que retiram o sentido e a dinamicidade própria do seu conteúdo.

Ressalta-se nesse sentido a "lugaridade" como espaços distintos das espacialidades, que estão repletos de sentido e experiência, e cuja diferenciação do conceito de "lugar", ora já consagrado, passa a contribuir para a elevação de nível das discussões e o desenvolvimento nas pesquisas.

3. CAPÍTULO 3: METODOLOGIA

O caminho trilhado para essa tese mostrou adequada a fenomenologia considerando que o objeto consistia em revelar carências no programa habitacional de interesse social recente. Para isso, relevante foi a participação dos moradores em mostrar suas experiências de vida e expectativas quanto ao espaço moradia. Assim, por permitir o retorno às experiências e práticas espaciais sobre as quais construímos nossas referências de mundo e lugar, tornou-se apropriada a metodologia de base fenomenológica.

Ademais, a relação entre a Geografia e a Fenomenologia se fez presente e necessária por permitir entrever uma produção situada do conhecimento geográfico, isto é, uma ontologia espacial enaltecendo o mundo vivido (BUTTIMER), também por permitir, a um só tempo, a crítica do conhecimento.

Assim, a abordagem seguida para essa tese teve por base a corrente humanística, especialmente da Geografia, pelos trabalhos de Yu-Fu Tuan, Anne Buttmer e Edward Relph, contendo implicitamente a fenomenologia dos espaços vividos.

O método de pesquisa apoiado na metodologia descrita envolveu, além dos estudos teóricos e representacionais do programa Minha Casa, Minha Vida, a análise qualitativa das pesquisas de campo baseada na atividade da paisagem e das entrevistas com moradores do residencial Paranoá Parque.

3.1 A Fenomenologia

A fenomenologia pode ser entendida como uma nova forma de abordagem do conhecimento, cuja base se relaciona à compreensão dos fenômenos que couberam aos estudos de Kant e Hegel e as suas principais definições. Para Kant, seria tudo aquilo que do mundo externo oferece ao sujeito do conhecimento, através das estruturas cognitivas da consciência. Já Hegel, que amplia essa visão, diz que tudo que aparece só pode aparecer para uma consciência, e que a própria consciência se mostra a si mesma no conhecimento de si, sendo ela mesma um fenômeno.

Entretanto Edmund Husserl, considerado o pai da fenomenologia, já no século XX afirmava que não há a “coisa em si”, pois esta é a presença real de coisas reais diante da consciência. Para o filósofo, os fenômenos não seriam apenas as coisas materiais que percebemos: incluíam as coisas puramente ideais ou idealidades, isto é, os resultados da vida e da ação humana, a cultura. Assim, para Husserl (2000), a fenomenologia abarcaria a descrição de todos os fenômenos de todas estas realidades, sejam materiais, naturais, ideais e culturais.

Para Husserl (2000) a fenomenologia atua elucidando visualmente, determinando e distinguindo o sentido. Ademais compara, distingue, enlaça, põe em relação, separa em partes ou segrega momentos. O autor assinala que o que constitui uma particularidade e exclusividade se trata de um procedimento intuitivo e ideador dentro de uma restrita redução fenomenológica.

Em relação ao método, ressalta o filósofo, é especificamente filosófico porquanto pertence essencialmente ao sentido da crítica do conhecimento e, assim, a toda crítica da razão em geral (HUSSERL). Pode-se se dizer ainda que a fenomenologia nasce de uma tentativa de revisão fundamental e radical do conceito de ciência e de racionalidade, além da exposição na ciência convencional entre técnica e humanidade contemporânea.

Para o mesmo autor (idem), a “intencionalidade” se constitui em uma nova forma de ver os fenômenos entre o homem e o mundo. Trata-se de um ramo da filosofia moderna que reorienta a ciência, e o conhecimento é aquele que dá significado e importância para o homem.

Husserl lança as bases da “fenomenologia transcendental” tentando pensar outro racionalismo que não deveria se basear na repressão da vida da consciência. Essa fenomenologia também remete a outros seres que estão no mundo enquanto coisas, porém os percebemos como sujeitos que também enxergam o mundo e a nós mesmos no mundo. Dessa maneira, explica Husserl, quando percebo os outros, os percebo como realmente são a partir de uma série de experiências a um só tempo, variáveis e concordantes; eu os percebo também como objetos do mundo.

Uma derivação da fenomenologia foi desenvolvida por Merleau-Ponty, filósofo discípulo de Husserl. Trata-se da “fenomenologia da percepção”, a qual distingue o espaço antropológico como espaço existencial, isto é, lugar de uma experiência em

relação com o mundo de um ser essencialmente situado e em vinculação intrínseca com o meio. Esse mesmo autor ressalta que a natureza pode encontrar seu caminho para o centro de nossas vidas pessoais se tornando ligada de modo inextricável às nossas existências, mas também “recebendo” nossos padrões de comportamento e conduta que se instalam no mundo natural como “um mundo cultural”.

Nessa corrente se procura compreender as essências dos fenômenos vividos de cada indivíduo ou grupo, a partir das perspectivas das críticas e das “verdades” consagradas pela ciência racionalista, por meio da qual se pode almejar outras formas de se conhecer o mundo. Desse modo, pelo método fenomenológico se considera o imaginário dos sujeitos, as fantasias, as representações, as percepções, o vivido e o experimentado.

A fenomenologia como base metodológica busca especificamente para esse trabalho, a partir do conceito do habitar em suas acepções, desvelar a realidade do programa habitacional recente, PMCMV, valorizando como protagonistas os moradores desses novos empreendimentos.

A respeito da fenomenologia, Goto (2013) diz que ela apresenta um fazer que se concentra na recuperação e restauração da ordem espontânea da vida, isto é, os sentidos e a orientação da existência humana. Segue o mesmo autor (*idem*) afirmando que pela fenomenologia retoma a subjetividade transcendental exposta nas evidências pré-científicas e pré-lógicas da vida.

Já para Heidegger (1986), a fenomenologia é uma ciência cuja análise é realizada pelos seus componentes, como o *phainomenon* e o *logos*. Isto é, fenômeno é aquilo que se revela, se mostra, “aparece para trazer a luz do dia”, mas nunca são manifestações, pois estas são dependentes do próprio fenômeno. Por sua vez, o componente *logos* reúne em si tudo aquilo que se propõe a mostrar, ou seja, possibilita o mostrar-se do *phainomenon*.

A fenomenologia, nos escritos de Heidegger (1986), intenciona deixar e fazer ver por si mesmo aquilo que se mostra, tal como se apresenta a partir de si mesmo. Dessa maneira, para o autor (*idem*), a ciência dos fenômenos significa apreender os objetos de tal maneira que se deve tratar de tudo que está em discussão, em uma demonstração e procedimento diretos.

Nesse contexto, o autor (*idem*) evidencia que o sentido metódico da descrição fenomenológica é a “interpretação”, e a sua compreensão está a depender

unicamente de apreendê-la como possibilidade. Além disso, a fenomenologia procura encontrar nas aparências, facilmente detectadas na experiência e no mundo vivido das pessoas, e definir as essências, sendo que nessa verificação a sua essência é revelada.

De acordo com Goto (2013), Husserl vai chamar esse método descritivo de procedimento fenomenológico, no qual o retorno às “coisas mesmas” é princípio fundamental. Esse resgate nos dirige a atenção diretamente ao fenômeno, isto é, o aparente, e a tudo aquilo que aparece imediatamente à consciência.

Na visão de Merleau-Ponty (2018), o retornar “às coisas mesmas” é antes de tudo a desaprovação da ciência, e isso pode ser visto:

[...] Tudo aquilo que sei do mundo, mesmo pela ciência, eu o sei a partir de uma visão minha ou de uma experiência do mundo, sem a qual os símbolos da ciência não poderiam dizer nada.

[...] Todo o universo da ciência é construído sobre o mundo vivido, e se queremos pensar a própria ciência, precisamos primeiramente despertar essa experiência do mundo, a qual é a expressão segunda. (MERLEAU-PONTY, 2018, p. 3).

A reflexão do filósofo (*idem*) de retornar “às coisas mesmas” pode ser entendida em voltar a este mundo anterior ao conhecimento, do qual o conhecimento sempre fala, ou seja, na relação de que toda determinação científica é abstrata, significativa e dependente. Assim ocorre, por exemplo, com a Geografia em relação à paisagem, pois, segundo o mesmo autor exemplifica, “primeiramente nós aprendemos o que é uma floresta, um prado ou um riacho” (MERLEAU-PONTY, 2018, p. 3-4).

Por conseguinte, buscar a essência do mundo é procurar o que de fato ele é, e não aquilo que se constitui enquanto ideia. E essa é a necessidade antes de qualquer tematização. Dessa maneira, o habitar/morar é efetivamente desvelado pela via da fenomenologia em razão das relações com os fenômenos ontológicos-existenciais que estão enraizados na natureza dessas duas categorias, considerando que as noções podem ser evidenciadas pelo sentido do ser. E para isso é necessário compreender o espaço mais do que a manifestação da diversidade e das complexidades sociais, dado que, segundo Merleau-Ponty (2018):

O espaço não é ambiente (real ou lógico) em que as coisas se dispõem, mas o meio pelo qual a posição das coisas se torna possível. Quer dizer, em lugar de imaginá-lo como uma espécie de éter no qual todas as coisas mergulham, ou de concebê-lo abstratamente com um caráter que lhes seja comum, devemos pensá-lo como potência universal de suas conexões. Portanto, eu não reflito, vivo nas coisas e considero

vagamente o espaço, ora como ambiente das coisas, ora como seu atributo comum, ou então eu reflito, retomo o espaço em sua fonte, penso atualmente as relações que estão sob essa palavra, e percebo então que elas só vivem por um sujeito que as trace e as suporte, passo do espaço espacializado ao espaço espacializador. (MERLEAU-PONTY, 2018, p. 328).

O habitar/morar a (na) cidade está diretamente ligado ao conceito de lugar ou, melhor dizendo, da “lugaridade” e, portanto, revelado pela noção da experiência, espacialidade e motricidade do corpo desenvolvida por Merleau-Ponty (2018) como a fenomenologia da percepção. E a sua relevância ocorre pelo resgate do mundo vivido, do estar-no-mundo, no qual as singularidades ganham expressões vivas a partir das realidades concretas e/ou facticidades.

A importância da fenomenologia está na preocupação em verificar a apreensão das essências pela percepção e intuição das pessoas. Assim, a experiência vivida e adquirida pelo indivíduo é de fundamental importância, contrapondo-se às observações de base empírica, pois o que efetivamente interessa não está nem no objeto nem no sujeito, mas na experiência.

Nesse sentido, o espaço é concebido como espaço presente na fenomenologia existencial, diferenciando-se assim do que representa o da ciência e da geometria. A diferença consiste na perspectiva científica, isto é: para ela, o espaço é algo dimensional ou que se expressa por uma representação, enquanto, para o fenomenólogo, o espaço é um contexto experienciado. Dito de outra forma, a oposição está entre os pontos dimensionais do espaço mensurável. Já em relação à espessura do espaço, considera-se a concepção do “aqui”, que é um sistema de relações com outros lugares “semelhantes à espessura dos conceitos temporais, tais como “agora”, que envolve aspectos do passado, presente e futuro” (CHRISTOFOLETTI, 1982, p. 22).

Assim, direcionando o desenvolvimento do sentido do “habitar”, relevante a essa tese, buscamos pela fenomenologia do mundo vivido a perspectiva da formação dos lugares, isto é, a própria lugaridade.

3.2 A fenomenologia do mundo e dos espaços vividos

Edmund Husserl (1859-1938) foi quem iniciou na fenomenologia o estudo do mundo vivido e assinalou, enfaticamente, que a ciência não somente se tornou muito deslocada de suas origens como também, mais atualmente, se insere no processo de reconstituição desse “mundo” em termos de suas próprias imagens científicas idealizadas.

O filósofo, segundo Edward Relph (1979), buscou distinguir e identificar os componentes maiores do mundo vivido. O primeiro, o mundo que vemos e sentimos, seria um mundo “pré-determinado ou natural de coisas, formas e de outras pessoas”, com diversos modos de aparência, não só no espaço, mas também no tempo; e o segundo, o mundo vivido social e/ou cultural como contraponto do mundo natural pré-determinado, e ele compreenderia os seres humanos com toda ação e interesses humanos, trabalhos e sofrimentos.

A Geografia, ao incorporar a subjetividade, busca em seus estudos explorar as “terras incógnitas pessoais” e estudar os mecanismos da imaginação presentes na mente humana, sendo que, por essa via, alguns autores foram responsáveis por desenvolver esses estudos.

Dessa forma, David Lowenthal e Wright, na década de 1960, ressaltava a importância de a disciplina buscar um projeto de ciência que abarcasse os vários modos de observação, o consciente e o inconsciente, o objetivo e o subjetivo, além do fortuito, do deliberado e liberal.

Os temas considerados fundamentais para Lowenthal, por sua vez, segundo Holzer (1996), seriam os estudos geográficos relacionados à natureza do ambiente, o que pensamos e sentimos sobre ele e como nos comportamos e alteramos o ambiente.

Yu-Fu-Tuan, outro pensador dessa linha, baseando-se na obra de Gaston Bachelard, propôs uma Geografia inspirada no conceito de “topofilia” como forma de demonstrar o amor do homem pela natureza. Esse autor levantou e enumerou diversas aproximações humanistas para os estudos geográficos, especialmente as atitudes do indivíduo em relação às regiões, a concepção individual da sinergia homem-natureza, a atitude dos povos acerca do ambiente e as cosmografias nativas.

Contudo, conforme ressalta Serpa (2019), Edward Relph foi o primeiro geógrafo a buscar na fenomenologia de Husserl suporte filosófico para uma aproximação humanística da Geografia, ao defender a ideia de que os significados originais do mundo-vivido estão constantemente obscurecidos por conceitos científicos e pela adoção de convenções sociais. Para o autor, o mundo vivido não seria absolutamente óbvio e os seus significados não se apresentariam por si mesmos, mas deveriam ser descobertos.

A obra de Eric Dardel de 1952, *O homem e a terra: natureza da realidade geográfica* (DARDEL, 2015), faz referência ao espaço fenomenológico como sendo resultante de uma conjunção de direções e distâncias que formariam um nível mais complexo de integração, isto é, as categorias espaciais do mundo vivido como lugares e paisagem. Esse livro fundamentou e influenciou diversos autores humanistas da Geografia, dentre eles E. Relph e Y. Tuan.

A propósito da obra de Dardel em relação à fenomenologia, segundo Serpa (2019), combinaria com o trabalho de fenomenologista como Heidegger e Bachelard pelas descrições de experiência geográfica feitas por poetas e geógrafos. Ainda, Serpa avalia que Relph, estudando a obra de Dardel, distingue o mundo vivido como experienciado. Nele não seria como uma soma de objetos, mas como um sistema de relações entre o homem e suas vizinhanças, como foco de seus interesses.

Nesse contexto essas relações são norteadas, em geral, por padrões e estruturas experienciadas, e o mundo vivido geográfico é constituído como cenário tanto natural como construído pelo homem, prevendo ainda o ambiente como sustento e uma proteção para a existência (RELPH, 1979).

Relph acrescenta o que Dardel expressou ao afirmar que neste mundo vivido geográfico “não há nada de misterioso, ou abstrato, ou exclusivo [...], embora ele tenha inspirado e influenciado numerosas religiões, filosofias e teorias (RELPH, 1979, *apud*, SERPA, p.16).

A década de 1970 foi marcada pela busca das relações entre a fenomenologia e a Geografia. Para Edward Relph, o caminho era uma descrição rigorosa do mundo vivido pela experiência humana buscando reconhecer as essências das estruturas perceptivas através da intencionalidade. Relph defendia uma crítica radical ao cientificismo e ao positivismo, e isso o afastava dos “comportamentalistas” mesmo

que se pudesse objetar que esta Geografia comportamental não necessariamente manifestasse intenções manipuladoras e objetivasse apenas a observação e a explicação dos padrões comportamentais, espaciais e ambientais (RELPH, 1979).

Essa posição era também compartilhada pela geógrafa Anne Buttimer, que buscou fundamentar seus estudos e pesquisas pelo conceito de lugar e que, conforme Goodey e Gold (1986), teve um crescente ecletismo na escolha de seus contextos empíricos. Relph, muito influenciado por Heidegger, também propôs uma abordagem fenomenológica para o conceito de lugar e a geografia e sobre lugares sem lugaridades, na qual outras dimensões envolvendo ideias e objetivos seriam implicadas pelo lugar.

Anne Buttimer defende em suas obras *Values in Geography* (1974) e *Grasping the dynamism of lifeworld* (1976) abrangência das abordagens fenomenológicas nos estudos geográficos. A autora (1982) ressaltou que os lugares deveriam ser pensados sob a perspectiva do “lar” e do “horizonte” de alcance, orientado para fora daquele lar.

Buttimer explica que, para qualquer indivíduo, o lar e o horizonte de abrangência do pensamento e imaginação podem ser bastantes distintos do lar e dos horizontes de alcance físicos. Além dessas distinções, de acordo com A. Buttimer (*idem*), eles podem estabelecer algumas pistas sobre como se constitui a identidade dos lugares.

Anne Buttimer (1982) acrescenta, em seus estudos, o conceito de “centramento”, cuja função seria identificar lugar central de interesse da vida do indivíduo. Entretanto a autora ressalta que há o risco de “congelamento”, ainda que de forma indireta, da identidade dos lugares, ao se discutir lugar, que é um processo dinâmico por meio de uma imagem estática.

Essa tese parte da compreensão de que a essência do habitar está na lugaridade, e a esse respeito explica Anne Buttimer em *Apreendendo o dinamismo do mundo vivido* (1982) - *Grasping the dynamism of lifeworld*- que, a partir do termo *dwelling*/habitação, poderia gerar uma série de opiniões divergentes por parte de geógrafos, mas que, para os da corrente humanista, seria um desafio a mais essa complexidade, por lançar luz às complexidades do relacionamento do homem com a terra, ou seja, a geograficidade (DARDEL, 2015).

Buttimer (1982) repercute a perspectiva de Heidegger considerada valiosa para a geografia, qual seja: que o habitar implica mais que morar, cultivar ou organizar o espaço. Significa, conforme a autora descreve:

Viver de um modo pelo qual se está adaptado aos ritmos da natureza, ver a vida da pessoa como apoiada na história humana e direcionada para um futuro, construir um lar que é símbolo de um diálogo diário com o meio ambiente ecológico e social da pessoa. (BUTTNER, 1982, p. 166).

A problemática está em como as pessoas poderiam viver harmonicamente no atual período de modernidade tecnológica e informacional e, por outro lado, de desenvolvimento tão díspares e de miséria aguda para a maioria da população das cidades distribuídas ao redor do mundo. Aliado a isso, a questão iminente da degradação ambiental, que afeta ainda toda a humanidade e de forma específica, se adiciona ao quadro de pobreza das pessoas mais vulneráveis.

Para a autora (*idem*) ainda devemos muito como “construtores intelectuais” e atuamos de forma inadequada para descrever os estilos contemporâneos de construir uma morada sobre a terra. Do lado da corrente humanística, têm se delineado os registros de habitação (*dwelling*³) no espaço e tempo, em diversas metáforas que esclarecem seus traços paisagísticos, especificamente estabelecimentos, redes de circulação, usos da terra e padrões de comportamento. Ainda acrescenta Buttimer (*idem*) que mais recentemente tem sido explorada a *terrae incognitae* da mente e da imagem.

Entretanto, Buttimer (1982) ressalta que há um certo mal-estar sobre o abismo conceitual e semântico que separa nossa compreensão do comportamento aberto e de suas origens latentes. Além disso, como muitos outros cientistas sociais, temos deficiências de ideias e linguagens para descrever e explicar a experiência humana do espaço, da natureza e do tempo.

^{3.} O termo *dwelling* foi introduzido por Heidegger, sendo noção fenomenológica que significa viver harmoniosamente no lugar, sentir-se em casa tanto social, ecológica e espiritualmente. Na tradução usamos o termo habitação como o mais aproximativo (nota dos tradutores)” (BUTTNER, A. Aprendendo o dinamismo do mundo vivido. In: Christofoletti, A.(org.). Perspectivas da geografia. São Paulo: DIFEL,1982).

A esse respeito, muitos estudiosos ocidentais argumentaram que uma pesquisa tão ambiciosa pertenceria somente ao poeta, ao filósofo ou ao mítico. Os cientistas sociais, por definição, poderiam restringir-se a tarefas parciais, mais limitadas. Hoje, entretanto, as fronteiras entre as disciplinas são frequentemente atravessadas e teóricos de diversos campos estão diante de uma tarefa comum: colocar nossas maneiras de conhecer em harmonia mais estreita com nossa maneira de estar-no-mundo (HEIDEGGER).

Para Buttimer (1982), a elaboração de descrições do comportamento (aberto) explanadas “em termos de modelos disciplinares”, permanece obscura e estática, isto é, elas registram facetas da experiência como emanando de um passado, porém lançam pouca luz sobre sua direção ou significação.

Por outro lado, conforme a mesma autora (1982), trata-se de um dilema básico e que os filósofos e os cientistas sociais muito têm a compartilhar, como, por exemplo ao buscar as facetas de identidade e de valor disciplinares em cada uma delas. Há ainda, segundo a geógrafa, uma necessidade de mudar a visão do passado dos filósofos e cientistas sociais em uma reconciliação do conhecimento e da ação nos nossos mundos diários.

Nesse sentido, para Anne Buttimer (1982), os fenomenologistas têm sido os porta-vozes mais sistemáticos deste esforço ao desafiar muitas premissas dos procedimentos da ciência positivista, expondo assim uma crítica radical do reducionismo, da racionalidade e da separação de “sujeitos” e “objetos” na pesquisa empírica.

Ademais, Buttimer (*idem*) assinala que com os existencialistas ocorrem argumentos da libertação da experiência vivida pelas descrições mais concretas do espaço e do tempo e de seus significados na vida humana diária. E argumenta ainda a mesma autora que nessa linha de pensamento tem oferecido promessa para uma orientação mais humanista, especificamente dentro da Geografia.

Contudo, esclarece também Buttimer (1982) que isso não quer dizer que a fenomenologia ou o existencialismo pode prover soluções prontamente feitas para os problemas epistemológicos enfrentados pela ciência de hoje, nem oferecer procedimentos operacionais claros para guiar o investigador empírico.

Mas, por outro lado, caso sejam compreendidos como perspectivas que apontam em direção à exploração de novas facetas da pesquisa geográfica, então o nosso reconhecimento sobre eles seria um valioso e oportuno desenvolvimento. Importante salientar que o esforço para colocar o conhecimento intelectual em harmonia mais estreita com a experiência vivida já é evidente na etnociência, na psicologia humanística, na psicolinguística e em outros campos (MACMILLAN, 1963, *apud*, BUTTIMER, 1982, p.168).

Anne Buttimer (1982), ao desenvolver seus estudos sobre a fenomenologia e o mundo vivido, aponta que a atitude fenomenológica demanda um retorno à evidência, aos próprios fatos como são produzidos e ainda a uma investigação dos atos da própria consciência. A autora (*idem*) explica que a noção fenomenológica de intencionalidade sugere que cada indivíduo é de seu próprio mundo o foco, ainda que possa esquecer de si próprio como centro criativo daquele mundo, e por isso, diz Buttimer, “não há um ponto de vista absolutamente transcendente disponível ao homem, a partir do qual ele poderia ver a si próprio e ao seu mundo em relacionamento” (BUTTIMER, 1982, p.170).

Nesse sentido, A. Buttimer (1982) afirma que existem muitas dificuldades sob o ponto de vista da fenomenologia por ser um modo filosófico de reflexão a respeito da experiência consciente e de uma tentativa para explicar isso em termos de significados e significância. Destaca também a mesma autora que os fenomenologistas existenciais “colocaram uma passagem serpenteante e precária à medida que se tem esforçado para adaptar o método fenomenológico para elucidar o mundo vivido” (BUTTIMER, 1982, p.177). Já o cientista social, segundo a autora, é atraído para as explicações destes exploradores quando ele procura descobrir a mensagem da fenomenologia. Ademais, a conclusão desse entendimento consiste em que os próprios fenomenologistas tradicionais reconheceram que o homem, como ser cognizante, está preso num mundo físico e social, sendo que esta situação influencia o significado e a intencionalidade da sua consciência.

Por conseguinte, os fenomenologistas, segundo a autora (*idem*), reconhecem que a experiência vivida envolve mais do que a compreensão cognitiva e que têm explorado a vasta variedade de bases pré-conscientes, orgânicas e sensoriais, que precedem o conhecimento intelectual *per se* (MERLEAU-PONTY, *apud*, BUTTIMER, 1982).

Ademais, A. Buttimer (1982) apresenta as dificuldades em relacionar a noção do mundo vivido à linguagem e ao esforço geográfico. Os fenomenologistas focalizam suas buscas, quase que exclusivamente, nos indivíduos e na experiência social; e a interação tem sido construída basicamente no contexto das relações interpessoais do que no das intergrupais. Aponta ainda a autora, ao descrever a experiência humana do “mundo”, do espaço e do tempo, que há tendências para enfatizar os sujeitos humanos como iniciadores primários e determinantes da experiência.

Outra questão apontada pela autora (*idem*) consiste na dificuldade dos fenomenologistas em interpretar o conceito de “mundo” e meio ambiente. Eles os consideram como passivos, como estágio em face do – e contra o – qual os sujeitos criam seus projetos de vida (BUTTIMER). Os geógrafos estão conscientes do papel ativo do meio físico e cultural na formação da experiência, e, em consequência, o uso dos termos “espaço” e “mundo” é diferente. Já os cientistas sociais, que adotaram tal abordagem, têm procurado desvencilhar as partes e classificar os tipos e níveis distintos da experiência no espaço e no tempo. Contudo, ressalta a geógrafa, o mundo diário se apresenta em uma dinâmica e é experienciado de maneira holística até que o pensamento comece a refletir sobre ele.

Nesse sentido, “mundo” para os fenomenologistas é o contexto dentro do qual a consciência é revelada. Não é um mero mundo de fatos e negócios. Assim, segundo Buttimer (1982), uma vez consciente do mundo vivido na experiência pessoal, um indivíduo deveria visar a apreender os horizontes compartilhados do mundo de outras pessoas e da sociedade como um todo, isto é, o termo *Lebenswelt* poderia ser definido como um “horizonte abrangente de nossas vidas individual e coletiva” (BUTTIMER, 1982).

O caminho, segundo a autora (*idem*) aponta, está no espírito do propósito fenomenológico e na prática dos procedimentos fenomenológicos, e a partir daí se descobre a direção, na qual não deveria haver nenhum conflito inevitável entre os modos de ser e os modos de conhecer (BUTTIMER). A autora conclui que a fenomenologia nos convida a explorar algumas das condições e forças unificadoras na experiência humana do mundo; e, supondo a existência dessas condições, a vida diária (*Lebenswelt*), ligada às suas facetas, oferece um bom início para um diálogo entre fenomenologistas e geógrafos.

Acrescenta Buttimer (1982) que na vida diária não se reflete ou não se examina criticamente tais horizontes; a noção de mundo vivido sugere essencialmente as dimensões pré-reflexivas e tomadas como verdades, da experiência: os significados não questionados e determinantes do comportamento.

Outros pontos são ressaltados por Buttimer acerca da experiência do espaço. Dentre eles está a defesa da autora de que os geógrafos, ao refletir sobre o significado experiencial da ocupação da terra, lhes falta o próprio ato da consciência, a investigação fenomenológica de suas próprias percepções. Além disso, a mesma autora (*idem*) recorda que Sauer defendeu uma abordagem simples sobre a paisagem e foi cético em relação a modelos *a priori*, e que Granö (1929) notou a importância de diferentes sentidos na percepção e cognição do meio ambiente.

A questão, para a autora (*idem*), é saber como a fenomenologia pode ajudar na elucidação da experiência humana no espaço. E para isso, responde apresentando dois pontos de destaque:

- 1- Considerar a distinção entre espaço vivido e espaço representacional;
- 2- Considerar a tentativa fenomenológica para transcender o dualismo entre modos “subjetivo” e “objetivo” de compreensão da experiência.

O espaço representacional pode ser entendido como aquele cuja experiência se pode descrever e analisar através de categorias científicas, lógicas e matemáticas. Já o espaço vivido pode ser entendido através do ponto de vista fenomenológico, em que o espaço é dinâmico, onde o experimentador vive, desloca-se e busca significado.

Essa distinção abriga, segundo Anne Buttimer (1982), os modos subjetivos e objetivos de conhecimento, sendo que aí a fenomenologia tenta transcender este dualismo ao propor conhecer e reconhecer a validade de ambos, mas sem identificar-se com nenhum. Seu critério inicial é a criação de um “clima” que favoreça as outras pessoas, evento ou fenômeno, revelar sua estrutura interna de referência. Já o método subjetivo se concentra na experiência individual única, cujo objetivo procura generalizações e proposições testáveis.

Salienta-se que a abordagem fenomenológica está na distinção entre o comportamento e a experiência, destacando a crítica entre a relação do corpo e a

mente e a relação da pessoa e o mundo. Assim, conforme Merleau-Ponty: “nossa experiência do mundo não é, em primeiro, como a ciência a descreve”, e continua a sua explicação ao dizer: “nós necessitamos apoiar tais explanações de modo a descrever o comportamento humano” (MERLEAU-PONTY, 2018).

Ademais, os fenomenologistas, ao evidenciar o espaço vivido e a existência, consideram cada pessoa como tendo lugar um “natural”, que é considerado o “ponto zero do seu sistema pessoal de referência” (BUTTNER). Esse lugar natural, explica a autora (*idem*), é colocado dentro de um espaço estruturado, que é significativo. Além disso, cada pessoa está rodeada por camadas concêntricas de espaço vivido, da sala para o lar, para a vizinhança, cidade, região e para a nação. Outrossim, pode ter “lugares” privilegiados, qualitativamente diferentes de todos os outros, tais como o “lugar” de nascimento ou cenas importantes na vida da pessoa.

Frisa-se que tanto a geografia quanto a fenomenologia podem chegar a conclusões similares em suas experiências de lugar, embora os caminhos de suas investigações sejam diferentes e possam, por outro lado, também oferecer esclarecimentos valiosos.

Assim, suplantando diversas diferenças no estilo e orientação, o sentido de mundo vivido emerge como “facetas pré-conscientemente dadas da experiência diária de lugar” (BUTTNER, 1982, p. 180). As vantagens dessas investigações estariam no retorno à noção de gênero de vida e aos padrões rotineiros aceitos de comportamento e interação. Além de ambas, emergiriam a noção de ritmo, isto é, o comportamento diário que demonstra uma busca pela ordem, preditibilidade e rotina, bem como busca da aventura e mudança.

Nesse sentido, o mundo vivido diário pode ser exposto sob o ponto de vista vantajoso do lugar, compreendendo como uma tensão de forças estabilizantes e inovativas, “muitas das quais não poderiam ser conscientemente apreendidas até que uma tensão ou doença revelasse alguma desarmonia entre a pessoa e o mundo” (BUTTNER, 1982, p. 180). Isso pode ser entendido como um modelo do relacionamento entre lugares e espaço, lar e a extensão na experiência do mundo.

Considerando que o homem contemporâneo é móvel e pode experienciar mais vividamente o espaço em redes de interação social e comercial, é necessário estudá-las como formas de apreensão do espaço social e compreensão de oportunidade

socioeconômica. Por outro lado, a tendência é crer que o espaço como recipiente de populações com características demográficas particulares comporta-se como estágio no qual se situam as redes de interação social. Já as fronteiras da experiência espacial surgem para coincidir com um mundo social mais do que com uma área em particular.

A concepção subjacente segundo Buttimer (1982), a do homem móvel, do lugar transcendente, consiste nos horizontes que são colocados pelos seus mundos sociais. E, como consequência disso, afirma a autora (*idem*), fazem pré-suposições sobre relacionamentos entre indivíduos e grupos, a homogeneidade interna de categorias sociais particulares ou redes de interação, e sobre a saliência das perspectivas grupais de referência para o indivíduo. Entretanto, estes pré-julgamentos não são usualmente validados através de relatos autobiográficos ou pessoais (BUTTIMER, 1982).

Para Anne Buttimer (1982) a validade de tais noções como substitutos para a experiência deveria repousar na credibilidade dos modelos sociológicos. As generalizações, nesse componente dinâmico da experiência do espaço, estão baseadas em modelos derivados ou inspirados por teorias físicas e da comunicação. A questão a ser tratada é quão apropriadas são tais generalizações para a descrição das experiências sociais. A resposta dada pela autora consiste em que os fenomenologistas poderiam ver a sociedade como uma assembleia de sujeitos e tentar examinar o comportamento e a interação em termos de subjetividade.

Sobre esse mesmo assunto a autora (*idem*) entende que as pessoas nascem dentro de um mundo intersubjetivo, isto é, aprendemos a linguagem e os estilos de comportamento social que nos habilitam a nos engajarmos no mundo diário. E acrescenta: o nosso interesse natural nas atividades do dia a dia é pragmático, não teórico. Por outro lado, salienta Buttimer (*idem*), a maior parte dos seus aspectos, social, físico e técnico, é assumida como dados razoavelmente previsíveis e manipuláveis, ou seja, a maneira de se relacionar a eles tem sido transmitida através de nossa herança sociocultural, que provê linhas mestras e esquemas para ações e interações. Anne Buttimer salienta que essa herança intersubjetiva não tem de ser questionada a menos que nos movamos para um conjunto cultural diferente.

Contudo, a intersubjetividade sugere a situação herdada que circunda a vida diária e pode também ser "compreendida como um processo em movimento, pelo qual os indivíduos continuam a criar seus mundos sociais" (BUTTIMER, 1982, p.182).

Quanto aos ritmos do *cronotopos* e meio ambiente, pode-se dizer que os geógrafos realizaram um esforço no século XX dirigido para uma concepção topológica mais abstrata de espaço, no contexto, para a expressão de sistemas e estruturas. A organização funcional do espaço foi examinada por esses estudiosos que construíram atividades como os agentes primários da diferenciação espacial, tais como mapas e modelos personificando atividades no espaço.

O problema dessa concepção está ao relacionar vários tipos de sistemas espaciais a um outro também no exame do "acondicionamento" de atividades e pessoas dentro de uma área particular. Essa questão foi abordada por Hägerstrand, o qual apontou a necessidade de incorporar considerações de tempo, povos e finitude (HÄGERSTRAND, 1970). Esse mesmo autor desenvolveu um modelo "têmporo-geográfico" na perspectiva de investigar o dinamismo dos meios ambientes diários. Nesse modelo a representação é em malha quadriculada dimensional, podendo proporcionar, conforme Buttimer (1982), esclarecimentos na harmonia real ou potencial ou no conflito de sistemas de circulação dentro de uma dada área.

Entretanto, interesses administrativos dominam os modelos relativos ao tempo e espaço dos meios de trabalho e meios urbanos (HARVEY; BUNGE). Dessa forma, pouco se tentou na sua aplicação que é designada para elucidar empecilhos espaciais e as oportunidades que cercam as escolhas da vida. Contudo, apresentam perspectivas funcional e topológica, além de assumir um espaço diferenciado, que seria um plano descaracterizado da tradição espacial da geografia. Assim, a contribuição dos geógrafos está na exploração das diversidades da superfície potencial do tempo-espaço e na estrutura dos horizontes, dentro da qual os indivíduos podem escolher. Conclui Buttimer (*idem*) que uma consciência de "dados" poderia ajudar cada pessoa a tornar mais esclarecedoras as suas escolhas em relação ao meio ambiente.

Para Anne Buttimer (1982), o caminho está em os fenomenologistas continuarem a procurar versões mais dinâmicas da subjetividade humana e os geógrafos, a explicar as dinâmicas do mundo. Entretanto ainda permanece o desafio

de apreender as suas inter-relações. E para apresentar uma versão que poderia ressoar mais verdadeiramente com a experiência humana, necessário indagar: como o presente poderia oferecer para o mundo como evento vivo? Como a natureza, o espaço e o tempo fariam da vida diária?

O mundo vivido na perspectiva geográfica, conforme assinala Buttimer (1982), pode ser considerado como o substrato latente da experiência. E o comportamento no espaço e no tempo seria observado como os movimentos superficiais dos *icebergs*, isto é, podemos sentir as suas profundidades somente levemente. Ademais ao se falar na experiência individual ou coletiva, os padrões visíveis de movimento e a atividade consciente podem ser elucidados pela exploração do dinamismo das tensões em suas bases subjacentes (BUTTIMER, 1982).

A autora (*idem*) aponta como problemas aparentes na experiência diária do mundo aqueles espelhados no conflito entre o que os indivíduos e os grupos têm como acertado sobre o lugar, o espaço e a sociedade e, por outro lado, o que as instituições administrativas e funcionais dos sistemas espaciais e bioecológicos têm como certo na organização dos meios ambientes. A fenomenologia desafia cada indivíduo a examinar sua própria experiência, a tornar-se sujeito mais do que objeto de pesquisa e, então, procurar por denominadores comuns na experiência dos outros.

Outra questão, segundo a autora (*idem*), está na problemática do estresse neurofisiológicos e a anomia/alienação, ilustrada no fato de que o homem e o mundo estão inseparavelmente unidos. Assim muitos compartilham tais experiências, que a ciência e a racionalidade sozinhas não podem elucidar ou corrigir. Entretanto como salienta Anne Buttimer (1982), na linguagem do mundo vivido, elas podem ser consideradas como indicadores comportamentais de um conflito entre os ritmos do tempo e do espaço para os quais os indivíduos (grupos) se tornaram adaptados-fisiológica, emocional e psiquicamente; e naqueles ritmos, cujos ambientes exigem a organização do espaço e do tempo.

Especificamente para o nível fisiológico, segundo Buttimer (1982), cada um de nós diverge em suas disposições e capacidades de estar presente na natureza, no espaço e no tempo. Assim, modificamos em nossas necessidades para a atividade e o repouso, ainda que os meios ambientes nos quais vivemos e trabalhamos permitam pequena variação ou escolha de como realmente nos comportamos.

A esse respeito, Buttimer (1982) esclarece que as pessoas diferem em sua conscientização das circunvizinhanças e em suas capacidades para transcendê-las ou dominá-las. Ademais, a experiência pessoal, conforme atestou a própria geógrafa (*idem*), demonstrou como os resíduos dos ritmos e rotinas anteriores no relacionamento dela com a natureza, espaço, tempo e pessoas têm influenciado a avaliação de um novo ambiente. E ressalta ainda que "o sentido do bem-estar, de saúde e criatividade são maneiras de existir no mundo que não são inteiramente explicáveis em termos racionais" (BUTTIMER, 1982, p. 188).

Quanto à contribuição crítica da reflexão fenomenológica, pode estar, segundo a autora (*idem*), no descobrimento de dimensões da experiência pré-conceituosa, pré-planejada e involuntária. Nesse sentido, a fenomenologia tem enfrentado questões metafísicas da livre vontade do determinismo, da motivação e da libertação; e é difícil ver como o método fenomenológico *per se* poderia produzir esclarecimentos sobre os problemas que as pessoas enfrentam nas suas vidas diárias.

Contudo, isso tem ajudado a elucidar como suas amarrações na experiência passada poderiam influenciar e moldar o presente, mas pouco se tem a dizer sobre a direção futura. O que na maioria das vezes ocorre, segundo Buttimer (1982), é a recusa em julgar sobre solução de problema a vida política, estresse, saúde, esperança e desejo. "O que ele propicia, no entanto é exatamente importante como preâmbulo, não são somente para o procedimento científico, mas também como uma porta para a conscientização existencial" (BUTTIMER, 1982, p.188-9).

Dessa maneira, o registro do comportamento numa rede isométrica representando o espaço e o tempo é somente uma abertura para os horizontes do espaço e do tempo vivido. A noção de ritmo pode oferecer um passo inicial para essa medição. A experiência do mundo vivido seria descrita como a orquestração de vários ritmos cronotópicos; os das dimensões fisiológicas e culturais da vida, os dos diferentes estilos de trabalho e os de nossos meios ambientes físico e funcional. Num nível macro, tratamos da sincronização de movimentos em várias escalas e escolhemos uma delas como se estivesse num ponto particular que nossa própria experiência tenha nos estimulado a explorar.

Os relatos clássicos dos gêneros de vida mais simples ou dos meios sociais das vizinhanças urbanas têm implicitamente capturado esta perspectiva sobre a

experiência (CLAUDE LEVI-STRAUSS). Assim, focalizando um gênero de vida em particular, pode-se produzir algum esclarecimento no conflito dos ritmos têmporo-espaciais que um indivíduo pode experimentar, porém determinar as implicações de sua justaposição no lugar é mais difícil. Cada gênero de vida analiticamente falando seria considerado como um mundo dentro de si próprio, porém existencialmente se entrelaçam e se ajustam para moldar os horizontes comuns cronotópicos (MICHAIL BAKHTINE).

A seguir, baseado na metodologia descrita da fenomenologia e na fenomenologia do mundo vivido, é descrito o método de pesquisa para essa tese.

3.3 Método da Pesquisa

O método delineado para essa pesquisa, que buscou desvelar as carências habitar/morar no programa PMCMV, contou primeiramente com o estudo de base conceitual e demais acepções do habitar, desde os estudos na Filosofia e suas influências em diferentes áreas de conhecimento.

A fenomenologia se sobressaiu ao propor um modo de conhecer que reconhece a validade tanto da experiência interior pessoal quanto da exterior no espaço. Isso corresponde à distinção entre modos subjetivos e objetivos de conhecimento.

Para essa questão, Anne Buttmer (1982) diz que o caminho a seguir consiste no espírito do propósito fenomenológico. E explica que é na prática dos procedimentos fenomenológicos que se descobre a direção, devendo não haver nenhum conflito inevitável entre os modos de ser e os modos de conhecer (BUTTMER). A autora conclui que a fenomenologia nos convida a explorar algumas das condições e forças unificadoras na experiência humana do mundo e, supondo a existência dessas condições, a vida diária (*Lebenswelt*) ligada às suas facetas oferece um bom início para um diálogo entre fenomenologistas e geógrafos.

O espaço representacional é entendido como aquele em que se pode descrever e analisar a experiência do espaço através de categorias científicas, lógicas e matemáticas. Já o espaço vivido pode ser entendido através do ponto de vista

fenomenológico em que o espaço é dinâmico, no qual o experimentador vive, se desloca e busca significado.

Essa distinção abriga, segundo Anne Buttmer (1982), os modos subjetivos e objetivos de conhecimento, sendo que é aí que a fenomenologia tenta transcender este dualismo ao propor conhecer e reconhecer a validade de ambos, mas sem se identificar com nenhum. Seu critério inicial é a criação de um “clima” que favoreça as pessoas, evento ou fenômeno a revelarem sua estrutura interna de referência. Em suma, o método subjetivo se concentra na experiência individual única e o objetivo procura generalizações e proposições testáveis.

Segundo esse propósito, o estudo envolveu a relação direta do pesquisado com o fenômeno e, como investigadora, me propus a reflexionar sobre as experiências relatadas dos moradores e/ ou grupos envolvidos, da maneira mais direta possível, desvelando, assim, possibilidades metodológicas que permitissem participar da experiência. Para isso, realizamos entrevistas com cuidadosa descrição e observação envolvendo a experiência e o fenômeno.

A outra etapa de caráter fenomenológico se tratou de reconhecer que não se conhece o fenômeno, porém o que o possibilita. Assim o mesmo é visto como um campo que o(a) pesquisador(a) tenta desvelar e explorar. Nele não há uma noção clara do que vai encontrar e como as revelações irão acontecer. Além disso, segundo Seamon (2000) se deve sempre adaptar seus métodos para a natureza e as circunstâncias do fenômeno, no qual a habilidade, percepção e dedicação do pesquisador podem pressupor quaisquer procedimentos metodológicos específicos.

Dessa maneira, o pesquisador como instrumento humano torna-se o *core* do método fenomenológico, e todos os métodos de investigação específicos devem ir ao encontro de retratar a experiência humana em termos exponenciais. Destarte, “the best phenomenological methods, therefore, are those that allow human experience to arise in a rich, unstructured, multidimensional way”. O melhor método fenomenológico, portanto, são aqueles que permitem que a experiência humana surja de uma forma rica, não estruturada, multidimensional (SEAMON, 2000, p.164).

Nesse sentido, Anne Buttmer (1982) entende que as pessoas nascem dentro de um mundo intersubjetivo, isto é, aprendemos a linguagem e os estilos de

comportamento social que nos habilitam a nos engajarmos no mundo diário. E acrescenta que nosso interesse natural nas atividades do dia a dia é pragmático.

Dessa maneira, para o conhecimento do mundo vivido, inicialmente, acrescentamos a esse estudo os principais conceitos espaciais que envolvem as espacialidades, tais como a paisagem, o território, a região e o lugar, com as suas discussões e atualizações necessárias.

O objetivo específico relacionado ao objeto do estudo, o programa habitacional mais recente, o PMCMV, consistiu em compreender, primeiramente, o papel desempenhado pelas políticas e programas habitacionais no país e as consequências para a sociedade e principalmente aos moradores. Realizado esse exercício retornou-se à escala local e, para isso, iniciou-se pela análise comparativa da política atual de habitação e o Minha Casa, Minha Vida, apresentando-se as principais disparidades entre a política e o programa.

A parte seguinte do trabalho, seguindo a metodologia de base da fenomenologia do mundo vivido, envolveu estudos da fenomenologia e da corrente humanística da Geografia pelo estudo *in loco* com o intuito de compreender a realidade do Residencial implantado nos parâmetros do programa PMCV no DF.

Destarte, a relação entre a Geografia e a fenomenologia pode ser compreendida a partir da paisagem, e a fenomenologia, em específico, auxilia na compreensão dos processos de percepção e representação, das espacialidades do lugar, do território e da região e das suas evidências dos espaços vividos.

Contudo a intersubjetividade sugere a situação herdada que circunda a vida diária e pode também ser "compreendida como um processo em movimento, pelo qual os indivíduos continuam a criar seus mundos sociais" (BUTTIMER, 1982, p.182).

Nesse sentido, buscamos na pesquisa de campo o entendimento do programa implantado no período entre 2009 e 2015, destinado para pessoas de baixo poder aquisitivo, ou seja, no desenho do Programa, aquele cuja faixa de renda familiar corresponderia a um valor de até três salários mínimos.

O trabalho contou com as relações atuais e dos indivíduos em sociedade e, para isso, se procurou estabelecer fundamentação entre as partes por permitir apresentar significação mais ampla do objeto de estudo. Assim, se desenvolveu uma análise empiricista do estudo do lugar na perspectiva da lugaridade e as relações dos

objetos sobre as quais se dão as ações humanas, particularmente a implantação do programa habitacional no residencial Paranoá Parque como bairro da RA do Paranoá como sugere o Programa.

O que aqui está em questão é o todo e sua natureza, isto é, a totalização (SANTOS), entendendo para isso a totalidade, aquela a qual foi produzida, e valorizando as subjetividades individuais, sem perder o foco na função das estruturas – o movimento histórico e as relações sociais sobre as quais foi produzido o objeto de estudo.

A relação social, por menor ou parcial que seja, faz parte das relações globais, embora mínima, e a sua história compreende um processo bem mais amplo, considerando que tem o poder de explicação e entendimento da realidade. Nesse ponto, necessário foi não se deixar levar pelas aparências que tanto confundem e mascaram o modo como se constituem os objetos.

Ressalta-se que, ao entender que os lugares são singulares, é por aí que as variáveis e os elementos necessários foram escolhidos, os quais podem combinar-se de forma particular, podendo ser comuns a vários outros lugares. Nesse sentido, a questão da totalidade é uma necessidade inescapável e, para que seja concretizada, foram seguidas as três etapas:

A primeira consistiu na Identificação das partes atuantes nos processos, no caso para o objeto do estudo, o programa Minha Casa, Minha Vida, tratou-se do Estado como responsável em formular a política e financiar os programas; as construtoras como agentes da execução e implementação das unidades habitacionais e os moradores de baixa renda como principal razão da existência dos programas.

A segunda, pelo processo de conhecimento e reconhecimento das relações entre as partes, que, apesar de serem de naturezas distintas, estabelecem entre si relações de dependência entre as mesmas. E a terceira consistiu em compreender a dinâmica específica de cada parte, bem como, à luz das partes teórica e conceituais desenvolvidas nos dois primeiros capítulos dessa tese, realizar análise da apreensão do conhecimento.

Assim, a pesquisa apresenta como objeto a lugaridade no programa recente, PMCMV, buscando compreender a relação do habitar/morar no mundo vivido. E para isso contou com estudos teóricos e conceituais, estudos dos programas habitacionais recentes no país e pesquisas de campo com a atividade da paisagem e com a participação dos moradores por meio de entrevistas.

Os dados para a pesquisa foram obtidos via e-SIC da Caixa Econômica Federal e da Codhab sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida no Brasil e no DF dos anos de 2009 a 2015. Ademais, contou com publicações da CODEPLAN/DF e das suas Regiões Administrativas e ainda do projeto do residencial Paranoá Parque pela Codhab.

O “habitar” foi amplamente debatido à guisa de estudos de diversos autores de diferentes áreas de conhecimento e chegou-se a uma proposição em considerar aspectos diversos para o seu entendimento, desde os elementos essenciais básicos e objetivos, além dos subjetivos envolvendo os seus moradores. Dentre eles, o principal consiste no habitar no seu sentido ontológico baseado na sua essência no estar-no-mundo, no significado e perspectiva de formação de lugares, isto é, da lugaridade (RELPH, 1976).

O “lugar” como conceito foi estudado por uma reflexão crítica em que se chega ao entendimento de que 'lugar' e 'tempo' são relativos e que apresentam sentidos subjetivos, fruto da percepção sensorial. O seu significado passa por constantes transformações e, por isso, devem ser levados em conta aspectos da sociedade que também influenciam sua concepção. Entende-se ainda o lugar como um todo, mas também como parte de uma mesma trama de relações, uma relação maior, a sociedade, isto é, admite-se que a melhor designação do sentido de lugar está na lugaridade.

A “carência” foi apresentada identificando o recorte do objeto dessa tese, ou seja, o PMCMV, referindo-se às necessidades ligadas a objetos materiais, sociais e individuais. Já a base conceitual serviu para a discussão, reflexão e atualização dos aspectos que influenciaram o programa habitacional recente. O trabalho contou com estudos do desenho do PMCMV e considerações sobre a sua implantação, as quais envolvem o processo histórico dos programas habitacionais no país, fatores, relações de interesses e consequências socioeconômicas, especialmente para os seus moradores.

A verificação da hipótese contou com três partes de investigação. A primeira foi pela atividade da paisagem como forma de conhecer a realidade do residencial Paranoá Parque. A segunda a partir da percepção dos seus moradores, os primeiros

desde 2016. E a terceira pela consideração dos estudos sobre o programa e a sua implantação.

As visitas ao residencial tiveram como objetivo captar a sua paisagem, “o jogo do movimento dos ‘cheios e dos vazios’ que aqui e ali alteram a balança das distribuições”. (MOREIRA, 2019, p. 8). Dessa maneira, verificaram-se os aspectos ambientais e naturais como a morfologia das ruas e das quadras, as construções e sua situação, a existência de equipamentos urbanos e sociais, bem como o movimento das pessoas em seu dia a dia. Para isso, realizamos quatro visitas, desde 2019, em horários do dia diferentes (manhã e tarde) com caminhadas por algumas ruas das quadras e trajetos feitos por dentro dos edifícios, além de trafegar pelos limites do residencial.

Outras visitas foram necessárias considerando o período da pandemia que não permitiu conhecer de maneira mais rotineira os moradores do Paranoá Parque. Assim, durante o ano de 2021 realizamos duas visitas ao residencial com finalidade de captar mensagens e refinar o “olhar” da sua paisagem.

Para as entrevistas se buscou primeiramente encontrar os primeiros moradores do residencial (desde 2016) que estariam dispostos a serem entrevistados por celular sobre diversas questões ligadas ao modo de vida e sua percepção individual. Assim durante dois dias, 38 moradores foram engajados para realização das entrevistas.

Dessa maneira, ao caminhar pelas primeiras quadras, procurava por pessoas às quais eu pudesse me apresentar, falar sobre o trabalho acadêmico e a necessidade da entrevista. Vale ressaltar que estávamos em plena pandemia e isolamento e, talvez por isso, houve uma certa dificuldade em encontrar um número maior de entrevistados. Os locais percorridos para captar os entrevistados foram os dois pontos de ônibus do Residencial e, também, de forma reduzida, ao caminhar por entre as quadras e encontrar alguns moradores se dirigindo ao trabalho ou retornando para casa, ou mesmo parados em algum ponto dos prédios ou ruas.

Nessa primeira conversa, houve uma breve apresentação ressaltando o objetivo da entrevista e, a partir do convite, com o aceite do morador, ocorreu a marcação da entrevista a ser realizada em dia e hora agendados por celular.

A respeito do que significa perguntar, Heidegger (2014) diz que todo perguntar é buscar. E que toda busca tem sua direção prévia a partir do buscado. O perguntar é uma busca em conhecer o ente em seu “ser-que” e em seu “ser-assim”. O mesmo autor ainda diz que o buscar que conhece pode se tornar a “investigar” como determinação que põe-em-liberdade aquilo por que se faz a pergunta. Assim, o caminho da investigação buscou conhecer o mundo vivido dos moradores envolvendo suas memórias de um passado recente e a vida atual no residencial, fruto da implantação do programa habitacional de interesse social, além das expectativas quanto ao local em que decidiram viver.

As entrevistas se desenvolveram em conversas que se estenderam, conforme as pessoas se sentiam à vontade em responder e comentar as perguntas que lhes eram feitas. E, para isso, houve inicialmente uma base já selecionada de questões que não deveriam ser deixadas de fora, as quais envolveram o modo de vida anterior, o atual e as perspectivas em relação a morar no local: as mudanças, os sentimentos sobre o residencial, a convivência, o lazer, os finais de semana e quais as principais reivindicações.

As entrevistas, que foram gravadas e posteriormente transcritas, possibilitaram realizar aproximações as quais pudemos apresentar como em uma classificação. Em seguida, foi possível estabelecer relações de procedência em cinco diferentes situações dos moradores: de Regiões Administrativas do DF de maior vigor econômico e social; de Regiões Administrativas semelhantes à RA do Paranoá Parque; do Entorno do DF e de outras regiões do país e que moravam há pouco tempo no DF.

Para as entrevistas, levamos em conta aquilo que Seamon e Joan Nogué I Font (2008) concordam ser uma das melhores formas de relatar o fenômeno, constituindo-se em um dos principais procedimentos metodológicos de uma pesquisa fenomenológica.

Segundo Nogué I Font (*idem*) orienta, deve ser de entrada informal, tão espontânea quanto possível, sem limitação de tempo ou temas, ao ritmo do entrevistado e sempre, caso seja possível, em seu próprio ambiente, cercado da paisagem que normalmente contempla; contudo, nesse caso, conforme relatado anteriormente, isso não foi possível em decorrência do período da pandemia.

Em relação ao pesquisador, segue o mesmo autor afirmando que este deve estar aberto aos entrevistados, isto é, adotar as questões de acordo com os comentários dos mesmos, observando o tom e o seu interesse. E finaliza sobre o tema afirmando, quanto a este método, que somente assim a compreensão do fenômeno poderá ser aguçada pelo pesquisador.

Os resultados das três partes do estudo foram analisados e discutidos à guisa das conceituações e reflexões críticas e necessárias acerca do objeto dessa tese, qual seja, a carência do habitar/morar do PMCMV decorre do seu modelo único, que é o da construção de unidades habitacionais em novos conjuntos residenciais para a baixa renda, sem considerar as individualidades dos moradores, e sem estruturas que permitissem a formação de lugares com lugaridade.

4- CAPÍTULO 4: O MUNDO VIVIDO NOS PROGRAMAS HABITACIONAIS

O capítulo apresenta o estudo do programa habitacional de interesse social recente, objetivando salientar as suas carências, bem como, pelas vivências dos moradores, as perspectivas de formação de lugares com lugaridade (RELPH).

Primeiramente, iniciamos por avaliação de políticas habitacionais no país em períodos históricos com discussões que evidenciam os fatores, as estruturas, as contradições e alguns pontos consideráveis dos programas habitacionais de interesse social. A seguir, buscamos estabelecer relação entre o desenho da Política Nacional de Habitação (PNH) e do programa recente, Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) do governo federal, que surgiu com a perspectiva de equacionar os problemas do déficit habitacional, agigantado, devido à falta, por décadas, de atendimento da demanda por habitação, principalmente, destinado à população de baixa renda.

Essa aproximação entre política habitacional e implantação, percebe-se que são disformes, não apresentam similaridades quanto aos objetivos e fundamentação. Na realidade, os programas foram e ainda são utilizados para subsidiar a economia em escala nacional e mundial. Equivale a dizer que tais programas sempre serviram ao circuito superior da economia (SANTOS).

A segunda parte do capítulo trata da delimitação para a investigação do problema de pesquisa, qual seja: *o programa habitacional de interesse social recente - PMCMV, por não considerar as individualidades dos moradores, promoveu a formação de lugares sem lugaridades*. Para isso, valorizamos o ponto de vista dos moradores, no seu cotidiano, levando em consideração suas perspectivas quanto ao lugar de moradia, além de análises da paisagem, considerando a concepção teórica dos dois primeiros capítulos dessa tese.

O recorte para essa verificação foi a implantação do programa PMCMV no Distrito Federal, período de 2009 a 2015, cuja destinação para população de baixa renda correspondeu à faixa 1, a qual representava a de renda familiar de até R\$ 1.600,00, com a finalidade de discutir e analisar a configuração socioespacial dos seus empreendimentos.

Pela análise inicial dos dados objetivos identificamos, quanto ao atendimento do déficit habitacional e da inserção espacial, a intensificação das desigualdades sociais no DF, especificamente decorrentes, em grande parte, dos mesmos sistemas com desequilíbrios significativos, os quais excluem os processos derivados da valorização da renda fundiária urbana e conforme explica Rolnik (2015):

A propriedade imobiliária (*real state*) em geral e a habitação em particular configuram uma das mais novas e poderosas fronteiras da expansão do capital financeiro. A crença de que os mercados podem regular a alocação da terra urbana e da moradia como forma mais racional de distribuição de recursos, combinada com produtos financeiros experimentais e “criativos” vinculados ao financiamento do espaço construído, levou as políticas públicas a abandonar os conceitos de moradia como um bem social e de cidade como artefato público. As políticas habitacionais e urbanas renunciaram ao papel de distribuição de riqueza, bem comum que a sociedade concorda em dividir ou prover para aqueles com menos recursos, para se transformarem em mecanismos de extração de renda, ganho financeiro e acumulação de riqueza (ROLNIK, 2015, p.14).

Em vista disso, o PMCMV, em geral, demonstrou que, para a habitação de interesse social faltaram investimentos em áreas já consolidadas – aquelas mais próximas de bacias de trabalho e demais estruturas com possibilidades espaciais – e diversificação dos modelos habitacionais. E tendo em conta que o programa contava com imenso volume de investimento para a construção de moradias, ainda assim não considerou a perspectiva de desenvolvimento econômico e social.

Concluimos, assim, que, a despeito dos resultados da implantação do Programa no DF, há a consolidação de uma região homogênea (PERROUX), com as características similares econômicas e sociais, fazendo parte ainda de um plano, isto é, do próprio planejamento local (PDOT) que definiu essa a RA do Paranoá como localidade a receber programa de moradia para baixa renda.

Na segunda parte do capítulo, comprovamos para o período assinalado que somente um empreendimento implantado no Distrito Federal foi destinado à faixa de menor renda, retratando a contínua desigualdade quanto ao atendimento da sua população mais necessitada. Ressaltamos também o tratamento diferenciado dispensado às outras faixas de renda, pela construção de moradias em perímetros urbanos mais consolidados, isto é, nas Regiões Administrativas de maior potencial e intensidade econômica e social.

Assim, o empreendimento destinado à faixa de menor renda, único do período mencionado, o Residencial Paranoá Parque, foi instalado nas proximidades da Região

Administrativa do Paranoá-DF, considerada uma das mais problemáticas em condições socioeconômicas. Ressaltamos que o Paranoá Parque já nasceu com carências que dificultam ou impedem maior envolvimento das pessoas em sua comunidade, sob a perspectiva da formação de lugaridades, dentre elas: a falta de áreas de lazer entre os blocos residenciais, de equipamentos comunitários, comércio e serviços, de áreas verdes para jardins e hortas comunitárias e de maior mobilidade e acessibilidade que permitam aos moradores caminharem ou usarem bicicletas dentro do residencial.

Ressaltamos, como parte fundamental desse estudo, a participação dos moradores em seu espaço-moradia na busca de conhecimento e respostas ligadas ao envolvimento de cada um ao seu lugar de residência, destacando, para isso, o entendimento, sob diferentes aspectos do cotidiano, do mundo vivido (BUTTIMER, 1982).

A propósito do estudo histórico das políticas habitacionais no país, ressaltamos as interrupções de atendimento para a maioria das pessoas, ocasionando, assim, o agravamento da situação de vida da nossa população, especificamente a partir da década de 1950, período de aceleração da urbanização. Aliado ao descompasso das demandas urbanas, acrescentamos a falta de implantação de programas de desenvolvimento regional, o que veio a formar a “questão urbana”, fruto das disformes políticas econômicas e sociais, representando uma intencionalidade de governança federal e mesmo local no favorecimento do sistema capitalista em suas várias feições.

Contudo, não podemos deixar de salientar os méritos do PMCMV, dentre eles e em primeiro lugar, pelo seu imenso volume construtivo, a falta de precedente de atendimento à moradia popular no país, além do vínculo importantíssimo com a implantação de infraestrutura e de residências do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Entretanto, nessa tese, buscamos conhecimento dos aspectos que podem ser instrutivos quanto à formação de lugares com lugaridade e, para isso, contamos com o estudo da paisagem, bem como o protagonismo dos seus moradores.

4.1 Uma divisão histórica das políticas habitacionais

A política habitacional no Brasil tem sido estudada por diversos autores, dentre eles Nabil Bonduki, em sua obra *Os pioneiros da habitação social* (2012); especificamente em seu volume 1, *Cem anos de política pública no Brasil*, o autor apresenta uma divisão em quatro períodos, contados a partir da República, na qual destaca de início, que tanto na Colônia quanto no Império e após quatro séculos de escravidão, nenhuma atitude política foi realizada para enfrentar as necessidades habitacionais após a liberação de milhares de pessoas escravizadas, as quais ficaram desalojadas e sem assistência à sobrevivência.

Apesar da extensa obra, dividida em três volumes, muito pouco houve de relatos dos moradores sobre os programas habitacionais de interesse social, o que poderia contribuir ao conhecimento do mundo vivido dos antigos e atuais moradores. Entretanto, buscamos nos escritos resgatar o seu histórico necessário à compreensão da realidade urbana brasileira.

O primeiro período ocorreu da abolição até a década de 1930 e foi marcado pela formação de mercado de trabalho livre e, por outro lado, pela irrisória ação do Estado.

A participação do governo se restringiu às transformações dos centros urbanos com o lançamento de legislação sanitária e edilícia, além de isenções fiscais. A produção de moradias, no entanto, foi insignificante e, como exemplo de inovação do período, houve a tentativa de implantação do bairro operário Marechal Hermes no Rio de Janeiro (1912), que sofreu séria oposição por parte das elites dominantes e setores da imprensa, por não aceitarem a ideia de o governo atuar na produção de habitação social, e, por isso mesmo, as obras do bairro foram paralisadas e retomadas somente no governo Vargas.

A despeito disso, a atuação do governo concentrou-se somente em obras de remodelação e embelezamento na área central do Rio de Janeiro, o que culminou em demolições e despejos das famílias mais pobres; e, para responder às mobilizações e críticas dessas ações, promoveu a construção de insignificantes 120 casas para trabalhadores, o que obviamente não atendeu às necessidades de milhares de

peças que foram desalojadas das áreas consolidadas centrais para as periferias distantes e sem equipamentos e infraestruturas.

Por outro lado, houve investimento privado na produção de moradias para aluguel, favorecendo o liberalismo econômico estimulado pelo próprio Estado, ao conceber incentivos fiscais, segurança jurídica aos locadores e tolerância de normas sanitárias e edilícias. Nesse caso, as alternativas de moradias corresponderam a acomodações específicas de acordo com a renda, restando para as classes mais baixas as moradias coletivas em cortiços, casa de cômodos e “cabeça de porco”.

Nesse período, as companhias privadas começaram a produzir unidades habitacionais em vilas operárias. Nelas, as empresas atendiam parte da reivindicação dos seus empregados, ao mesmo tempo que obtinham o controle dos trabalhadores necessários à produção, além de que se beneficiavam pela garantia da reposição de mão-de-obra especializada, tendo em vista que os ofícios dos pais eram repassados aos filhos.

Conforme relata Nabil Bonduki, as vilas operárias podem ser compreendidas pela:

(...) filantropia de empresários favoráveis à harmonia entre o capital e o trabalho; estratégia para atrair operários em um mercado de trabalho incipiente; forma de disciplinar o tempo livre dos operários, submetendo-os à ordem burguesa e mantendo-os sob permanente controle; necessidades da própria produção (BONDUKI, 2012, p. 20).

Assim as vilas operárias eram moradias distribuídas em blocos de residências geminadas, consideradas de boa qualidade (bem ventiladas e bem iluminadas), mas que foram implantadas para manter os operários na linha: “eram controlados, vigiados e observados, mesmo de forma indireta” (BONDUKI, 2012, p. 20).

O segundo período ocorreu de 1930 a 1964, na qual houve o reconhecimento da moradia para os trabalhadores como problema público, sem alterar, no entanto, a concepção do Estado liberal, cujo objetivo principal era mercadológico, e por isso, entendia que não deveria intervir diretamente na produção e nas regras de locação. Dessa forma, a produção direta das residências pelo governo foi combatida, mantendo, assim, as mesmas ações do período anterior.

No entanto, ao longo do período Vargas, houve mudança na maneira de o governo interferir nos aspectos da vida econômica e, de modo específico, na questão habitacional. Dessa maneira, o Estado passa a atuar na produção de moradia do trabalhador por meio das autarquias, concebendo a segurança jurídica aos adquirentes de lotes para estimular a difusão da casa própria e regulamentação do mercado de locação de imóveis.

Assim o governo seguiu a tendência internacional, o que na prática representou a edição do Decreto-Lei nº 58/1938, que regulamentou a venda de lotes à prestação, a criação das carteiras prediais dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), as quais se tornaram as primeiras instituições públicas de caráter nacional a produzir habitação social em quantidade significativa. Ademais, houve a criação da Casa Popular em 1946, como órgão destinado a enfrentar o problema da moradia, e a aprovação do Decreto-Lei nº 4.598/1942, Lei do Inquilinato que congelou os aluguéis no país.

Em vista disso, apesar das mudanças implementadas pelo Estado, o resultado da produção de moradias foi insignificante, pois somente 175 mil unidades habitacionais foram construídas, o que nem de longe atendeu ao crescente contingente de migrantes e imigrantes que chegavam às cidades. Desse modo, dados do crescimento da população urbana mostraram que a forte urbanização do país elevou de 8 milhões para 32 milhões o número de habitantes nas áreas urbanas na década de 1960, e para 52 milhões em 1970 (IBGE, 1960:1973, apud, BONDUKI, 2012).

Contudo, o elemento significativo desse período foi a produção desigual e a reprodução dos empreendimentos pela lógica rentista pelo país, baseados em vilas de casas geminadas ou em fileiras, e mesmo na Fundação Casa Popular (FCP), cujas soluções arquitetônicas e urbanísticas eram tradicionais, com as suas casas térreas isoladas ou geminadas, que, conforme Bonduki, “eram no fundo todas muito parecidas, com uma arquitetura pobre e desprovida de interesse urbanístico” (BONDUKI, 2012, p. 52).

O caso da FCP foi emblemático: o orçamento muito reduzido fez com que o órgão ficasse com incumbência de construir moradias em terrenos doados pelos municípios, cabendo, por outro lado, à prefeitura implantar a infraestrutura e os

equipamentos sociais, o que resultava, na maioria dos casos, sem execução, e, assim, (re)produziam-se as periferias carentes e precárias para a população mais pobre. Ressaltamos que essa postura da FCP era oposta à do Departamento de Habitação Popular (DHP), que foi considerado um dos poucos órgãos regionais defensores da habitação como serviço de utilidade pública, a qual deveria incluir entre os itens obrigatórios serviços de água, luz, esgoto etc.

Quanto aos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs), que eram muito heterogêneos, assemelhavam-se ao DHP em relação à proteção do trabalhador. Entretanto, como o seu objetivo principal era a rentabilidade, o valor do aluguel deveria ser fixado de modo a garantir remuneração do investimento, mas também se buscava racionalização pela redução de custos visando a uma aproximação com a capacidade de pagamento dos trabalhadores. Destacamos, nesse sentido, os Institutos mais organizados, particularmente o IAPI, o IAPC e o IAPB, que tinham maior capacidade de atuar na perspectiva de proteção do trabalhador e, portanto, podiam oferecer serviços e equipamentos de uso coletivo nos seus conjuntos residenciais.

Emblemática do período foi a constituição de uma prática no país que se tornou a forma mais comum de produzir periferias urbanas, precárias e empobrecidas. Como exemplo está o caso do prefeito de Belo Horizonte em 1940, Juscelino Kubitschek (JK), que, conforme Bonduki (2012), tinha a pretensão de construir grandes conjuntos habitacionais para os industriários principais cidades brasileiras. Para esse feito, JK estabeleceu a construção de um novo bairro no centro de Belo Horizonte pela substituição de uma favela instalada em um terreno municipal no bairro Lagoinha, denominada Pedreira Prado Lopes, a qual ocupava uma área contendo 483 “casinhas” que abrigavam 3.301 moradores.

No entanto, esses moradores iniciais do bairro "Lagoinha" não foram sequer considerados no novo conjunto habitacional, além de que não houve relatos sobre o que fizeram e o que aconteceu com essas pessoas. Porém, não é difícil imaginar, como é de praxe, que eles foram deslocados para as periferias longínquas, em assentamentos precários e sem a implantação de equipamentos urbanos ou infraestrutura, seguindo as promessas de transferência como forma de “compensação” aos antigos residentes.

Foi dessa forma que se cristalizou o modelo de execução de retirada das pessoas mais pobres que viviam em áreas mais centralizadas e valorizadas das cidades, provocando a formação das periferias em lugares de poucas possibilidades de inserção social e sem perspectivas de melhorias de vida.

Por outro lado, houve "como estratégia para iniciar a produção em massa" (BONDUKI, 2012, v.3, p.11), a implantação de um primeiro grande conjunto habitacional de interesse social implantado no país. Trata-se do residencial operário em Realengo (RJ), promovido pelo instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários [IAPI] e construído entre 1938 e 1943.

Assim, como exemplo, segue a descrição do residencial em Realengo (RJ) feita por Bonduki:

Os edifícios foram dispostos ao redor dos espaços públicos do conjunto, onde também estão impactados o edifício "coletivo", os outros blocos com comércio no térreo e os equipamentos. A implantação projeta um espaço gerador de relações sociais no bairro. Juntamente às fileiras de casas recuadas mais para o centro das quadras, situam-se as áreas livres, que diferenciam o conjunto da sua vizinhança.

A presença dos serviços, das praças e calçadas, arborizadas e com dimensões generosas, confere ao Conjunto de Realengo um caráter integrador de todo o bairro, que oferece qualidade urbanística também para ocupação que o sucedeu (BONDUKI, 2012, v.3. p.14).

Depreendemos dos aspectos descritos desse conjunto habitacional a variedade de elementos contidos no seu espaço, a qual favorecia a formação da lugaridades. Nesse sentido Bonduki (*idem*) apresenta o residencial Realengo:

Os moradores mais recentes do conjunto Residencial Operário em Realengo, no subúrbio do Rio de Janeiro, muito provavelmente não saibam o que significou o bairro em que vivem para um momento crucial da história do país. Os primeiros, no entanto, guardam com grande sentimento de pertencimento cada momento vivido naquele lugar. O esforço de pesquisa encontrou como aliados esses antigos moradores, cujos fatos relatados e fotos exibidas compõem o mosaico das relações sociais construídas ao longo dos anos.

O primeiro contato com a obra, na companhia desses antigos habitantes, marcou irremediavelmente a visão sobre aquela arquitetura e, ainda, auxiliou na construção de uma análise que partiu de uma perspectiva histórica e que se propôs, desde o início, a evitar as condenações fáceis à arquitetura moderna, fossem aquelas próprias da crítica sociológica dos anos 1960 e 1970, ou os reducionismos da crítica pós-moderna contra os conjuntos habitacionais (BONDUKI, 2012, p.38).

E continua o mesmo autor (*idem*) ao descrever:

O vínculo orgânico que pode ser lido na relação entre o ambiente e as pessoas que o habitam é explícito ainda hoje em Realengo. As reuniões das associações de moradores, que ainda persistem, são mencionadas com saudades pelos habitantes mais velhos, que lembram 1964 como o “ano em que tudo acabou”. Os antigos carnavais, entre outras festas que aconteciam, são as manifestações culturais mais recordadas:

Havia um circo no início, onde depois foram construídos os outros blocos, ali perto do coletivo' [...] No Carnaval todo mundo se encontrava na rua, nós saíamos daqui e vinha um pessoal lá de Padre Miguel, e então a gente se encontrava na rua e ia todo mundo para o baile (Botas, apud, BONDUKI, 2012, p. 40).

Desde o momento de sua implantação, o conjunto organizou em torno de si uma memória local, que favorece e fortalece determinados hábitos e relações sociais, estabelecendo, pouco a pouco, um sentido de permanência e sociabilidade. Bem ao contrário da falta de sentido de pertencimento, do anonimato, da monotonia, da uniformização, da indiferença, apregoados pelos críticos dos conjuntos habitacionais modernos (BONDUKI, 2012, p. 40).

Desses dois períodos relatados, o que se destacou, no entanto, foi o trato fragmentado dado às políticas habitacionais no país. Ademais, houve poucas estratégias para lidar com o abrangente problema, além de falta de orçamento específico e necessário para essa questão, que se avolumava, sobretudo nas cidades brasileiras, tendo em vista o recebimento de grandes quantidades de imigrantes e de fluxos de população rural interna.

Assim, os limites da ação habitacional do período já estavam esgotados, requerendo uma reformulação, o que não ocorreu, no âmbito da política de Vargas, sendo responsável, por sua vez, pelos principais problemas impactantes dos programas de moradias, dentre eles, a inexistência de fontes de recursos próprios para apoiar a produção habitacional. Além disso os investimentos dos Institutos (IAPs), por não apresentarem retorno, foram reduzidos e considerados insatisfatórios, e, ainda, quanto aos preços dos aluguéis congelados pela Lei do Inquilinato, estes não remuneravam os capitais investidos pela ausência de reajustes em crescente inflação, resultando em um fracasso como forma de combater os problemas da falta de moradia.

Com tudo isso, emergia a necessidade de mudanças nos anos 1960, o que veio a acontecer com as reformas de base e a criação do Banco Nacional de Habitação no início do regime militar.

O terceiro período ocorreu de 1964 até 1986, a partir do golpe militar de 1964 e com o apoio das elites conservadoras, as quais bloquearam as ações consideradas progressistas e interromperam a ordem institucional antiga. Assim os

IAPs foram extintos e houve a unificação da previdência, que objetivava ampliar o atendimento habitacional no país, além da criação do Banco Nacional de Habitação (BNH).

Nesse sentido, a Fundação Casa Popular foi transformada no Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU), com o objetivo de receber apoio das massas populares urbanas e criar uma política permanente de financiamento para dar estrutura aos modelos capitalistas do setor da construção civil.

Entretanto a reforma urbana não foi considerada, passando, assim, à difusão da propriedade privada como objetivo a ser seguido pelo BNH. Destarte, a propaganda do governo militar era de exaltação à casa própria, favorecendo, sobremaneira, o aspecto ideológico e estratégico na reestruturação institucional, além de configurar-se como proposta econômica. Nesse sentido ocorreu a criação de linhas de financiamento permanentes do banco e a criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), que, por outro lado, eliminou a estabilidade do emprego e estimulou a poupança popular dos trabalhadores, usada como fonte de recursos para investimento nesse período de governo.

Somado a essas fontes, criaram ainda o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE), composto por poupança voluntária e remunerada. Especificamente o SBPE teve papel fundamental no financiamento da casa própria e proporcionou o *boom* de incorporações imobiliárias, responsável também pelo “milagre brasileiro”.

Assim, foi por meio dessas fontes permanentes de recursos que o BNH se estruturou como um vigoroso sistema financeiro, possibilitando a implementação de uma rede de agentes promotores para as ações necessárias na área habitacional. Como resultado houve uma expressiva produção de moradias. Dessa forma, em seus 22 anos de atuação, a produção foi de 4,3 milhões de unidades, das quais eram 2,4 milhões na área de habitação popular e 1,9 milhão para a renda média (BONDUKI, 2012, v.1, p.64). Além disso, ressaltamos o papel relevante do Banco no saneamento básico, principalmente na implantação de rede de água para a maioria das cidades brasileiras.

Contudo, em termos quantitativos, a produção ficou muito aquém das necessidades geradas pelo processo acelerado de urbanização no país, responsável

pelo crescimento da população urbana em mais de 120 milhões de pessoas, principalmente nas áreas metropolitanas e nas grandes cidades. Apesar da importância do Sistema, o problema mais sério não foi combatido, qual seja, a falta de uma política fundiária que facilitasse o acesso à terra urbanizada e combatesse a especulação financeira. Ademais, o modelo único do programa habitacional centrado na construção da casa própria não foi capaz de apoiar os crescentes assentamentos precários, cujos modelos autoconstrutivos, caracterizados pela falta de apoio técnico e de má qualidade da obra, impossibilitaram o atendimento da demanda da habitação de interesse social.

Os principais problemas apontados como responsáveis por não lograr a questão da habitação foram, segundo Bonduki (2012), a elevada centralização do BNH e a inexistência de participação na concepção dos programas e projetos. Somam-se ainda a falta de controle social, a ausência de subsídios para a baixa renda, a opção exclusiva da casa própria e a resistência em incorporar processos alternativos às diretrizes da política habitacional no período da ditadura.

Dessa forma, a política habitacional acabou por destinar a maior parte dos recursos do SFH para a classe média e, embora o atendimento para as classes baixas não tenha sido irrisório, ficou muito aquém das suas necessidades. Além disso, a localização dos empreendimentos, outra marca da política do período, resultou na expansão horizontal em terrenos periféricos, marcando assim, uma política baseada na implantação de moradias em bairros residenciais dormitórios e dependentes, quase que totalmente, dos consolidados centros urbanos.

Acrescentamos, como crítica a esse período, a homogeneidade dos empreendimentos, o desrespeito às diferenças regionais e culturais, a despreocupação com a inserção urbana e o predomínio dos aspectos financeiros sobre a qualidade do projeto (BONDUKI, 2012). Outrossim, conforme Ermínia Maricato (2009), houve maior crescimento das cidades fora do marco legal, resultado da ausência de uma oferta subsidiada e da compra de terrenos irregulares pelo trabalhador urbano, em periferias distantes, muitas vezes em áreas de risco ou de proteção ambiental, gerando, assim, diversas situações de irregularidade fundiária.

O quarto período das políticas habitacionais foi de 1986 a 2002, sendo conhecido por integrar a chamada “década perdida” devido aos péssimos resultados

econômicos, como o PIB baixo, atraso na implantação de infraestrutura, baixo crescimento econômico e as dificuldades políticas em atuar diante da imposição do neoliberalismo. No entanto, pode ser considerado também uma época de riqueza e vitalidade social e política do país.

Apesar de grandes conflitos e contradições, o momento gerou, conforme Bonduki (2012), um modelo de participação e controle social que interferiu positivamente na formulação de políticas públicas inovadoras. Por um lado, houve aumento da pobreza, marcado pelo crescimento das favelas, da violência urbana e da população em situação de rua e, por outro lado, marcou-se a consolidação da democracia no país, alcançada pelos avanços legais como as conquistas de direitos sociais, princípios básicos de cidadania, respeito à diversidade, avanço significativo nas leis ambientais e políticas de saúde e educação.

Em termos econômicos, nos anos 1990, a rígida política monetarista afetou o crescimento e os níveis de emprego, ampliando a desigualdade, mas também garantiu a estabilidade econômica, indispensável para o sucesso do enfrentamento da pobreza. Além disso, os limites de natureza política, impediram as privatizações, o que freou a prática do neoliberalismo, equilibrando assim, relações entre o Estado e o mercado.

Do período assinalado, a relevância está no surgimento dos movimentos populares e da sociedade civil, que se organizaram pela luta da construção de novos paradigmas nas políticas urbanas e habitacionais. Como resultado dessa organização, foram inseridos no marco constitucional o princípio da função social da propriedade, o direito à habitação digna, a universalização do acesso ao saneamento básico e ao transporte público de qualidade e a gestão democrática da cidade.

Acrescentamos ainda que houve a aprovação da emenda de iniciativa popular pela reforma urbana de 1987, que se transformou em marco constitucional pela introdução de uma seção específica sobre desenvolvimento urbano na Constituição brasileira, configurando, assim, os princípios da função social da propriedade e do direito à habitação.

Após a aprovação da Constituição, com os artigos sobre a política urbana e a justiça social, ressaltamos que houve no período experiências de administrações municipais com novos programas e formas participativas de gestão, o que

proporcionou aos movimentos organizados, propor um projeto de Lei de iniciativa popular visando à criação de fundo nacional de moradia para subsidiar a produção habitacional de interesse social.

No período foram introduzidas ainda, segundo Bonduki (2012), a experiência piloto de diretrizes inovadoras da política habitacional, como, por exemplo, o reconhecimento da cidade real com a incorporação de práticas populares – especificamente: a autoconstrução, o mutirão e a autogestão – como estratégia de equacionamento do problema da moradia.

Dessa maneira, houve a aprovação do projeto de emenda à Constituição, que introduziu a habitação como um direito social, e o Estatuto da Cidade, que regulamentou a seção de Política Urbana, prevendo, assim, a luta de décadas da mobilização dos movimentos sociais e articulação política de vários segmentos envolvidos com a questão urbana.

Por outro lado, a crítica a esse período recai na extinção do BNH, pela falta de uma redefinição das suas atribuições sobre a abertura do setor urbano e habitacional. Na realidade, o governo transfere parte de suas funções à CEF, demonstrando, assim, uma decisão presidencial desvinculada da gestão pública, senão como estratégia de fortalecimento político.

A extinção do BNH e as novas funções da CEF, como agente financeiro do SFH, em um período sem iniciativas nesse campo, ocasionaram para as classes mais baixas financiamento de moradia e urbanização limitados, principalmente pela crise fiscal que impulsionou o aumento de favelas e assentamentos precários.

No quarto período sobressai, em síntese, a falta de estratégia nacional no enfrentamento da questão habitacional. Porém, em contrapartida, esse espaço foi ocupado, de forma fragmentada mas criativa, por alguns municípios e estados, considerando que, pela Constituição de 1988, a habitação passa a ser atribuição concorrente dos três níveis de governo. Assim, diante da falta de ação do governo federal, acentuou-se a descentralização dos programas habitacionais e proporcionou-se, conforme Bonduki (2012), o surgimento de um amplo conjunto de experiências relevantes e inovadoras em habitação social.

E, como resultado desse processo, surge o Programa Minha Casa, Minha Vida, baseado na nova legislação, especificamente do direito à habitação na Constituição Federal, proposta por emenda, a qual regulamentou a função social da propriedade, a promulgação do Estatuto da Cidade - EC (2001) e seus instrumentos a serem implementados pelos municípios, além da criação do Ministério das Cidades (2003), encarregado de formular a política urbana em nível nacional, fornecer o apoio técnico e financeiro a governos locais e a formular normativas, tais como o Plano Nacional de Habitação (2004) e a Lei sobre habitação de interesse social: Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social - SNHIS (2005).

Nessa fase mais recente, Bonduki (2012) observa que houve a introdução de novos elementos resultantes de um processo de amadurecimento das propostas desenvolvidas por vários segmentos da sociedade ao longo do período pós extinção do BNH.

Em vista disso, houve o lançamento do Projeto Moradia em 2003, o qual continha as três dimensões: gestão e controle social, estratégia financeira e aspectos urbano-fundiários. Nesse projeto a dimensão urbano-fundiária enfatizava a necessidade de aprovação do Estatuto da Cidade para facilitar e baratear o acesso à terra, combatendo dessa forma, a especulação com imóveis ociosos. Assim, a proposição consistia em legitimar o Estatuto da Cidade e aplicá-lo nos municípios, por meio dos planos diretores, da criação de nova estrutura institucional e do novo modelo de financiamento e subsídio.

No entanto, apesar da nova estruturação do Ministério das Cidades, as dificuldades relacionadas com recursos fizeram com que prevalecessem os programas do FGTS criados no governo anterior para atendimento à população de baixa renda.

Ainda no mesmo período, formalizou-se a Política Nacional de Habitação, porém sem contar com a implantação de um dos aspectos mais relevantes, a criação de subsídio, o que resultou na continuação da visão bancária para atendimento da política habitacional, ou seja, não houve alterações substanciais na política de concessão de crédito.

Contudo em 2005, devido à forte pressão do movimento por moradia, as condições começaram a se alterar com a aprovação do Fundo Nacional de Habitação

de Interesse Social (FNHIS), o qual instituiu o fundo orçamentário, de grande relevância para a implementação dos programas habitacionais. Contudo as soluções habitacionais nas áreas centrais metropolitanas não foram viabilizadas, devido ao alto preço dos imóveis e à escassez de terras aptas para a produção de moradias novas.

A estratégia da nova política nacional de habitação se baseava na premissa de que a atuação do mercado para o atendimento da classe média e média baixa necessitaria dos recursos do SBPE como indispensáveis para o enfrentamento da questão da habitação social. Dessa forma, os recursos do FGTS e o subsídio direto propiciado pelo Orçamento Geral da União (OGU) poderiam ser focados na baixa renda. Além disso, poderiam criar alternativas para os extratos médios para se evitar que as moradias produzidas para atender a faixa de interesse social acabassem sendo apropriadas pelo segmento de maior renda através da substituição dos mecanismos de mercado.

Essa estratégia tinha ainda o propósito de criar as condições para estimular a atuação do setor privado na produção habitacional, visando ampliar o investimento na construção civil e a geração de empregos. Assim, estabeleceu-se um quadro favorável de crescimento econômico do nível de emprego e dos salários, o qual propiciou a aceleração na produção e comercialização de unidades habitacionais para a classe média.

Essa nova conjuntura gerou, por sua vez, forte interesse dos investidores no mercado habitacional, que por mais de vinte anos não atenderam as necessidades da demanda. Por outro lado, entre os anos de 2007 e 2008, esse processo acabou gerando uma procura gigantesca por terrenos e glebas para habitação e, com isso, a especulação foi tamanha que resultou em efeitos muito negativos para a habitação de interesse social.

Ademais, diante da necessidade de ampliar seu mercado, muitas empresas tradicionalmente voltadas para as classes mais altas iniciaram a produção de moradias mais baratas para atender a classe média, tendo em vista a viabilização do crédito imobiliário para esse segmento. Assim, esses fatores foram determinantes para o lançamento do novo programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), no momento em que ocorria a crise internacional imobiliária em 2008, a qual ameaçava chegar em nosso país. Ressaltamos, ainda, que o PMCMV foi favorecido por estar inserido no

Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o qual viabilizava obras de infraestrutura tendo em vista apresentar esse componente social.

Em síntese, o período marca a instituição de novos marcos legais, especificamente: a criação Ministério das Cidades, a aprovação do Estatuto da Cidade, o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social e o novo Plano Nacional de Habitação. Aliada a isso, ressalta-se a articulação do governo para a institucionalização do fundo de recursos, relevantes para o lançamento do programa recente Minha Casa, Minha Vida em 2009.

4.2 O Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV)

O histórico das políticas habitacionais mostra uma convergência entre o Estado, as empresas privadas do setor imobiliário e o capital, e isso não chega a ser nenhuma novidade. Entretanto, a diferença dos períodos está centrada no contexto econômico, qual seja, o anterior se baseava numa economia industrial que produzia moradias no ritmo da rotação do capital das indústrias e o mais recente está associado ao de uma economia financeirizada.

Contudo, o discurso da nova política habitacional está bem fundamentado na dignidade humana, cuja base é autonomia, liberdade, participação política e acesso a recursos materiais, bem como a proteção contra o tratamento desumano e degradante a qualquer pessoa. Ademais, ela é objeto da política pública, que por sua vez se enquadra na política social. Por seu turno, de acordo com a teoria do Estado, cabe ao poder público a formulação da política social, o exercício de racionalidade e de capacidade seletiva na definição de interesse da ação social, sem deixar de observar os dispositivos individuais e coletivos.

Nesse sentido a função mais importante do poder público está em engendrar transformações reais no plano concreto da vida cotidiana, especificamente a concepção de que a habitação como política pública não deve se encerrar no plano do discurso político, nem no ato de inauguração da obra e muito menos na prática politqueira da compra de voto nos lugares mais pobres.

Por sua vez, a habitação de interesse social (HIS) se relaciona ao instrumento de planejamento e espaços de participação popular cuja estrutura considera o nível

municipal com a obrigatoriedade de incidir em planos locais de habitação e nos conselhos locais das cidades. Portanto, identificamos ser muito diferente do tipo de política pública acabada como a do Programa Minha Casa, Minha Vida, que nasceu dentro de uma conjuntura de crise mundial de super-acumulação e que serviu para estabilizar a economia nacional, limitar efeitos da crise internacional e para aquecer o mercado interno de materiais de construção.

Especificamente as ações do PMCMV se basearam de início no déficit como principal fonte do problema habitacional. Entretanto, apesar do dado técnico relevante, o mesmo não abrangeu aspectos das diversidades nem foi associado com as necessidades individualizadas, e, por isso, concluímos que o Programa não atingiu as metas da nova Política Nacional de Habitação consubstanciada nos direitos da Constituição Federal.

Uma análise dos dados quantitativos, que sem dúvida são de grande relevância para o Programa, os do IBGE de 2010, mostrou que o déficit habitacional brasileiro correspondia a 5,8 milhões de unidades, representando 10,1% do total dos domicílios no país, e que, desse total, 72% faziam parte das famílias com renda de até três salários mínimos (R\$ 1.530,00). Contudo, pelos resultados do programa PMCMV, essa não foi a faixa de renda de maior atendimento. Ao contrário, das unidades entregues, somente 24% do total até 2015 corresponderam à faixa de menor renda.

Um ponto importante do PMCMV estava na caracterização do déficit habitacional e na forma de combatê-lo. Dessa maneira ele foi configurado pela coabitação familiar, ônus elevado em aluguel e adensamento excessivo. E para tais situações, o PMCMV apresentou como opção a construção de nova moradia, o que implicava a aquisição de novos terrenos. Diferente era a solução dada aos domicílios avaliados como precários, aos quais indicava nova construção no mesmo lote.

No mesmo Programa, também havia a previsão do denominado déficit qualitativo, que estava relacionado àqueles casos de domicílios com algum tipo de inadequação, seja fundiária, de serviços de infraestrutura e inexistência de unidade sanitária domiciliar exclusiva, adensamento excessivo em imóveis próprios e cobertura inadequada. E, para essas situações, considerando a complexidade dos problemas, a recomendação consistia em examinar cada caso.

Nessa consideração é possível sintetizar dois pontos: a existência de um assombroso déficit habitacional no país e a pertinência ideológica de um discurso que se utiliza da resolução parcial do problema real da habitação, no intuito de justificar a massiva produção de habitações populares, mas que não necessariamente são acessíveis, nem destinados para a população de renda mais baixa.

Quanto ao déficit, necessário o conhecimento dos dados demográficos nas diferentes localidades e da urbanização brasileira, associando-os às transformações econômicas e sociais que deflagraram a chamada questão urbana do país, a qual proporcionou o surgimento da exclusão social, inclusão precária, segregação territorial e ambiental, informalidade etc. Além disso, o dado numérico deve ser resultado de pesquisas e entrevistas que retratem às necessidades dos moradores em relação ao habitar/morar.

A urbanização foi consolidada a partir dos anos 1940/1950, em um contexto da urbano-industrialização quando o país se configurava tipicamente como rural em termos habitacionais (SANTOS, 1980), chegando na atualidade a uma taxa de 90% das pessoas vivendo nas áreas urbanas. Quanto ao crescimento demográfico, chegamos ao índice de 0,74% ao ano, com uma população estimada em 211,7 milhões de habitantes (IBGE, 2022). Já a fecundidade vem caindo de um modo geral no país, passando de 6,16 em 1940; 6,28 em 1960; 4,3 em 1980, 2,3 nos anos 2000 e 1,72 filhos por mulher na atualidade (2020), significando, em geral, que o país apresenta estar abaixo do nível de reposição.

Entretanto, apesar da sensível queda, constatamos que ela não é uniforme. As desigualdades econômicas, sociais, educacionais, raça/cor e regionais em nossa sociedade são muito evidentes, e no que diz respeito às mulheres mais pobres do país, a queda da quantidade de filhos foi bem menor. Atualmente, esse grupo apresenta a média de 2,9 filhos por mulher, ou seja, territorialmente, nas periferias o crescimento vegetativo é elevado. Se considerarmos ainda a relação raça/cor também as diferenças são consideráveis, pois as mulheres negras apresentam uma taxa de 1,98; as pardas 1,88 e as brancas, 1,69. É essa realidade que deve ser considerada nos programas habitacionais, buscando políticas eficazes e contínuas e que permitam a inclusão das pessoas na cidade e sua inserção na sociedade.

Além disso, podemos afirmar que o Programa se aportou, com quase exclusividade, ao déficit numérico, e não aos dados genuinamente qualitativos da demanda. Isso posto, embora houvesse a descrição de dados considerados qualitativos, estes nada mais eram que descrições qualificadoras dos numéricos. Ou seja, tratou-se um outro tipo de referência objetiva disfarçada de dado qualitativo, mas sem levar em consideração diversidades pessoais e familiares, ou seja, as subjetividades tão significativas para o novo Programa, o qual chegava com muita expectativa aos municípios do país.

Nesse viés, o PMCMV se adentrou no território urbano das metrópoles e pequenos municípios, porém favorecendo primeiramente o empresariado, cujos projetos consistiram na implantação dos empreendimentos em áreas periféricas, salvo raras exceções. Assim, uma das principais críticas ao programa recai na falta de articulação com os vazios centrais e/ou as áreas já separadas como Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), e já mapeadas, além de outras demandas sociais.

Compreendemos a prevalência do programa, conforme Martins (2016), pelo governo federal em atuar na saúde financeira das empresas de construção civil. A partir do PMCMV, a política habitacional de âmbito territorial tornou-se a forma de realização do dinheiro captado na bolsa de valores, da política dimensionada às capacidades produtivas das empresas existentes no mercado e do gigantesco mercado de terras como potencial de capital paralisado.

Nesse contexto, o Programa pode ser visto como exemplo de habitação social de mercado. A habitação social é verificada pela intervenção estatal que fomentou (orçamento da AGU e do FGTS) e que ampliou significativamente o mercado da produção habitacional para a população de baixa renda, modificando, assim, a prática anterior dos programas habitacionais dedicados estritamente ao "segmento de luxo".

Por outro lado, o PMCMV insere-se na habitação de mercado porquanto o mecanismo de captura dos fundos públicos se realizou pela lógica de apropriação privada do lucro da produção, por empresas construtoras e incorporadoras com produção em larga escala e sem precedentes no país.

Para autores como Ermínia Maricato (2011), o PMCMV não deixa dúvida de que garantiu a continuidade de um novo patamar de acumulação na produção imobiliária residencial no Brasil. A lógica da produção do espaço pelos

empreendimentos, segundo a autora (*idem*), associa-se aos agentes hegemônicos do circuito capitalista urbano (capital imobiliário e fundiário), ao mesmo tempo que reorganiza os agentes não hegemônicos para a produção da política e do espaço.

O programa Minha Casa, Minha Vida, lançado em 2009, teve como meta reduzir o déficit habitacional do país baseado em estudos da Fundação João Pinheiro, que apresentou a necessidade de 5,7 milhões de moradias. No entanto, autores como Maricato (*idem*) criticaram essa opção preponderante para receber grandiosos investimentos do governo federal. Dentre elas estava o fato de que nem sempre construir moradias era a melhor forma de reduzir o déficit, pois o índice contabilizava moradias precárias, muitas das quais poderiam se adequar aos padrões de reforma. Outro problema foi a contabilização de moradias habitadas por mais de uma família que, em muitos casos, moravam juntas por opção.

O típico sistema da construção de residências em áreas distantes dos centros urbanos, produziu problemas pela expansão horizontal, particularmente: áreas distantes dos empregos e difíceis de serem policiadas, tornando-se, assim, vulneráveis para o crime organizado. Ademais, nas periferias afastadas dos centros, os equipamentos urbanos, tais como redes de água e esgoto, de transporte, ficaram mais caros do que na cidade compacta caracterizada pelo mix de uso, isto é, a moradia e o trabalho, e a “vida de dia e de noite”.

Por outro lado, merece destaque o fato de que o PMCMV foi criado para atendimento das classes média-baixa e baixa pela construção de moradias, diferentemente de outros programas que consistiram somente na entrega de lotes. Entretanto para faixas de maior rendimento (faixas 2 e 3), as construções incidiram em bairros já consolidados, diferentemente do que foi implementado para as famílias mais pobres, que na sua grande maioria foram instaladas nas franjas distantes das áreas urbanas centrais.

Contudo, sem dúvida nenhuma, diante da inoperância do governo e inexistência em décadas de qualquer atendimento em programa habitacional, para as pessoas atendidas e seus familiares, o Programa resultou em grande satisfação ao adquirir, pela primeira vez, a sonhada casa própria, muitas vezes na metrópole, além da melhor qualidade construtiva do imóvel e de significar, no final das contas, em não mais pagar aluguel.

Estudos comparativos entre os programas mais recentes e o anterior, do período do BNH, apontam que, durante a sua existência, isto é, 22 anos, foram financiadas aproximadamente 4,5 milhões de moradias. Já o PMCMV, até meados de 2014 dava conta de 3,5 milhões de unidades contratadas e 1,7 milhões entregues (OBSERVATÓRIO DA METRÓPOLE, 2020), evidenciando-se, assim, o grau de importância do PMCMV para o atendimento de moradia para população de baixa renda.

Destaca-se que o PMCMV envolveu uma complexidade de difícil embate para os moradores, qual seja, a troca de áreas mais centrais pagas com aluguéis caros por outras distantes, que, além do gasto em transporte, ainda implicam horas despendidas nos deslocamentos diários ao trabalho. Ainda, os novos residenciais são destituídos, na sua maioria, de importantes equipamentos e serviços urbanos – o que tem impedido o convívio comunitário – tais como áreas de comércio, lazer, centros culturais, tão importantes para a formação do sentir-se em casa dos lugares. Ademais, a sua inserção a outros bairros é de difícil previsão, o que naturalmente requer investimentos elevados centrados nesse propósito, e que, por serem determinados pelo circuito superior, dificilmente são postos em prática. Contudo, também é fácil perceber o elevado grau de contentamento dos moradores em possuir a casa própria, mesmo com todos esses percalços.

Sintetizamos, assim, pelo estudo dos processos históricos dos programas habitacionais no Brasil, que há a necessidade de buscar melhorias dos mecanismos de implantação das suas políticas, que devem ser capazes de beneficiar maior número de pessoas, tendo em vista o seu potencial de transformação social e desenvolvimento para o país.

4.3 O espaço urbano em Brasília

Objeto dessa tese, o programa Minha Casa, Minha Vida, é estudado sob o ponto de vista teórico do habitar/morar desde a política, a sua implantação e a vivência dos moradores. E para isso se faz necessário o conhecimento das suas especificidades levando em consideração a realidade urbana, cuja delimitação espacial se refere a Brasília - DF.

O cerne teórico é o entendimento de que o habitar/morar é muito mais que residir e vincula-se aos processos de formação da lugaridade, como E. Relph preconiza, e, para isso, a proposta é baseada no método de Buttimer quanto à valorização do mundo vivido (*Lebenswelt*).

Assim sendo, um dos principais pontos a ser examinado diz respeito ao processo de ocupação e crescimento da Capital, desde a construção do Plano Piloto e a relação com seus moradores iniciais, em que, para Gustavo Lins Ribeiro, em sua obra *O Capital da Esperança* (2008), houve uma clara manipulação ideológica em torno da edificação da cidade, bem como do maior contingente populacional envolvido no processo: os trabalhadores.

Dessa maneira, Ribeiro (2008) afirma que, ao mesmo tempo que os ideais nacionalistas eram disseminados como um grande projeto do país, o papel desempenhado pelo operariado da construção civil era reduzido em face das iniciativas das elites, sobretudo dos membros que detinham o poder no Estado. Assim, destacam-se relatos como os de Juscelino Kubitschek, em seu livro *Por que construí Brasília*, o qual fornece várias passagens ilustrativas, dentre elas:

Operários chegavam de toda as regiões do país em busca de trabalho. Eram os candangos, que derivavam do Nordeste, do interior de Goiás e dos municípios das fronteiras de Minas e de Mato Grosso, a fim de “dar uma mão” na obra de desbravamento do Planalto (KUBITSCHECK, 1969, p. 68).

Para o mesmo autor (*idem*), a construção de Brasília surgiu em um determinado momento histórico do país (1956-60) e, para sua efetivação, era necessário um enorme número de operários. No entanto, a vida desses trabalhadores não foi valorizada, embora seja de conhecimento que eles eram motivados pelas autoridades através dos sonhos nacionalistas que recobriam toda a fundamentação ideológica da nova capital.

O que se sabe é que os “candangos” viviam em precárias condições de alimentação e de moradia, e que, tão logo se aproximava a inauguração do Plano Piloto, as vilas e acampamentos localizados mais próximos da sua área central foram retirados e, no decorrer da sua construção, as invasões seguiam crescendo, principalmente quando, conforme Ribeiro (2008), ao concluir alguma obra no Plano Piloto, destruíram os alojamentos dos trabalhadores, sendo que como única alternativa restava para eles morar nas invasões e favelas que se avolumavam.

Ademais, salientamos que havia o processo de “imobilização” da força de trabalho por meio da moradia como forma de atender aos interesses de um sistema político-econômico que se expandia e, para isso, necessitava “recrutar, administrar e controlar, temporária ou permanentemente, populações humanas que lhe produzam consistentemente excedentes e riquezas” (RIBEIRO, 2010, p.27). E essa era a prática, especificamente, nas vilas operárias brasileiras e nos acampamentos para a construção de Brasília.

Por outro lado, a intervenção do Estado realizou-se, conforme Neio Campos (2010), por meio da Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap), no sentido de evitar a consolidação das alternativas de moradias, sejam invasões e sublocações, adotadas pelos trabalhadores menos qualificados – “expressa na verdade a lógica do capitalismo monopolista na produção e reprodução do espaço, sob a égide do Estado” (CAMPOS, 2010, p.113).

E essa é a grande contradição e ironia para o entendimento da realidade social do DF, a qual obedece à lógica do capitalismo, igualmente ao que acontece em tantas outras localidades do país. Dessa maneira, o Plano Piloto permaneceu intocado e exclusivo para a pequena burguesia, enquanto o operariado foi para as cidades-satélites distantes do centro, apesar do discurso de pretensão urbanística, que supostamente deveria orientar a construção e a utilização da cidade, já que se supunha um convívio democrático entre as classes sociais no mesmo espaço urbano. Assim, para Ribeiro (2008), as peculiaridades ligadas à construção da cidade relacionam-se à ideologia do grande projeto e à ambiguidade jurídica.

Depreendemos isso das narrativas relativas à transferência e construção da Capital, de acordo com Gustavo Ribeiro (2008) – como resultado de um conjunto de elementos entrelaçados, provenientes de uma junção tanto da conjuntura nacional-desenvolvimentista da época quanto da rearticulação evidente de momentos, processos e personagens da história brasileira que possibilitaram a armação de um quadro legitimador. Conforme Ribeiro (*idem*) captou a partir de suas entrevistas, era comum encontrar, entre os pioneiros, demonstração da persistência do discurso ideológico sobre esse período, como o que segue:

Brasília provou a capacidade do nosso povo, a capacidade do nosso povo de realizar uma obra, uma obra... inclusive no prazo que foi realizada, né, com uma técnica nossa, com a tecnologia sem importar tecnologia de fora, né, uma obra monumental daquela com gente passando fome (RIBEIRO, G. 2008, p. 46).

Destarte, apesar de certas singularidades como a de servir como capital do país, Brasília não foge à regra dos demais centros urbanos, em que a intensa urbanização e periferização promove o crescimento horizontal das cidades, sem, contudo, basear-se no desenvolvimento econômico, social e ambiental.

Ademais, é notório que o idealizador de Brasília, Lúcio Costa, adotou os princípios do modernismo, do funcionalismo e da monumentalidade em seu plano inicial. Entretanto, alterações imediatas ao concurso, estudadas por Antônio Carlos C. Carpintero (1998), mostram que, embora pareçam de ordem prática, tiveram como objetivo evitar a formação de favelas e vilas para operários. Assim, para Carpintero:

A leitura do edital mostrou problemas que, somados aos problemas normais da evolução do processo de construção e uso da cidade, deram ensejo às modificações que expressam conceitos e pressupostos diversos do projeto. Os efeitos dessas mudanças são, às vezes, visíveis a qualquer leigo na forma urbana. Outras, apenas perceptíveis a especialistas. É preciso, pois, distinguir nos problemas do cotidiano da vida citadina o que decorre do projeto ou de suas modificações (CARPINTERO, 1998, p. 4-5).

Dentre as mudanças estudadas por Carpintero (1998), estão o deslocamento de cerca de 800 metros de todo o conjunto urbano na direção em sentido leste; os setores de residência individual a norte e a sul foram grandemente ampliados e transferidos para a outra margem do lago; o acréscimo de um setor de mansões (Park Way); o deslocamento do setor de embaixadas para leste, ocupando o terreno entre a cidade e o lado ao sul do Eixo Monumental. Assim, sua construção diferiu do plano de Costa com as diretrizes para uma cidade mais compacta e com deslocamento linear, o como consequência uma cidade mais dependente do automóvel.

Depreendemos, assim, que o autoritarismo sobressaiu como resultado, apesar de que a Capital nasce de um discurso desenvolvimentista e ufanista acoplado ao populismo, cujos signos do progresso, segundo Marília L. Peluso (2008), foram essenciais não só para legitimar a transferência e a construção da nova capital, mas também para omitir a desconexão entre as desigualdades, a pobreza e a escassez de moradia, além da falta de política nacional de habitação social.

A forte migração em direção a Brasília pode ser retratada como explosiva, pois, no ano de 1957, segundo o IBGE (2010), a população, que era de 12.700 habitantes, passa a registrar, em somente três anos, 141.742 pessoas (1960). E esse contingente,

nos tempos da construção, vivia a dura realidade dos acampamentos improvisados e provisórios nas proximidades do Plano Piloto, que foram transferidos logo que se aproximava a inauguração da Capital. Tal situação é assim apresentada por Aldo Paviani (2010):

Em fins de 1956, inicia-se o recrutamento de trabalhadores para os canteiros de obras e funcionários para a administração local e federal. [...] Há relatos de pioneiros a respeito do estímulo para o duro trabalho nos canteiros de obras, cujo ritmo frenético foi denominado de “ritmo Brasília”. O cronograma exigia que os trabalhadores se desdobrassem à exaustão com horas extras, as “viradas” e as “horas-prêmio”. (PAVIANI, 2010, p. 235).

Após a inauguração, com o plano de retirarem as pessoas das favelas formadas nas proximidades do Plano Piloto, o governo em 1958, conforme ressalta Paviani (2010), abre espaço para a implantação da primeira cidade-satélite, Taguatinga: para lá que foram os milhares de operários e favelados removidos da área mais central – e, como salienta Paviani (*idem*), muitos com relutância, pois morariam distantes dos locais de trabalho. Vale ressaltar que Taguatinga era muito diferente dos tempos atuais, em que apresenta “uma altiva autonomia em relação à dominância metropolitana” (PAVIANI, 2010, p. 235).

Ainda, conforme ressalta Paviani (*idem*), a partir dessa primeira “satélite”, outras também foram criadas com o mesmo propósito, qual seja, a transferência da população de favelas e aglomerações próximas à área central da Capital. Assim, outros núcleos foram formados na década de 1960-70, configurando o chamado polinucleamento urbano (Paviani).

A questão da moradia para as pessoas mais pobres, os trabalhadores e suas famílias, segundo Paviani (2010), nasceu da maneira como foram alojados em acampamentos dos canteiros de obras e barracos em favelas localizadas em pontos isolados, sobretudo nos arredores da Cidade Livre – hoje, Núcleo Bandeirante. E, conforme explica Luís Alberto Gouvêa (2010), a renda da terra urbana e a questão ideológica apresentam influência destacada na forma de estrutura e apropriação do espaço urbano em Brasília.

Para a década de 1970 evidenciaram as práticas de erradicação de favelas e implantação de bairros populares, mas que, segundo Gouvêa (2010), tinham objetivos eleitoreiros, assim:

visando cooptar a população, servindo inclusive este processo para desmobilizar os trabalhadores, pois tais iniciativas, mesmo não atendendo às reais necessidades das pessoas, serviam como contemporização, que aos poucos passava a ser vista pelos moradores como ganhos e não como o pagamento atrasado de uma dívida social, contraída no momento da remoção (GOUVÊA, 2010, p. 96-7).

Estima-se, dessa maneira, que aproximadamente 117 mil pessoas das áreas adjacentes à área central foram removidas para as cidades-satélites, restando, conforme Gouvêa (1995), 17 mil cidadãos morando em favelas nas proximidades das áreas centrais, ou seja, aquelas que não aceitaram a remoção e lutaram pela fixação do seu núcleo urbano.

Nessa mesma década, com o objetivo de controlar e evitar o avanço de áreas informais, a Novacap foi transformada em Terracap e, assim, consolidou o seu papel de detentora das terras públicas do Distrito Federal. A política habitacional desse órgão consistia no atendimento para a população de alta e média renda, pela oferta de terras para construção e ocupação das áreas centrais e, quanto à população de baixa renda, ficava a cargo da SHIS, que oferecia lotes nas periferias, as cidades-satélites, sob o regime de concessão de uso, isto é, o morador não tinha direito à propriedade, de modo que a venda era proibida. Já as moradias sociais ofertadas pela aquisição do imóvel próprio somente eram destinadas aos estratos de renda capazes de pagar as prestações, o que representava uma minoria da população de baixa renda.

A diferença entre o primeiro e esse segundo momento é que, conforme Gouvêa (1995), no primeiro, o governo utilizou sua prerrogativa detentora do monopólio das terras para segregar e controlar a população de menor renda, e no seguinte período se aliou ao mercado imobiliário, aumentando o gabarito das cidades e implantando equipamentos urbanos e comunitários em setores de baixa densidade ocupados pelas classes de maior renda, em detrimento dos setores populares.

A construção da Capital proporcionou a essas periferias nas proximidades do DF um processo de periferização resultante das alterações de uso do solo rural para urbano. Assim a estrutura produtiva baseada na agropecuária de subsistência modificou-se para outra, baseada em baixos níveis de industrialização, comércio e serviços, sem, contudo, acompanhar o aumento exponencial da população. Gouvêa (*idem*) ainda explica que a pequena oferta de emprego evidenciou a falta de

capacidade produtiva para gerar benefícios econômicos e sociais de promoção ao desenvolvimento regional.

No período posterior, entre 1980 e 1995, chamado de “clientelista”, verificaram-se, conforme Luís Gouvêa (2010), dois distintos direcionamentos de ações: uma em não ofertar moradias em decorrência do acelerado fluxo migratório, e a outra, a retomada de forma muito reduzida, em conceder moradia para população de baixa renda. E, como consequência da insuficiência desse atendimento, a carência se avolumava, provocando de imediato a elevação dos preços de venda e de aluguéis e contribuindo ainda mais para a proliferação de “invasões”, além do aumento da sublocação no interior dos lotes e do crescimento rápido das cidades goianas próximas ao DF.

As ações governamentais, nesse período, resultaram em algumas melhorias nas favelas pelo programa federal denominado Promorar, que consistiram em obras de infraestrutura, como água, luz e esgoto, além do assentamento de moradias para 41.640 pessoas no período de 1983-1985, nas expansões de cidades-satélites do DF (GOUVÊA, 1995). Destaca-se ainda, conforme o mesmo autor (*idem*), que, com a abertura política em 1985, a habitação popular tornou-se mais importante, mas com intenção eleitoreira.

Nesse sentido, apesar da oferta de moradia para a população de baixa renda, faltou a implantação de políticas sociais e de acesso ao emprego para a garantia da população nas respectivas moradias. Considerando-se as insuficientes ações do governo do DF, resultaram na falta de moradias para população de classe média, o que, em decorrência disso, provocou a saída dos mais pobres, migrando, assim, para outras áreas mais baratas do DF e dos municípios goianos.

Esse período, considerado populista e assistencialista, foi marcado pelas políticas de construção de moradias de forma ampla, o que diferenciava das gestões anteriores. Tratou-se da política de doação de lotes às famílias desabrigadas e dos migrantes que chegavam ao DF. Contudo, apesar de que o programa tenha sido desenhado para atender as pessoas cadastradas e selecionadas previamente pelos critérios definidos pelo déficit, na prática, a escolha baseou-se nas relações clientelistas e de interesses eleitoreiros.

Dessa forma, conforme Caiado (2004), estima-se que o programa habitacional de assentamento para baixa renda, de 1985 a 1995, distribuiu 109 mil lotes residenciais em núcleos já existentes ou lotes em novos núcleos, que posteriormente deram origem às novas Regiões Administrativas, tais como Samambaia, Riacho Fundo, Santa Maria e Recanto das Emas.

Contudo, conforme salienta Luís Alberto Gouvêa (2010), apesar das deficiências dos serviços de saúde e educação prestados aqui no DF, estes eram superiores aos da maioria das regiões brasileiras. Ademais, ressalta o autor (*idem*), "uma cidade de mais de um milhão de habitantes oferece ao migrante uma gama de alternativas em termos de emprego/lazer que não são encontradas no campo e nas pequenas cidades, e por isso ele migra" (GOUVÊA, 2010, p. 98).

A criação e expansão das áreas urbanas nos novos núcleos urbanos, no Distrito Federal e a ocupação dos municípios goianos limítrofes revelaram um forte processo de periferização. Os processos que condicionaram as moradias precárias para população de baixa renda eram deficientes de acesso aos serviços públicos e, conforme Nelba Penna (1991), decorrentes do baixo grau de desenvolvimento da economia, do frágil mercado de consumo e da ausência de potencial de inovação nesses municípios.

A partir de 1995, o período é marcado pela formação das ocupações informais tanto da população de baixa renda quanto de classe média em áreas dos "condomínios irregulares". Por outro lado, houve ainda ações para indução de consolidação de um centro econômico regional entre Taguatinga-Samambaia-Ceilândia, com a finalidade de fortalecer as atividades de desenvolvimento para o quadrante sudoeste do DF.

O destaque para os anos 2000, com outro governo clientelista, consistiu no lançamento do programa social de atendimento emergencial, pela aquisição de lotes semi-urbanizados. Tal programa entregou um total de somente 223 lotes e sofreu duras críticas pelas constantes mudanças de critérios às famílias inscritas e, por isso, não conseguiu atingir os novos padrões do cadastro. Para Miranda (2007), as pessoas não receberam ajuda para a construção da moradia, o que agravou ainda mais o atendimento das necessidades sociais das famílias que apresentavam graves situações de vulnerabilidade social.

No mesmo governo, até o ano de 2005, foram criadas novas Regiões Administrativas com investimentos da CEF e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), bem como recursos do Programa de Arrendamento Residencial (PAR) e do Habitar Brasil, que proporcionaram financiamento para famílias com renda de até 5 salários mínimos em Recanto das Emas, Vila Estrutural, Itapoã, Setor Complementar de Indústria e Abastecimento e Vila Varjão. Como resultado dessas implantações, viabilizou-se a conclusão de 1.152 unidades residenciais, mas, diante do preço urbano da terra urbanizada, grande parte dos mutuários tiveram dificuldades em comprar o imóvel.

No período de 2007 e 2010, o governo assinou decretos que impulsionaram a retomada do financiamento habitacional no DF. Dessa maneira, destinaram cerca de 3 mil lotes para construção de casas e apartamentos a associações e cooperativas de moradores, além de mais 2 mil lotes para a política habitacional nas RAs de Ceilândia, Samambaia e Riacho Fundo II, além de mais 10 projeções para 500 lotes residenciais em Santa Maria e Samambaia.

Ademais, nesse mesmo governo, foram desenvolvidos projetos habitacionais específicos para o atendimento dos servidores públicos, tais como o financiamento para aquisição de casas ou apartamentos nas RAs do Gama e São Sebastião, além do lançamento do projeto para 8 mil unidades habitacionais denominado Jardins Mangueiral.

Desse modo, depreendemos que, desde o processo de criação de Brasília, as respostas para a falta de moradia foram influenciadas pela adoção de estratégias que induziram o lançamento de programas de interesse social para que as pessoas retornassem às suas cidades de origem, pela erradicação das favelas e assentamentos e oferta de lotes nas periferias e entorno do DF. Ademais, conforme Torelly (1988, *apud*, GOUVÊA, 2010), deliberadamente o governo privilegiava as infraestruturas mais caras para o centro e, portanto, de menor alcance social.

A justificativa apresentada pelo IBGE sobre o crescimento urbano do aglomerado urbano de Brasília mostrou que está relacionado à morfologia urbana dispersa e pouco adensada, combinada com um crescimento populacional forte e a sua condição de capital federal. Entretanto tais argumentos são fortemente rebatidos por autores, dentre eles, Aldo Paviani (2010), que explica que se trata do

desdobramento no âmbito da urbanização brasileira. Explica Paviani (*idem*) que a construção do Plano Piloto estimulou ainda mais a migração interna e, com isso, promoveu o surgimento de novos núcleos periféricos, deflagrando o polinucleamento, sem, contudo, haver nesses novos assentamentos a oferta de oportunidades de trabalho e de serviços nas dimensões necessárias.

Ademais, as periferias de Brasília foram criadas em função das novas estratégias de ordenamento territorial e de políticas habitacionais que modificaram os usos e os padrões de ocupação do solo, além das infraestruturas instaladas como serviços de transporte público e comércio, ativando também o emprego. Nessa transformação, outras frentes de expansão imobiliária contribuíram para o processo de metropolização de Brasília, resultado do polinucleamento. **(Figura 1)**

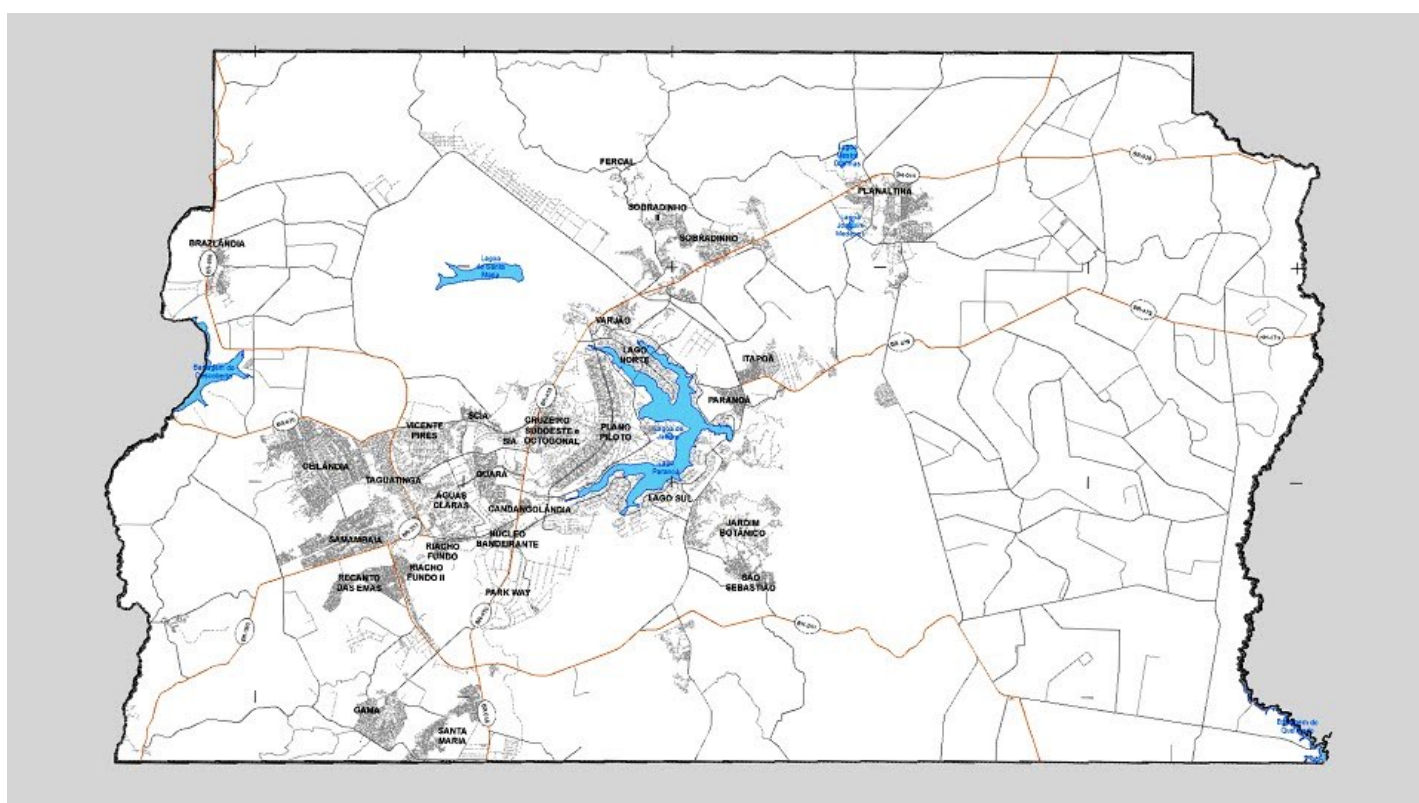


FIGURA 1: Distrito Federal e seus núcleos urbanos. Fonte: CODEPLAN

Na evolução da metrópole, Brasília, ainda se deve considerar a dispersão ilegal e irregular de “condomínios rurais” e loteamentos clandestinos, resultado da falta de adensamento dos núcleos urbanos já consolidados, e, como consequência, conforme Luís A. Gouvêa (2010):

A regularização dos loteamentos clandestinos e a cessão de terrenos para o uso rural em áreas de vocação urbana, como vêm ocorrendo no Distrito Federal, são ações que visam à privatização irresponsável da terra pública, inviabilizando, na prática, uma proposta de plano diretor que atenda aos interesses da maioria da população, comprometendo assim a eficácia da implementação de um planejamento urbano democrático (GOUVÊA 2010, p. 108).

Em síntese, a estruturação do espaço urbano em Brasília decorre essencialmente da ação do governo, que tem produzido problemas resultantes das distâncias entre a moradia e o emprego, bem como das dificuldades de apropriação social dos seus espaços urbanos, o que suscita as críticas de que há o resguardo deliberado dos interesses das classes dominantes em um processo contínuo de injustiça social.

4.3.1 O PMCMV em Brasília

Para o estudo do programa Minha Casa, Minha Vida em Brasília, em sua primeira fase, de 2009 a 2015, foram solicitados dados dos empreendimentos contratados à Companhia de Desenvolvimento Habitacional (Codhab) no DF e à Caixa Econômica Federal (CEF). Das respostas obtidas, verificamos divergência quanto ao montante das contratações, especificamente: as da Codhab contêm 27 e as da CEF, 104 contratos. Entretanto, quanto aos empreendimentos destinados à faixa de menor renda, faixa 1 - até R\$1.600,00, os números coincidem ao apresentarem três contratos firmados para o DF, sendo que, destes, somente um se insere na área urbana (**Tabelas 1 e 2, em anexo**).

Dessa maneira, o único empreendimento urbano do período foi o residencial Paranoá Parque, construído pela empresa Direcional Engenharia e localizado em área de expansão da Região Administrativa do Paranoá. Já a maior parte dos contratos do PMCMV foram realizados para as faixas 2 e 3, correspondendo à renda entre R\$ 1.601,00 e R\$ 5.000,00, e cujas edificações foram construídas nas RAs do Gama, Ceilândia, Samambaia e Santa Maria.

Faixas de Renda do PMCMV no DF /Morar Bem

→	Faixa 1	Até R\$ 1.600,00
→	Faixa 2	R\$ 1.601,00 a R\$ 3.100,00
→	Faixa 3	R\$ 3.101,00 a R\$ 5.000,00
→	Faixa 4	R\$ 5.001,00 a R\$ 9.456,00

A elevada concentração dos empreendimentos contratados das faixas de maior renda, isto é, acima da faixa 2, é comumente justificada, conforme assimilou Karla França (2015) em entrevistas com os órgãos públicos, pelo preço da terra urbana e dificuldade em encontrar construtoras interessadas na operacionalização para a faixa de menor renda. Entretanto, França (*idem*) explica que esse resultado pode ser mais bem compreendido pelo desinteresse do governo em implementar instrumentos que viabilizariam os projetos para baixa renda, considerando, ainda, que as ações de infraestrutura urbana foram desvinculadas das diretrizes inseridas no planos de ordenamento territorial. Ressaltamos, por seu turno, que grande parte das terras pertencem ao DF, o que, em certa medida, facilitaria a promoção de ações para a implementação de habitação social.

Contudo também salientamos que, antes mesmo do lançamento desse programa no DF, já havia uma dinâmica significativa direcionada para a população das faixas de renda mais elevadas do PMCMV/Morar Bem no DF, inclusive empreendida pelas mesmas construtoras já contratadas. Dessa forma, tal predileção foi resultado de uma adaptação da carteira de projetos visando operacionalizar o atendimento nas mesmas faixas de renda, o que resultaria em lucratividade maior.

Um outro ponto relevante é que no ano de 2012 houve a revisão do Plano de Ordenamento Territorial (PDOT), sem, contudo, considerarem-se instrumentos do Estatuto das Cidades, de grande importância para a implantação de programas habitacionais, sobretudo para a baixa renda. Evidenciamos, assim, que a regularização fundiária de interesse social não obteve o seu reconhecimento, devido às divergências e conflitos de interesses específicos e pela frágil participação popular, incorrendo, como resultado, na violação de direitos ao privilegiar os segmentos de maior renda.

Por outro lado, no mesmo documento, considerou-se a delimitação de setores habitacionais destinados à regularização fundiária para outras atividades além da residencial, destacando-se ainda a previsão da oferta de unidades imobiliárias voltadas para diferentes rendas, assim como a previsão da articulação com as demais áreas consolidadas e a estruturação de espaços abertos, a partir de sistema de circulação viária, transporte, praças e equipamentos comunitários públicos.

Entretanto, como essas delimitações não foram cumpridas para a regularização de interesse social, isso representou a remoção deliberada de importante estruturação de espaços abertos por designar sistemas que contribuíssem para o convívio e participação nos setores habitacionais e possibilitar articulações de pequenos negócios e renda, além do lazer e manifestações culturais.

O PDOT de 2012 apresentou uma divisão em Unidade de Planejamento Territorial levando em conta um conjunto de RAs reunidas, em razão de vários quesitos, dentre eles, a poligonal tombada envolvendo o conjunto do urbanismo de Brasília, os limites das RAs, proximidade física, principais corredores de transporte e características econômicas semelhantes. Dessa maneira, a divisão das Unidades de Planejamento Territorial foi assim estruturada:

Unidades de Planejamento Territorial (UPT):

Central: Brasília, Candangolândia, Cruzeiro, Sudoeste/Octogonal

Central Adjacente I: Lago Sul, Park Way, Lago Norte e Varjão

Central Adjacente II: SIA, Guará, Riacho Fundo, Águas Claras, SCIA e Estrutural, Núcleo Bandeirante e Vicente Pires

Oeste: Taguatinga, Brazlândia, Ceilândia e Samambaia

Norte: Sobradinho, Planaltina e Sobradinho

Leste: Paranoá, Itapoã, Jardim Botânico e São Sebastião

Sul: Gama, Santa Maria, Recanto das Emas e Riacho Fundo II

Identificamos que a divisão territorial do DF em Unidades (UPTs) resultou ainda das estimativas da população urbana, demanda habitacional e distribuição de renda estruturadas pela CODEPLAN (2018). Sendo assim, constatamos que a UPT Oeste era a mais populosa do DF, representada pelas maiores RAs como Ceilândia,

Taguatinga e Samambaia, as quais comportavam um terço da população distrital, com 960 mil habitantes, isto é, 40,7% do total. Em seguida, estava a UPT Sul com 450 mil habitantes, equivalendo a 15,7% da população do DF, cujas maiores eram Gama, Recanto das Emas e Santa Maria (**Tabela 3**).

Em referência à renda *per capita* os valores apresentados mostraram que as mais elevadas ficaram nas UPTs Central e Adjacentes I e II, concentrando 70% da renda e, por outro lado, essas mesmas unidades apresentaram menor população. Os dados demográficos do DF ainda evidenciam as desigualdades das taxas de crescimento da populacional e de fecundidade, distribuição por idades e processo de envelhecimento nas Regiões Administrativas.

Dessa maneira, as RAs periféricas e de menores rendimentos apresentam os maiores crescimentos anuais e de fecundidade. Predominam em Brazlândia, Fercal e Itapoã, o grupo etário das crianças abrigando mais de 25% em seus territórios, enquanto no Lago Norte e Lago Sul contam com mais de 18% de idosos residentes.

Ressaltamos ainda que na atual década, o Distrito Federal encontra-se em um momento de menor pressão de demandas dos grupos etários dependentes, ou seja, o maior contingente populacional está na idade entre 15 a 59 anos. Entretanto, essa dependência, segundo estimativas do IBGE, voltará a aumentar a partir de 2025, com o peso da população idosa. De fato, o Índice de Envelhecimento indica que nesse período, para cada 100 pessoas com idades menor do que 15 anos, haverá 75 idosos, isto é, mais que o dobro do registrado em 2010.

Compreendemos que as UPTs foram destacadas pelo Plano de Ordenamento Territorial com suas determinações, estruturação e especificidades, e como instrumento de planejamento, "cuja função é de dirigir, orientar e dispor norma e procedimentos para obtenção dos resultados de qualificação e de manutenção dos ambientes socioespaciais" (GONZALES, 2010, p.163).

Acrescentamos que esses estudos ofereciam condições para elaboração de projetos especiais de intervenção urbana ao subsidiarem a elaboração de planos de habitação de interesse social, inclusive ao estimar demanda futura por unidades habitacionais. Ademais, podiam "auxiliar os gestores a focar nas prioridades e monitorar com competência as condições que oferecem para seu controle" (GONZALES, 2010, p. 164).

Por outro lado, analisarmos que o planejamento homogeneiza a demanda habitacional sem, contudo, estabelecer escalonamento de projetos prioritários vinculados ao atendimento da faixa de renda por RA e, ainda, fragmenta a articulação da sociedade civil em participar de forma efetiva no desenho das políticas e dos planos na escala das regiões administrativas.

A esse respeito, Medeiros & Campos (2010) avaliaram essa situação no Distrito Federal ao resumirem:

Em meio a tantas lógicas que se encontram no Plano Piloto, nos condomínios irregulares ou nas invasões que saltam aos olhos, do dia para a noite, surpreendente, sem aviso prévio, em qualquer parte, situa-se o diálogo entre o local e o global, definindo um campo de discussão onde o planejamento funcionalista ora cede aos instrumentos do planejamento estratégico, ora aos mecanismos de uma proposta genuinamente brasileira – o Estatuto da Cidade. Se bem que algumas vezes de forma paradoxal, pois, se, por um lado, o Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal preconiza um planejamento compreensivo do território, seguindo o princípio da participação popular contida nas diretrizes do Estatuto das Cidade, de outro lado, as intervenções pontuais, alicerçadas na concepção de acupuntura urbana, contradizem o processo (MEDEIROS & CAMPOS, 2010, p.156).

Tabela 3: População Urbana e Renda per capita das UPTs

Unidades de Planejamento Territorial	Região Administrativa	População Urbana	Renda per capita R\$ (mensal)
Central	Plano Piloto	216.000	4.451,87
	Sudoeste/Octogonal	52.300	6.144,17
	Cruzeiro	32.200	2.532,13
	Candangolândia	16.900	1.114,19
Central Adjacente I	Lago Sul	30.650	6.510,10
	Lago Norte	34.200	4.558,40
	Park Way	19.750	4.871,39
	Varjão	9.300	501,91
Central Adjacente II	Guará	119.950	2.279,91
	Núcleo Bandeirante	23.700	1.500,18
	Riacho Fundo	37.600	1.346,09
	Águas Claras	118.850	3.158,29
	Vicente Pires	72.400	2.075,47
	SIA	2.000	1.500,84
	Estrutural	35.100	367,50
Oeste	Taguatinga	212.850	1.635,12
	Samambaia	228.350	765,32
	Ceilândia	489.351	720,49
	Brazlândia	51.100	818,30
Sul	Gama	134.950	1.103,93
	Santa Maria	122.750	708,50
	Recanto das Emas	139.000	662,28
	Riacho Fundo II	39.450	759,93
Leste	Paranoá	46.250	741,71
	Itapoã	59.700	726,93
	São Sebastião	98.900	764,05
	Jardim Botânico	25.300	4.132,91
Norte	Sobradinho	63.700	1.594,26
	Sobradinho II	97.450	1.518,41
	Fercal	8.400	574,31
	Planaltina	185.400	728,72
TOTAL		2.786.800	1.459,57

Fonte: Codeplan (2015) ; PDAD-DF (2013) * os valores de renda mensal equivalem aos últimos treze meses.

Entretanto, foi a partir de 2011 que o governo do DF articulou a contratação de mais projetos do programa MCMV. E essa ampliação na área habitacional configurou novos vetores de expansão de atuação do mercado imobiliário e, assim, um número maior de construtoras implementaram seus projetos habitacionais nas RAs de Taguatinga, Samambaia, Ceilândia, Riacho Fundo, Santa Maria e Paranoá.

Os dados sobre o déficit habitacional no DF de 2009 mostraram que 113.921 unidades habitacionais estavam compostas por habitações precárias, coabitação familiar, ônus excessivo com aluguel e elevado adensamento. Já para o ano de 2015, o déficit apresentado estava em 132.903 unidades, sendo que, desse total, 3.572 eram habitações precárias, 36.181 de coabitação familiar, 87.307 de ônus excessivo com aluguel e 5.843 com elevado adensamento excessivo (IBGE, 2016). Ou seja, 65,7% do total do déficit no DF correspondiam a gastos com aluguel em mais de 30% do salário.

Ademais, o Distrito Federal apresentou concentração do déficit habitacional na faixa de renda de até três salários mínimos, correspondendo a 81,4%. E, para as faixas de renda acima desse valor, as porcentagens do déficit se mostraram reduzidas, isto é, nas rendas de 3 a 5 salários mínimos, 7,7 %; de 5 a 10 salários mínimos, 6,4%; e acima de 10 salários mínimos, 4,5% das necessidades habitacionais.

Contudo o resultado apresentado pela Caixa Econômica Federal do PMCMV no DF, para o período de 2011 a 2015 (**Tabela 1, anexo**), mostrou que a grande maioria dos contratos foram firmados para empreendimentos destinados às faixas de renda 2 e 3 do programa, ou seja, de menor déficit. Em termos numéricos, significou que o programa concebeu o montante de R\$ 1.413.969 milhões correspondendo a 65,8% de investimento para atender somente a 14,1 % do déficit habitacional. (**Tabela 4**).

Tabela 4: Programa Minha Casa, Minha Vida no DF. Fonte: CEF (adaptado)

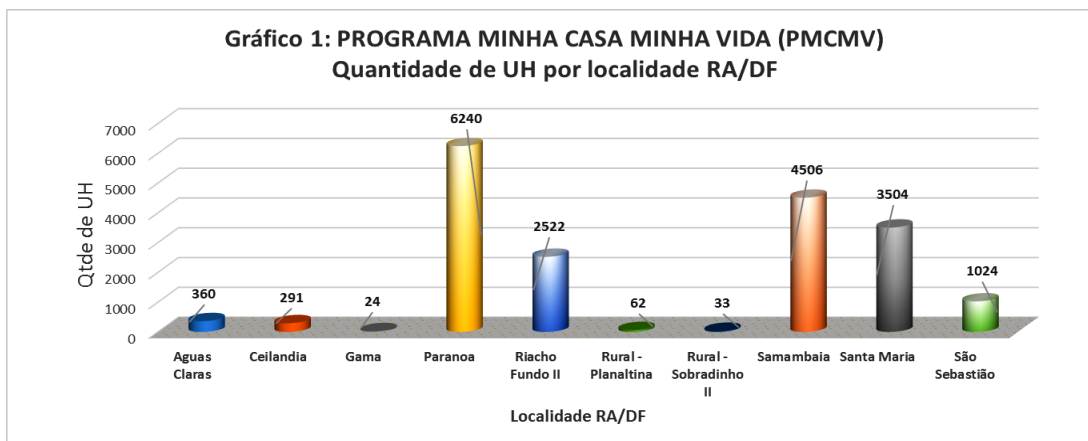
Valores em R\$ 1,00

FAIXAS LOCALIDADE - RA/DF	TOTAL UH	TOTAL VALOR GLOBAL DE VENDA
FAIXA 1	6.335	409.273.700
Paranoa	6.240	405.600.000
Rural - Planaltina	62	1.829.000
Rural - Sobradinho II	33	1.844.700
Faixa 2 E 3	12.231	1.413.969.006
Aguas Claras	360	37.372.000
Ceilandia	291	46.726.796
Gama	24	4.198.200
Riacho Fundo II	2.522	238.422.074
Samambaia	4.506	520.808.832
Santa Maria	3.504	431.822.247
São Sebastião	1.024	134.618.857
TOTAL	18.566	1.823.242.706

Fonte: CAIXA (2018) adaptado

Apesar disso, demonstramos nessa pesquisa que o déficit habitacional no DF da população de menor renda - Faixa 1, que era de 81,4% dos moradores foi atendido em somente 6,7%, com 6.240 unidades habitacionais, pelo contrato de um único empreendimento, o residencial Paranoá Parque em área Urbana. Ademais, constatamos, pelos dados da **Tabela 4**, que os empreendimentos para as rendas mais elevadas custaram mais de três vezes mais que os destinados à faixa 1, o que, em síntese, nos permite afirmar que as contratações não foram relacionadas ao déficit habitacional.

E ainda comprovamos que os empreendimentos destinados às faixas 2 e 3 foram implantados nas Regiões Administrativas do DF de maior vigor econômico e social, além de que, nesse caso, as edificações construídas mesclaram as faixas de renda, diferentemente daquela da faixa 1, na qual somente um foi destinada à de menor renda, no caso inserida na Região Administrativa do Paranoá (**Gráfico 1**), o que demonstra a falta de inserção do programa.



Dessa forma, segundo dados da UPTs (**tabela 3**), a Região Administrativa do Paranoá está identificada como uma das mais carentes do DF, com a concentração de pessoas das menores taxas de renda salarial (UPT Leste). Contudo, o próprio PDOT/DF trazia a diferenciação no atendimento de lotes destinados a baixa e média renda. Assim, o Planejamento previa o atendimento para 318.718 pessoas pela oferta de lotes destinados a programas habitacionais de baixa renda nas regiões administrativas do Paranoá, Planaltina e Samambaia e, para as pessoas com renda média, assinalava Taguatinga, Ceilândia, Águas Claras, Sobradinho, Gama e Riacho Fundo, visando ao atendimento de 135.379 pessoas.

Dessa forma, de acordo com essa distribuição, constatamos a falta de inserção no próprio planejamento da cidade, ao não se destinarem áreas para os programas habitacionais de baixa renda nas proximidades das regiões administrativas de maior dinamismo e das bacias de empregos.

Assim, evidenciamos por essas análises que o PMCMV no DF e o PDOT local de 2012 não se preocuparam em proporcionar espaços-moradias comprometidos com processos que deflagrariam o envolvimento geográfico com a cultura, a história e as relações socioeconômicas. Compreendemos que a falta de elementos nas diretrizes do planejamento e no programa habitacional contribuíram para a falta de inserção social e do desenvolvimento de associação pessoal onde foram implantadas as unidades de interesse social. Tanto o Programa quanto o Planejamento não levaram em consideração as pessoas que iriam morar no residencial, por sua vez não oferecendo recursos para a promoção do habitar/morar com perspectivas para a formação de lugares com lugaridade.



Figura 2: Paranoá Parque

4.3.2 O Residencial Paranoá Parque

Essa parte do capítulo compreende, especificamente, o estudo de caso, levando em consideração os princípios da fenomenologia transcendental (HUSSERL), cujo método estabelecido envolve a atividade da paisagem (TROLL) e do mundo vivido (BUTTNER), na busca pela compreensão do espaço-moradia em suas espacialidades.

Nesse sentido, o residencial Paranoá Parque (**Figura 2**) se apresenta como recorte dessa pesquisa, resultado do único contrato do PMCMV no DF para área

urbana no período de 2009 a 2015 e destinado à habitação de interesse social. A questão que se busca dirimir é se o *programa habitacional recente - PMCMV, por não considerar subjetividades, promoveu a formação de lugares sem lugaridades*. Para isso empreendemos o estudo pelo mundo vivido destacado no espaço-moradia.

A redução fenomenológica foi baseada, primeiramente, no mundo representacional, acrescentando os dados objetivos da pesquisa de opinião institucional com os primeiros moradores do Residencial e no exercício da compreensão da paisagem realizada por meio de visitas ao Paranoá Parque.

Ademais, parte essencial dessa tese foi considerar o mundo vivido como categoria de análise e discussão. Dessa maneira, contamos com a participação dos moradores do Residencial como forma de apurar as subjetividades, valorizando o cotidiano, as experiências e as perspectivas quanto ao espaço-moradia.

Assim, a relevância da compreensão do habitar/morar no programa habitacional baseou-se, em destaque, nos relatos dos moradores entrevistados, os quais apresentaram as carências, motivos, sentidos e expectativas de melhoria de vida no residencial Paranoá Parque, de forma a contribuírem nas reflexões e discussões dos estudos sobre os lugares e os programas de interesse social.

O objetivo foi buscar estabelecer embasamento e aproximações significativas entre os agentes, suas dicotomias e meandros que regem essa relação – e poder verificar a sua totalidade, considerando haver possíveis mudanças de paradigmas da moradia na atual realidade socioeconômica – bem como as relações dos moradores com o espaço-lugar na perspectiva de formação do lugar com lugaridade.

Inicialmente, considerando os dados fornecidos pela Caixa Econômica Federal entre 2009 e 2015, no âmbito do programa Minha Casa, Minha Vida no DF, constatamos que somente um único empreendimento foi destinado às famílias de baixa renda. Trata-se do residencial Paranoá Parque (**Figura 3**), enquadrado na faixa 1 do programa, para área urbana. Outros dois contratos firmados no mesmo período foram realizados em área rural, num total de 65 unidades habitacionais para a faixa de renda familiar até R\$1.600,00 (**Tabela 1**).

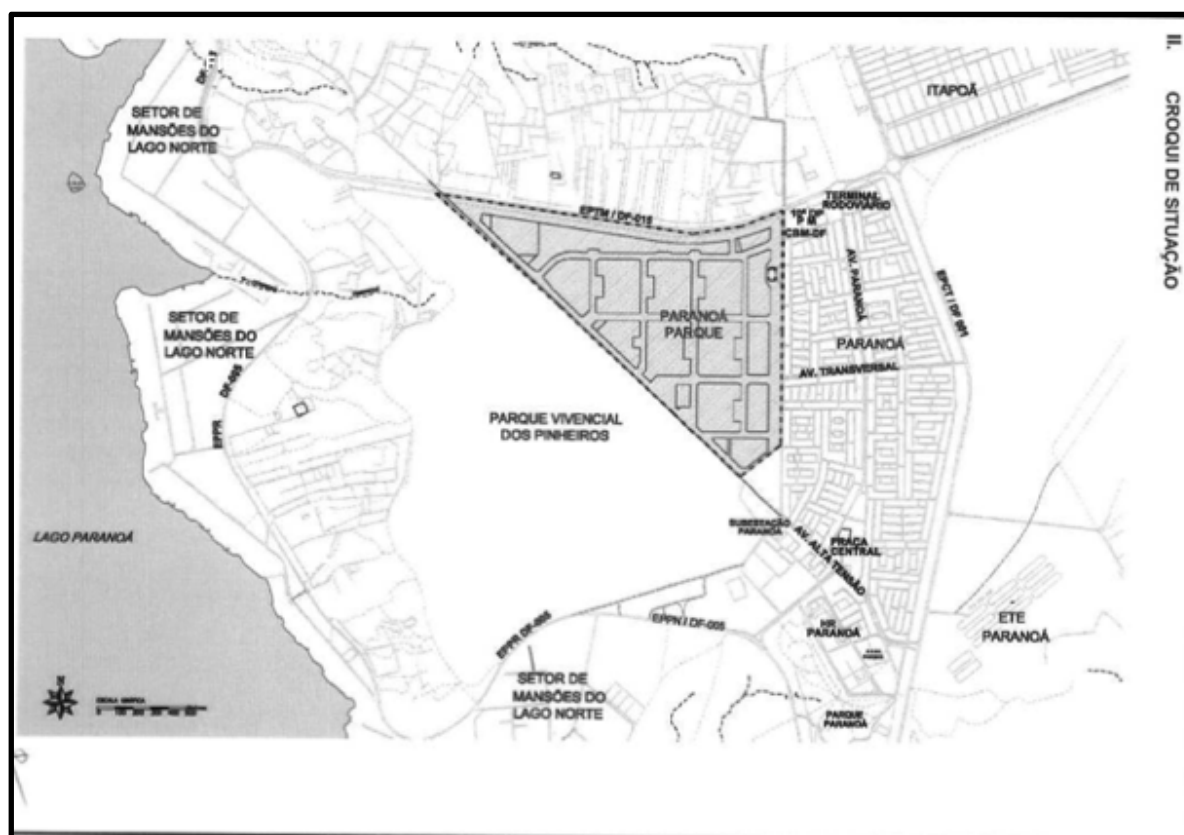


Figura 3: Residencial Paranoá Parque (croqui). Fonte Codhab

O residencial Paranoá Parque (**Figura 2**), implantado em terras que envolvem a região administrativa do Paranoá - RA VII, apresentava população de 48.020 habitantes (CODEPLAN, 2015). Esse empreendimento, entregue entre 2014 e 2016, possui um total de 6.240 apartamentos, distribuídos em 27 condomínios (prédios), cuja unidade apresenta área de 46 m², composta por dois quartos, sala, cozinha, banheiro e área. Conta com infraestrutura básica de abastecimento de água, sistema de esgotamento sanitário, drenagem pluvial e pavimentação. E, ainda, submetido ao PMCMV, o Residencial recebeu aporte de recursos do Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, operado pela Caixa Econômica, e o valor de cada unidade foi de R\$ 65.000,00.

A população estimada do Paranoá Parque era de 21.029 pessoas em uma extensão de 143,3059 hectares, perfazendo uma densidade de 146 hab./ha, enquanto

a RA do Paranoá apresentou densidade de 92,26 hab./ha em relação à área de 487,46 ha (CODEPLAN, 2015). Acrescentamos que foi apresentado um memorial descritivo do empreendimento pela Codhab, o qual informa que o projeto de parcelamento do Paranoá Parque "será integrado ao tecido urbano do Paranoá".

Contudo, tal declaração se enquadra em uma retórica, considerando que, nas condições que foram entregues o empreendimento, existem grandes dificuldades que impedem qualquer integração, visto o pouco dinamismo do centro urbano da RA para absorver esse contingente em suas atividades e, por outro lado, o fato de o Paranoá Parque não desenvolver nenhum atrativo no momento.

Ademais, dificuldades de acesso são empecilhos a uma possível atração do centro urbano do Paranoá, especialmente as distâncias, que são consideráveis: mais de 2 km em linha reta, a falta de ciclovias e desníveis entre as quadras e os limites do Residencial. Soma-se a isso a construção de muros em diversas quadras do Paranoá Parque, que pode significar estímulo à separação, por gerar mais um obstáculo ao convívio a curto prazo. Em síntese, pela falta de incentivos econômicos, sociais e culturais tanto no Paranoá como no Residencial, dificilmente ocorreria uma integração efetiva entre os seus moradores.

Apesar disso, recentemente o governo do DF (23/07/2021) informou que há uma proposta para implantação às margens do Paranoá Parque, na DF 015, de uma Área de Desenvolvimento Econômico - ADE e que "pretende vender lotes para abrigar indústrias, estocagem e prestação de serviços, gerando emprego e renda" (GDF, 2021). Trata-se de uma oferta de 14 lotes comerciais e institucionais (para igrejas, por exemplo).

Entretanto são apenas declarações que dependem de diversas condições e interesses econômicos de grandes empresários para sua efetivação, isto é, nada disso se dará a curto prazo, além da falta de garantia para geração de empregos. Contudo, a urgência para seus moradores consiste na implantação, dentro do Residencial, de pequenos comércios e equipamentos sociais, especialmente de educação, segurança e lazer. E, para sua realização, são necessárias ações que exigem a formação e organização participativa das pessoas do Residencial e vontade política dos governos.

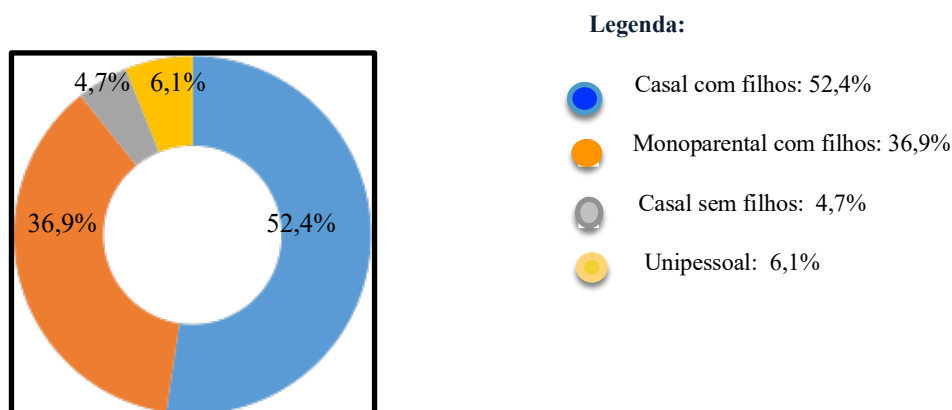
Desse modo, o residencial Paranoá Parque nasce com carências importantes que embora previstas nas políticas de habitação nacional e distrital, não foram atendidas efetivamente como necessidades indispensáveis aos seus moradores, resultando assim em reivindicações desde a entrega dos imóveis aos residentes. E quanto às melhorias para esse espaço-moradia, referentes às necessidades dos seus moradores, essas são conquistadas a “conta-gotas” e parcialmente, além de serem relativas a alguns equipamentos sociais.

4.3.2.1 O espaço moradia representacional

O estudo do espaço moradia representacional consistiu em análises da pesquisa institucional, com os moradores do residencial Paranoá Parque, e de atividade da paisagem, realizado por visitas ao Residencial como forma de perceber e captar aspectos visíveis e pouco visíveis desse espaço, isto é, as suas espacialidades.

A pesquisa de opinião foi realizada pela CODEPLAN abarcando questões objetivas, particularmente quanto ao perfil familiar, trabalho, deslocamentos, localização da morada anterior e ponto de vista quanto à satisfação em morar no Residencial. Contou com 1.486 pessoas do Paranoá Parque, os primeiros que receberam o apartamento em 2016 (CODEPLAN, 2018). Tais dados, de natureza objetiva, foram relevantes para o conhecimento da vida no condomínio e para permitir o entendimento da situação atual dos seus moradores. Dessa maneira, o perfil familiar mostrou que a maioria da sua população correspondia a família com filhos, isto é, 52,4%, seguido de estrutura monoparental com filhos, 36,9%. Destas, verificou-se que 89,3% eram chefiadas por mulheres (**Figura 4**).

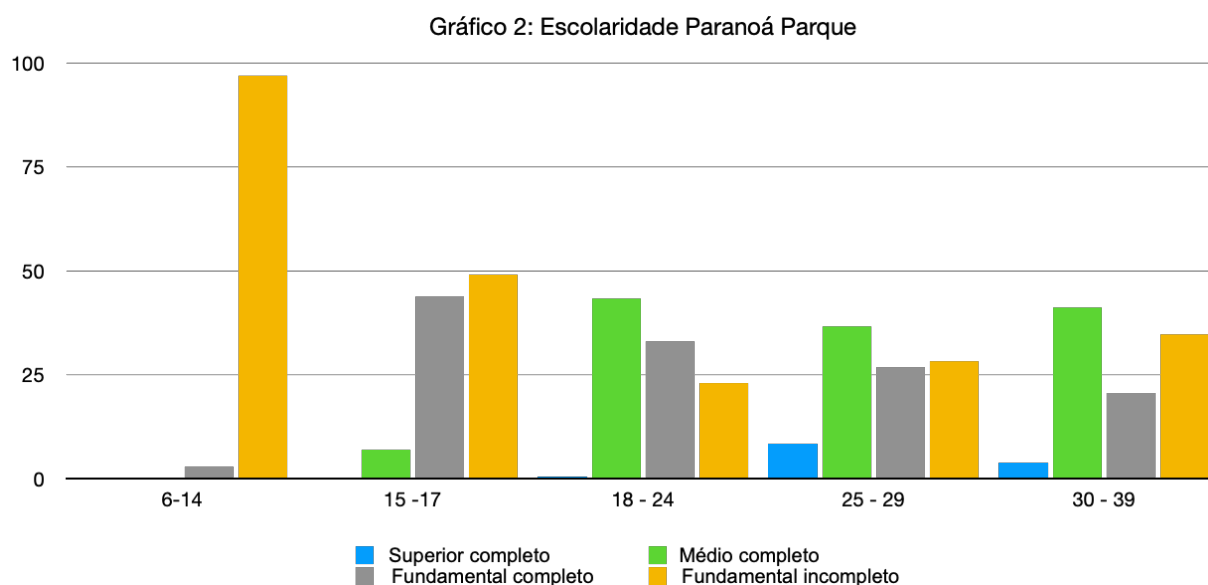
Figura 4: Perfil das Famílias. Fonte: CODEPLAN, 2018.



Dessa constatação depreendemos que, para a implantação do Programa, tanto o governo federal quanto o distrital deveriam ter considerado o resultado do perfil dos moradores como forma de implementar equipamentos de proteção e segurança, especialmente tendo o conhecimento do importante número de vulneráveis, tais como as mulheres chefes de família, crianças e jovens, o que pode ter resultado na elevada insegurança que os moradores relataram, comprovada pelos dados da segurança pública do DF (publicidade, 2021).

Ademais, quanto à distribuição etária da população, os dados da pesquisa mostraram que a maioria correspondia a jovens, sendo que de crianças (até 9 anos) o percentual era 18,7%; de jovens (10 e 19 anos) era 26%; de adultos (20 a 49 anos) era 41%; das idades entre 50 e 60 anos, 6,4% e acima de 60 anos, 7,9%. Ou seja, o predomínio era de jovens e crianças abaixo de 20 anos de idade, cujas necessidades educacionais devem ser consideradas, especialmente as creches e as escolas de ensino fundamental.

Reforçam tal análise os dados da escolaridade os quais mostraram que a maior parte das pessoas apresentavam o ensino fundamental incompleto. Acrescenta-se que a grande maioria delas, isto é, 98% dos adolescentes e jovens (de 7 a 14 anos) frequentavam escolas públicas do DF, principalmente as escolas do Paranoá. Já das crianças de até 3 anos de idade, 89% não frequentavam creches. **(Gráfico 2)**

Gráfico 2: Escolaridade. Fonte: CODEPLAN, 2018

Quanto aos dados do mercado de trabalho apontaram que, no residencial Paranoá Parque, as pessoas empregadas correspondiam à grande maioria (74,5%), já as que trabalhavam por conta própria eram de 24,5% e, como empregadores, somente 0,4%. Dentre as que trabalhavam, 72% correspondiam àquelas que estavam empregadas com carteira assinada; as que estavam sem carteira assinada eram de 17% e como empregados domésticos, 5%. Em relação aos empregados, as localidades de trabalho concentravam suas atividades no Plano Piloto, Lago Sul/Norte, Taguatinga e Sobradinho, utilizando para o deslocamento principalmente o ônibus (75%).

No que se refere ao mercado de trabalho, a pesquisa mostrou que a maioria das pessoas estavam empregadas no Plano Piloto, Lago Sul/Norte, Taguatinga e Sobradinho (74,5%); as que trabalhavam por “conta própria”, que significava trabalhar na informalidade, eram de 25,1%, concentrando suas atividades em Taguatinga, Sobradinho e Paranoá (**Gráfico 3**)

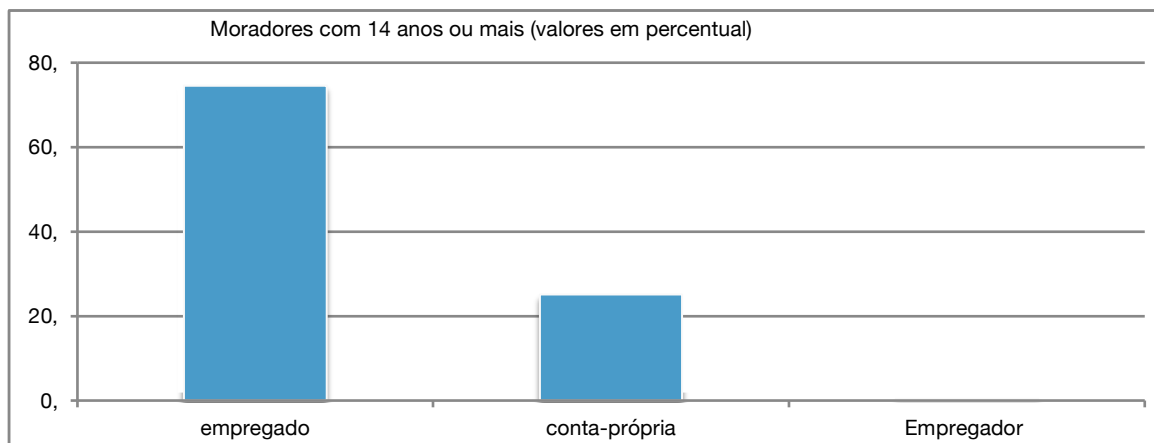


Gráfico 3: Situação do mercado de trabalho. Fonte: CODEPLAN, 2018

Os dados sobre a procedência dos moradores do Residencial mostraram uma variação, sendo que as Regiões Administrativas mais relevantes estavam o Paranoá (14,8%), seguidas de Planaltina e Sobradinho (13,6% cada) e Ceilândia (11,1%). **(Figura 5)**. Depreendemos desse importante dado sobre os trabalhadores com carteira assinada que essas pessoas já estavam em uma relação relativamente estável, o que poderia sugerir que a mudança do local de moradia iria também afetar a vida cotidiana.

Em relação ao tempo de residência na RA de procedência, a média ficou em 18 anos. Nesse caso pode-se depreender que laços importantes de convivência foram rompidos com a mudança para a nova moradia.

Gráfico 4: Equipamentos. Fonte: CODEPLAN, 2018

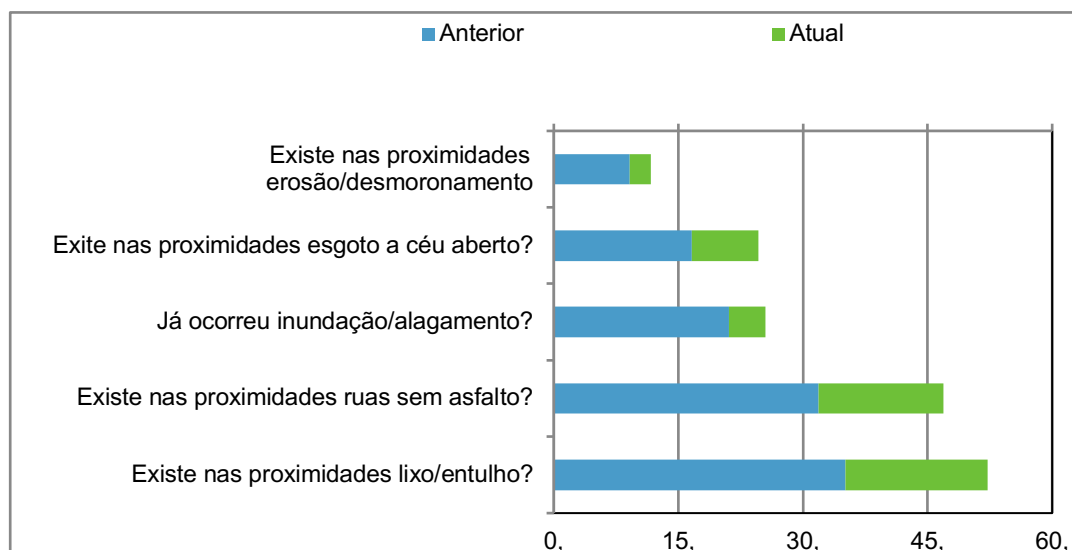


Gráfico 5: Situação da infraestrutura na residência anterior. Fonte: CODEPLAN, 2018

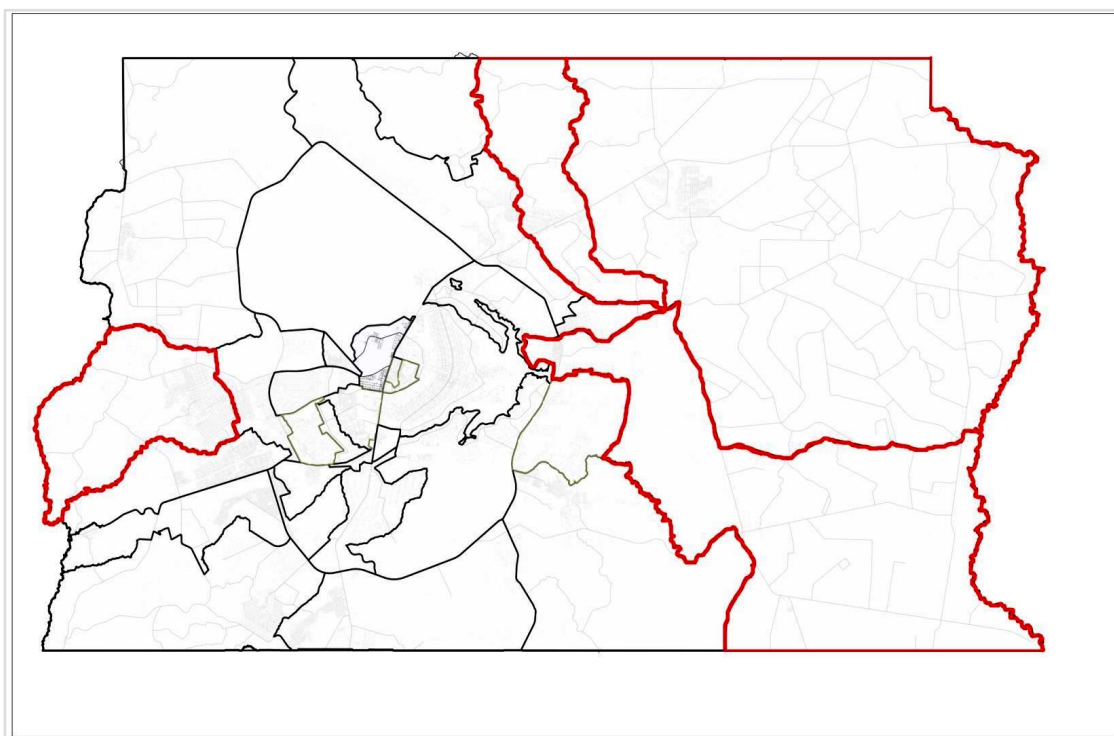
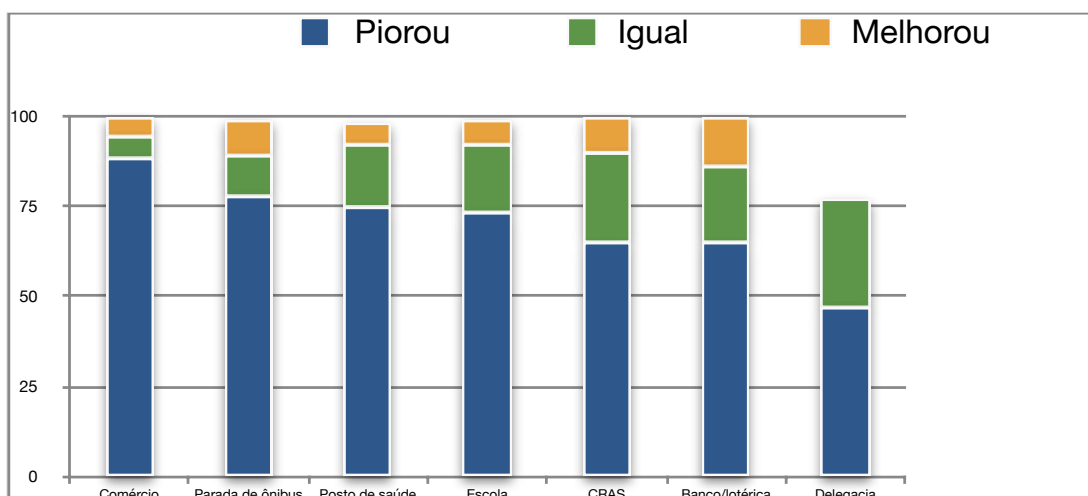


Figura 5: Procedência dos moradores. Fonte: CODEPLAN, 2018

Os dados revelaram em relação às procedências dentro do DF algumas características, especialmente a grande porcentagem das pessoas que viviam em residências alugadas (45%), cedidas (42%) em relação à de próprias (9%). Além disso, a residência anterior era, na sua maior parte, de alvenaria em casa, apartamento ou barraco.

A pesquisa também revelou a predominância dos moradores em afirmarem que o comércio, parada de ônibus, posto de saúde, escola, CRAS e bancos/lotéricas pioraram em relação à moradia anterior. E isso parece nítido, considerando não haver ainda hoje esses equipamentos, tais como comércio e serviços no Residencial ou nas suas proximidades (**Gráfico 4**)

Por sua vez, o **Gráfico 5**, da comparação da infraestrutura na residência anterior, mostra que a situação era um pouco pior do que da moradia atual. Entretanto, em relação à qualidade dos equipamentos urbanos, os moradores disseram que no Residencial a qualidade é superior.

Dados sobre a convivência no Paranoá Parque mostraram que a maioria dos seus moradores não conheciam os seus vizinhos e, por sua vez, não havia confiança entre eles (**Gráfico 6 e 7**). Essas respostas corroboram o fato de que as pessoas foram selecionadas de diversas localidades do DF, sem que, no entanto, o órgão que as escolheu, no caso a Codhab, tivesse a consideração em realizar aproximações em relação à moradia anterior. Isso provavelmente poderia ter levado ao novo bairro um convívio já estabelecido anteriormente, e, assim, resultado em uma nova situação de familiaridade, confiança e segurança.

Fonte: CODEPLAN, 2018

Gráfico 6: Relação com vizinhos (%)

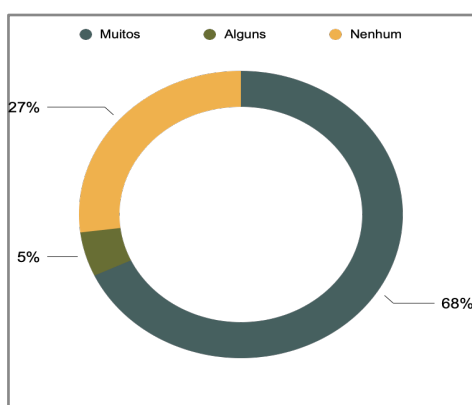
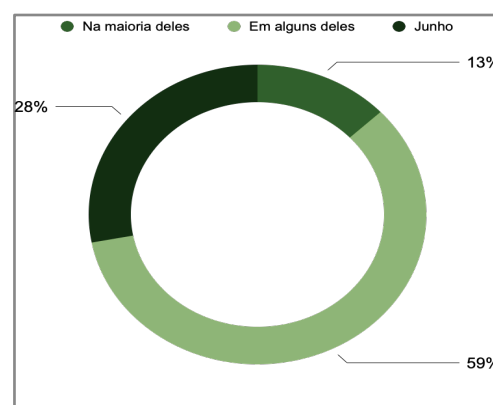
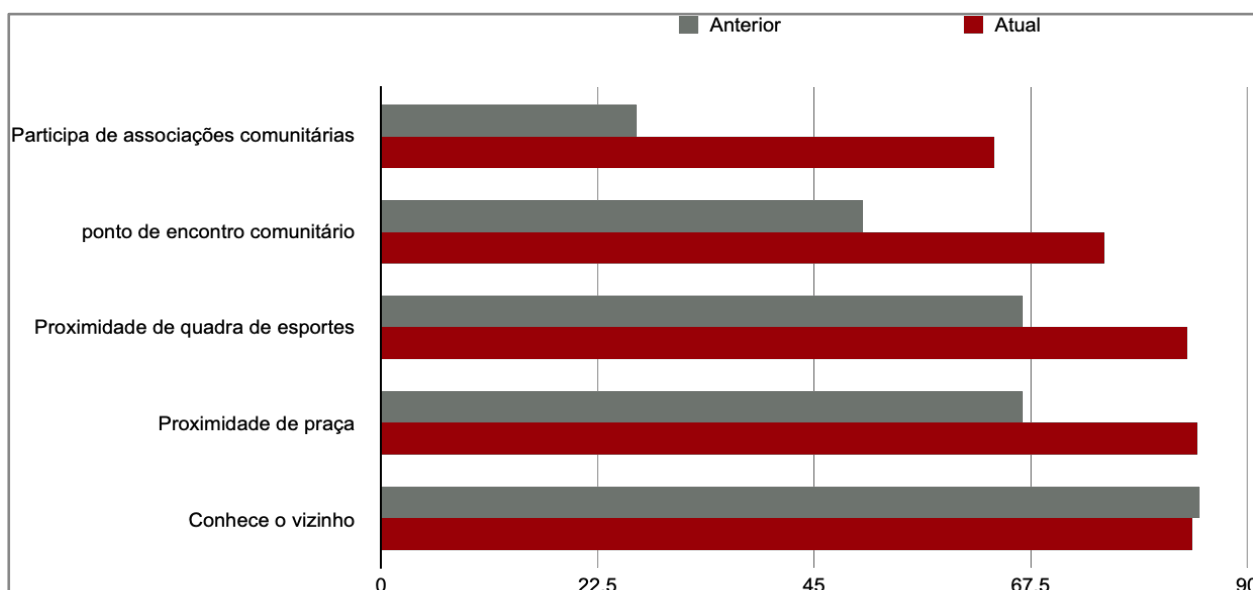


Gráfico 7: Relação de confiança (%)



A pesquisa apresentou ainda, quanto às diversas atividades “junto aos vizinhos de bairro”, a existência de baixas porcentagens de entrosamento (**Gráfico 8**), o que não parece ser nenhuma surpresa, considerando tratar-se de uma nova localidade, com pouco mais de dois anos de moradia, além da falta de previsão da seleção das unidades residenciais e de não considerar a familiaridade e vizinhança anterior.

Gráfico 8: Relação com a vizinhança Fonte: CODEPLAN, 2018 (adaptado)

Os moradores do bairro responderam satisfatoriamente quanto à situação da moradia atual nos aspectos: iluminação, distribuição dos cômodos, temperatura da casa ser agradável, não ter problemas graves de umidade e ter espaço suficiente. No entanto, as respostas foram negativas quanto a gastar mais com transporte, aumento das contas de água, luz e condomínio.

Tais respostas deixam claro que houve uma troca em relação a benefícios e malefícios da residência e o espaço moradia que não necessariamente resultou em um consequência realmente aceitável no final, considerando que a relação do habitar não decorre somente da casa: se estende nas condições da quadra, da rua, da vizinhança e do bairro.

A pesquisa da CODEPLAN (2018) revelou elevados percentuais de insegurança presenciada pelos moradores do Residencial, dentre eles, jovens consumindo bebidas alcoólicas (60,3%) e drogas em geral na rua (86,1%), mulheres sendo agredidas por seus companheiros (46,5%), pessoas sendo fisicamente agredidas (56,4%), roubadas (78,3%) e portando ilegalmente armas de fogo nas ruas (38,9%) e ainda, os entrevistados declararam escutar barulhos de tiros (81,5%).

Entendemos que esses elevados índices de insegurança no Residencial estão associados a uma variedade de fatores associados a falta de emprego e ocupação, falta de lazer e serviços sociais, evasão escolar e expectativas no próprio Paranoá

Parque, o que tem proporcionado, por outro lado, a formação de gangues, uso de drogas, armas de fogo, roubos e violência em geral, desfavorecendo assim, a formação da lugaridade (RELPH).

Um dos dados mais importantes dessa pesquisa mostraram que os principais motivos da perda ou mudança de trabalho foram o aumento do tempo de deslocamento, dificuldade de uso de transporte e locomoção e preço de passagem **(Gráfico 9)**.

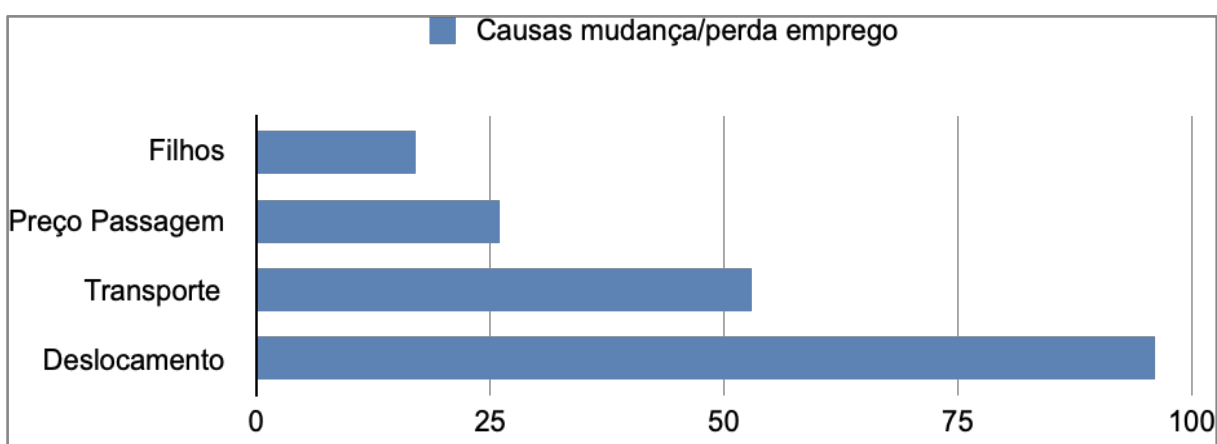
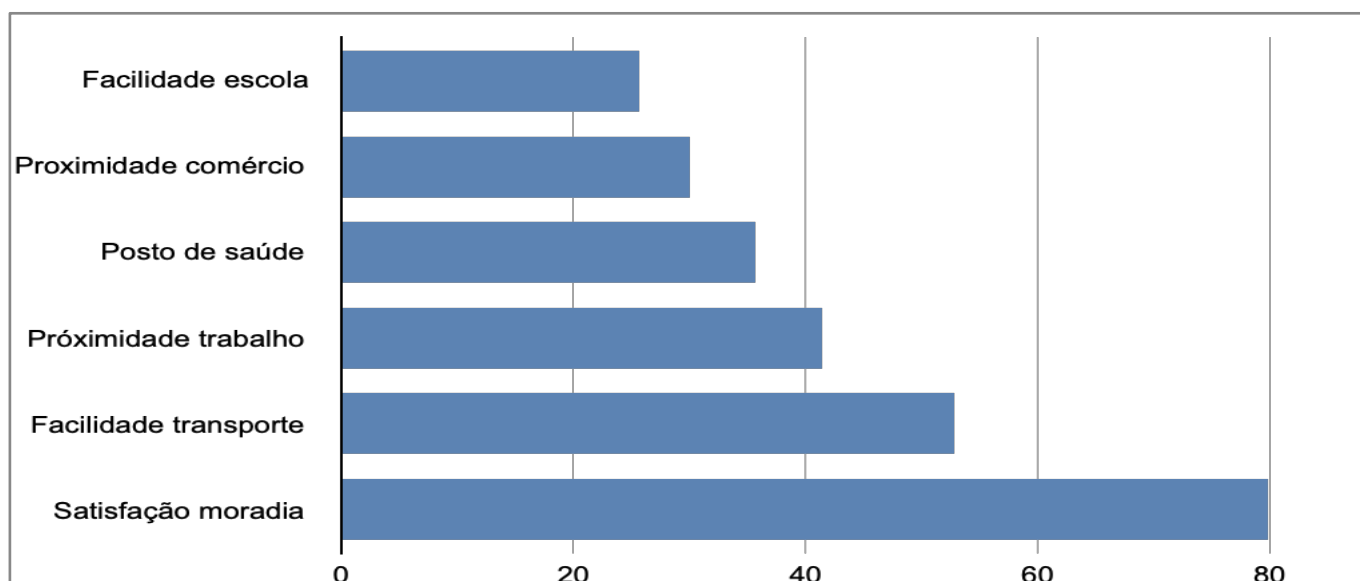


Gráfico 9: Motivo para mudança/perda de emprego (%). Fonte: CODEPLAN, 2018 (adaptado)

A pesquisa de opinião mostrou, ainda, elevada taxa de satisfação das pessoas em sua nova morada. A grande maioria (80%), afirmaram que desejam continuar vivendo no Residencial, tendo em vista que a casa própria possibilitou a melhora de vida, e que esperam a valorização do setor. Por outro lado, as pessoas que responderam preferir se mudar informaram que era devido à falta de segurança, transporte e locomoção, e à falta de serviços de saúde e comércio além dos problemas de relacionamento com vizinhos, além do fato de quererem construir moradia exclusiva.

Gráfico 10: Satisfação com a moradia. Fonte: CODEPLAN, 2018 (adaptado)

Depreende-se dessas respostas, primeiramente, que ainda é forte a relação com o sentido da casa própria. O desejo em ser proprietário, para a grande maioria dos moradores, é muito significativo, resultando em todo tipo de esforço para se atingir o objetivo, que continua estabelecido em nossa sociedade. Assim pode ser explicado o elevado grau de satisfação dos moradores com a sua nova morada no Residencial Paranoá Parque.

Nesse sentido, constatamos a persistente difusão no país da aplicação em bens imóveis como forma de valorização de recursos, garantia de segurança e herança aos familiares, além do *status* com forte sentido ideológico. Além das vantagens, principalmente a longo prazo, e isso parece claro, pelas respostas da maioria dos moradores que afirmam esperar a valorização, tendo em conta tanto a mudança para locais de preferência, quanto a opção em morar em casa (moradia exclusiva), ou ainda, daqueles que esperam que o governo instale nas proximidades os equipamentos de que tanto precisam, especialmente o comércio, os de usos sociais e de lazer.

Ainda comprovamos, pela pesquisa de opinião institucional, que não foi citado pelos moradores questões relativas às condições de conforto ambiental, tais como calor excessivo pela falta de arborização e a necessidade de parques urbanos nas proximidades das quadras residenciais, o que poderia resultar em benefícios para o

bem-estar das pessoas, e isso não constou na implantação do programa, nem tem sido alvo de reivindicação da sua população.

Para o estudo da paisagem, primeiramente consideramos o seu conceito integrador (TROLL), que consiste em uma abordagem holística e integrada com a natureza, seja social, cultural e natural. A paisagem é revelada pela aparência e por aspectos pouco aparentes que suscitam outros sentidos, inclusive sua expressão, podendo ainda parecer menos um cenário de vida dos seus habitantes que uma cortina atrás da qual ocorrem suas lutas e realizações e onde os acidentes têm lugar, isto é, não pode estar limitada às características diretamente observáveis (HARTSHORNE).

Nesse sentido, para sua compreensão, ponderamos ainda sobre os princípios da fenomenologia transcendental (HUSSERL), a qual possibilita a apropriação de redução fenomenológica dos estudos da paisagem contemporânea. Assim, o seu exercício ocorreu no Residencial Paranoá Parque, iniciando pela "admiração" diante do mundo de modo a refletir sobre a apreensão do "paradoxo" do próprio mundo na busca por sua essência (MERLEAU-PONTY).

Dessa maneira, para esse estudo, foram realizadas cinco visitas ao Residencial, uma em 2019, duas em 2020 e duas em 2021. Em cada uma delas, a reflexão aconteceu de forma diferente, conforme a visão e percepção que emergiram do pensamento, e cada ida podia significar modificação ou acréscimo à apreensão do espaço-lugar.

Destarte, a partir do que estava sendo visto e assimilado, realizavam-se as anotações desses sentidos, os quais serviram de inspiração à paisagem. Ademais, por meio das visitas possibilitou-se auferir aspectos pouco visíveis da paisagem. Outrossim as descrições permitiram análises e reflexões para a montagem de uma "expressão-síntese" do Residencial.

Ressaltamos que esse estudo apresentou limitações, particularmente por estar restrito ao conhecimento específico de um estudo de caso, ainda podendo ocasionar variação de sentimento e inspiração, ao se tratar de percepções em um determinado momento. Ainda, pela falta de vivência no Residencial, a captação do movimento foi restrita às visitas, não havendo assim a ligação entre os acontecimentos entre si. Ademais a valorização dada nessa tese em específico rescindiu nos relatos dos moradores, levando em consideração serem esses os que realmente podiam apresentar conhecimento do cotidiano.

Nesse caso, correspondeu a segunda parte desse estudo, isto é, o espaço moradia: mundo vivido (BUTTIMER). No entanto, buscou-se a apreensão dos aspectos visíveis e pouco visíveis do espaço, discorrendo em seus vários sentidos como contribuição para análise da questão principal do trabalho.

Dessa forma, a primeira visita ocorreu em 2019 no mês de julho, e logo de início verificou-se tratar de um espaço muito organizado, limpo, amplo, com cores claras, bonito e muito diferente daquilo que sugere e se identifica como um residencial para baixa renda. A minha contemplação continuou por algum tempo enquanto passava de carro pela avenida principal do condomínio e pelos seus limites **(Fotografias 14, 15 e 16)**.



Fotografia 14: As primeiras impressões davam conta de quadras organizadas, limpas e estruturadas. K.M. (2019)



Fotografia15: As primeiras quadras do Residencial e seus aspectos de organização e limpeza. K.M. (2019)



Fotografia 16: Na entrada do Paranoá Parque, os aspectos visíveis de estruturação das primeiras quadras. K.M. (2019)

Entretanto ao iniciar a visita, caminhando entre as quadras, constatamos, especialmente, a sensação de intenso desconforto térmico, pelo calor e baixa umidade do período de seca e sobretudo porque não havia, nas proximidades, locais para se proteger do sol forte. As dificuldades em percorrê-la aumentava à medida que se adentrava entre as quadras, considerando ainda que os edifícios eram todos iguais,

com variação pequena de cores, o que dava a impressão de estar perdida ou caminhando em círculos. (**Fotografias 17,18 e 19**).



Foto 17: Ao caminhar pelas quadras do Residencial a sensação de calor aumentada pela falta de sombreamento e arborização. K.M. (2019)



Foto 18 e 19: As dificuldades inerentes do dia a dia. As grandes distâncias entre o lar e as paradas de ônibus e os grandes desníveis encontrados ao caminhar. K.M. (2019/2021)



As visitas ao Paranoá Parque em 2020 me fizeram pensar nas diversas dificuldades em viver naquele espaço. Além daquelas citadas da primeira visita, destaca-se principalmente a falta de vegetação: árvores, horta e plantas nas proximidades dos blocos residenciais e entre os prédios. Vale refletir sobre a vida das pessoas ali, especialmente pensar nas mulheres, mães e trabalhadoras precisando sair para fazer compras, levar os filhos às escolas e "pegar" condução para ir e voltar ao condomínio. Ademais refleti sobre a falta de ação dos próprios moradores em construir um espaço de melhor qualidade. Fiquei imaginando a quantidade de atividades comerciais, artesanais, esportivas e plantios que poderiam ser criados no Residencial, e por isso mesmo me veio a certeza da necessidade de se trabalhar com a comunidade para tentar despertar esse interesse.

Observando a inexistência de escolas, comércio e as poucas e insuficientes paradas de ônibus, com as cores pastéis dos prédios, sem pessoas caminhando, nada

de lazer e agradável de se ver, a sensação foi de estar em uma área desértica. Dessa forma, imaginei uma ciclovia e sua importância para os moradores. “Deveria ligar o Residencial ao Paranoá, com arbustos sombreando a pista e iluminação no noturno”. Ademais, deveria haver um local para comércio dedicado também à venda de produtos artesanais que as pessoas poderiam usufruir também como forma de trabalho.

Contudo, apesar da moradia em edifícios, com infraestrutura de água, luz e asfalto, a vida social e cultural era inexistente. As carências básicas de equipamentos sociais mais evidentes são particularmente: quadras de esportes, parques para crianças e lazer, centros de encontros comunitários, salões de festas públicos, que poderiam proporcionar bem-estar para seus moradores de imediato (**Fotografias 20, 21 e 22**).



Fotografia 20: A falta de arborização pode ser sentida em todas as quadras do Residencial. E por isso a sensação térmica é intensificada. K.M. (2020)



Fotografia 21: A grande falta que faz o comércio e serviços básicos em todo o Residencial.
K.M. (2020)



Fotografia 22: Sem quadras para o lazer, jovens improvisam um campo de futebol em uma área de descampado e acelerado processo erosivo. K.M. (2020)

O comércio no Residencial se baseava em somente três quiosques que nem sempre abriam. Contudo, ao fazer o percurso de carro até o Paranoá, verifiquei, na sua proximidade, um grande mercado atacadista. E aí me lembrei do que alguns moradores me relataram não preferir fazer compras nele por ser “caríssimo” **(Fotografia 23)**.



Fotografia 23: Inclusive na avenida principal do Residencial, os raros quiosques ficam fechados na semana. K.M. (2020)

Outro ponto relevante foi pensar as dificuldades que os moradores passavam no noturno, pois havia iluminação pública somente na avenida principal: imaginei os perigos e a sensação de insegurança que privam as pessoas de saírem no próprio bairro. Além disso, é nesse período que diminuem as linhas de ônibus, e assim as dificuldades aumentariam, considerando também a falta de luz entre as quadras e no trajeto às paradas de ônibus. Assim, a sensação era de muita insegurança.

Da visita em 2021 em setembro, marcante foi a sensação de que nada mudou para melhor no Residencial. Ao contrário, as áreas com processos erosivos não foram controladas, porém outras obras iniciaram. Dentre elas, me chamou atenção a de um muro em construção ao redor de todo condomínio, e isso não me pareceu o melhor para os seus moradores, tendo em vista que irá isolá-los ainda mais.

Em vez do muro, melhor seria a construção de uma ciclovia com sombreamento e iluminação, ligando o Paranoá Parque ao centro urbano do Paranoá.

A beleza que de início percebi foi ofuscada por outras tantas dificuldades encontradas, especialmente o aumento erosivo e a falta da implantação na área mais central do condomínio, de equipamentos sociais e comerciais (**Fotografia 24, 25 e 26**).



Fotografia 24: Acelerado processo erosivos pela falta de arborização, por exemplo. K.M. (2020)



Fotografia 25: A Construção de muro é a forma escolhida por moradores de algumas quadras para conter a insegurança. K.M. (2021)



Fotografia 26: Um sensação de morar em um deserto ao passar pelas avenidas do Residencial. K.M. (2021)

Dessa maneira, buscamos interpretar as percepções do Paranoá Parque, conforme Souza (2020), entre forma, conteúdo, aparência e essência. Desde a primeira impressão, que foi a princípio de admiração, passando por vislumbrar os problemas em morar no Residencial, especialmente o desconforto térmico, a falta de meio natural, de vegetação, de água e também as dificuldades do dia a dia em se deslocar até a parada de ônibus, considerando as distâncias e os desníveis dos solos e as erosões.

Ademais, outras necessidades do dia a dia foram apontadas, dentre elas a falta de comércio nas proximidades, o que deveria gerar preocupação das famílias em precisar de praticamente tudo dentro de casa, pois os sacrifícios eram enormes para se chegar até o centro urbano do Paranoá. E, mesmo considerando as “facilidades” de hoje em dia, em seus inúmeros serviços de entrega, isso parece um despropósito, porque iria depender de uma constância no atendimento, além do custo a ser calculado.

Além da falta de inúmeros equipamentos urbanos essenciais à vida, também há a falta de opção de lazer, por ali não haver nenhuma alternativa, nem mesmo para fazer caminhada, em razão das dificuldades aumentarem pela falta de arborização, iluminação e segurança. Somam-se a isso o ato de que dificilmente os pais deixariam seus filhos saírem sozinhos para brincar ou praticarem esportes nas ruas sem que estivessem por perto, pois ali nem os vizinhos poderiam observar as atividades que aconteceriam fora dos apartamentos.

Por sua vez, essas carências do Paranoá Parque têm gerado a falta de encontro, de convívio, de solidariedade entre os moradores. Além disso, mais recentemente, haverá a construção de muros dos condomínios dentro do Residencial, que irão separar ainda mais as pessoas dentro das suas quadras e do Residencial com a RA do Paranoá, podendo criar desconfortos, dificuldades maiores aos moradores, em razão de impedirem a interatividade. Ao contrário, irão promover isolamento e uma nítida segregação, além das formações de territorialidades internas e de áreas dentro de uma mesma região.

Assim, considerando as reflexões da paisagem do residencial Paranoá Parque como expressão-síntese, revela-se que nesse espaço-moradia há uma retenção de sentidos e sentimentos individualizados dos seus moradores, que necessitam de condições para compartilhamento. E por outro lado, comodidade e falta de ação das

peças, de uma consciência coletiva para buscar alternativas e lutar por melhores condições de vida para a comunidade.

4.3.2.2 O espaço moradia/ mundo vivido

O mundo vivido é entendido como aquele que o experimentador vive, em que se desloca e busca significado (BUTTIMER). Nele estão implícitos os valores, particularmente o enraizamento, a identidade, o sentido de lugar, a casa e a experiência, o que resulta na relação inexorável com o espaço-lugar.

Entretanto, a realidade do Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV não levou em conta as individualidades, isto é, especialidades das pessoas que iriam habitar/morar, e, a partir disso, buscamos apreender no cotidiano dos moradores as perspectivas nas suas espacialidades (RELPH).

Para essa busca, foram realizadas entrevistas individuais com os primeiros moradores do residencial Paranoá Parque. O objetivo foi considerar, a partir da experiência de vida, individualidades relativas às mudanças para o novo bairro e poder desvelar a principal questão dessa tese, que assente que o PMCMV, por não considerar subjetividades, não promoveu a formação de lugares com lugaridade.

Nesse sentido, para as entrevistas formulamos um questionário-base aplicado aos primeiros moradores do Paranoá Parque. Por serem, *a priori*, os que teriam mais experiências, ou seja, por residirem há pelo menos quatro anos, melhor contribuiriam com suas vivências no Residencial.

Tendo em vista o período do isolamento social, houve a necessidade de visitas ao bairro para convidar as pessoas às entrevistas. Assim, por cinco dias, em horários diferentes, no mês de agosto de 2020 procuramos conversar com moradores e marcar as entrevistas, conforme disponibilidade individual.

Como resultado, 38 pessoas aceitaram serem entrevistadas por celular e, assim, durante pelo menos duas semanas ocorreu essa atividade com os moradores. Para isso, seguimos, em parte, um roteiro principal, mas não nos restringimos a ele. À medida que a conversa fluía e o entrevistado se sentia à vontade, outras perguntas surgiram, uma pergunta leva a outra, e, conseqüentemente, houve a diferenciação das entrevistas.

As perguntas básicas consistiram, especificamente em **(Tabela 5)**:

Tabela 5: Entrevista - Perguntas base

Dados gerais: nome, composição familiar, gênero escolaridade, despesas com o imóvel

Trabalho: ocupação/ atividade principal, desemprego, responsável sem vínculo

Condições da moradia: tamanho do imóvel/tamanho da família, tempo de moradia.

Mobilidade: uso de transporte e frequência; tempo gasto no deslocamento para trabalho; tempo gasto no deslocamento para escola.

Acesso à cidade e equipamentos e serviços: Qual é o centro para a vida do morador; existe comércio e serviços no Residencial; Equipamentos: saúde, educação, assistência, lazer e cultura; coleta pública de lixo e frequência e suficiência; presença de segurança.

Participação e sociabilidade: organização do condomínio e/ou comunitária; organização em redes; reunião; proximidade com familiares e vizinhos e ajuda; problemas com vizinhos; presença de violência; diálogo com poder público.

Satisfação do morador: em relação a moradia e serviços urbanos e equipamentos sociais; alteração ao acesso de trabalho; desejo de mudar do imóvel (motivos).

Necessidades não atendidas: O que gostaria que tivesse?

As perguntas-base especificamente foram:

- 1- Qual seu nome? Idade e quantos moram no apartamento?
- 2- Onde morava anteriormente? E como era morar lá?
- 3- Quais os motivos fizeram você se mudar para o Paranoá Parque?
- 4- Onde você trabalha, como é o deslocamento e a sua volta?
- 5- Se estuda ou filho (s), onde e como se desloca/retorna a (da)escola?
- 6- Como é a vida no dia a dia e finais de semana?
- 7- Você conhece seus vizinhos, vocês se ajudam?
- 8- Existe participação comunitária? Você participa?
- 9- Costuma ir ao Paranoá para alguma atividade? Quais e por quê?
- 10- Como é o seu lazer no Paranoá Parque?
- 11- Quais os principais problemas do Residencial?
- 12- Quais as principais necessidades do Residencial?
- 13- Você está satisfeito em morar no Paranoá Parque? Por quê? Em quê?
- 14- Tem vontade de se mudar do Paranoá Parque?

Após o término das entrevistas, que foram gravadas, buscamos sistematizar as respostas para melhor retratar as opiniões, sentimentos e expectativas de cada morador do residencial Paranoá Parque. A primeira constatação foi quanto à procedência, a qual representou cinco grupos, conforme (**Tabela 6 e Gráfico 11**):

Tabela 6: Procedência dos moradores

1- Os que vieram da Região Administrativa do Paranoá
2- Os que vieram de RAs de maior vigor econômico e social
3- Os que vieram de outras RAs semelhantes com as mesmas condições econômicas, sociais e culturais da atual
4- Os que vieram do entorno do DF
5- Os que vieram de outros estados do Brasil

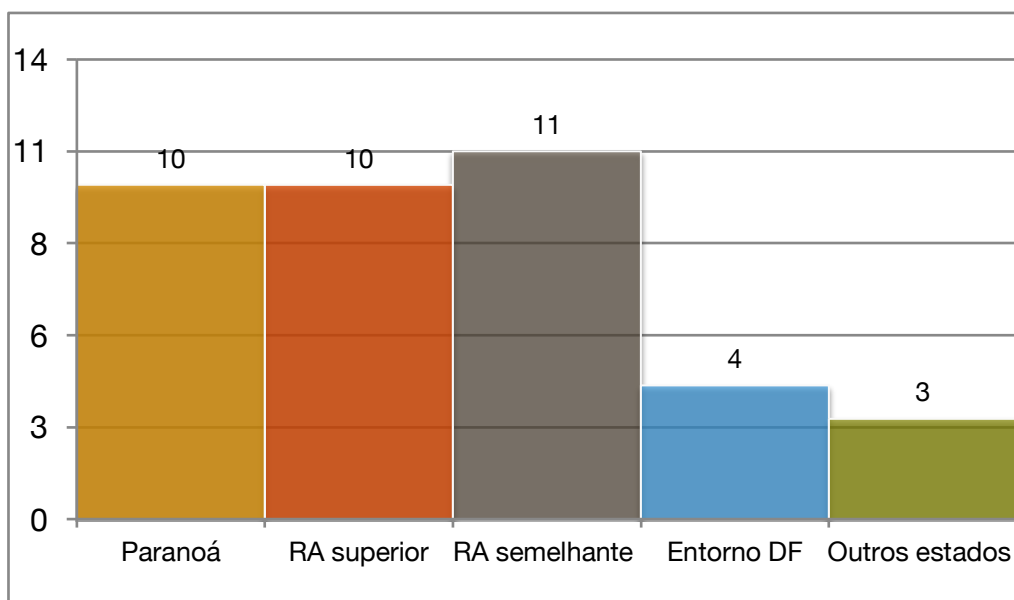


Gráfico 11: Procedência dos moradores. Fonte: CODEPLAN, 2018

As procedências dos moradores das Regiões Administrativas de maior vigor econômico e social foram: Ceilândia (seis), Samambaia (dois), Taguatinga (um) e Gama (um). As RAs consideradas semelhantes foram Sobradinho (quatro), Planaltina (quatro), São Sebastião (um), Santa Maria (um) e Itapoã (um). Quanto às pessoas com proveniência do entorno, responderam que vieram do Jardim Ingá/Luziânia (três) e Planaltina de Goiás (um) (**Figura 1 e 6: Mapa procedência DF e Entorno**). Já os moradores de outros estados vieram do Ceará (um) e do Maranhão (dois) e por fim, da RA do Paranoá (dez).

Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal (RIDE)



Figura 6: DF e entorno. Fonte: Senado

A entrevista revelou, quanto à procedência das RAs do DF com maior centralidade e vitalidade econômica, tais como Taguatinga e Ceilândia, que os moradores, em quase sua totalidade, se pudessem, teriam escolhido ficar nas próprias RAs, ou próximos daquelas, tendo em vista o trabalho, as relações sociais com amigos e familiares e o lazer. Por outro lado, as pessoas das demais procedências disseram que a mudança foi para melhor e que têm muitas expectativas quanto ao Paranoá Parque.

Eis alguns trechos dos relatos dos moradores que afirmaram que a vida na residência anterior era melhor:

Na Ceilândia tinha emprego, agora tudo tá mais difícil, ficamos isolados aqui. Não consigo emprego porque aqui é muito longe, estou distante da família, dos amigos. Fico triste por aqui, estou com depressão. (Fátima, moradora do Paranoá Parque há 4 anos).

Taguatinga é muito melhor, tinha tudo, uma maravilha! Aqui o povo não presta. As pessoas foram pouco selecionadas. Vieram gente de tudo que é lugar, de favelas. Espero pagar 10 anos e vender o apartamento que foi de graça. (Avelino, morador há 4 anos).

Lá tinha tudo, emprego, família, amigos. Agora não tenho. Antes era mais feliz, mas sou grato pelo apartamento, minha casa própria. Penso em mudar daqui porque minha intenção é ter uma casa com quintal. Não gosto de apartamento. O convívio com pessoas que vieram de muitos lugares diferentes é difícil, falta muito respeito. (Daiane, moradora anteriormente da Ceilândia).

Grotesco a mudança. Gostaria de voltar pra Ceilândia. Foram muitas diferenças. Aqui não tinha nem ônibus. Continua difícil, só tem uma linha de ônibus. Também tem muita desunião, não tem vizinhança. Falta gestão pra ter convívio melhor. Tem muitos conflitos por besteira. Lazer na Ceilândia é bem melhor, é tudo de bom. Aqui não tem nada disso...(Danielle, antiga moradora da Ceilândia).

Desde o início morava na Ceilândia. Aqui é complicado e diferente. Morava no centro, tinha comodidade. Problemas maiores aqui é o policiamento. Trabalho na Octogonal e estudo na faculdade em Taguatinga. Ficou tudo muito difícil pra mim. O ideal seria esses apartamentos lá no Riacho Fundo, aí ficaria tudo no meio do caminho. Lazer aqui é uma droga. A vida tá é muito pior. Pra melhorar vai precisar de muita mudança em muito tempo. Se eu pudesse escolher, ahh... Ceilândia, claro. (Erick, morava na Ceilândia).

Prefiro Samambaia. Aqui não desenvolve, estou desempregada, e está difícil conseguir trabalho. Tive que deixar o outro, e fica tudo mais difícil por aqui. Problemas sérios aqui tem: muita falta de segurança, é perigoso e assustador à noite. Nada a fazer de bom. (Rafaella, morava anteriormente em Samambaia).

Os moradores dos demais grupos disseram que foi uma boa escolha a mudança para o Paranoá Parque. Essa resposta não parece surpreendente, tendo em vista que, em termos de localização, houve uma aproximação relativa e considerável das centralidades para as que vieram de cidades do entorno do DF e de outras regiões do país. Assim, verificamos, conforme relatos dos moradores:

O Paranoá Parque é mais tranquilo que Planaltina. Sou muito caseiro e só vou ao trabalho e à igreja. Aqui futuramente vai melhorar porque os pobres vão embora. Aqui é cada um na sua, não tem muito espírito de comunidade. (Renato, morador há 4 anos).

Vim primeiro do Maranhão. Aqui tá ótimo porque não pago mais aluguel, agora é minha casa. Me sinto muito bem aqui, eu e minhas filhas também. Poucas coisas precisam pra melhorar: a segurança e alguns moradores daqui que não querem nada com nada. (Valdene, moradora há 4 anos).

Muito melhor aqui, pois saí do aluguel e esse apartamento é muito bom, é meu agora. Morava em lugar ruim e sem nada também. Aqui está uma maravilha. Trabalho em oficina no Varjão. Estou gostando muito. Muito limpo, tranquilo. (Amilton, morava anteriormente no Paranoá).

A mudança foi boa, pois morava de aluguel, aqui agora é minha casa. Vale tudo pra morar no que é da gente. A vida continua a mesma, pago as mensalidades por mês e tá bom. Não saio para lazer, não tem lugar pra lazer. Minhas amizades ficaram todas lá em São Sebastião. (Lenice, moradora há 4 anos no Paranoá Parque).

Cem por cento aqui, porque morava de favor. A parcela é muito barata. Era solteiro, agora estou casado. Morar aqui é igual a qualquer outro lugar. Morar no Paranoá Parque tem os mesmos problemas de segurança de qualquer lugar. O problema maior aqui é a falta de ônibus, agora é meu lar e da minha esposa. (Jeovane, morava anteriormente no Jardim Ingá).

Gosto muito daqui e vai melhorando aos poucos como qualquer outro lugar. Não pago aluguel mais, e agora é casa própria, né. Falta muito lazer, mas não ligo muito, a gente precisa se esforçar. Depois vem. Pior é o ônibus, que tem pouco e demora. (Geovana, morava anteriormente em Sobradinho II).

Vim do Jardim Ingá e agora moro na minha casa. Local aqui é muito bom. Moro no que é meu e é o que importa. O valor compensa tudo. Muito barato. (Edilson, morava anteriormente no Jardim Ingá).

Por outro lado, houve moradores que fugiram desse padrão, especificamente os que vieram de localidades de maior intensidade e consolidação urbana e de outras RAs semelhantes, que responderam de forma distinta sobre o desejo de sair ou ficar na morada atual, se bem que, às vezes, com pouca clareza em sua expressão. A seguir, são apresentados relatos desses casos:

Mudança foi pra melhor porque sai do aluguel, mas foi uma mudança muito brusca para a família, o emprego. Na Ceilândia tínhamos mais estrutura. Mudar para apartamento foi muito diferente, viver em apartamento é muito diferente. O problema é que vieram pessoas dos quatro cantos do DF. A moradia foi incompleta porque o bairro não só é moradia. A família ficou toda na Ceilândia. (Bonfim, morava anteriormente na Ceilândia).

Ótimo lugar agora, pois morava de favor. O que importa é ter um lugar que é seu. Escolas faltaram no início. Agora tá muito bom, ótima moradia. Parte de saúde é problema, tem uma UPA, mas é longe... Cidade nova, setor novo. É só esperar que vai melhorar, tudo tem seu tempo. Sou muito agradecida pela moradia. Espírito de comunidade não tem não. Porque vieram pessoas de tudo que é lugar do DF e não têm interesse pelo lugar. (Luzienne, morava anteriormente em Ceilândia).

Acho o Paranoá Parque mais perigoso que o Itapoã. O Itapoã é mais família. Acho que o condomínio deveria ser fechado, murado. O mercado que tem na pista é caro. Ahh,

não tem espírito de comunidade não... Chego todo dia perto da meia noite. Não saio aqui pra lugar nenhum. (Mateus, morava anteriormente no Itapoã).

Boa mudança trocar o Gama. Estou começando a me adaptar. Precisa melhorar é a segurança e a saúde. O lugar é bom, mas o problema são as pessoas que não querem melhorar o setor, o bairro. Cada um por si aqui. (Clodoaldo, morava anteriormente no Gama).

Muita mudança pra melhor. Segurança é que precisa melhorar muito... Aqui tem pouco espírito de comunidade, mas eu tô satisfeito em morar no que é nosso agora. Muitas coisas precisam melhorar, mas no geral tá bom pra início do bairro. (Regelson, morava anteriormente na Ceilândia).

Não tem diferença. A única coisa é que saí do aluguel. Sou aposentado, tenho amizades. Morar lá e aqui, tanto faz. Precisa melhorar colégio, postos de saúde, posto policial, que não tem. Mas lá em Santa Maria era muito bom. Meu transporte é com meu próprio carro. Bom aqui é que não tem barulho. Já me acostumei aqui. Tá muito bom. (Genésio, morava anteriormente em Santa Maria).

Do total dos entrevistados (38), doze moradores não estavam empregados e recebiam aposentadoria ou alguma ajuda do governo, como, por exemplo, o "bolsa família". E aqueles que estavam à procura de serviço responderam que a maior dificuldade era a distância das RAs que mais ofereciam trabalho, isto é, Taguatinga e Ceilândia, além do preço da passagem, por necessitar, na maioria das vezes, "pegar" pelo menos quatro conduções (considerando ida e volta).

O principal problema manifestado pelos moradores foi a falta de comércio no Residencial. Pelos relatos, disseram que havia muita dificuldade em relação a fazer compras no local, apontando que, no único mercado mais próximo, os preços eram muito elevados, razão por que faziam suas compras em outras localidades.

A falta de segurança no residencial foi citada por quase todos os moradores. Segundo eles, a inexistência de posto policial aumentava ainda mais os problemas relativos à segurança, particularmente os assaltos e roubos, furtos, brigas, venda de drogas, estupros etc. Por isso, eles se sentiam inseguros quanto a se deslocar para o trabalho e retornar para casa, e, ainda, caminhar nas ruas do condomínios. Sobre essa questão, captaram-se os seguintes relatos:

Pra melhorar vai demorar muito. Morava no centro, na Ceilândia. Lá tinha muito comodidade. A questão da segurança é muito difícil, deslocamento é difícil. Difícil ir trabalhar e depois ir para faculdade. Muito perigoso voltar pra casa. Não posso contar com ninguém. Só alguns vizinhos do próprio prédio. (Erick, morador há 4 anos).

Sou grata pela moradia, mas o convívio com vizinhos e segurança é difícil. Tem muitas pessoas de diferentes lugares e que não se respeitam. Minha intenção é mudar para uma casa e sair daqui. (Daiana, moradora há 4 anos).

É muito perigoso aqui de dia e de noite. Tem muitos jovens sem emprego e que não estudam. Ficam aí cometendo roubos e esperando a oportunidade. (Marilelly, moradora há 4 anos).

Aqui é muito perigoso, tem muito bandido escondido esperando a vez de atacarem. Tenho mais medo daqui do que no Itapoã. (Mateus, morador há 4 anos).

Tem muito bandido que vem de outras localidades. Pra mim, precisa é de um muro cercando tudo igual condomínio. Aí ficaria bom. (Joana D'arc, moradora há 4 anos).

Outras dificuldades apresentadas foram a falta posto de saúde e de lazer. Uma parte dos moradores disseram não fazer nada nos finais de semana (18), e outros disseram que saíam para as RAs nas quais residiam anteriormente (14), que já estavam acostumados, tinham laços de amizade e familiares. Outros ainda afirmaram irem ao Paranoá e frequentarem igrejas (08).

A totalidade dos moradores afirmou não haver reuniões comunitárias no Paranoá Parque, e uma parte deles disse que, em sua visão, apesar de conhecerem seus vizinhos, era “cada um por si”, isto é, não havia sentimento de comunidade. Nessa questão, alguns disseram que o motivo foi colocar pessoas de diferentes locais do DF, que não se conheciam, as quais já vinham com hábitos de incivilidade, não tinham interesse na participação coletiva ou em ajudar em nada do bairro e, por isso, acreditavam também ser este o motivo de haver depredações, brigas, sujeiras e diversos delitos em várias partes do Residencial. Seguem abaixo os relatos dos moradores:

Final de semana vou pra casa de familiares. Aqui não tem nada. Na Ceilândia tem tudo. Vou sempre que posso pra lá. (Fátima, moradora há 4 anos).

Aqui não tem nada pra fazer, e meus finais de semana eu durmo. Fazer o quê? (Edivânia, moradora há 4 anos).

Tenho familiares em Santa Maria, lá é mais completo. Ficar perto da família é sempre bom. Mas aqui é silencioso, bom pra morar e dormir. (Lenice, moradora há 4 anos).

Aqui é cada um na sua. Estou começando a me adaptar. O lugar é bom, mas o problema são as pessoas que não querem melhorar o setor. Falta segurança, saúde e comércio e demais serviços urbanos. (Clodoaldo, morador há 4 anos).

Esse condomínio deveria ser murado e fechado. O mercado é caro, o lugar é perigoso. Chego tarde todo dia e tenho muito medo daqui. (Mateus, morador há 4 anos).

Grotesco esse lugar. Gostava da Ceilândia. Foram muitas as diferenças. Aqui não tinha nada. Tem muita é desunião. Só tem uma linha de ônibus, falta lazer, tem muitos marginais andando por aqui. (Danielle, moradora há 4 anos).

Não tem participação nenhuma, mas já precisei de vizinho e também já ajudei. Aqui vai aos poucos, sabe como é, um lugar novo é assim. (Antônio Expedito, morador há 4 anos).

Tem muitas brigas sim, roubo também. Não pode vacilar nunca. Tem muitos só esperando a oportunidade pra tentar roubar celular, bolsa, o que tiver eles levam e fica por isso mesmo. Não tem policiamento e não dá pra ninguém ajudar, ninguém iria escutar mesmo. (Alex, morador há 4 anos).

Aqui tem muita droga e nada de lazer. Fico satisfeito com o apartamento, era aceitar ou perder. Não tinha escolha. Eu só posso contar com os vizinhos do meu prédio, o resto não conheço ninguém. (Érick, morador há 4 anos).

Os moradores também relataram, na grande maioria, que, na avaliação deles, o programa Minha Casa, Minha Vida era excelente e que só pelo fato de ter a casa própria valeria a pena suportar tudo. Avaliaram que as prestações eram muito baratas e não tinham nenhuma dificuldade para pagá-las. Ademais, afirmaram que, com o tempo, o bairro ficaria muito melhor e seria muito valorizado no futuro.

O que podemos constatar foi especialmente o desejo dos moradores em ser proprietários, o que foi concretizado, e isso também não é nenhuma novidade: somente confirma que o mesmo paradigma da casa própria continua. Não mudaram as concepções da habitação/moradia na prática, mas podem ter mudado alguns fins associados ao imóvel próprio, tais como servir para a compra de outro imóvel, de preferência a casa unifamiliar, para que possam aumentar o seu tamanho, também para poderem comprar na localidade de preferência.

Dessa maneira, continuam as diversas vantagens associadas à casa própria, especialmente a ascensão na vida por adquirir um bem patrimonial que, com o tempo, recebe a valorização pela criação de novas áreas urbanas; representa ainda melhor futuro para os filhos e herança aos familiares, além do *status* dentro e fora da família.

Ademais, ao considerarem-se as várias vantagens de morar em Brasília, uma metrópole com mais de três milhões – 3.090.046 – de habitantes (CODEPLAN, estimativa de 2021), as oportunidades também são maiores, especialmente de empregos, educação, saúde e lazer, apesar das distâncias maiores entre o Residencial e os centros urbanos consolidados.

Tendo em conta a realidade dos programas habitacionais e de todo o seu histórico, em que não é assegurado na prática o atendimento para a habitação de interesse social, tais residenciais, ainda assim, resultam como a única opção para adquirirem a casa própria e uma moradia de melhor qualidade.

Dessa maneira, os relatos dos moradores mostraram essa perspectiva quanto à moradia no Paranoá Parque:

A vida continua a mesma. Pago as mensalidades por mês. Trabalho no quiosque do Paranoá Parque e vejo que o pessoal já começou a depredar as quadras, e entre os blocos já tem lixo sendo jogado. A mudança foi boa porque saí do aluguel, agora é minha casa. (Lenice, moradora há 4 anos).

A parcela é muito barata, só R\$ 60,00. Os problemas daqui são iguais a qualquer lugar. Ótimo para cadeirante! Faltam paradas de ônibus mais próximas, mercado, comércio, farmácias, etc. Mas o bairro tá começando. Daqui a quatro anos vai ficar uma maravilha morar aqui. (Geovane, morador há 4 anos).

Com o tempo, tudo vai melhorar. Tudo vale a pena pra morar no que é nosso. Meu sonho foi realizado. Aqui tudo tá ótimo, faltam algumas coisas, mas com o tempo o governo vai colocar pra gente. (Joelma, moradora há 4 anos).

A mudança foi muito boa e pra melhor. Agora tenho um lugar que é meu. Foi muito bom, inclusive o local, pois vim do Paranoá mesmo. (Jovino, morador há 4 anos).

Não pago aluguel mais, e isso faz a diferença. Com o tempo, as coisas vão melhorar ainda mais. Tá muito bom! Precisa colocar um mercado mais barato. As minhas filhas gostam de morar aqui no Paranoá Parque. (Valdene, morava de aluguel em Taguatinga, mas veio há pouco tempo do Maranhão).

A mudança foi pra melhor porque saí do aluguel, mas foi brusca. Morar em apartamento é muito diferente. Mas estou feliz por conquistar a casa própria. (Bonfim, morava anteriormente na Ceilândia).

Lá (Jardim Ingá/GO) morava de favor. Agora moro no que é meu. Morar aqui é igual a qualquer outro lugar. Todos os lugares têm bandidos, têm problemas. (Geovane, morador há 4 anos).

O preço foi muito barato. Daqui há dez anos vendo o apartamento, pois vou quitá-lo. Depois volto pra Taguatinga. Lá era uma maravilha. Aqui o povo não presta, porque veio muita gente dos quatro cantos do DF e de fora, tudo da favela! (Avelino, morador há 4 anos).

A localidade é diferente, mas eu não pago mais aluguel. Mudou pra melhor. Só 20 minutos do Plano Piloto. Muito bom aqui, e meus vizinhos são bons também. Ganhei esse apartamento, é muito barato. (Sidney, morador há 4 anos).

Vim do Jardim Ingá. Agora moro em Brasília e isso faz diferença. Pra mim é uma realização ter ganho esse apartamento em Brasília. (Edilson, morador há 4 anos).

Tabela 7: Entrevistados: Moradores do Paranoá Parque. K.M.(2021)

Nome	Família na residência	Morada anterior	Trabalho/ ocupação	Transport e/Trabalho e escola	Carência	Desejo de mudar
Geovana	3	Sobradinho	Sim	Ônibus	Ônibus, escolas, creches, policiamento	Não
Antônio Expedito	4	Paranoá	Sim	Ônibus	Ônibus, posto policial comércio	Não
Romerito	5	Sobradinho	Sim	Ônibus	Comércio, linha de ônibus, policiamento, lazer	Não
Valdene	4	Maranhão	Não	A pé	Ônibus, escolas, comércio	Não
Teresinha	3	Paranoá	Sim	Ônibus	Comércio, escola, posto policial, lazer	Dúvida
Erick	2	Ceilândia	Sim	Ônibus	Lazer, ônibus, segurança	Sim
Lenice	3	São Sebastião	Sim	Ônibus	Comércio, escola, posto policial, lazer	Não
Amilton	5	Paranoá	Sim	Ônibus	Comércio, linha de ônibus, policiamento, lazer	Não
Raidoman	4	Paranoá	Sim	Ônibus	Comércio, escola, posto policial, lazer	Dúvida
Regelson	4	Samambaia	Sim	Ônibus	Saúde, policiamento, ônibus	Dúvida
Everaldo	4	Ceará	Sim	Ônibus	Saúde, comércio, posto policial	Não
Edivaldo	3	Planaltina	Sim	Ônibus	Comércio, escola, posto policial, lazer	Não
Sidney	4	Paranoá	Sim	Ônibus	Comércio, escola, posto policial, lazer	Não
Genelésio	2	Santa Maria	Não	Ônibus	Comércio, linha de ônibus, policiamento, lazer	Tanto faz
Rosevaldo	3	Maranhão	Sim	Ônibus	Comércio, linha de ônibus, policiamento, lazer	Não
Fátima	4	Ceilândia	Sim	Ônibus	Saúde, policiamento, ônibus	Sim

Nome	Família na residência	Morada anterior	Trabalho/ ocupação	Transport e/Trabalho e escola	Carência	Desejo de mudar
Samuel	3	Sobradinho	Não	Ônibus	Comércio, escola, posto policial, lazer	Não
Diogo	3	Planaltina	Não	Ônibus	Lazer, ônibus, segurança	Dúvida
Ediclay	2	Jardim Ingá	Sim	Carro	Comércio, escola, posto policial, lazer	Não
Clodoaldo	4	Gama	Sim	Ônibus	Comércio, linha de ônibus, policiamento, lazer	Dúvida
Bonfim	4	Ceilândia	Não	Ônibus	Comércio, linha de ônibus, policiamento, lazer	Dúvida
Avelino	2	Taguatinga	Não	Carro	Comércio, escola, posto policial, lazer	Sim
Jeovane	2	Jardim Ingá	sim	ônibus/carro	Posto policial, ônibus	Não
Giselisson	3	Paranoá	Não	Ônibus	Comércio, escola, posto policial, lazer	Não
Rafaela	2	Samambaia	Não	Ônibus	Lazer, ônibus, segurança	Sim
Danielle	3	Ceilândia	Não	Ônibus	Comércio, linha de ônibus, policiamento, lazer	Sim
Jovino	3	Ceilândia	Sim	Ônibus	Comércio, escola, posto policial, lazer	Não
Daiane	3	Ceilândia	Não	Ônibus	Escola, comércio, lazer	Sim
Alex	4	Paranoá	Sim	Ônibus	Posto policial, comércio	Não
Edilson	2	Jardim Ingá	Sim	Ônibus	Comércio, escola, posto policial, lazer	Não
Matheus	2	Itapoã	Sim	Ônibus	Lazer, ônibus, segurança	Sim
Luzienne	3	Ceilândia	Sim	Ônibus	Comércio, linha de ônibus, policiamento, lazer	Não
Renato	3	Planaltina	Sim	Ônibus	Comércio, linha de ônibus, policiamento, lazer	Não

Nome	Família na residência	Morada anterior	Trabalho/ ocupação	Transport e/Trabalho e escola	Carência	Desejo de mudar
Thiago	4	Paranoá	Não	Ônibus	Linha de ônibus, policiamento, lazer	Sim
Marielly	3	Planaltina	Não	Ônibus	Comércio, escola, posto policial, lazer e ônibus	Não
Joana D'arc	4	Paranoá	Sim	Ônibus	Comércio, escola, posto policial, lazer	Dúvida
Joelma	2	Planaltina	Sim	Ônibus	Escola, posto policial, comércio, ônibus	Não
Edivânia	3	Sobradinho	Sim	Ônibus	Escola, posto policial, comércio, ônibus	Não

Esse estudo de base fenomenológica transcendental (HUSSERL) abrangeu a descrição da realidade dos moradores do Paranoá Parque, sejam materiais, naturais, ideais e culturais, e buscou a compreensão do mundo vivido pelas reflexões e discussões da intencionalidade consciente ou inconsciente das experiências de vida.

Ademais pela atividade da paisagem, a transcendentalidade se refletiu ao se remeter ao outro, tanto em relação aos objetos, à natureza e às pessoas, na maioria das vezes se colocando como morador do Residencial. A referência do estudo foi pela subjetividade transcendental baseada na recuperação e restauração da ordem espontânea da vida, dos sentidos e da orientação humana (GOTO).

Nesse contexto, pelo exercício da percepção se examinou a relação do ser situado no meio e ao centro de vida pessoas, se dispondo muitas vezes no lugar dos moradores na procura por assimilar comportamentos e condutas do mundo vivido.

Os relatos dos residentes do Paranoá Parque, especialmente dos que disseram que a mudança foi para melhor e os que, ao contrário, afirmaram que resultou na piora da vida, revelou em parte a correspondência relativa à procedência das localidades e seu vigor econômico e social.

Entretanto pelas entrevistas com cada morador foi possível refletir sobre o conjunto das suas respostas, já que, apesar dessa primeira constatação da relação de procedência, havia muito mais que isso a ser considerado, uma vez que foram percebidos sentidos ambíguos, que ainda estão se estabelecendo e construídos.

Dessa maneira, o importante consistiu em avaliar as respostas como um todo para estabelecer as relações necessárias de cada individualidade.

Destarte, comprovamos a universalidade das respostas pelo valor dado à casa própria e, dentre os diversos motivos por essa predileção, estavam a valorização do bem imóvel como investimento, além do fato de significar *status* familiar e social, ganhos futuros e herança aos descendentes, bem como mudança de vida, considerando-se as chances de se obter no DF trabalho, ensino e serviço de saúde de melhor qualidade.

Outrossim se trata de essências reveladas pela individualidade, dentre elas, adaptação à nova realidade no espaço-moradia que se mostrou promissora para formação de pertencimento, identidade e territorialidade, por exemplo. Nesse sentido, existe uma construção desses aspectos ligados ao lugar com lugaridade, ainda que em menor escala e de distintas formas, considerando a disposição dos seus moradores em construir e transformar o Paranoá Parque em suas espacialidades.

Um outro aspecto desse mesmo assunto foi captado por moradores que relataram desejo que o Paranoá Parque fosse fechado com muro elevado, e isso remete a um modo de vida em voga – das classes mais altas, inclusive – imitado indistintamente por outras que não percebem os malefícios dessa prática ideológica, de carga simbólica na atualidade.

Ademais, a respeito da sua construção, é apontada a falta de atitude do governo local em investir na região (UPT Leste) – particularmente a RA do Paranoá e Itapoã em desenvolvimento econômico e social. Assim, de forma específica, os problemas crescentes de insegurança no Residencial se devem à falta de perspectiva de vida para a grande parte de pessoas que estão sem trabalho, e são conseqüentemente levadas facilmente às práticas ilícitas.

Destarte, diante da situação, os moradores têm tomado a atitude de construir muros cercando seus próprios condomínios em pedaços, como forma de se protegerem da violência diária a que são acometidos.

Assim o mundo vivido (BUTTIMER) reflete o meio pelo qual a posição das coisas se torna possível (MERLEAU-PONTY). Em primeiro lugar, vem o desejo da casa própria, e a seguir as outras expectativas que se mostraram básicas e essenciais à vida cotidiana. O espaço-moradia se torna potência para outras possibilidades que nascem do desejo, conforme é comprovado pelos sentidos de lugaridade (RELPH) e refletidos pelos relatos de moradores ao manifestarem afeição pelo Residencial.

Particularmente, as afirmações tais como: “esse é o meu lugar”, “aqui agora é a minha casa”, “as minhas filhas gostam daqui”, “me sinto bem aqui”, “aqui é o meu lar”, etc. são narrativas que remetem ao pertencimento. Consciente ou inconscientemente as pessoas passaram aspectos da intencionalidade e sentimentos muitas vezes retidos pela falta de encontros, reuniões e lazer no próprio espaço em que vivem.

Podemos constatar também que, mesmo as pessoas que disseram desejar somente a valorização do local para saírem do Residencial mostraram apreciar aspectos importantes que indicam formação da lugaridade, particularmente: a adaptabilidade ao novo espaço – de querer se mudar apesar de já ter amizades por lá; o local é bom, é limpo e não tem barulho; é muito diferente, mas está se acostumando a morar lá; vai gostar mais quando tiver mais linhas de ônibus etc.

Destacamos nas entrevistas ambiguidades das respostas dos moradores, que podem ser interpretadas, por exemplo, pelas condições do cotidiano e de outras situações não captadas pelos relatos, mas que não necessariamente representariam falta de construção de apego ao lugar, nem a ausência de lugaridade.

RESULTADOS

A busca por uma síntese do espaço caracterizado não pode ser reduzida pela fragmentação dos seus agentes. Ao contrário, exige reconhecer que seu fundamento se estabelece pelas relações entre o sujeito e objeto, numa ordem espaço-temporal dos elementos resultantes dessa associação.

Nesse sentido, a ordem espaço-temporal diz respeito à disposição de elementos que vão desde a localização até a escala e que permitem responder às questões acerca das individualidades, podendo ainda iniciar o estudo pela análise da sociedade em uma perspectiva objetiva.

Em uma escala maior de entendimento, chegamos à compreensão pela região e, por ela, podemos identificar que os novos residenciais construídos fazem parte da finalidade do capitalismo atual, considerando que servem à execução de um plano já estabelecido. Esses novos empreendimentos se inserem no espaço como campo de força, reconhecidos pela repulsão dos fluxos de bens, serviços etc. (PERROUX).

Identificamos, pelo estudo de caso, que o residencial do PMCMV para baixa renda Paranoá Parque foi implantado em região com o mesmo perfil econômico e social, produzindo uma prossecução homogênea. Ademais, constatamos com essa atitude deliberada pelos governos, principalmente o local, o seguimento de um planejamento que instruíra para programa habitacional de interesse social a Região Administrativa do Paranoá, que apresentava os piores indicadores socioeconômicos.

Sintetizamos, assim, que, a despeito dos programas de interesse social serem destinados à baixa renda, deliberadamente são implantados em regiões homogêneas ou mais isolados das bacias de empregos e zonas urbanas consolidadas, dificultando assim as condições de desenvolvimento do novo espaço-moradia.

A atividade de campo consistiu no estudo da valorização do mundo vivido, e para isso percorreu pelos relatos dos moradores do Paranoá Parque, as espacialidades, principalmente pela atividade da paisagem (TROLL) e das entrevistas com os moradores do Residencial, com o intuito de responder à hipótese dessa tese: *o Programa Minha Casa, Minha Vida por não considerar as individualidades dos moradores promoveu a formação de lugares sem lugaridade.*

Uma primeira consideração da atividade da paisagem foi buscar estar inserido dentro dela (SCHAMA) e contemplar além da visibilidade de imediato. Nesse sentido, realizamos reflexões acerca da paisagem visitada e de imagens captadas do Residencial, de modo a interpretá-la à luz das relações entre forma e conteúdo, aparência e essência (SOUZA) – além disso, pela dialética de oposição e da união entre natureza e sociedade e com o auxílio das reflexões teóricas sobre representações da paisagem.

Assim, foi possível por essas considerações refletirmos sobre os novos empreendimentos para moradia de baixa renda e saber se estávamos condicionados por determinados signos inscritos na paisagem. Ademais, analisamos a visibilidade primeira da paisagem do Residencial em sua homogeneidade segregada ou autossegregada, e se aceitávamos tais realidades como “naturais”. A questão é que a paisagem poderia exercer uma espécie de persuasão exercida pela mensagem subliminar.

Então, a partir disso podemos verificar que a imagem inicial do Paranoá Parque permitiu nos levar a uma contemplação de vislumbre da qualidade da sua obra, limpeza e organização do local, e o tanto que aqueles moradores foram beneficiados em viver num ambiente assim. Entretanto, ao se colocar na paisagem como se vivesse

por lá, também possibilitou constatar grandes dificuldades decorrentes de carências importantes que não foram consideradas desde a implantação em 2016.

Os primeiros resultados evidentes baseados nos relatos dos moradores do Residencial quanto aos questionamentos, em especial sobre o modo de vida atual e o anterior, a satisfação decorrente da mudança para o Residencial e os sentidos atuais quanto ao espaço-moradia, mostraram uma relação preponderante acerca da procedência baseada em localidades de maior expressividade econômica e social.

Dessas respostas, constatamos o significado simbólico que a casa própria exerce, porque é produto da apropriação e transferência da natureza na qual foi impressa pela linguagem dos símbolos e dos traços culturais de cada grupo (COSGROVE).

Por conseguinte, aquelas pessoas que vieram das áreas urbanas mais consolidadas do DF, quais sejam, as RAs de Taguatinga e Ceilândia - UPT Oeste (CODEPLAN, 2016), em sua maioria responderam que a vida ficou muito distinta da anterior, especialmente pela consolidação em diversos aspectos, dentre os quais a proximidade ao trabalho, escolas e familiares, além da variedade de lazer, isto é, tudo aquilo que ainda não existe no Residencial.

Entretanto, mesmo com esses relatos que *a priori favoreceriam* o descontentamento com a moradia atual, os moradores disseram estar muito satisfeitos em adquirir a casa própria e afirmaram que isso por si só significava uma grande vantagem e que no final das contas valeria a pena fazer qualquer esforço para ser proprietário.

Quanto aos demais moradores, cujas procedências eram de localidades semelhantes ou inferiores à atual, em termos de consolidação, se mostraram muito satisfeitos, mesmo com a falta de equipamentos urbanos, comércio, serviço e lazer. Por suas explanações, as quais também revelaram que sentiam falta dos itens de carências do Residencial, afirmaram ter esperança de que a situação iria melhorar: “com o tempo, o governo irá trazer o que precisamos” e “isso é normal em localidades novas”.

Dessa maneira, depreendemos existência da relação de procedência de paisagem heterogênea e o condicionamento de ideais e crenças, e constatamos, assim, a influência de fortes raízes culturais provenientes de associações complexas de migração, cotidianidade e situações econômicas e sociais envolvidas.

A despeito da pouca falta de entrosamento dos moradores e da formação de vizinhança, ressaltamos a contribuição para isso da Companhia de Desenvolvimento Habitacional do DF - Codhab, responsável pelo cadastro, ao não levar em conta proximidades entre as procedências das pessoas. Além do mais, o governo local ainda hoje não implantou no Residencial essenciais equipamentos urbanos sociais ou o comércio.

Ademais, o espaço-moradia, pela falta de representatividade, pode ser considerado espaço opaco (SANTOS). A esse respeito, em recente divulgação do governo do Distrito Federal: “DF publica lista com autorizações de uso de área pública para comércio” (20/01/2022). Entretanto, dentre as 414 autorizações de uso para ocupação de áreas públicas, em quiosques, feiras, mobiliários urbanos e terminais rodoviários, nenhuma foi destinada à RA do Paranoá e nem ao Paranoá Parque, o que pode confirmar essa falta de consideração de incentivo às necessidades das áreas urbanas mais carentes, particularmente o comércio e a geração de emprego.

Por outro lado, a perspectiva é distinta para os grandes empresários do DF. Segundo o próprio GDF, a proposta do governo é a implantação nas margens do Paranoá Parque, na DF 015, de uma área de Desenvolvimento Econômico - ADE, na qual pretende vender 14 lotes para abrigar indústrias e instituições, tais como igrejas (GDF, 23/07/2021). Isto é, de forma prioritária, o projeto que existe não comporta os pequenos comércios necessários dentro do Residencial.

Identificamos, especialmente, que distintas carências importantes para sua moradia não foram citadas pelos moradores. Nos relatos recolhidos, não foi apontado interesse, por exemplo, na implantação de ciclovia ligando o Residencial ao Paranoá, em iluminação dentro das quadras e principalmente na revegetação do Paranoá Parque com arborização, horta e parque de lazer. Isso pode ser explicado como resultado do processo de coisificação e fetichização que tem obliterado o sentido do ser em seu habitar/morar (MARTINS), impedindo assim a relação do homem em seu meio natural, isto é, a geograficidade (DARDEL).

Contudo, as entrevistas dos moradores sobre diversos aspectos envolvendo as relações com o espaço-moradia mostraram ainda que, a despeito da formação de lugar com lugaridade, existem perspectivas positivas para a sua concretização. Dentre elas estão as explanações de pertencimento, especialmente “tô satisfeito em morar no que é nosso agora”, “agora é minha casa”, “agora tenho um lugar que é meu”,

“gosto daqui, e minhas filhas também” e “meu sonho foi realizado, agora tudo tá ótimo aqui”.

A esse respeito, a lugaridade segundo Relph (1996) é “própria” de um lugar, fundada na autenticidade e no encontro, no sentido e no espírito do lugar (RELPH). Acrescentamos ainda que a lugaridade se exprime através da gradação, mais forte, mais fraca, e a depender dos diferentes contextos e situações espaço-temporais.

Necessário acrescentar que as dificuldades de constatação que levam ao sentido de lugaridade, por outro lado, podem ainda ser vistas nos modos como ocupamos e nos apropriamos do espaço, as suas escalas e as situações espaço-temporais. Além disso, devemos estar atentos, principalmente, às maneiras como se articulam lugaridades e territorialidades nos processos contemporâneos de produção e criação do espaço.

Ademais, consideramos o que Buttimer (2002) diz acerca do mundo vivido, dado que, ao nos basearmos na fenomenologia, podemos desafiar cada indivíduo a examinar sua própria experiência e a tornar-se sujeito mais do que objeto de pesquisa, para então procurar um denominador comum entre as experiências dos outros. (BUTTIMER).

Assim, as individualidades apresentadas pelos moradores por meio das entrevistas mostraram, por meio de cada relato, aspectos formadores de 'lugaridade' no Residencial Paranoá Parque, especialmente o pertencimento e, em menor proporção, a topofilia, porém nulo quanto à identidade. Nesse sentido, compreendemos que tanto para a questão da integração quanto para formação das territorialidades e lugares estão relacionados, e, pelas verificações colhidas *in loco* e relatos, estes deram conta em conjunto. A existência ainda que inicial de elementos ligados à formação da lugaridade e a inexistência de elementos de integração demonstram que as carências do habitar/morar refletem de forma decisiva nas espacialidades.

A principal questão que advém disso é: o que ocorrerá a partir desse processo que foi criado por representantes segregacionistas? Em consideração a esse questionamento de difícil resposta, salientamos que vai depender das novas formas de apropriação e de transformação do espaço-moradia. Acreditamos que é da mistura, da aglutinação que vislumbramos a integração do Residencial, primeiramente com ele mesmo, pela formação da comunidade, e também com o Paranoá (RA), necessitando,

para tanto, de mais ações e atitudes do que de perspectivas soltas, sejam dos moradores, dos governos locais e federal etc.

Um começo para esse processo pode decorrer da criação de conselhos comunitários para os Residenciais com representantes de cada edifício. Acreditamos que com essa formação se iniciam processos de ações, pela participação efetiva e atuante das pessoas, em busca por melhorias e práticas que viabilizem qualidade de vida.

E ainda, acrescentamos que a universidade pode contribuir para a construção da cidadania, a qual ficou explícito nessa tese a sua carência. A Geografia, em especial, deve exercer papel específico em lançar dentro da nossa disciplina, a prática envolvendo as pessoas em seus espaços moradias no engajamento da comunidade com temas necessários a produção de lugares com lugaridades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo desenvolvido nessa tese ressaltou a importância em reconhecer prioritariamente as individualidades dos moradores na implantação dos programas habitacionais de interesse social. Apesar de serem previstas nos planos e planejamentos institucionais, dados qualitativos na maioria dos casos são revestidos em objetivos, que, por sua vez, não atingem o primordial do seu conteúdo, qual seja o atendimento do habitar/morar dos moradores.

As individualidades por sua vez, devem ser conhecidas de forma a melhor retratarem as necessidades das pessoas, inclusive evidenciando os sentidos de convivência em comunidade, e, assim, devem ser consideradas para a elaboração dos programas de moradias e para a sua implementação, com o objetivo de induzir ao desenvolvimento dos lugares com lugaridades (RELPH).

Em vista disso, o trabalho baseado no mundo vivido (BUTTIMER) mostrou potencialidades significativas na apreensão de essências das individualidades, sendo, portanto, de interesse acadêmico o seu desenvolvimento, no intuito de aprimorar e buscar as relações – baseadas nas experiências de vida e do cotidiano das pessoas –, os sentidos e sentimentos que permitem a formação das espacialidades.

Ademais, como forma de avançar nos trabalhos sobre o mundo vivido, a fenomenologia se mostrou como base metodológica capaz de buscar desvelar e

revelar aspectos que são pouco visíveis nas suas espacialidades, por meio das atividades principalmente com a paisagem, compreendida pelo conceito holístico (TROLL), que abrange não somente o sentido pela corrente da ecologia da paisagem (*landscape ecology*), mas pela sua abrangência inerente à pesquisa socioespaciais.

Dessa maneira, é por meio da nossa percepção que podemos atuar como papel diferenciador entre a matéria-prima e a paisagem, contemplando, conforme TROLL, outras faixas além do perceptível, além do que, pela concepção integradora, não poderia ser entendida de forma fragmentada.

Por outro lado, o limitador do estudo da paisagem consiste em que a percepção se apresenta somente em um dado momento, congelando instantes, e isso deve ser revisto, pois necessita da participação, que é viva (SANTOS). Contudo, ao considerar o espaço em movimento, isto é, pelas ações sociais e os elementos tanto artificiais quanto naturais, esse estudo permite trazer ao conjunto os princípios de se conceber o espaço geográfico. Outra problemática verificada no trabalho foi que o objeto de estudo já estava transformado em uma coisificação, em um processo de “fetichização” e de estranhamento (MARTINS), o que resultou obliterado e modificado, limitando o seu entendimento nos moldes do sentido do habitar/morar.

Dessa forma, identificamos pelos relatos dos moradores que, a despeito do habitar/morar no Residencial, o sentido destacado foi o particular, ensejado pela concretização do “lar”, significado de proteção. Entretanto, o universal, a “geograficidade” não existia, e isso não pode ser lido como resultado definitivo, visto que outras atitudes dos próprios moradores também devam ser analisadas, especialmente em se tratando da apropriação dos espaços para a construção de territorialidade.

Uma outra limitação específica desse trabalho consistiu no fato de este estudo de caso estar restrito a Brasília, considerando que, apesar de não fugir à regra das metrópoles brasileiras em relação aos problemas da urbanização, a Capital apresenta ainda algumas especificidades, motivos de maior atração, particularmente devido aos mitos sobre a cidade, como o de não ter favelas, e às facilidades em adquirir lotes, acesso a escolas, saúde e sobretudo emprego público, sugerindo-se enfaticamente que aqui é “terra de oportunidades”. Essas e outras falácias difundidas podem afetar as expectativas e expressividades das pessoas em relação aos programas habitacionais para os mais pobres.

Isso posto, entendemos que o método desenvolvido nessa tese tem potencial de qualidade a ser replicado em outros estudos de caso, com intuito de identificar nas relações da procedência, por exemplo, significativos resultados de pesquisa. Sintetizamos que, por se tratar das subjetividades individuais, do mundo vivido, os efeitos devam ser distintos a cada estudo de caso.

Ainda em relação ao método, este mostrou potencialidade considerável para a implantação de programas habitacionais de interesse social e para estudos pós-ocupação, por apresentar capacidade inerente ao espaço-moradia. Ademais, mostrou que, para esse tipo de estudo, necessita de profissionais que tenham qualificação para desempenhar as atividades que visem descrever, para refletir e discutir sobre as espacialidades do mundo vivido, que não estão expostas na visibilidade comum.

E por fim, essa tese apresentou competências para valorizar a potência do ser humano, priorizando condições para que ocorra desenvolvimento social nas individualidades pessoais. Existe um poder transformativo e que ainda é pouco valorizado. No entanto, com condições e oportunidades podem gerar mudanças significativas, provenientes de inúmeras combinações e arranjos inimagináveis, pensando em um ser social e integrado com o seu meio natural.

REFERÊNCIAS

- ABIKO, Alex Kenya; ORNSTEIN, Sheila Walbe. *Inserção urbana e avaliação pós-ocupação (APO) da Habitação de Interesse Social*. São Paulo: FAUUSP, 2002. (Coletânea Habitare/FINEP, v. 1).
- ABLAS, Luiz Augusto de Queiroz. *A Teoria do Lugar Central: bases teóricas e evidências empíricas (estudo de caso de São Paulo)*. São Paulo: IPEUSPU, 1982.
- ADORNO, Theodor W. *Dialética negativa*. Trad. Marco Antonio Casanova. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- ALEXY, Robert. *Teoria dos Direitos Fundamentais*. (ISBN 978-85-392-0073)
- ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único*. Desmanchando consensos. Petrópolis (RJ), 2009.
- ARENDT, Hanna. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense universitária, 1983.
- AUGÉ, Marc. *Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas (SP): ed. Papyrus, 2010.
- ARISTÓTELES - *Física, livro IV*. Anexo 3.13. trad. William de Siqueira Piauí. Producaom.wikidot.com, 2010.
- ÁVILA, Humberto Bergmann. Repensando o princípio da supremacia do interesse público sobre o particular. In: *O direito público em tempos de crise: estudos em homenagem a Ruy Ruben Ruschel*. Alexandre Pasqualini et al.; Ingo Wolfgang Starlet (org.). Porto Alegre: livraria do advogado, 1999.
- AZEVEDO, Sérgio de. A crise da política habitacional: dilemas e perspectivas para o final dos anos 90. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz e AZEVEDO, Sérgio de. *A crise da moradia nas grandes cidades: da questão da habitação à reforma urbana*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.
- _____ A questão da moradia no Brasil: necessidades habitacionais, políticas e tendências. In: FERNANDES, Ana e SOUZA, Ângela Gordilho (org.) *Habitação no Brasil: reflexões, avaliações e propostas*. Salvador: FAUFBA: PPGAU, 2004.
- _____ Desafios da habitação popular no Brasil: políticas recentes e tendências. In: CARDOSO, Adauto Lúcio (org.). *Habitação social nas metrópoles brasileiras: uma avaliação das políticas habitacionais em Belém, Belo Horizonte, Porto*

Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo no final do século XX. Porto Alegre: ANTAC, 2007.

BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BAUMGARTEN, Alexander G. *Estética*. Trad. J. C. Kleyb (1750), trad. Miriam Stter Medeiros. Petrópolis (RJ): Vozes, 1993.

BERRY, Brian J.L. *The nature of change in geographical ideas*. Northern Illinois University Press.

BERTRAN, Paulo. *Elegia a Bernardo Élis*. Brasília: DF Letras: a Revista cultural de Brasília, ano IV/V, nº. 47, p.20-23, 1998.

_____ *História da terra e do homem no Planalto Central: Eco-história do Distrito Federal: do indígena ao colonizador*. Brasília: Verano, 2000.

BESSE, Jean Marc. *Ver a terra*. Trad. Vladimir Bartolini. São Paulo: Perspectiva, 2014.

BETTANINI, Tonino. *Espaço e ciências humanas*. Trad. Lilian Laganá Fernandes. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1982.

BONDUKI, Nabil e ROLNIK, Raquel. Periferia da Grande São Paulo – reprodução do espaço como expediente de reprodução da força de trabalho. In: MARICATO, Ermínia (org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Alfa Omega, 1982.

_____ *Origens da habitação social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e a difusão da casa própria*. 3ª ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.

_____ *Os pioneiros da habitação social. Vol. 1: cem anos de política pública no Brasil*. São Paulo: editora Unes, edições Sesc, 1998.

BOURDIEU, PIERRE. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRASIL. Presidência da República. *Constituição Federal do Brasil*. 1988. Disponível em < www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao88.htm >.

_____ Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. *Plano Nacional de Habitação*. Brasília: MCidades, 2009.

BRASIL. *Programa Nacional de Habitação Urbana - PNHU*. Brasília: Cidades, 2010.

BRUNHES, Jean. *Geografia humana*. Rio de Janeiro: Fundo de cultura, 1962.

BUTTIMER, Anne. *Values in geography*. Resource paper nº 24, Associat. American Geographers, 1974.

_____ *Grasping the dynamism of lifeworld*. Annals Assoc. American Geographers, 66 (2): 277-292, 1976.

_____ Aprendendo o dinamismo do mundo vivido. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio (org.). *Perspectivas da Geografia*. São Paulo: DIFEL, 1982.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed.34, 2000.

CAMPOS, Neio. A segregação planejada. In: PAVIANI, Aldo (org.). *A conquista da cidade: movimentos populares em Brasília*. Brasília: Editora UnB, 2010.

CÂNDIDO, Antônio. Dialética da malandragem. In: *o discurso e a cidade*. São Paulo: Duas Cidades, 1990.

CARDOSO, Adauto Lúcio; ARAGÃO, Themis Amorim. Do fim do BNH ao Programa Minha Casa Minha Vida: 25 anos da POLÍTICA habitacional no Brasil. In: *O Programa Minha Casa Minha Vida e seus efeitos territoriais*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

CARLOS, Ana Fani A. *A condição espacial*. São Paulo: Contexto, 2011.

_____ *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996.

CARMO, Edgar Cândido do. A política habitacional no Brasil pós Plano Real (1995-2002) - diretrizes, princípios, produção e financiamento: uma análise centrada na atuação da Caixa Econômica Federal. Campinas: Tese, IE-UNICAMP, 2006.

CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

_____ *Cidade, democracia e socialismo: a experiência das associações de vizinhança de Madri*. São Paulo: Paz e Terra, 1980.

_____ *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTORIADIS, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CASTRO, Iná Elias de. O problema da escala. In: CASTRO, Iná E. et al.(orgs.): *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

CHRISTALLER, Walter. *Central places in southern Germany*. (Die zentralen orte in Süddeutschland). Translated from BASKIM, Carlisle. New Jersey: Prentice-hall, inc., 1966.

CHAUI, Marilena. *Introdução à história da Filosofia. (Dos pré-socráticos a Aristóteles)*. São Paulo: Companhia das letras, 2003.

CHRISTOFOLETTI, Antonio. *Perspectivas da geografia*. São Paulo: DIFEL, 1982.

CLAVAL, Paul. *Champs et perspectives de la géographie culturelle*. Géographie et cultures, 1, 1992.

_____ *Evolución de la geografía humana*. Barcelona, oitos-tau, 1974.

CODEPLAN. *Caracterização dos domicílios e da população do DF, 2018*. Brasília: GDF, 2019.

_____ *O aglomerado metropolitano de Brasília nos indicadores do IBGE. Notas Técnicas*. (julho, 2018), Brasília: CODEPLAN, 2019

_____ *Pesquisa metropolitana por amostra de domicílios*. Brasília: CODEPLAN-DF, 2017.

_____ *População, renda e ocupação nas unidades de planejamento territorial*. Brasília: CODEPLAN, 2016.

_____ *Pesquisa de satisfação de beneficiários do pmcmv - Paranoá-parque, 2016*. - pesquisa distrital por amostra de domicílios do DF, PDADDF - 2-15 < www.codeplan.df.gov.br.>Acesso em out .2018.

CONSTITUIÇÃO NACIONAL - compilado > www.planalto.gov.br consultado em 08. 02. 2019.

CORRÊA, Roberto Lobato. *A rede urbana*. São Paulo: Ática, 1989.

_____ Espaço: um conceito-chave na Geografia. In: CASTRO, Iná de et al. (orgs.): *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

_____ *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 1993.

_____ *Trajelórias geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

- COSGROVE, Denis. Geography is everywhere: culture and symbolism in human geography. In: D. Gregory e r. Walford (orgs.), *Horizons in human geography*. Londres, MacMillan, 1989.
- COSGROVE, Denis & DANIELS, Stephen (orgs.) *The iconography of landscape: essays on the symbolic representation, design and use of past environments*. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.
- COSTA, Cássia Celina Paulo Moreira da. *A constitucionalização do direito de propriedade privada*. Rio de Janeiro: América jurídica, 2003.
- CUBA, Lee; HUMMON, David M. A place to call home: Identification with dwelling, community, and region. *Sociological quarterly*, v. 34, n. 1, p. 111-131, 1993.
- CUEIRO, Yeraldin Romero. *Sistema de localidades centrales en México y su funcionalidad económica en ambiente SIG*. Toluca (México): Tesis, Universidad Autónoma del Estado de México, Facultad de Geografía, 2014.
- DARDEL, Eric. *O homem e a terra: natureza da realidade geográfica* (tradução Werther Holzer). São Paulo: Perspectiva, 2015.
- DARLEGUES, André. *O que é fenomenologia?* Rio de Janeiro: Eldorado, 1973.
- DE CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano - Artes de fazer*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1990.
- DE MARTONNE, Emmanuel. *Tratado de geografia física*. Barcelona: editorial juventud, 1973.
- DISTRITO FEDERAL. Diário oficial do DF. Suplemento nº 21, quinta-feira. 30/01/2020 - [pagweb.pdf](#)
- DOBERTI, Roberto e GIORDANO, Liliana. *Teoría del habitar*. Ciências sociales nº 22. (2000). www.asofl.org
- DUNCAN, James. *In city as text: the politics of landscape interpretation - the Kandyen Kingdom*, Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- DUNCAN, James e DUNCAN, Nancy. *Landscape of privilege: the politics of the aesthetic in an American Suburb*. Londres: Routledge, 2004.
- ÉLIS, Bernardo. *Ermos e gerais: contos goianos*. São Paulo: revista dos Tribunais, 1944.

ENGELS, Friedrich. Contribuição ao problema da habitação, in: MARX, Karl. e ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas*. vol. 2. Rio de Janeiro: Editorial Vitória, 1961.

ENTRIKIN, J. Nicholas. *The betweenness of place. Towards a geography of modernity*. Baltimore: The Johns Hopkins University press, 1991.

FAUVEAUD, Gabriel. *Residential enclosure, power and relationally: rethink sociopolitical relations in southeast Asian cities*. International journal of urban and regional research. DOI: 1011 468-2427-12433.

FERNÁNDEZ, Vanessa Villalibre. *El derecho a una vivienda adecuada. Um derecho del siglo XXI*. Barcelona: Fundación alternativas, 2011.

FERREIRA, Ignez C. Barbosa. Brasília: mitos e contradições na história de Brasília. In: Aldo Paviani et alii (orgs.). *Brasília 50 anos: da capital à metrópole*. Editora: UnB, 2010.

FERREIRA, Simone D.; FEIJÃO, A. J.; FERREIRA, José F.C.; TOSTES, José A. *Habitar é mais que morar: o caso de Jardim Açucena na cidade de Macapá*. XVII Enanpur. São Paulo, 2017.

FILION, Pierre; KRAMER, Anna; SANDS, Gary. *Recentralization as an alternative to urban dispersion: transformative planning in a neoliberal societal context*. International journal of urban regional research. DOI: 10111/1468-1427-12374.

Fundação João Pinheiro (FJP). *Déficit Habitacional no Brasil, 2015*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2015.

FORTUNA, Carlos. *Urbanidades invisíveis*. 2019 scielo.br <https://orcid.org/0000-0002-3120-3710>.

FRANÇA, Karla Christina Batista de. *Habitação de interesse social e governança urbana: desafios, resistências e potencialidades na área metropolitana de Brasília*. Brasília, Unb, tese, PPG Geografia, 2015.

FREILER, Christa. Why strong neighborhoods matter: implications for policy and practice. Strong neighborhood task force Toronto, November 4, 2004, Canada.

FREIRE, Gilberto. *Unidade e diversidade, nação e região*. In: Novo mundo nos trópicos. São Paulo: Global, 2011.

FRÉMONT, Armand. *A região, espaço vivido*. Coimbra: Almedina, 1980.

FUÃO, Fernando. *Construir, Morar, Pensar: uma releitura de “Construir, Habitar, Pensar” (Bauen, Wohnen, Denken) de Martin Heidegger*. Revista estética e semiótica, Brasília, vol.6, nº 1, jan./jun, 2016.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

GEORGE, Pierre. *Os métodos da geografia*. São Paulo: difusão editorial, 1972.

GIDDENS, Anthony. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

FREYRE, Gilberto. *Unidade e diversidade, nação e região*. In: *Novo mundo dos trópicos*. São Paulo: Global, 2011.

GOMES, Paulo César da Costa. O conceito de região e sua discussão. In: Castro, Iná E. et al.(orgs.): *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito das coisas*. 6ª ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

GONÇALVES, José Pereira. *Acesso ao financiamento para moradia pelos extratos de média e baixa renda – a experiência brasileira recente*. Santiago (Chile): ONU/CEPAL, 1997.

GONZALES, Sara. *Scalar narrative in Bilbao: A cultural politics of scales approach to the study of urban policy: international journal of urban and regional research*, pp. 836-37, 2006.

GONZALES, Suely Franco Netto. A gestão urbanística do espaço habitado: o objeto e o método no caso do Distrito Federal. In: Aldo Paviani et alii (orgs.). *Brasília 50 anos: da capital à metrópole*. Editora: UnB, 2010.

_____ A renda do solo urbano: hipótese de explicação de seu papel na evolução da cidade. In: FARRET, Ricardo Libanez (org.). *O espaço da cidade - contribuição à análise urbana*. São Paulo: projeto, 2010.

GOTTDIENER, Mark. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1997.

GOUVÊA, Luís Alberto. A capital do controle e da segregação social. In: PAVIANI, A.(org.) *A conquista da cidade. Movimentos populares em Brasília*. Brasília: editora UnB, coleção Brasília, 2010.

_____ *Brasília: A capital da segregação e do controle social numa avaliação da ação governamental na área da habitação*. São Paulo: Annablume, 1995.

_____ Habitação e emprego: uma política habitacional de interesse social. In: Aldo Paviani (org.). *Brasília: moradia e exclusão*. Brasília: Editora UnB, 1996.

_____ O coração da metrópole. In : Aldo Paviani et alii (orgs.). *Brasília 50 anos: da capital a metrópole*. Editora: UnB, 2010.

_____ Uma política habitacional de interesse social para o Distrito Federal. In: Paviani A. (org.). *Brasília – gestão urbana: conflitos e cidadania*. Brasília: editora UnB, coleção Brasília, 1999.

GUATTARI, FÉLIX e ROLNIK, Suely. *Micropolítica*. Cartografias do desejo. Petrópolis (RJ): Vozes, 1987.

HAESBAERT, Rogério. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, Iná et al. (orgs.): *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

HARTSHORNE, Richard. *Propósitos e natureza da geografia*. São Paulo: Hucitec, 1978.

HARVEY, David. *A justiça social e a cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____ *O espaço de esperança*. São Paulo: Loyola, 2009.

_____ *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HEBERT, Claire W.; MURRAY, Marin J. *Building from scratch: new cities, privatized urbanism and the spatial restructuring of Johannesburg after apartheid*. *International journal of urban and regional research*. DOI: 10111/1468-2427-12180.

HEIDEGGER, Martin. *A origem da Obra de Arte*. Lisboa, 1996.

_____ *Building, dwelling, thinking*. *Visual Culture: Critical Concepts in Media and Cultural Studies*, v. 3, p. 66-76, 1956.

_____ *Conferências e escritos filosóficos*. São Paulo: Abril cultural, 1983.

_____ Construir, habitar, pensar. In: *Os pensadores* (trad. Ernildo Stein) São Paulo: Abril cultural, 1999.

_____ *Conferencias y artículos. (Vortrage und Ausätze)*. Barcelona: ediciones del Serbal, 1994.

_____ *Da experiência do pensar*. Trad. Maria do Carmo Tavares Miranda. Porto Alegre: Editora Globo S.A., 1969.

_____ *Hölderlin y la esencia de la poesía*. In: *Arte y Poesía*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 1958.

_____ *Ontología - hermenéutica de la facticidad*. Tradução de Jaime Aspiunza. Madri: Aliança Editorial 1999.

_____ *Seminários de Zollikon*. Protocolos-diálogos-cartas. Trad. Gabriela Arnhold, Maria de Fátima Almeida Prado e Renato Kirchner. Petrópolis: Vozes, 2009.

_____ *Ser e Tempo* (tradução, organização, nota prévia, anexos e notas: Fausto Castilho) - Campinas, SP: Ed. da Unicamp; Petrópolis RJ: Ed. Vozes, 2012.

HOLZER, Werther. *A Geografia Humanista: Uma Revisão*. Geografia Cultural: Uma Antologia, Vol. 1, edited by Roberto Lobato and Corrêa Zeny Rosendahl, SciELO – EDUERJ, Rio De Janeiro, 2012, p.165-178. JSTOR, www.jstor.org/stable/10.7476/9788575114384.11. Accessed: 21 June 2020.

IANNI, Octávio. *Estado e capitalismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

IBGE. *Censo Demográfico*. 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

_____ *Região de influência das cidades, 2007*. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

_____ *Síntese de indicadores sociais, 2015*. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.

INGOLD, Tim. Building, dwelling, living: how people and animals make themselves at home in the world. In: Strathern, M. (Ed.), *Shifting contexts: transformation in Anthropological Knowledge*. Routledge, London (England), P. 57-80, 1995.

_____ Epilogue: toward a politics of dwelling. London (England): *Conserv. Son.* 3(2), 501- 508, 2005.

_____ *The perception of the environment: essays on livelihood, dwelling and skill*. Psychology Press, 2000.

_____ Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhado criativos num mundo de materiais. *Horizontes antropológicos*, Porto Alegre, ano 18, nº 37, p. 25 - 44, jan./jun., 2012.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Infraestrutura social e urbana no Brasil: subsídios para uma agenda de pesquisa e formulação de políticas públicas*. Brasília: IPEA, 2015, v.1 (Série Eixos Estratégicos do Desenvolvimento Brasileiro; infraestrutura Econômica, Social e Urbana).

_____ *Minha Casa Minha Vida, Nosso Crescimento: onde fica a política habitacional?* Texto para discussão. Rio de Janeiro: IPEA, n. 1853, ago., 2013.

_____ *Estimativas do déficit habitacional brasileiro (2007 - 2020) por município*. Nota técnica, n. 1. Rio de Janeiro: IPEA, 2013,b.

KING, Peter. *Private dwelling: Contemplating the use of housing*. Psychology Press, 2004.

KOTHE, Flávio R. A dialética na Esplanada dos Ministérios, In: *Revista de Estética e Semiótica, revista eletrônica do Núcleo de Estética e Semiótica - NES*, PPG, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - FAU, Universidade de Brasília - UNB. Instituto Central de Ciências - ICC Norte, Brasília, 88-92, volume II, nº 1, ano 2012. <http://www.esteticasemiotica.com.ISSN> 2238-362X.

_____ *A narrativa trivial*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994 (1ª reimpressão: 2007).

_____ Arte e filosofia: a estética e os sentidos, ensaio, In: *Arquitetura, Estética e Cidade - questões da modernidade*. Supervisão de Maria Fernanda Dentl e Elaine Ribeiro Peixoto, Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - Universidade de Brasília, 2014, ISBN 978-85 -60762 17 - 0 , p. 116 -148.

_____ Em amoroso anil, tradução do poema de Hölderlin “in lieblicher Bläue”, PP.75 - 77, in: *Revista de Estética e Semiótica, revista eletrônica do Núcleo de Estética e Semiótica - NES*, PPG, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - FAU, Universidade de Brasília - UNB. Instituto Central de Ciências - ICC Norte, Brasília, 88-92, volume I, nº 2, ano 2011. <http://www.esteticasemiotica.com.ISSN> 2238-362X.

_____ Encontros de Martin Heidegger com Paul Celan, comentário e tradução. In: *Jornal da ANE, Associação Nacional de Escritores*, Brasília, Ano VII e VII, nº 49, p. 7, dezembro de 2012 e janeiro de 2013. <http://www.anenet.com.br>

_____ *Fundamentos da Teoria Literária*. São Paulo: Ed. Cajuína, 2019.

_____ Nietzsche X Heidegger, ensaio, *Revista de Estética e Semiótica*, vol. 3, nº 02/2013, p. 30 - 77, <http://www.esteticasemiotica.com.ISSN>

_____ Plato and the city. Resenha, in: *Revista de Estética e Semiótica, revista eletrônica do Núcleo de Estética e Semiótica - NES*, PPG, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - FAU, Universidade de Brasília - UNB. Instituto Central de Ciências -ICC Norte, Brasília, 88-92, volume I, nº 2, ano 2011. <http://www.esteticasemiotica.com.ISSN> 2238-362X.

_____ Verdade, mentira e liberdade. Ensaio. Revista *A terra é redonda*. 14/02/2022. <https://aterraeredonda.com.br/verdade-mentira-e-liberdade/>

KUBITSCHKE, Juscelino. *Por que construí Brasília*. Brasília: Senado Federal. Coleção Brasil 500 anos), 2000. PDF.

LA BLACHE, Paul Vidal. *Las divisiones fundamentales del territorio francés*. In: MENDOZA, Josefina Gómez et al. (orgs.): *El pensamiento geográfico*. Estudio interpretativo y antología de textos (De Humboldt a las tendencias radicales). Madrid : Alianza editorial, 1982.

LACOSTE, Yves. *A geografia - Isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Campinas (SP): papiros, 2010.

LANGER, S.K. *Filosofia em nova chave*. São Paulo: Perspectiva, 1971.

LEFEBVRE, Henri. *A cidade e o capital*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____ *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

_____ *O direito à cidade*. São Paulo: Editora Moraes, 1991.

LEFF, Enrique. *Epistemologia ambiental*. São Paulo: Cortez editora, 2007.

_____ *Saber ambiental*. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

LEWIS, Laura; PATRINOS, Anthony. Framework for engaging the private sector in education. System assessment and benchmarking education for results.

LIMA, Adson Bozzi Lima. O habitare e habitus: um ensaio sobre a dimensão ontológica do ato de habitar. Vitrius Arquitetus, 09104, ano 2008, dez. 2007.

LIMA, Márcia Rosa. *A concessão de direito real de uso como instrumento jurídico do patrimônio público e implementação da política local* (2015). disponível: iproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/pgm/usu_doc/A000_04pdf.

LOJKINE, Jean. *O Estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

LUCKÁCS, Gyorg. Materiales sobre el realismo. In: *Estética: la peculiaridad de lo estético: categorías básicas de lo estético*. Traducción de Manuel Sacristán. Barcelona/Buenos Aires/México: Gijalbo, 1977, Vol. III.

LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. Trad. Maria Cristina Tavares Afons. Lisboa (Portugal), 1980.

MADOZ, Kenia. Paranoá: ambiente natural e urbanização. UnB: *Dissertação de mestrado*, PPG-FAU, Arquitetura e Urbanismo, 2004.

_____ *A carência do habitar nas políticas públicas: avaliação de políticas habitacionais de interesse social no DF/Brasília*. Revista A produção do conhecimento nas ciências sociais aplicadas. Ponta Grossa (PR), 2019.

_____ *Crítica do Pensar contemporâneo*. Brasília: **RES – Revista de Estética e Semiótica**, revista eletrônica do Núcleo de Estética e Semiótica - NES, PPG, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - FAU, Universidade de Brasília - UNB. Instituto Central de Ciências -ICC Norte, no prelo, 2022.

MARANDOLA Jr., Eduardo. Heidegger e o pensamento fenomenológico em geografia: sobre os modos geográficos de existência. *Geografia*, Rio Claro (SP), v.37, n.1, jan./abr., 2012.

_____ *Qual o espaço do lugar?* São Paulo: Perspectiva, 2014.

_____ Sobre ontologias. In: MARANDOLA, E. Jr.; HOLZER, W.; OLIVEIRA, L. *Qual o espaço do lugar?* São Paulo: Perspectiva, 2014.

MARICATO, Ermínia. As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias. In: ARANTES, Otilia; MARICATO, Ermínia; VAINER, Carlos B. (org.). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2008.

_____ *Brasil, cidades alternativas para a crise urbana*. Petrópolis (RJ): Vozes, 2001.

MARSTON, Sallie. The social construction of scale. *Progress in human geography*. 24 (2), p. 219-242, 2000.

MARTINS, Élvio R. Geografia e ontologia: o fundamento geográfico do ser. *GEOUSP-Espaço e tempo*, São Paulo, nº 21, p. 33- 51, 2007.

_____ O pensamento geográfico é a geografia do pensamento? *GEOgraphia*. ano 1, nº 37, 2016.

MASSEY, Doreen. *Space, place and gender*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994.

MENEZES, Marluci. Bairro: reverberações de uma ideia numa Lisboa em movimento. Lisboa: *cadernos do arquivo municipal*. Vol.2 nº 12, dez., 2019.

MITCHELL, Don. (Org.). Cultural landscape: the dialectical landscape: — recent landscape research in human geography. *Progress in human geography*, 26(3), p 381-389, 2002.

MONBEIG, Pierre. O estudo geográfico das cidades. *Boletim Geográfico*, v. 1, nº 7, p 7-29, 1943.

MONTE-MOR. Roberto Luís de Melo. *Espaço e planejamento urbano: considerações sobre o caso de Rondônia*. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. Fac. de Engenharia, tese, 1980. Cap.1 Planejamento urbano no Brasil: emergência e consolidação. p. 11-58.

MORAES, Antônio R. de. *Território na Geografia de Milton Santos*. São Paulo: Annablume, 2013.

MORAR BEM. Disponível em: < [http:// www.morarbem.df.gov.br/](http://www.morarbem.df.gov.br/)> Acesso em set. out de 2018.

MOREIRA, Ruy. *Pensar e ser em geografia (ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico)*. São Paulo: ed. Contexto, 2019.

MOREIRA, Vinícius de Souza; SILVEIRA, Suely de Fátima Ramos; EUCLYDES, Filipe Maciel. *Minha casa, minha vida, em números: quais conclusões extrair?* João Pessoa (PB): IV Encontro Brasileiro de Administração Pública: A construção da Administração Pública do século XXI. 24 e 25 de maio de 2017.

NOGUÉ I FONT, Joan. *El paisaje en la cultura contemporánea*. Madrid: biblioteca nueva, 2008.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Níveis de integração dos municípios brasileiros em RMs. RIDES à dinâmica da metropolização. Relatório de Pesquisa Observatório das Metrópoles. Rio de Janeiro.

OLIVEIRA, Lívia. *Percepção do meio ambiente e Geografia: Estudos humanistas do espaço, da paisagem e do lugar*. São Paulo: UNESP, 2017.

O'NEIL, Maria Mônica & NATAL, Manilha Carneiro. Mobilidade Residencial: alguns comentários. Rio de Janeiro: IBGE, *Revista Brasileira de Geografia*, v. 50, nº 2, 1998.

PACHECO, João Batista. O conceito geográfico de bairro: uma aplicação à questão do sítio Campinas/ Basa e da Ilhina. São Paulo, *Revista de Políticas*, v. 5, nº 12 (2001).

PÁDUA, Lígia T.S. A topologia do ser: lugar, espaço e linguagem no pensamento de Martin Heidegger. Tese de doutorado da PUC. Rio de Janeiro, 2005.

PALLADI, Gabriel Maldonado. Parceria público-privada para produção de moradia popular no estado de São Paulo. O programa da casa paulista. *Dissertação de mestrado USP: FAPESP*. 2018.

PANERAI, P. *Análise urbana*. Brasília: editora Universidade de Brasília, 2008.

PAVIANI, Aldo. *A metrópoles em crise (ensaios sobre a urbanização de Brasília)*. Brasília: Editora UnB, 2010.

_____ A metrópole terciária: evolução urbana socioespacial. In: PAVIANI, A.; BARRETO F.F.P.; CIDADE, L.C. e JATOBÁ, S.U. *Brasília 50 anos: da capital à metrópole*. Brasília: editora da UnB coleção Brasília, 2010.

_____ A construção injusta do espaço urbano. In: PAVIANI, A. (org.) *A conquista da cidade. Movimentos populares em Brasília*. Brasília: editora UnB, coleção Brasília, 2010.

PELUSO, Marília Luísa. O papel das representações sociais do comprar a casa na identificação dos problemas habitacionais. In: Paviani A. (org.). *Brasília – gestão urbana: conflitos e cidadania*. Brasília: editora UnB, coleção Brasília, 1999.

_____ O morar na constituição subjetiva do espaço urbano: as representações sociais da moradia na cidade-satélite de Samambaia/ DF. 1998 Tese 196f. (Doutorado em Psicologia Social) - Departamento de pós-Graduação em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1998.

_____ Reflexões sobre o ambiente urbano e representações sociais. In: Aldo Paviani, Luiz Alberto de C. Gouvêa (orgs.). *Brasília: controvérsias ambientais*. Brasília: Editora UnB, 2003.

PONTY-MERLEAU, Maurice. *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martinsfontes, 2018.

_____ *O visível e o invisível*. São Paulo: Perspectiva, 2014.

POULANTZAS, Nicos (dir.). *O Estado em crise*. Rio de Janeiro : Graal, 1977.

QUIGLEY, John M. *Consumer choice of dwelling, neighborhood and public services*. *Regional Science and Urban Economics*, v. 15, n. 1, p. 41- 63, 1985.

RASMUSSEN, Stein Eiler. Arquitetura vivenciada. In: *SCHOENAUER, Josefina. 6000 años de hábitat. De los poblados primitivos a la vivienda urbana en las culturas de oriente y occidente*. Barcelona (Esp.): Gustavo Gili, 1984.

RELPH, Edward. *Place and placelessness*. Londres: Pion, 1976.

RIBEIRO, Cesar de Q. e JÚNIOR, Orlando A. S. (org.). *As metrópoles e a questão social brasileira*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

RIBEIRO, Gustavo Lins. *O capital da esperança (a experiência dos trabalhadores na construção de Brasília)*. Brasília: Editora UnB, 2008

_____ Acampamento de grande projeto: uma forma de imobilização da força de trabalho pela moradia. In: *A conquista da cidade (movimentos populares em Brasília)*, org. Aldo Paviani. Brasília: Editora UnB, 2010.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz e PECHMAN, Robert Moses. *O que é questão da moradia*. São Paulo: Nova Cultural/Brasiliense, 1985.

ROLNIK, Rolnik. *Guerra dos lugares*. A colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

ROITMAN, Sônia. *Urbanizaciones cerradas: estado de la cuestión hoy i propuesta teórica*. *Revista de Geografía*, Norte Grande, Santiago, nº 32, 2004.

ROSA, João Guimarães. *Grande sertão: veredas*. Rio de Janeiro: Nova fronteira (trigésima primeira impressão), 1986.

SABATINI, F.; CACERES, G.; CERDÁ, J. *Segregación residencial en las principales ciudades chilenas: tendencias de las tres últimas décadas y posibles cursos de acción*. *EURE* (Santiago), v. 27, n. 82, p 21- 42, Dic. 2001. Disponível em: d://papers_endnote/Sabatini.2001.pdf.

SAMPAIO, C. Da. Et. al. Saneamento Ambiental e Transporte na RIDE/DF: os desafios da gestão das Funções Públicas de interesse Comum e o planejamento integrado. In: COSTA, M. A.; MARGUTTI, B. (org.). *Funções públicas de interesse comum nas metrópoles brasileiras: transportes, saneamento básico e uso do solo*. Brasília: IPEA, 2014 (Série rede IPEA. Projeto Governança Metropolitana no Brasil, v. 2).

SANTOS JÚNIOR. Orlando Alves dos (org.). *As metrópoles e a questão social brasileira*. 1 ed. Rio de Janeiro: Renan, 2007.

SANTOS, Milton. *A natureza do Espaço (técnica e tempo. Razão e emoção)*. São Paulo: Hucitec, 3 ed. 1999.

_____ *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1998.

_____ *A urbanização desigual*. Especificidade do fenômeno urbano em países subdesenvolvidos. Petrópolis (RJ): Vozes, 1980.

_____ *Economia espacial - críticas e alternativas*. Tradução: Maria Irene Q.F. Szmrecsanyi. São Paulo: EDUSP, 2001.

_____ *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*. São Paulo. Hucitec, 2014.

_____ *O espaço do cidadão*. São Paulo: Nobel, 4ª ed., 1998.

_____ *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Edusp, 2012.

_____ *Pobreza urbana*. São Paulo: Edusp, 2013.

_____ Por uma geografia cidadã: por uma epistemologia da existência. *Revista Prosa verso e arte*, abril, 2021.
<https://www.revistaversoearte.com>

_____ *Por uma nova globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SARAMAGO, Lígia. *A topologia do ser. Lugar, espaço e linguagem no pensamento de Martin Heidegger*. Rio de Janeiro: Editora PUC, Edições Loyola, 2008.

_____ *Entre a Terra e o Céu: a questão do habitar em Heidegger*. O que nos faz pensar, nº 30, dezembro de 2011.

SARTRE, Jean Paul. *O ser e o nada: ensaio de ontologia fenomenológica*. Trad. Paulo Perdigão. Petrópolis (RJ): Vozes, 2007.

SAUER, Carl. *The morphology of landscape*. Land and life. The university of California press., 1963.

SCHAMA, Simon. *Landscape and memory*. Nova York: Vintage Books, 1996.

SCHIMIDT, Benício V. e FARRET, Ricardo L. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

SEAMON, D.; MUGERAUER, D. *Dwelling place and environment: towards a phenomenology of person and worlds*. Yale University Press, 1989.

SEDHAB - DF Secretaria de Estado de Gestão do Território e habitação. *Plano distrital de Habitação de Interesse Social (PlandHis)*. Brasília. 2012; Disponível em < <https://www.sedhab.df.gov.br/>> Acesso em set. out. 2018.

SENNET, Richard. *Construir e habitar: ética para uma cidade aberta*. Rio de Janeiro, Record.

SERPA, Ângelo. *Por uma geografia dos espaços vividos*. Geografia e Fenomenologia. São Paulo: Contexto, 2019.

SETTON, Maria da Graça J. A teoria do habitus em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. *Revista brasileira de educação: USP*, 2002, maio/agosto.

SILVA, Ana Amelia da. *Reforma urbana e o direito à cidade*. São Paulo: Pólis, 1991.

SILVA, Armando C. da. *O espaço fora do lugar*. São Paulo: Hucitec, 1978.

SIQUEIRA, Vera Beatriz. *Paisagem, revelada, paisagem construída*. In: BELLUZO, Ana M. (org.): Coleção brasileira/fundação estudar. São Paulo: Via impressa edições de arte, 2006.

SOUZA, Ângela Gordillo. *Limites do habitar - segregação e exclusão na configuração urbana contemporânea de Salvador e perspectivas no final do século XX*. Salvador (BA): EDUFBA, 2 ed. 2008.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O bairro contemporânea: ensaio de abordagem política. Rio de Janeiro: IBGE, *Revista Brasileira de Geografia*, V. 57, nº 2, IBGE, 1995.

_____ *Os conceitos fundamentais da pesquisa socioespacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2020.

SPOSITO, Maria Encarnación Beltrão. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri et al. (orgs.): *A produção do espaço urbano. Agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Contexto, 2011.

TAPIE, Guy. Sociologia do espaço: modelos de interpretação (Trad. Cristina de Araújo Lima). *Sociologias*, Porto Alegre, ano 20, nº 47, jan./abr. 2018, p. 370- 391.

TUAN, Yuan Fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: DIFEL, 1983. 250 p.

_____ *Paisagens do medo*. Trad. Livia de Oliveira. São Paulo: UNESP, 2005.

_____ *Topofilia*. Um estudo da percepção, a atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: DIFEL, 1980.

VALLADARES, Lícia. *Repensando a habitação no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

VALLI, Chiara. *A sense of displacement: long-time residents feeling of displacement in gentrifying Bushwick, New York*. *International journal of urban and regional research*. DoI: 10.1111/1468-2427-12340.

VASCONCELOS, Pedro (org.) *Novos estudos de Geografia urbana brasileira*. Salvador: Editora UFBA, 1999.

VIGLIECCA, Hector. A diferença entre ocupar e habitar. 2017. ARCDALY. *Notícias*. <https://www.actually.com.br>.

_____ *São Paulo: segregação urbana e desigualdade*. São Paulo: estudos avançados, Scielo, av. vol.25 n. 71 jan./abril. 2011.

VILLAÇA, Flávio. Perspectivas do planejamento no Brasil de hoje. Campo Grande junho, 2010 *entrevista*. consulta web.

WEBER, Max. *Anos variados para os textos atuais e individuais: metodologia das ciências sociais (parte 2)*. São Paulo: Cortês e editora da UNICAMP. 1995.

WEHMANN, Hulda. Habitar a paisagem (o reconhecimento da experiência estética como direito à cidade. Tese: FAUUSP, 2019.

www.agenciabrasilia.gov.br *Paranoá Parque terá parcelamento para atividades econômicas. 23/7/21*

<https://www.metropoles.com/distrito-federal/df-publica-lista-com-autorizacoes-de-uso-de-area-publica-para-comercio>. 22/01/22

ANEXOS

Tabela 1: Empreendimentos contratados no âmbito do PMCMV, período 2009-2015. Fonte: CEF

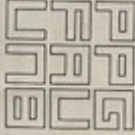
37631094	ASMARF	CHARLES KELDAY COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA	2/28/2013	100
37654632	FUNCHAL	HABITAR EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	5/16/2014	100
37739864	RESIDENCIAL ONIX	DIAMANTE ENGENHARIA	7/16/2012	100
38253189	SAO GABRIEL - ASMORAR	ELYON CONSTRUCOES E REFORMAS LTDA. ME	12/26/2013	95
38284021	ASISAN - ASSOCIACAO DOS INQUILINOS DE SANTA MARIA	CONSTRUTORA IPE LTDA	3/28/2013	100
38285381	ATRAE	CONSTRUTORA IPE LTDA	4/23/2013	100
38285945	COOPHATRABALHO	CONSTRUTORA IPE LTDA	3/22/2013	100
38291854	RIACHO FUNDO II - 4 ETAPA - CONDOMINIO 1	DIRECIONAL ENGENHARIA LTDA	10/31/2012	100
38333299	MID	CONSTRUTORA IPE LTDA	5/17/2013	100
38337513	RESIDENCIAL ELEGANCE - JR2	CONSTRUTORA E INCORPORADORA JARJOUR LTDA.	1/2/2013	100
38387565	RESIDENCIAL DIAS DE OLIVEIRA - UNIMORAR	STARK CONSTRUCOES LTDA ME	6/21/2013	28,46
38387897	MARINA MATOS - COMUSA	STARK CONSTRUCOES LTDA ME	6/21/2013	94
38387900	KARINE BOULEVARD - MAS	STARK CONSTRUCOES LTDA ME	6/18/2013	90,14
39458368	PARANQA PARQUE	DIRECIONAL ENG.	12/3/2012	100
39477361	RIACHO FUNDO II ETAPA 4	IPE OMNI INCORP E CONSTRUCAO	7/30/2014	100
39566255	ESTILO SANTA MARIA 1	ENGENHARIA CARVALHO ACCIOLY LTDA	5/17/2013	100
39566473	ESTILO SANTA MARIA 2	ENGENHARIA CARVALHO ACCIOLY LTDA	5/17/2013	100
39587415	OURO PRETO	MR CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA	6/25/2015	100
39587634	ESSENCIAL XI	EMARKI ENG E MARKETING IMOBILIARIO LTDA	1/4/2013	100
39643953	LIMA - COOTHRABIR	CHARLES KELDAY COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA	5/9/2013	94,02
39644081	JOAO FRANCISCO - ARTEC	CHARLES KELDAY COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA	7/4/2013	99,99
40237863	PNHR FAZENDA LARGA	APROFAL	12/28/2012	100
40760523	NOEL - ASSHAG	CHARLES KELDAY COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA	10/30/2013	99,99
40760856	EXPEDITO PAULINO - ASTRALP	CHARLES KELDAY COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA	6/14/2013	94,25
40761329	JOAO LUCIO - ASSTRAB	CHARLES KELDAY COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA	12/11/2013	99,9
40761433	RESIDENCIAL ASMIR	CHARLES KELDAY COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA	11/19/2013	99,99
40761548	ANNY GABRIELLY - COOHATARF	CHARLES KELDAY COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA	8/8/2013	99,08
40761653	HONORATO - ASMORGA	CHARLES KELDAY COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA	12/26/2013	98,59
40762230	ANANIAS MESQUITA - ASSOLIM	CHARLES KELDAY COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA	11/8/2013	97,42
41039094	DUBAI RESIDENCIA E LAZER	CCI CAMPOLINA CONSTRUCOES E INCORPORACOES LTDA	1/8/2014	100
41138659	PROJETO COER ST OESTE	SAMSARAH PROJ N	6/10/2014	100
41477854	GONTIJO	CONSTRUTORA GONTIJO LTDA	12/5/2013	100
41542840	AGRICULTORES GI FAZENDA LARGA II	APROFAL	6/28/2013	100
41689631	JD MANGUEIRAL - QC 06 - MOD 2	JARDINS MANGUEIRAL EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS/A	1/27/2014	100
41949878	ESSENCIAL IX	EMARKI ENG E MARKETING IMOBILIARIO LTDA	1/10/2014	100
42131833	RESIDENCIAL AVENIDA	ENGICREL ENGENHARIA LTDA	7/30/2014	100
42512154	AGROVILA COOTAQUARA	COOTAQUARA	2/4/2014	100
43730855	OLYMPIC	APEX ENGENHARIA COMERCIO E INDUSTRIA LTDA	9/29/2014	100
44681923	RIACHO FUNDO II 4 ETAPA CONDOMINIO 2 IPE ROXO	DIRECIONAL ENGENHARIA LTDA	1/29/2015	100

Tabela 2: Empreendimentos contratados no âmbito do PMCMV, período 2009-2015. Fonte: Codhab


EMPREENDIMENTOS HABITACIONAIS INICIADOS ENTRE 2009 A 2015 - CODHAB									
n. EDITAL	LOCALIDADE	Nº Ufs	FAIXA 1	FAIXAS 2,3	EMPRESA / ENTIDADE SELECIONADA	SITUAÇÃO	VLR MÉDIO DA UH	VLR EST EMPREEND	AGENTE FINANCEIRO
CONTRATO 007/2009 - PPP	JARDINS MANGUEIRAL	8.000	-	8.000	JARDINS MANGUEIRAL EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.	ENTREGUE	130.000,00	1.040.000.000,00	PPP
EDITAL 02/2008 H4 SAMAMBAIA	QN 404 CJ G LT 02	56	-	56	ARTEC	OBRAS	120.000,00	6.720.000,00	CAIXA
EDITAL 02/2008 H4 SAMAMBAIA	OR 610 CJ 3 LT 01	54	-	54	ASSMIR	OBRAS	125.000,00	6.750.000,00	CAIXA
EDITAL 02/2008 H4 SAMAMBAIA	QS 306 CJ 3 LT 02	54	-	54	ASSSTRAB	OBRAS	120.000,00	6.480.000,00	CAIXA
EDITAL 02/2008 H4 SAMAMBAIA	OR 518 CJ 3A LT 01	54	-	54	ASMORGA	OBRAS	120.000,00	6.480.000,00	CAIXA
EDITAL 02/2008 H4 SAMAMBAIA	OR 612 CJ 01 LT 01	54	-	54	ASSHAG	OBRAS	120.000,00	6.480.000,00	CAIXA
EDITAL 02/2008 H4 SAMAMBAIA	QR 212 CJ 11 LT 01	60	-	60	MAS	ENTREGUE	125.000,00	7.500.000,00	CAIXA
EDITAL 02/2008 H4 SAMAMBAIA	QR 404 CJ 13A LT 01	60	-	60	COMUSA	ENTREGUE	125.000,00	7.500.000,00	CAIXA
EDITAL 02/2008 H4 SAMAMBAIA	QR 303 CJ 16A LT 01	54	-	54	ASTRALP	OBRAS	123.800,00	6.685.200,00	CAIXA
EDITAL 02/2008 H4 SAMAMBAIA	QR 103 CJ 04 LT 01	54	-	54	ASSOLIM	OBRAS	120.000,00	6.480.000,00	CAIXA
EDITAL 02/2008 H4 SAMAMBAIA	OR 110 CJ 07 LT 01	56	-	56	COOHATARF	OBRAS	113.650,00	6.364.400,00	CAIXA
EDITAL 02/2008 H4 SAMAMBAIA	QN 401 CJ M LT 01	56	-	56	ASMORAR	ENTREGUE	122.280,56	6.847.711,36	CAIXA
EDITAL 02/2008 H4 SAMAMBAIA	QR 208 CJ 07 LT 02	56	-	56	ASMARF	ENTREGUE	119.900,00	6.714.400,00	CAIXA
EDITAL 02/2008 H4 SAMAMBAIA	QR 403 CJ 5A LT 02	56	-	56	COOTHABIR	ENTREGUE	118.750,00	6.650.000,00	CAIXA
EDITAL 02/2008 H4 SAMAMBAIA	QN 303 CJ 11 LT 1	56	-	56	ASISAM	ENTREGUE	125.000,00	7.000.000,00	CAIXA
EDITAL 02/2008 H4 SAMAMBAIA	QR 410 CJ 15A LT 1	56	-	56	MID	ENTREGUE	125.000,00	7.000.000,00	CAIXA
EDITAL 02/2008 H4 SAMAMBAIA	OR 310 CJ 5A LT 2	56	-	56	COOPHATRABALHO	ENTREGUE	125.000,00	7.000.000,00	CAIXA
EDITAL 02/2008 H4 SAMAMBAIA	OR 410 CJ 15A LT 02	56	-	56	ATRAE	ENTREGUE	125.000,00	7.000.000,00	CAIXA
RIACHO FUNDO II 4ª ETAPA	QN 08B A QN 34	5.133	-	5.133	AMMVS - JC GONTIJO - DIRECIONAL - IPÊ	ENTREGUE	99.999,00	513.294.867,00	CAIXA
EC 06/2011 - EMP - SANTA MARIA 02	CL 105 Lote G	84	-	84	CARVALHO E ACCIOLY	ENTREGUE	96.451,73	8.101.945,32	CAIXA
EC 06/2011 - EMP - SANTA MARIA 03	CL 105 LT H	84	-	84	CARVALHO E ACCIOLY	ENTREGUE	96.451,73	8.101.945,32	CAIXA
EC 15/2011 - EMP - RFUNDOS - 5ª ETAPA	PARQUE DO RIACHO	5.904	-	5.904	JC GONTIJO	ENTREGUE	74.985,00	456.148.752,00	BANCO DO BRASIL
EC 01/2012 - EMP - PARANOA	PARANOA PARQUE	6.240	6.240	-	DIRECIONAL	ENTREGUE	65.000,00	405.600.000,00	CAIXA
EC 03/2012 - EMP SOBRADINHO II	COEF - QD 8 LTs 01 a 17 e QD 10 LTs 1 a 16	33	33	-	SANISARAH	ENTREGUE	55.900,00	1.844.700,00	CAIXA
PAC	VILA ESTRUTURAL	584	584	-	ERICKSTEL	ENTREGUE	50.000,00	29.200.000,00	CAIXA
PAC	VILA DNOCS	429	429	-	CAENGE	ENTREGUE	50.000,00	21.450.000,00	CAIXA
PAC	SOL NASCENTE TRECHO I - QD 100 e 501	209	209	-	PH ENGENHARIA	ENTREGUE	50.000,00	10.450.000,00	CAIXA

APÊNDICE


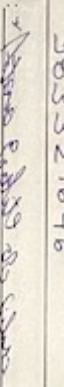
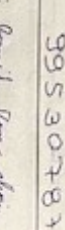
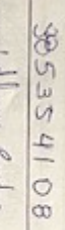
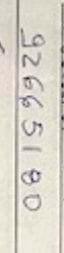
Listagem dos moradores que foram entrevistados



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
 PPG-FAU UnB
 Aluna : Kenia de Amorim Madoz
 Matrícula 170048993
 Professor: Dr. FLAVIO RENÉ KOTHE



PESQUISA QUALITATIVA : RESIDENCIAL PARANÓI PARQUE
 Data: _____

01- Nome: <u>Geovanna Lopes</u>	Assinatura: <u></u> (a partir da semana)
Endereço: <u>Q 04 conj 7 Lote 01 B LG 303</u>	Telefone: <u>983321646</u>
02- Nome: <u>Antonio Expedito da Silva</u>	Assinatura: <u></u>
Endereço: <u>Q 04 conj</u>	Telefone: <u>995307873</u>
03- Nome: <u>Romeiro Romy Oliveira</u>	Assinatura: <u></u>
Endereço: _____	Telefone: <u>985354108</u> (a tarde)
04- Nome: <u>Valdane Rocha</u>	Assinatura: <u></u>
Endereço: _____	Telefone: <u>92665180</u>
05- Nome: <u>Faresina Jesus Coste Lima</u>	Assinatura: <u></u>
Endereço: _____	Telefone: _____

Listagem dos moradores que foram entrevistados

06- Nome:	Eric Anderson S Barbosa	Assinatura:	<i>Eric Anderson</i>
Endereço:	BL 7302	Telefone:	93842496
07- Nome:	BL 74102	Assinatura:	.
Endereço:	deonice Evangelista de Jesus	Telefone:	991810601
08- Nome:	BH 4102	Assinatura:	<i>deonice</i>
Endereço:	Kilian Carneiro	Telefone:	91442452 (manhã até)
09- Nome:	Arquiton Gonçalves de Souza	Assinatura:	<i>Arquiton</i>
Endereço:	BL D 403	Telefone:	98410488 (depois das 17h)
10- Nome:	Raimondson Aguiar Costa	Assinatura:	.
Endereço:	BL A 203	Telefone:	986058980
11- Nome:	Rogelson Felix de Souza	Assinatura:	<i>Rogelson</i>
Endereço:	BL N 303	Telefone:	986340837
12- Nome:	Everaldo Pereira Mendes	Assinatura:	<i>Everaldo</i>
Endereço:	BL N 104	Telefone:	996849093
13- Nome:	Edvaldo J Costa	Assinatura:	<i>Edvaldo J Costa</i>
Endereço:	D 204	Telefone:	994612087
14- Nome:	Andrey Costa	Assinatura:	<i>Andrey Costa</i>
Endereço:	Q 04 com F 201	Telefone:	91899977
15- Nome:	Geleirza Ferreira Magal	Assinatura:	.
Endereço:	com 3 lote 1	Telefone:	993658720
16- Nome:	F 02	Assinatura:	<i>Geleirza F Magal</i>

Listagem dos moradores que foram entrevistados

Rosvaldo dos Figueredo

Endereço: Rua da 4 102 Telefone: 993 237077
 17-Nome: Fátima Rodrigues dos Assinatura: * Rosvaldo

Endereço: Samuel dos Santos Davis 801 Telefone: 993 857964 * Antônio
 18-Nome: Samuel dos Santos Davis Assinatura: 993 9614 *

Endereço: Diego Henriques 301 Telefone: _____
 19-Nome: Diego Henriques Assinatura: _____

Endereço: 004 conf 3 BLC 302 Telefone: 981 462 476 * Samuel
 20-Nome: Edelmay Gomes de Souza Assinatura: Thaym M. Silva

Endereço: Clodoaldo de Souza BLC 104 Telefone: 986 727677 * Edelmay
 21-Nome: Clodoaldo de Souza Assinatura: _____

Endereço: Renfem Araújo Bernardino BLK 203 Telefone: * 995 151835 .
 22-Nome: Renfem Araújo Bernardino Assinatura: _____

Endereço: Avellino Cavalcanti BCB 403 Telefone: 986 49 2096 . Avellino
 23-Nome: Avellino Cavalcanti Assinatura: _____

Endereço: Jeanne Rodrigues de Souza BLB 304 Telefone: 985 24 0316 *
 24-Nome: Jeanne Rodrigues de Souza Assinatura: _____

Endereço: Gláucia Lúcia Borges Fagundes BLC 101 Telefone: 993 73 40 49 Gláucia
 25-Nome: Gláucia Lúcia Borges Fagundes Assinatura: _____

Endereço: Rafaela de Sa Oliveira H 305 Telefone: * 993 75 48 40 *
 26-Nome: Rafaela de Sa Oliveira Assinatura: _____

Endereço: Daniella Fernandes BCG 202 Telefone: 992 75 7209 *
 27-Nome: Daniella Fernandes Assinatura: _____

H 103 993 47 7770 * Daniella

Listagem dos moradores que foram entrevistados

Endereço: 28-Nome:	Josina Rodrigues	Telefone:	
Assinatura:		984780988	<i>Josina</i>
Endereço: 29-Nome:	Duene Nascimento	Telefone:	
Assinatura:		981007325	<i>Duene</i>
Endereço: 30-Nome:	Q 03 Conj 6 lote 7 BLS02 Alex Santos Raposo	Telefone:	
Assinatura:		992715848	<i>Alex de S.</i>
Endereço: 31-Nome:	Políton Sousa Rodrigues	Telefone:	
Assinatura:		986370273	<i>Políton</i>
Endereço: 32-Nome:	Q 03366 Bloc C ap 302 Nathans Rocha	Telefone:	
Assinatura:		995690195	<i>Nathans Rocha</i>
Endereço: 33-Nome:	Q 033366 BL G 102 Jugene Luad Souza Oliveira	Telefone:	
Assinatura:		933178405	<i>Jugene</i>
Endereço: 34-Nome:	Q 04 Conj 5 lote 6 F 303 Kinada Elias	Telefone:	
Assinatura:		93386608	<i>Kinada</i>
Endereço: 35-Nome:	Q 04 Conj 5 lote 6 M 403 Thiago Santos	Telefone:	
Assinatura:		33805891	<i>Thiago</i>
Endereço: 36-Nome:	Q 03 Conj 6 lote 6 A 301	Telefone:	
Assinatura:			
Endereço: 37-Nome:	Marcelly Mangues	Telefone:	
Assinatura:		31699579	<i>Marcelly</i>
Endereço: 38-Nome:	Q 03 Conj 8 lote 01 F 201 Francis Bahia Vieira Barros	Assinatura:	
Assinatura:			
Endereço: 39-Nome:	Q 04 Conj 5 lote 06 A 202	Telefone:	
Assinatura:		991202688	<i>Francis</i>

(3h on 1130)

39-Name: * Felina Amador Gonzalez Assinatura: 981 25 43 34 * Felina Amador

Endereço: Quilômetro 5 lote 06 BLA 2103 Telefone: _____

40-Name: Miguel Aníbal Pedraza de Saiz Assinatura: _____

Endereço: Q03 conj 06 lote 06 BL2 403 Telefone: 981 21 20 24 - Ciudad.

41-Name: Killy Hurtado Assinatura: _____

Endereço: B 04 conj 07 lote 01/BLB 301 Telefone: 994 35 72 44 - Killy

42-Name: Edwinnia Bonges Assinatura: _____

Endereço: Q03 conj 06 lote 01 BLE 303 Telefone: 991 89 39 63 - Killy

43-Name: _____ Assinatura: _____

Endereço: _____ Telefone: _____

44-Name: _____ Assinatura: _____

Endereço: _____ Telefone: _____

45-Name: _____ Assinatura: _____

Endereço: _____ Telefone: _____

46-Name: _____ Assinatura: _____

Endereço: _____ Telefone: _____

47-Name: _____ Assinatura: _____

Endereço: _____ Telefone: _____

48-Name: _____ Assinatura: _____

Endereço: _____ Telefone: _____

49-Name: _____ Assinatura: _____

Endereço: _____ Telefone: _____

50-Name: _____ Assinatura: _____

